

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

MANOEL JOSÉ DE FREITAS CASTELO BRANCO

**A GOVERNANÇA IDEOLÓGICA AUTORITÁRIA DE BOLSONARO
E SUA IMPACTAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL**

TRÊS MARIAS

2023

Manoel José de Freitas Castelo Branco

**A GOVERNANÇA IDEOLÓGICA
AUTORITÁRIA DE BOLSONARO E SUA
IMPACTAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL**

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira

Três Marias

2023

Ficha Catalográfica

CASTELO BRANCO, Manoel José de Freitas

A governança ideológica autoritária de Bolsonaro e sua
impactação política e social / Manoel José de Freitas Castelo
Branco. Três Marias (MG): FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de páginas (folhas): 169 fls.

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais,
Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y
Políticas Públicas, 2023.

Orientador: Eduardo Tadeu Pereira

Manoel José de Freitas Castelo Branco

**A GOVERNANÇA IDEOLÓGICA
AUTORITÁRIA DE BOLSONARO E SUA
IMPACTAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL**

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em 20 de abril de 2023:

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira (Orientador)
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Dr. Francisco Josué Medeiros de Freitas (2º membro titular)
UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Profa. Ma. (doutoranda) Stella Ferreira Gontijo (3º membro titular)
UFMG (Univ. Federal de Minas Gerais)

Prof. Me. (doutorando) Carlos Estêvão Caligiorne Cruz (suplente)
UFMG (Univ. Federal de Minas Gerais)

Agradecendo:

à Fundação Perseu Abramo,
pela oportunidade desta caminhada,
com cumprimentos por esta iniciativa
de investimento na inteligência nacional.

Agradecimentos:

à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais,
pela envergadura da organização deste programa
e pela abrangência continental da sua atuação,
iluminando as realidades regionais.

Ao professor Eduardo Tadeu Pereira,
por sua dedicada e interessada orientação
para este espinhoso e esgotante trabalho.
Aos demais professores da FLACSO,
com quem navegamos até aqui.

Este breve relatório,
contributo à compreensão
do Brasil nesta última quadra,
ofereço como memória e palma:

Aos que resistiram e sobreviveram,
que se reafirmaram e nos devolveram
o pertencimento à nacionalidade única;
os quais se reconhecerão nestas linhas,
e com quem nos irmanamos nelas.

Ao inverso: ao bolsonarismo,
ao autoritarismo supremacista,
ao conservadorismo opressivo,
podemos responder em rebate:
veros gritos por liberdade
são os ouvidos aqui.

A história humana não é uma história natural. É preciso vivê-la, para captar suas conexões de sentido e, ainda mais, para expurgá-la das projeções ideológicas dos que pensam que “constroem a história”; quando, na verdade, (esses) apenas a “sofrem” (...).

Florestan Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil*.

2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 8.

RESUMO

Este estudo, sobre Bolsonaro e sua governança autoritária, é quesito de conclusão da pós-graduação em *Maestria*, pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, por oferta (patrocínio) da Fundação Perseu Abramo, como investimento em capacitação de quadros, das turmas de 2020. Os fatos foram observados no seu decurso, em percepção simultânea também das emoções no meio social, nas redes sociais e nas ruas. As fontes foram as coberturas nos noticiários digitais e mais entrevistas e comentários em portais digitais e blogs, com o enriquecimento da leitura de artigos e escritos especializados sobre Bolsonaro ou o bolsonarismo, e mais os paradigmas tomados em referência para iluminar os acontecimentos, a orientar a compreensão dos mesmos. O método é descritivo e interpretativo, pelo paradigma da perscrutação investigativo-lógica, que se desdobra em 3 procedimentos conexos como enfoques (não fases): o relato expositivo-descritivo das situações e discursos pautados pelo governo e seu entorno sobre o público alvo; o esforço analítico-interpretativo, por sondagens semânticas e exploração das situações postas; e por fim o sintético-teórico para a compreensão dos acontecimentos, pelos referenciais adotados. No capítulo I, tem-se a exposição dos paradigmas ou referenciais teóricos, âncoras hermenêuticas para as análises dos fatos. No capítulo II, faz-se uma descrição reconstitutiva da ascensão de Bolsonaro e da sua governança ideológica (autoritária e repressiva). No capítulo III, uma revisão interpretativa dos acontecimentos tomados em apreço, como hermenêutica em síntese. Enfim, o estudo não alimenta pretensão de proveito prático, senão a compreensão dos fatos.

Palavras-chave: Bolsonaro. Governança. Intimidação. Ressignificação. Pertencimento.

RESUMEN

Este estudio, sobre Bolsonaro y su gobernanza autoritaria, es un requisito previo para completar el curso de posgrado en *Maestría*, de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, ofrecido (patrocinado) por la Fundación Perseu Abramo, como una inversión en la formación de personal, a partir de las clases de 2020. Los hechos fueron observados en su transcurso, en percepción simultánea de emociones en el medio social, en las redes sociales y en las calles. Las fuentes fueron las coberturas en noticias digitales y más entrevistas y comentarios en portales digitales y blogs, con el enriquecimiento de la lectura de artículos y escritos especializados sobre Bolsonaro o bolsonarismo, y más los paradigmas tomados en referencia para iluminar los acontecimientos, para orientar la comprensión de ellos. El método es descriptivo e interpretativo, a través del paradigma del escrutinio investigativo-lógico, que se despliega en 3 procedimientos relacionados como enfoques (no fases): el relato expositivo-descriptivo de las situaciones y discursos orientados por el gobierno y su entorno sobre el público; el esfuerzo analítico-interpretativo, a través de sondeos semánticos y exploración de las situaciones planteadas; y finalmente el sintético-teórico para la comprensión de los hechos, por los referentes adoptados. En el capítulo I, se hace una exposición de los paradigmas o referentes teóricos, anclas hermenéuticas para el análisis de los hechos. En el capítulo II, se hace una descripción reconstituyente del ascenso de Bolsonaro y de su gobernanza ideológica (autoritaria y represiva). En el capítulo III, se hace una revisión interpretativa de los hechos tomados en cuenta, a modo de hermenéutica en síntesis. Finalmente, el estudio no alimenta la pretensión de beneficio práctico, sino la comprensión de los hechos.

Palabras clave: Bolsonaro. Gobernanza. Intimidaciones. Resignificar. Pertenecer.

ABSTRACT

This study, on Bolsonaro and his governance authoritarian, is a prerequisite for completing the postgraduate course in *Masters*, by the Latin American Faculty of Social Sciences, offered (sponsored) by the Perseu Abramo Foundation, as an investment in training staff, from the 2020 classes. The facts were observed in their course, in simultaneous perception of emotions in the social environment, on social networks and on the streets. The sources were the coverage in digital news and more interviews and comments on digital portals and blogs, with the enrichment of the reading of articles and specialized writings about Bolsonaro or bolsonarism, and more the paradigms taken in reference to illuminate the events, to guide the understanding of them. The method is descriptive and interpretive, through the paradigm of investigative-logical scrutiny, which unfolds in 3 related procedures as approaches (not phases): the expository-descriptive account of the situations and speeches guided by the government and its surroundings about the target public; the analytical-interpretative effort, through semantic soundings and exploration of the posed situations; and finally the synthetic-theoretical for the understanding of the events, by the adopted references. In chapter I, there is an exposition of the paradigms or theoretical references, hermeneutical anchors for the analysis of the facts. In chapter II, a reconstitutive description of Bolsonaro's rise and his ideological governance (authoritarian and repressive) is made. In chapter III, an interpretative review of the events taken into account, as hermeneutics in summary. Finally, the study does not feed the pretense of practical benefit, but the understanding of the facts.

Keywords: Bolsonaro. Governance. Bullying. Reframing. Belonging.

Siglas e Abreviaturas Utilizadas

A relação de abreviaturas e siglas, referentes a menções contidas no texto.

ABI: Associação Brasileira de Imprensa – com sede nacional no Rio de Janeiro
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – órgão federal
CIA: *Central Intelligence Agency* – instituição de espionagem dos Estados Unidos
CEB: Comunidade Eclesial de Base – grupos de reflexão religiosa por justiça social
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito – instância de investigação de legislativos
DEM: Democratas – partido político centrista ora fundido no União Brasil com PSL
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social – órgão estatal de disciplina militar
EaD: Ensino À Distância, modalidade de ministração de cursos por plataforma digital
ETA: *Euskadi Ta Askatasuna* (pátria basca e liberdade) – grupo separatista dos bascos
EUA: Estados Unidos da América – povoado pela Inglaterra e de economia capitalista
FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – de representação patronal
G-7: grupo ou fórum das 7 (sete) maiores economias capitalistas do mundo, formado por Estados Unidos, o Reino Unido, a Alemanha, o Canadá, a França, mais o Japão, e Itália
G-8: grupo ou fórum econômico formado pelo G7 com a integração da Rússia, e que são: Estados Unidos, o Reino Unido, a Alemanha, o Canadá, a França, Rússia, Japão, Itália
G20: fórum das 20 principais economias do mundo, quais sejam a União Europeia + 19
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – órgão governamental de pesquisa
INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor – fator de inflação medido pelo IBGE
INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, usado para monitoramento ambiental
IRA: *Irish Republican Army* (exército republicano irlandês) – grupo separatista irlandês
MBL: Movimento Brasil Livre – grupo de direita articulado em São Paulo por Whatsapp
MPF: Ministério Público Federal – composto por procuradores da República de carreira
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – entidade classista por reforma agrária
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil – órgão ou conselho profissional dos advogados
OMC: Organização Mundial do Comércio – órgão regulador do comércio internacional
OMS: Organização Mundial da Saúde – órgão temático integrante da estrutura da ONU
ONU: Organização das Nações Unidas – constituída com o término da II grande guerra
OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte – frente armada americana-europeia
P F : Polícia Federal – órgão da polícia judiciária federal incumbida dos crimes federais
P G R : Procurador (ou Procuradoria) Geral da República – Ministério Público Federal

P M : indicação abreviada para Polícia Militar ou o policial militar, de indistinta patente

PMDB: Partido Movimento Democrático Brasileiro – oposição ao Regime e fisiologismo

PSDB: Partido da Social-Democracia Brasileira – considerado de centro e perfil liberal

PSL: Partido Social Liberal – pelo qual se elegeu o então presidente Bolsonaro em 2018

P T : Partido dos Trabalhadores – que polariza com Bolsonaro um projeto para o Brasil

Q G : Quartel General – termo militar para designar em analogia um centro de comando

REB: Revista Eclesiástica Brasileira – periódico dos franciscanos de Petrópolis (Vozes)

SNI: Serviço Nacional de Informação – agência de repressão do regime militar no Brasil

STF: Supremo Tribunal Federal – corte constitucional de justiça, instância recursal final

STM: Superior Tribunal Militar – corte superior de justiça militar, seara específica final

TCU: Tribunal de Contas da União, órgão do controle externo da administração federal

TFP: Tradição Família Propriedade – grupo religioso de ultradireita católica no Brasil

TSE: Tribuna Superior Eleitoral – corte da Justiça Eleitoral e organizadora de eleições

U E : União Europeia – sociedade comunitária entre Estados para a integração comum

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, federação sob controle da Rússia

Sumário

Introdução

Apenas para Esclarecer os Propósitos	15
--	----

Capítulo I – Marco Teórico e Referenciais Conceituais

1.1 Sinal de Anomalia Político-Social em Situação de Estresse – Interesse de Estudo	18
1.2 Cena de Filme Cingindo a Realidade e Conduzindo à Questão Temática do Estado	19
1.3 Tema Histórico do Estado Nacional: Importância do Estado (próprio) para os povos	20
1.4 Conceito de Comunidades Imaginadas e Referenciais de Ambientação e Linguagem	22
1.5 Eric Hobsbawm e Benedict Anderson: Nacionalismos ou Comunidades Imaginadas	23
1.6 Fatos, Conceitos: Marx e Mészáros, Mannheim e Marilena Chauí, sobre Ideologia	29
1.7 Michel Foucault, Agamben, Mbembe: Ambientes de Vivências, Controle Social	37
1.8 Linguística e Hermenêutica: As Existências Conformadas por Linguagens	42
1.9 Era Cibernética e Mecanismos Disponíveis de Linguagem Virtual	44
1.10 Termos Utilizados e Definições Conceituais Equivalentes	46

Capítulo II – Autoritarismo e Bolsonarismo: Histórico dos Fatos

2.1 Fatos Gerais – Demarcadores e Explicativos da História, Discursos e Políticas	48
2.2 Alguns Antecedentes – Cenário Econômico e Político Mundial até o Brasil Atual	50
2.3 Formação e Conformação do Bolsonarismo: Descontinuidade em Sequencialidade	54
2.4 Gênese, Condições e Confluências na Conformação do Bolsonarismo e seu Ideário	60
2.5 Eleição e Políticas Seletivas de Bolsonaro em Alimentação de suas Bases de Apoio	71
2.6 Fatos das Políticas Divisionistas e Excludentes de Bolsonaro por Pautas de Conflito	85
2.7 Aspectos das Organizações Sindicais e Movimentos Populares no Período em Foco ...	100
2.8 Atos e Articulações e Mobilizações Golpistas, Até a Intentona de 7/setembro/2021	106
2.9 Reações Pontuais Ante as Políticas de Governo e Percepções de Opinião Pública	112
2.10 Fatos Interferentes e as Mobilizações e Manifestações de Resistência Política	118

Capítulo III – Repressão Ideológica e Ressignificações Identitárias

3.1	Aspectos do Bolsonarismo e Sintonias Refletidas em seus Discursos e nos Gestos	123
3.2	A Governança de Bolsonaro por Articulações de Intimidação e Imposição Política	128
3.3	As Mídias Digitais, Direitas e Satisfação Supremacista, Divisionismo, Intimidação	133
3.4	Direita Evangélica, o Comportamento Conservador, Costumes ou Projeto de Poder	138
3.5	Análise Interpretativa das Intervenções Divisionistas e Impositivas dos Discursos	143
3.6	Análise Interpretativa das Intimidações e Reafirmações por Ressignificação	147
3.7	Análise da Reafirmação do Pertencimento e Manifestos Democráticos	151
3.8	Vidas Atingidas, Sociedade Dividida, Considerações Finais	154

IV – Revisão e Conclusão (Aproximativamente)

	Mecanismos Semânticos em Processos Políticos e Sociais	157
4.1	Os Precedentes da Definição Temática do Interesse de Pesquisa	157
4.2	Elementos de Convergência da Hermenêutica Proposta	158
4.3	Política e Linguagem – Sem Ponto Final	161
	Referências Bibliográficas	162

Introdução

Apenas para Esclarecer os Propósitos

Ao leitor, que toma este texto em suas mãos, agradeço tirar do seu tempo para o ler. Se veio até aqui, é porque algum motivo o(a) trouxe, e espero que a escrita não desaponte a visita.

Este estudo, sobre Bolsonaro e sua governança, é quesito de conclusão da pós-graduação em *Maestria*, pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, por oferta (patrocínio) da Fundação Perseu Abramo, como investimento em capacitação de quadros, das turmas de 2020.

Este programa, em *Estado Gobierno y Políticas Públicas*, de seleção dos participantes iniciada em agosto/2019, no começo do governo Bolsonaro, foi percebido pelos cursantes como oportunidade de revisitar os acontecimentos no mundo, para compreender o momento de então. O ano de 2020, com os cursos abertos em fevereiro, já começou marcado pela pandemia do coronavírus *Sars-Cov-2*, em março havendo impactação no Brasil, com os contágios e mortes e as medidas de contenção, com restrição das atividades e isolamento social, de estresse geral.

No ambiente do recolhimento de então, mas com atenção nos acontecimentos no Brasil, com os fatos da confrontação ideológica no país e com o sentimento da sua impactação social, em se tendo também os efeitos da doença em consequência daqueles fatos ou misturados a eles, é que âmbito desta pesquisa temática e da sua interpretação teórica me foi tomando o espírito, em situação de quem também sofria os impactos das notícias diárias, mas também em modo a me permitir o necessário distanciamento pessoal, para uma abordagem por um prisma crítico.

O tema apareceu como problema, pelo choque sentido por analistas e na opinião crítica, em um governo não buscar a composição política visando ampliar o adensamento social, para pavimentar o seu consenso de governabilidade e ampliar as suas bases, optando por governar para as minorias dos seus segmentos radicalizados de sustentação política e por uma estratégia de confrontos institucionais e em estimular os impasses sociais, buscando a sua consolidação pela intimidação dos divergentes existentes na sociedade, ou dos contrários a seus propósitos.

O estudo visou descrever e recompor esse processo, que ultrapassa a horizontalidade da governança institucional clássica, e assim observar como atingiu a sociedade e impactou sobre pessoas e grupos, identificar os formuladores e conteúdos dos discursos ideológicos calcados sobre a sociedade e segmentos sociais, entender como se processou no universo dos atingidos a pressão da intimidação ideológica, interferindo na sociabilidade e na exposição pública, em que os âmbitos de suas existências foram impactados, com efeitos nas suas vivências sociais.

Enfim, pôs-se o problema para a pesquisa e para a hermenêutica pela seguinte pergunta: considerando a governança ideológica autoritária intentada no Brasil pelo governo Bolsonaro e por seus apoiadores, como se processou essa governança ideológica, por que métodos e com quais efeitos? Ou, ao inverso: nesse âmbito, como se processou ou se possibilita a resistência ou a reparação de indivíduos atingidos e de grupos sociais, sob que aspectos e de que forma?

O corte, no início, “fase e método da governança ideológica pelas bancadas temáticas”, desde começo do governo até o 7 de setembro de 2021, quando se esgotou o modelo na relação com o Poder Legislativo e se ampliou a composição política com o “centrão” do início do ano, veio a se mostrar não suficiente para dar conta do processo em análise, porque a governança se desdobrou em diversas relações e direções, por métodos combinados e em sequência de fases.

A hipótese é de que a governança ideológica e também a resistência (cultural e política) se processam por discursos e por percepções dos sentimentos de pertencimento ou de exclusão das comunidades (política, nacional, religiosa, familiar, social). A repressão, ou a intimidação ideológica, processa uma operação de emasculação de significados e das identidades negadas; a resistência se faz por ressignificações e reafirmação do pertencimento à comunidade matriz.

Os fatos foram observados em curso, em percepção simultânea também das emoções no meio social, nas redes sociais e nas ruas. As fontes foram as coberturas nos noticiários digitais e mais entrevistas e comentários em portais digitais e blogs, com o enriquecimento da leitura de artigos e escritos especializados sobre Bolsonaro ou o bolsonarismo, e mais os paradigmas tomados em referência para iluminar os acontecimentos, a orientar a compreensão dos mesmos.

Sem a pretensão da neutralidade, como sustentada por Weber (1970), porém certamente não alcançada também por ele, a qual não deixa de ser uma posição política em ciência social, por esforço também evitando prejulgamentos ou as valorações e profecias, buscando descrições com propriedade e conceituações pertinentes, o presente trabalho não deixa de conter lacunas e falhas, pelos aspectos múltiplos e complexos do objeto, e pelas limitações deste observador.

O método é descritivo e interpretativo, por prisma de perscrutação investigativo-lógica, que se desdobra em 3 procedimentos conexos como enfoques (não etapas): o relato expositivo-descritivo das situações e discursos pautados pelo governo e seu entorno sobre o público alvo; o esforço analítico-interpretativo, por sondagens semânticas e exploração das situações postas; e por fim o sintético-teórico de hermenêutica dos acontecimentos, pelos referenciais adotados.

No capítulo I, tem-se a exposição dos marcos teóricos adotados, não tendo sido possível, pela complexidade dos temas e dos fatos, ter a ancoragem em um paradigma único, a partir do conceito de ideologia em Marx e outros, passando pela discussão da formação do conceito de

nação e pertencimento a comunidades em Hobsbawm e Anderson, passando pela biopolítica de Foucault e seus derivados, até chegar à hermenêutica de Ricoeur ou à linguagem em Lacan.

No capítulo II, faz-se um esforço de descrição da trajetória de Bolsonaro e da formação do bolsonarismo, a caracterização dos seus componentes políticos e/ou sociais, a conformação ideológica do espectro, e uma reconstrução resumida do transcurso do governo, para situar a sua governança divisionista e compressiva e visualizar a sua impactação sobre a sociedade, até os eventos que vieram a caracterizar uma reação consistente de setores, e os sentidos dos atos.

No capítulo III, um esforço hermenêutico para interpretar os métodos da governança de Bolsonaro e sua impactação social, interpretar os comportamentos dos segmentos do governo e as reações dos segmentos atingidos, inclusive incorporando novos referenciais teóricos, como em Leonardo Boff sobre a Igreja como carisma e poder, e as ressignificações dos interditados.

A hipótese, ou as hipóteses levantadas para o estudo, com o cotejamento dos fatos e dos métodos da governança com os parâmetros de análise, os seus impactos e as reações sociais, são expostas a conta gotas na sequência do trabalho, até o cruzar-se das linhas no termo final.

Ao termo, como conclusão, de caráter aproximativo, tem-se uma retrospectiva sobre os motivos deste profundo mergulho histórico-social na dinâmica política do Brasil atual, com os cotejamentos das descrições e as reconstituições dos processos com a hermenêutica proposta.

A mais, este estudo não veicula pretensão de proveito, como instruir o processo de disputa política, senão meramente a de compreender os fatos, se esta tão só for do interesse do leitor.

Capítulo I

Marco Teórico e Referenciais Conceituais

Está, como o sentiam os antigos gregos¹, ao nosso redor e no cotidiano, a matéria que desperta espanto e reclama ser explicada, e essa atenção ao que passa despercebido a muitos exige dedicação e método, e também o diálogo com diversos espíritos e seus variados saberes.

1.1 Sinal de Anomalia Político-Social em Situação de Estresse – Interesse de Estudo

O fato, ponto de partida, ensejador da percepção da situação/problema e provocador do presente estudo, chegou-me pelos noticiários dos jornais televisivos e da imprensa digital, o qual se somou à percepção de outras situações similares ou conexas, também veiculadas pelos noticiários ou pelas redes sociais digitais, ou sentidos na vivência quotidiana, no meio social.

Em 02/06/2021, segundo noticiário veiculado², um grupo de 30 moradores do conjunto Vivendas Bela Vista, dotado de 724 unidades residenciais, fizeram instalar um mastro com bandeira do Brasil hasteada, em frente ao pórtico de entrada do condomínio, situado no bairro Grande Colorado, na região administrativa de Sobradinho, cidade satélite de Brasília. Em mastro de 12 metros de altura, sobre fundação de concreto como suporte, por iniciativa de um general reformado e morador, foi hasteada a bandeira verde e amarelo, com o círculo azul ao centro, pontilhado por estrelas representando os entes federados, o símbolo oficial da pátria.

Um outro grupo de moradores, indignados com a iniciativa do general reformado e com a estrutura quotizada pelos 30 moradores, redigiram um petítorio na forma de abaixo-assinado, que levaram ao síndico do condomínio, requerendo a retirada do estandarte, com a exposição de que se tratava de uma propaganda ideológica por partidários do presidente Jair Bolsonaro, e que não aceitariam que aqueles se impusessem sobre os demais, no ambiente comum a todos. Os indignados também fixaram faixas de protesto, sobre 460 mil mortos por *Covid-19* à época e frases contra o genocida e os milicos de pijama, ligando a bandeira com a política da morte.

À assembleia do condomínio, a que compareceram cerca de 200 proprietários e que reuniu mais de 400 pessoas, e que teria sido a maior da história do residencial, os autores da iniciativa

¹ Ver axiomas dos pré-socráticos e exegeses de autores no volume *Os Pré-Socráticos (fragmentos e doxografia)*, da coleção *Os Pensadores*, com comentários de Hegel, Heidegger e Nietzsche. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

² O fato aludido foi veiculado pelo jornal digital *g1.globo*, em matéria da jornalista Brenda Ortiz, da sucursal de Brasília, título: *Instalação de bandeira do Brasil em condomínio do DF gera polêmica entre moradores*, datada de 29/06/2021 às 06:12 horas, disponível: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/06/29/instalacao-de-bandeira-do-brasil-em-condominio-do-df-gera-polemica-entre-moradores.ghtml> Acessado em 02/05/2022.

apresentaram uma autorização do governo do Distrito Federal – administração de Sobradinho, obtida durante a controvérsia desencadeada, para a instalação do indigitado mastro no local, de fato fincado em frente ao pórtico de acesso, porém na parte externa e de domínio público, assim refugindo ao controle privado dos condôminos, dessa forma sendo vencida a resistência.

O fato foi de estresse, sendo os resistentes chamados de impatriotas e comunistas pelos defensores da iniciativa, e de fato tendo os reclamantes se levantado em indisposição contra a utilização da bandeira nacional à frente do conjunto, como se sobre suas cabeças e suas casas. O que permite inquirir sobre o que se passava no país ou nas mentes dos vizinhos em armas, de por que o símbolo oficial os impactou como se invadindo a privacidade e impondo opressão, de por que a sua retirada lhes devolveria a sensação de liberdade, nos espaços de suas vidas.

1.2 Cena de Filme Cingindo a Realidade e Conduzindo à Questão Temática do Estado

Uma cena do filme *Cruzada*, original *Kingdom of Heaven* (Reino dos Céus), do diretor Ridley SCOTT (2005), que a meu entender representa o clímax da evolução e desfecho do drama, é representativa para introduzir os tópicos temáticos centrais a serem considerados neste estudo.

É o diálogo da rendição de Jerusalém, do jovem ferreiro Belião (Orlando Bloom) com o sultão Saladino (Ghassan Massoud), chefe das tribos e comandante das multidões, em que o defensor de Jerusalém negocia um salvo-conduto para retirada da população em troca de não incendiar os lugares sagrados da cidade; diálogo que ocorre em frente ao portão principal e em que o ferreiro pergunta ao sultão: – *O que é Jerusalém?* (para merecer tanto empenho). Ao que lhe responde o sultão com olhar parado: – *Nada!* Mal o sultão lhe dá as costas para sair em retirada, volta-se e encara firme o ferreiro e diz – *Tudo!* E dá as costas em retirada de vez.

O episódio ocorre no ambiente das cruzadas, as guerras de investidas de nobres cristãos com bênçãos papais para a tomada de Jerusalém, já desde séculos ocupada pelos muçulmanos sob a égide da pregação islâmica reunida no Alcorão; tendo os cristãos conquistado a cidade pela 1ª Cruzada em 1090 e instalado um reinado cristão na antiga capital da tradição judaica; e sendo então a cidade retomada pelos muçulmanos na grande e memorial investida de 1187. São ilustrativas e significativas as duas respostas em sequência do sultão à intrigante pergunta, após tantos esforços e tantas mortes em ambas as frentes, com tanto fôlego e espírito de honra: a cidade sagrada pela qual peleja é *nada!* e ao mesmo tempo é *tudo!* para ele para o seu povo.

Há uma hipótese de que Salém, do rei Melquisedec e sacerdote de Javé (Gn 14:18), que recebe os dízimos de Abraão (Gn 14: 20), seja a mesma Jerusalém encontrada pelos hebreus quando do retorno no êxodo do Egito (Js 10: 1-5), após 430 anos da subida de Jacó com seus

filhos e chefes das tribos; quando do retorno habitada por amorreus e jebuseus, que foi a última cidade tomada pelos hebreus e cuja conquista perdurou de Josué (Js 15: 63) a Davi (1Cr 11: 5). É esta a mesma da diáspora hebraica após a sua destruição por Tito (anos 70) e Adriano (135), depois entregue em partilha a judeus e árabes pela ONU em 1948, após o holocausto nazista.

É a cidade toda tomada por Israel, na Guerra dos 6 dias (5 a 10 de junho de 1967), em que os judeus tomam a parte oriental de Jerusalém até então confiada aos palestinos, e tomam também a faixa de Gaza, a península do Sinai e as colinas do Golã, como expansão de Israel. É a mesma cidade pela qual palestinos e judeus travam uma guerra ostensiva e sem tréguas, ainda com sítios reservados para os cristãos em seu seio, e que fomenta novamente a pergunta: que importância tem para esses povos – judeus e árabes? E para confessos, também cristãos?

Além da disputa da cidade, a criação do Estado de Israel pela ONU em 1948 despertou o movimento reivindicatório dos palestinos pela criação do Estado Palestino, sendo inclusive instituída uma Autoridade Palestina (1994), sobre um território ocupado e não demarcado, com governo e finanças próprias, assim repondo para as nações o seu reconhecimento como Estado e repondo para o mundo a questão da importância do Estado (Estado próprio) para os povos.

1.3 Tema Histórico do Estado Nacional: Importância do Estado (próprio) para os povos

Aqui, sem remontar aos antigos, quanto às formas de organização política e as suas teorias a respeito, é de se ressaltar que o uso do termo “estado” para identificar a sociedade política, segundo Marcus Acquaviva (2010, p.13) surge com Nicolau Maquiavel (1983), em seu clássico *O Príncipe* (escrito em 1513 e publicado postumamente em 1532), dedicado ao jovem florentino Lourenço II de Médici, como estímulo para a missão eventual de unificar a Itália.

O tema, no período do surgimento dos Estados monárquicos (absolutistas) chamados modernos ou novos (Portugal, Espanha, Inglaterra e França), na efervescência do Renascimento e do Mercantilismo quinhentista até o Liberalismo político (inglês e francês), está presente no *Leviatã* (1651) de Hobbes (1983), nos *Tratados Sobre Governo* (1689) de John Locke (1983), no *Contrato Social* (1757) de Rousseau (1983), no *Espírito das Leis* (1748) de Montesquieu (1985), em abordagens que transitam do poder irradiado das coroas até o instituído pelo povo.

Mas é nos congressos de Münster (30/01/1648) e Vestfália/Osnabrück (24/10/1648), que encerram a Guerra dos 30 Anos e celebram acordos de paz entre o imperador romano-germânico Fernando III e os principados emancipacionistas alemães e os reinados da França e da Suécia, que se coloca a questão sobre o que é um Estado (?), no sentido de um Estado nacional como se o compreende atualmente, sobre os fundamentos de estado-nação e soberania estatal e das

relações entre esses, já pondo questões de direito internacional inaugural. Ao que se respondeu que Estado é um poder de um povo sobre um território com um governo soberano (próprio).

Adiante, o ideário republicano e libertário francês foi antecipado pela independência das 13 colônias inglesas em 1776 e pela sua Carta Constitucional de 1787, que instituiu um Estado nacional republicano inovador na história, sob a forma federativa com relativa autonomia para os Estados membros e com soberania única. Esse ideário, na sua matriz conceitual e política, fracassou com a Revolução Francesa (1789), pelo próprio esforço e ímpeto dos seus líderes, que se engalfinharam em escaramuças fratricidas pela autenticidade da representação política, assim desfazendo os liames que os haveria de unir. E seguiram-se períodos da autocracia de Napoleão Bonaparte e de Restauração monárquica, com retardo histórico do Estado nacional.

No entanto, ao longo das Américas, o exemplo da Independência Americana e as ideias republicanas e libertárias francesas continuaram a animar os espíritos, fazendo fervilharem os arroubos emancipacionistas nas colônias espanholas e portuguesa, que também culminaram em sucessivas independências emancipacionistas, sob a liderança de San Martín na Argentina (1810-1816), no Chile (1817-1818) e no Peru (1821), e Simón Bolívar na Colômbia (1819), na Venezuela (1819/1830) e Panamá (1821/1830), no Equador (1822/1830) e Bolívia (1825), por Miguel Hidalgo no México (1821) e só depois em Cuba, iniciada por José Martí em 1895 e indo até 1902. No Brasil, o Reino português abrangeu a colônia como Reino Unido (1808), e deu-se a independência por um membro da família real (Pedro I, 1822), em continuidade da conformação monárquica (um Império), até a República (oligárquica e militarizada) em 1889. A autonomia do Paraguai veio em 1811, e em processo instável a do Uruguai de 1825 a 1830.

A seguir, os Estados monárquicos europeus, por reformas estruturais e jurídicas, também se adaptaram para Estados nacionais; e pipocaram também declarações de independência e separatismos internos, formando uma multiplicidade de Estados nacionais na África e na Ásia. Após a queda do muro de Berlim (1989), com a desarticulação progressiva da antiga URSS e da Iugoslávia, surge também uma diversidade de novos Estados nacionais no Leste europeu.

Há, ainda, na atualidade, após consolidação do mapa mundial, movimentos separatistas nos interiores de Estados sólidos. É recente o desarme do IRA, braço armado do movimento separatista irlandês no Reino Unido, e na Espanha ainda fervilham as aspirações separatistas: na região da Catalunha – que chegou a uma declaração frustrada de autonomia em 27/10/2017, e na região basca com um braço armado – o ETA, por um Estado e um governo próprio.

1.4 Conceito de Comunidades Imaginadas e Referenciais de Ambientação e Linguagem

Vê-se, então, quão intrigante é esta questão, que repõe a pergunta originária de Münster: afinal, o que é um Estado? E por que um Estado (nacional) é importante para os povos? A se observarem em especial as situações de Estados emergentes emancipacionistas ou separatistas, por declarações de independência e instituição em determinado território de governo próprio.

Esses processos foram e podem ser estudados sob diversos aspectos: do ponto de vista histórico e político, do ponto de vista econômico e sociológico, do ponto de vista organizacional e jurídico, e do ponto de vista antropológico e cultural. Mas as perguntas postas acima, ainda que intrigantes e pertinentes, não serão abordadas neste limitado trabalho, por escaparem ao seu específico escopo, senão que apenas discutirá conceitos que fazem interface com seu tema.

Indo ao marco teórico buscado, como paradigma para a hermenêutica a ser processada nesta pesquisa, sobre a governança adotada no Brasil por Bolsonaro e seus impactos sociais, chega-se a Eric Hobsbawm e Benedict Anderson e suas inéditas explanações sobre os processos históricos de formação dos Estados nacionais e aos elementos de identificação do seu núcleo. Esses espíritos, de origens distintas e por caminhos históricos próprios convergiram para um mesmo interesse em suas pesquisas e estudos e para referenciais interpretativos em interfaces e complementares, sobre o fenômeno dos nacionalismos e sua explicação pela dimensão cultural.

Em *A Era das Revoluções* (1962), Eric Hobsbawm (2006) inaugura uma série de estudos sobre as grandes transformações que moldam a modernidade até a contemporaneidade; mas não aquela modernidade primária de superação da medievalidade e da reurbanização, do renascimento mercantilista e cultural até a reinvenção dos Estados por unificação de nobrezas; sim da modernidade de afirmação política e jurídica da burguesia emergente no plano social e das ideias, como ocorreu na Revolução Francesa de 1789, com uma proposta de Estado civil; e sobre como esta sociedade entra em corrosão com o advento da era industrial, um novo modo de produção que diversifica as relações sociais, e desperta movimentações em direções opostas.

A partir deste e de posteriores estudos, Eric Hobsbawm (1990) chega a uma monografia interpretativa sobre *Nações e Nacionalismo desde 1780* (gestada no período 1985-89), em que – da questão anteriormente posta sobre o que é um Estado? ou o que é um Estado nacional? que foi levantada desde 1648 pelos principados insurgentes alemães ante os poderes de então, para compreensão dos processos de formação dos Estados nacionais – passa à questão seguinte sobre o que é uma nação? para a compreensão do fenômeno dos nacionalismos e seus Estados.

Em *Comunidades Imaginadas* (estudos publicados em 1983), Benedict Anderson (2008) dedica-se também a desvendar e explicar os fenômenos dos nacionalismos, em observação dos

conflitos de subnações no interior dos Estados clássicos e do declínio das dinastias europeias e asiáticas e reconstrução da unificação política, em processos marcados por liames linguísticos mediante a massificação da imprensa, como também do que chama de nacionalismos crioulos nas colônias europeias nas Américas, em processos por correspondência dos sentimentos pela emancipação e pela comunicação linguística e identificação com o território da vivência local. Questões desdobradas em outros estudos sobre imaginário anticolonial e consciência nacional.

Em geral, para Benedict Anderson (2008), os processos de emancipação e separatistas e de formação de Estados nacionais, como a independência das 13 colônias inglesas na América, que instituem um Estado federativo integrado inteiramente novo, como também o surgimento dos demais Estados nacionais pelo mundo (na África e na Ásia), até os processos de adaptação dos Estados monárquicos na Europa em Estados nacionais, se fundam em imaginários internos.

O ponto de convergência desses autores, e que ora é adotado como marco teórico para a hermenêutica interpretativa da governança direcionada e ideológica de Bolsonaro e sobre seus impactos percebidos nas vivências e relações sociais, é sua visão (percepção) dos conceitos de nação/nações e de nacionalismos por um arcabouço semântico de comunidades imaginadas, pelas matrizes de representação e de reconhecimento, em relação de pertencimento ao grupo.

No entanto, esse norteamento teórico, para a compreensão da governança divisionista e impositiva de Bolsonaro, carecerá também do recurso a referenciais conceituais suplementares, como as leituras de Michel Foucault (2008a, 2008b), das ambientações de vivências e códigos e sistemas de controle social, como nas preleções no Collège de France sobre o nascimento da biopolítica ou sobre políticas de controle sobre populações e territórios, do poder pelo vigiar.

Ademais, como nesse marco teórico, e nos fatos tomados para estudo, esses processos se constroem por linguagens, carece buscar por referenciais de compreensão da importância da linguagem e da sua incidência sobre a conformação das identidades e condução das vivências, como se tem em Ferdinand de Saussure (2002) por seus estudos do fenômeno linguístico, e em teóricos da hermenêutica sobre interpretações e impactos da comunicação mediante a fala.

Enfim, tecer considerações sobre o fenômeno de linguagem dominante em nosso tempo, mais veloz instrumento de comunicação e de atingimento simultâneo de contingentes sociais, que são os meios de comunicação digital, de ampla utilização pelo bolsonarismo e para reações e contraposição a seus métodos e políticas, já havendo diversos estudos sobre esse tema.

1.5 Eric Hobsbawm e Benedict Anderson: Nacionalismos ou Comunidades Imaginadas

Eric John Ernest Hobsbawm, filho de judeu inglês com uma austríaca judia, nascido em 1917 em Alexandria (Egito) e falecido em Londres em 2012, é um historiador de formação no

marxismo e talvez o maior intérprete do período das grandes transformações mundiais, desde a ascensão burguesa e suas inovações políticas a partir de 1780 até eclodir a I grande guerra, da formação do capitalismo e os fenômenos operários, até o surgimento de disputas nacionais. A vasta obra, *A era das Revoluções (1789-1848)*, *A era do Capital (1848-1875)* e seus efeitos, *A era dos Impérios (1875-1914)*, *A era dos Extremos (1914-1991)*, culmina no ensaístico *Nações e Nacionalismo desde 1780*, mais *A invenção das tradições*, e *Tempos interessantes*.

Na sua maturidade intelectual, o seu diferencial em relação aos intérpretes do marxismo e da história e em relação à sua própria obra da primeira fase foi o seu interesse pelo estudo das tradições e das ideologias, atraído pelos surtos de nacionalismos e pelo conceito de nação. Em *Nações e Nacionalismo desde 1780*, Eric Hobsbawm (1990, p.12) parte de uma questão posta por Ernest Renan em conferência na Sorbonne em 1882 sobre o que é uma nação (?), e considera (1990, p.14-15) que a questão foi historicamente abordada de forma equivocada, em se buscando estabelecer critérios objetivos para a identificação do que constitui uma nação e para a explicação da relação fundamental de identificação dos indivíduos com as suas nações.

Diz Hobsbawm (1990, p.15-16) que as tentativas de estabelecer critérios objetivos para a identificação das nações se ancoraram em critérios como origem étnica, local de nascimento, território de vivência, atividade econômica, tradições comuns, língua falada, a história, e outros. Mas aponta (1990, p.15-16) que todos esses critérios, ainda que devam ser considerados sobre a matéria, são variáveis e não fornecem qualquer estabilidade para a identificação de nações, havendo nacionalidades espalhadas por territórios distintos e territórios com diversas nações, havendo tradições e línguas que são comuns a diversos povos, mas sem unificar esses povos. Lado outro, também critica (1990, p.16-17) a hipótese de se acrescentar um critério subjetivo, como o da eleição (ou escolha) por grupos ou indivíduos de uma nacionalidade, conduta que é motivada por situações de ocasião e que não constitui identificação verdadeira com a adoção.

Assim, propõe Hobsbawm (1990, p.18) uma inversão de abordagem: em vez de focar sobre o fundamento nação, estudar os fenômenos dos nacionalismos que fundam as nações, para situar as nações no ambiente ou no interior dos nacionalismos, e constituídas por esses. Para suporte da sua proposta, aponta (1990, p.19) que a discussão sobre nações no sentido político se coloca de par com a questão do Estado, portanto no âmbito dos nacionalismos que constituem os Estados, sendo nação um fundamento posto, constructo político e social. Aponta (1990, p.19), citando e acompanhando Gellner, que “As nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político (...) inerente, são um mito”;

e conclui (1990, p.19): “Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”.

Adiante, Hobsbawm (1990, p.63-67) enfoca o discurso ou o sentimento do patriotismo como uma espécie de protonacionalismo (popular), por semear e difundir o apreço por uma terra, um lugar de história ou uma cultura e uma crença, um sítio sagrado ou uma família real, como elementos de identificação e dignos de devoção, e popular pelo seu apelo para o povo. A esses, Hobsbawm (1990, p.68-71) destaca o acréscimo dos elementos etnicidade (sangue) e linguagem, porém dedicando especial atenção à exploração do elemento linguagem ou língua, como central no desenvolvimento do nacionalismo e na constituição da identificação de nação. Anota (1990, p.69-77) que a percepção da língua como elemento de unidade, no processo de adoção da língua natural e sua formalização como língua geral, é construção artificial e elitista, que se faz pela padronização através da imprensa e da educação, que a consolida e mitifica.

Aplicando essas considerações, é de se ressaltar que Hobsbawm (1990) trata de situações como a da Grã-Bretanha, onde a Inglaterra é constituída pelos bretões e saxões, e há sob um mesmo Reino (Unido) escoceses, irlandeses e galeses; a Espanha – de língua oficial adotada da linguagem de Castilla, sendo espanhol porque nacionalizado e castelhano pela sua origem, no entanto sem suprimir os diversos dialetos, e sob o descontentamento de catalães e bascos; ou a Rússia – em que o sentimento nacional é muito forte, porém formada por diversas etnias; ou a Itália – em que foi adotado o linguajar literário de Florença, mas sem suprimir os demais. Ao que se acresça o espanhol, falado nas Américas como língua comum de muitas nações de apelos fortes, como Argentina, Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia, México, Chile, Cuba; ou o português que foi adotado como oficial em países da África, por povos de outras etnias.

No aspecto político, Hobsbawm (1990, p. 108) destaca que o patriotismo americano, da independência em 1776, e também a identificação fundamentadora do seu conceito de nação, se deram por adoção deliberada de integração ao Estado emancipado que se pretendia instituir; e que na França revolucionária de 1789 e doravante o conceito de nação e de nacionalidade se fundaram na formação e no reconhecimento da cidadania francesa, em que os elementos de história, etnicidade ou língua tiveram pouca relevância, para compor liames entre os do povo. É então que, segundo Hobsbawm (1990, p.111), os Estados fundados sob patriotismos, cuidam de semear sentimentos nacionalistas fomentando o conceito de nação, levantando e resgatando fatos históricos e valores tradicionais, e formando imaginários consignados em símbolos, para criar o sentimento de integração a uma comunidade de origem, centro mítico de liame e vida.

Enfim, ressalta Hobsbawm (1990, p.195) que o século XX culmina “em todo o mundo” com “um triunfante avanço do ‘princípio da nacionalidade’”; que “o apelo por uma comunidade imaginária da nação parece ter vencido todos os desafios, sobretudo naqueles locais onde as ideologias estão em conflito”; que “todos os Estados do planeta, pelo menos oficialmente, são ‘nações’”; todos os movimentos de libertação tendem a ser movimentos de libertação ‘nacional’”; que são “negativos” enquanto “separatistas”, insistindo nas “diferenças” linguísticas e étnicas, de que são exemplos as agitações na Espanha e os Estados saídos do bloco socialista do Leste.

A mais, aponta Hobsbawm (1990, p.199) um incremento no interior dos nacionalismos: o fundamentalismo religioso e cultural de restauração de tradições e preservação de costumes; de visão reacionária em reconstrução de uma estabilidade anterior mítica e que vislumbra um potencial inimigo em divergentes ou estranhos; que desse modo contamina os nacionalismos e os restringe, pela percepção do diferente como uma ameaça, inclusive no âmbito do grupo.

Anglo-irlandês, Benedict Richard O’Gorman Anderson, nascido em Kunming (China) em 1936 e falecido na Indonésia em 2015, viveu também os grandes acontecimentos mundiais e também se ocupou dessa questão do surgimento dos nacionalismos e dos Estados nacionais, deixando importantes contribuições sobre esse tema: *Comunidades Imaginadas – Reflexões sobre a Origem e Difusão do Nacionalismo* (1983), depois *Sob Três bandeiras – Anarquismo e Imaginação Anticolonial* (2005), ainda *Nação e Consciência Nacional* (1989).

Eric Hobsbawm (1990), em *Nações e Nacionalismo desde 1780* (do período 1985-89), expôs o percurso da evolução das questões dos Estados e dos nacionalismos, das revoluções burguesas até os divisionismos nacionais, para a construção de seus fundamentos como nações. Mas foi Benedict Anderson (2008), em hermenêutica anterior – *Comunidades Imaginadas* (de 1983), que interpretou e discriminou as características desse constructo chamados nação(ões), em enfoque sobre os seus componentes imaginários, e seu espelhar-se conceitual para os povos. Levanta os elementos constitutivos dos nacionalismos por suas “raízes culturais” e formação das “consciências nacionais” até os “imperialismos” e os “nacionalismos oficiais”, com atenção para a evolução de “velhas línguas” em novas “línguas pátrias” e para a função da “memória”, no sentido da memória “coletiva” não datada, como central para formação de míticos apelos.

Na *Introdução a Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson (2008, p.28-31) comenta considerações dos pesquisadores dos nacionalismos sobre as dificuldades para as conceituações do trinômio nação – nacionalidade – nacionalismo; porém não se contenta em quedar no vazio e aponta para a necessidade de uma definição operacional, para nortear a investigação teórica. Mas antes de adentrar os termos do que denomina conceito operacional para orientar o estudo,

cumprir repassar a sua perquirição ou exposição dos processos de formação dos nacionalismos e dos elementos históricos ou culturais constitutivos dos fundamentos construídos das nações. O que, segundo Anderson (2008), vem de antecedentes desde a Reforma, com a dissolução do ligamento de comunidades e do império religioso de monopólio de uma língua, até a invenção da imprensa para imposição de línguas novas, e as libertações das chamadas colônias crioulas.

Anderson (2008, p.35) parte de simbologias e rituais, que considera mais representativos dos nacionalismos (sentimentos nacionais): a reverência ao(s) soldado(s) desconhecido(s), os mártires de guerras que morreram em combates pela pátria, representados por túmulos vazios e que restaram perdidos em qualquer lugar, no entorno de cujas memórias se religam os da terra, um encontro imaginário com um desconhecido imaginário, para uma identificação imaginária. Um fato, ou uma marca do tempo, registra Anderson (2008, p.83) que: desde 1776 até 1838, as “novas entidades políticas que surgiram no hemisfério ocidental” todas se autodefiniram então “de modo autoconsciente como nações”; e destaca que “com a interessante exceção do Brasil, (surgem) como repúblicas (não dinastias)” e também como “os primeiros estados nacionais” no “cenário mundial”, sendo assim para essas novidades políticas “os primeiros modelos reais”.

Em abordagem não linear, não coincidente com a temporalidade das ocorrências fáticas, Anderson (2008) se ocupa das mudanças das “velhas línguas” para línguas novas (capítulo 4), da invenção da imprensa e da indústria editorial como um “anjo (mensageiro) da história” (capítulo 8), dos levantes nas colônias europeias nas Américas constituindo Estados nacionais (“primeiros crioulos”, capítulo 3), e as adequações dos Estados dinásticos no velho mundo no após I guerra em Estados nacionais, em movimento internacional como “última moda” (cap. 6). Faz destaque do papel da imprensa, com traduções e impressões da Bíblia nos vernáculos e as edições de autores novos ou a veiculação de notícias locais, para semear sentimentos nacionais. Aponta sobre os Estados nacionais nas Américas um aspecto de prevenção das oligarquias ante o enfraquecimento das metrópoles e receios de instabilidade interna, que unificaram as elites.

No entanto, Anderson (2008, p.83) ressalta que as separações das colônias instituíram os primeiros Estados nacionais republicanos da história, à exceção do Brasil que manteve dinastia. Anderson (2008, p.163) registra que após a I guerra a afirmação de suas identidades nacionais tornou-se imperativa para legitimação dos Estados, tanto que na formação da Liga das Nações as potências imperiais restantes compareciam à assembleia em trajes nacionais – não imperiais, até se amoldarem os velhos impérios em Estados nacionais e como repúblicas na grande parte. O que explica a necessidade apontada por Anderson (2008, p. 31) de formular um conceito de nação que se refira a essa construção política, não por evidente referente a nação como etnia.

Antes, sobre a presença crescente dos nacionalismos, Anderson (2008, p. 28) comenta que “as Nações Unidas admitem novos membros” (nações) “praticamente todos os anos”. E que “muitas ‘nações antigas’, tidas como plenamente consolidadas, veem-se desafiadas por ‘sub’- nacionalismos em seu próprio território”, os quais “sonham com algum futuro feliz, livres dessa condição de ‘sub’”. Aponta que, ao contrário do que se supunha, “não se enxerga, nem remotamente, o ‘fim da era do nacionalismo”, e que “na verdade, a condição nacional [*nation-ness*] é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos”.

Ademais, em acréscimo, tem-se hoje o ressurgimento dos nacionalismos no interior das democracias consolidadas, não somente como reacionarismos exclusivistas contra os externos, mas como reivindicação de uns segmentos da sociedade política que se dizem mais legítimos e mais nacionais que outros, e portanto mais autorizados a se manifestarem em nome da nação e de todos os demais membros, inclusive sobre aqueles que se sintam sufocados ou excluídos; ou seja, um nacionalismo conflitivo, em que uns se acham mais cidadãos e mais aptos.

Mas, indo ao ponto, sobre nação(ões), no sentido político, Anderson (2008, p.32) anota:

Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de **nação**: uma **comunidade** política **imaginada** e imaginada como sendo intrinsecamente **limitada** e, ao mesmo tempo, **soberana**. (g. n.)

Quanto aos caracteres elementares do conceito de comunidade imaginada (2008, p.32):

Ela é **imaginada** porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (g. n.)

Quanto ao restritivo de territorialmente circunscrita pelas confrontações (2008, p.33):

Imagina-se a nação **limitada** porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. (sic itálico, grifamos)

Quanto ao atributo da autoafirmação política, sendo concebida soberana (2008, p.34):

Imagina-se a nação **soberana** porque o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico de ordem divina. (sic itálico, grifamos)

Sobre a identidade com a comunidade, apesar de desigualdades internas (2008, p.34):

Ela é imaginada como uma **comunidade** porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma camaradagem horizontal. (g. n.)

Enfim, sobre a energia apelativa dessa identificação vital para os povos (2008, p.34):

No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nesses dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas.

Eis, portanto, que a *nação* é um *liame imaginário*, como *ambiente e espaço de vida*.

1.6 Fatos, Conceitos: Marx e Mészáros, Mannheim e Marilena Chauí, sobre Ideologia

Em 1º/01/2019, na cerimônia de posse³ como presidente do Brasil, Jair Bolsonaro voltou ao discurso político de 2018, para criticar o que chama “viés ideológico” do governo anterior (Lula/Dilma/PT), com a promessa de que “Vamos libertar (o País) das amarras ideológicas” e “combater a ideologia de gênero”, em nome de “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, e com equipe “sem o tradicional viés político”, pela “tradição judaico-cristã”, e pela “família”.

Em 26/12/2019, após um ano de governo, os jornalistas Luiz Calcagno e Bernardo Bittar publicaram reportagem⁴ no jornal *Correio Braziliense*, em que destacam a atuação “ideológica” do governo Bolsonaro nas relações exteriores, com sucessão de desastres e desgaste político: como o reconhecimento do líder “oposicionista Juan Guaidó como presidente da Venezuela”, porém sem resultado pela permanência de Nicolás Maduro “firme no poder”; um alinhamento incondicional aos Estados Unidos com abandono da “postura histórica de condenar o embargo econômico a Cuba” na ONU, porém sem reciprocidade do presidente Donald Trump, que logo anunciou a “retomada das tarifas” sobre metais brasileiros – alumínio e aço; em afago a Israel, “prometeu transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém” e reconhecer a cidade como sua capital, assim “desagradando os países árabes”, que são importadores da carne local.

Em 05/06/2020, pouco depois da primeira morte por *Covid-19* no Brasil (março/2020), ante as primeiras medidas para a prevenção de propagação do coronavírus *Sars-Cov-2*, irritado com as recomendações da Organização Mundial da Saúde para a contenção da circulação e da aglomeração de pessoas e para uso de máscaras faciais, que conflitavam com as suas posturas de contraditar as medidas e participar de atos e manifestações públicas sem uso de máscaras, em sintonia com seu ídolo Donald Trump, Bolsonaro criticou⁵ severamente a *OMS* e ameaçou também suspender relações com a entidade, se esta não se corrigisse do seu “viés ideológico” e de interferir nos assuntos internos do Brasil, de fazer política e “dar palpite na saúde aqui”.

³ A posse de Jair Bolsonaro, como presidente do Brasil, em 1º de janeiro de 2019, foi marcada pela reiteração de seus discursos de campanha (2018), contra o “viés ideológico” de esquerda. Vide matéria da jornalista Elisama Ximenes, no portal digital do *Jornal Opção*, cobertura disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/em-discurso-de-posse-bolsonaro-reforca-combate-a-ideologias-em-seu-governo-156404/>

⁴ A matéria, de Luiz Calcagno e Bernardo Bittar, no jornal *Correio Braziliense*, expõe que no curso de um ano, o governo Bolsonaro se revelava tão “ideológico” ao inverso, com postura alinhada aos representantes mundiais da direita. Em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/12/26/interna_politica,816564/com-rcuos-forte-vies-ideologico-marca-a-politica-externa-de-bolsonar.shtml

⁵ A saída do Palácio da Alvorada, o chamado “cercadinho do Alvorada”, foi o palco (também) do ataque verbal do presidente Jair Bolsonaro à *OMS*, conforme noticiado pelo jornalista Gustavo Garcia, em publicação no portal digital *g1.globo.com*, em 05/06/2020, matéria em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/05/bolsonaro-aponta-vies-ideologico-na-oms-e-ameaca-tirar-brasil-da-organizacao.ghtml>

Em 20/05/2022, passada a emergência do *Sars-Cov-2*, o Brasil figurou⁶ entre os países com mais mortes por *Covid* no mundo em números proporcionais e absolutos, com 665.595 óbitos.

Apesar do sentido vulgar, da utilização equivocada do termo, pelo presidente Bolsonaro e seu entorno político e de governo, vê-se que o termo “ideologia” e seu derivado “ideológico” estão no centro das suas atenções políticas e por isso também no centro da governança adotada. Além de gerir o governo voltado para os interesses de segmentos⁷ da sua sustentação política, em vez de fazer um governo de Estado em atendimento das demandas da população em geral, Bolsonaro optou por um governo de conflitos e atritos⁸ com os poderes e as posições opostas, de modo que se faz mister focar atenção no termo “ideologia” e distinguir conceitos em uso.

O termo “ideologia”, que foi usado por Tracy e Hegel antes de Marx, é um composto dos vocábulos gregos “idea” (ideia, imagem, representação) e “lógos” (razão, ordem, discurso), e do qual provém o derivado terminativo “logía” (logia) para a designação de diversas ciências, e conteria etimologicamente o significado originário de “ordem (conjunto) de ideias” enquanto “razão (concepção) das coisas”, no sentido de interpretação ou explicação do mundo e da vida.

Após Marx, com a repercussão decorrente dos conflitos políticos e debates sobre classes e consciência de classe, o termo foi revisitado por diversos estudiosos em filosofia e sociologia e em ciência política, como István Mészáros e Karl Mannheim, e autores diversos por tópicos, até vulgarizadores de diferentes matizes. O que evidencia a importância do vocábulo na cultura política e exige uma abordagem sobre alguns dos principais autores que se ocuparam do tema.

Karl Marx, filho de judeus, que nasceu em Trier (Prússia) em 05/05/1818 e faleceu em Londres em 14/03/1883, se explica (conforme sua teoria) em parte pelo contexto de sua época e em parte pela sua paixão e gênio: viveu em um período de ebulição social e se envolveu por inteiro com os problemas do seu tempo. Veio do ambiente da tradição hegeliana, do convívio com a esquerda hegeliana (como Bruno Bauer) e da leitura de alguns dos escritos do grupo (de Ludwig Feuerbach, *A essência do Cristianismo*), do envolvimento com os problemas do seu

⁶ A onda do coronavírus *Sars-Cov-2* no Brasil, por dados do *Consórcio de Imprensa* formado para noticiar a evolução da *Covid-19* no país, ante a insistência do Ministério da Saúde em omitir dados de contágios e mortes, chegou a 665.595 óbitos em 20/05/2022, em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/05/20/brasil-registra-quarto-dia-de-alta-nas-mortes-por-covid-media-movel-e-de-109.ghtml>

⁷ Já em janeiro de 2019, entre as primeiras medidas do presidente Bolsonaro no governo está o seu decreto de liberação da aquisição de armas, de até 5 armas por indivíduos e de até 5 mil munições por mês, para fazendeiros nas suas propriedades e nos seus veículos, e para os colecionadores e os caçadores e outros interessados do seu público; ao mesmo tempo ataques aos ambientalistas e aos protetores das reservas indígenas e reservas públicas, em apoio ao desmate de florestas e legalização de glebas ocupadas e também garimpo nas áreas; disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/15/bolsonaro-assina-decreto-que-facilita-posse-de-armas.ghtml>

⁸ O jornalista Adriano Machado, em portal digital da revista *Exame*, destaca em matéria de 01/07/2019, ainda no começo do governo, que o presidente Bolsonaro priorizou as chamadas “pautas ideológicas”, inclusive gerando atritos e conflitos com o Poder Judiciário e com o Congresso Nacional, visando alimentar e satisfazer suas bases; ver reportagem em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-prioriza-base-ideologica-e-acirra-atrito-com-poderes/>

tempo, dos estudos dos processos históricos e de intensa militância política direta, até romper com a matriz da filosofia hegeliana em interpretação da história, justo para explicar a história.

Marx escreveu um opúsculo, de título *A Ideologia Alemã*, pensado com Engels de 1845 a 1846, que apenas veio a ter publicação póstuma em 1933, com intento de refutar o idealismo vigente nos ambientes intelectuais de então, e expor a história em bases econômicas e sociais. Viam (MARX; ENGELS, 2001, p.7) o hegelianismo (idealismo alemão) como uma ideologia no ambiente acadêmico e intelectual alemão (ideologia alemã), sob dois aspectos: a uma, os “velhos hegelianos” rememoravam as doutrinas hegelianas em suas preleções, e os chamados “jovens hegelianos” tentavam divergir dos sistema oficial, porém apenas se atendo a destacar um ponto da doutrina (uma categoria, um conceito) para lhe dar tratamento diverso e contestar o sistema, porém nisso permanecendo prisioneiros do sistema, e assim reafirmando o sistema.

A duas, porque o hegelianismo em seu idealismo tinha uma visão equivocada (falseada) da realidade, concebida por suas representações e conceitos (racional correspondente ao real), e não se fazia o contraponto dos conceitos e representações com a realidade, que escapa a eles. Ao contrário da nova visão ou ciência da história proposta, em bases econômicas e materiais:

As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são pois verificáveis por via puramente empírica. (MARX; ENGELS, 2001, p.10)

Então, propõe-se a inversão da perspectiva de representar ou explicar a realidade fática:

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. (MARX; ENGELS, 2001, p.19)

Eis que Marx vê as ideias dominantes na sua época como as ideias da classe dominante, como expressão da burguesia e do capitalismo, assim passando a análise da “ideologia alemã” para as ideologias de classe na história, como a ideologia burguesa e capitalista, vigente então:

As ideias (pensamentos) da classe dominante são também, em todas as épocas, as ideias (pensamentos) dominantes; em outras palavras, a classe que é poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. (...) As ideias (pensamentos) dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; são essas relações materiais dominantes consideradas sob a forma de ideias. (MARX; ENGELS, 2001, p.48)

Assim, portanto, na ascensão da burguesia e na formação da sociedade civil e do Estado:

A sociedade civil enquanto tal só se desenvolve com a burguesia; entretanto, a organização social resultante diretamente da produção e do comércio, e que constitui

em qualquer tempo a base do Estado e do restante da superestrutura idealista, tem sido constantemente designada por esse mesmo nome. (MARX; ENGELS, 2001, p.34)

A obra de Marx (e Engels), especial em *A ideologia alemã* (2001) e *Manifesto comunista* (1999), expõe com abundância que a história é sucessão de gerações e de atuações na economia, em que uma geração preserva as condições anteriores e as modifica ao mesmo tempo, assim ensejando a superação do *status quo* e criando um novo, assim surgindo outras ideias e visão.

Assim, portanto, como as ideias (pensamentos) da classe dominante em uma determinada época são as ideias (pensamentos) dominantes naquela época, há também classes ou gerações emergentes por épocas, e as ideias (pensamentos) desse campo emergente (ou revolucionário) são também as ideias (pensamentos) emergentes (revolucionários) naquele período histórico:

A existência de ideias revolucionárias em uma determinada época já supõe a existência de uma classe revolucionária, e dissemos anteriormente tudo o que era preciso a respeito das condições prévias que isso implica. (MARX; ENGELS, 2001, p.49)

No entanto, na visão de Marx (e Engels) essa classe emergente (revolucionária) se opõe frontalmente com a classe dominante e se percebe por representante de toda a sociedade que não seja aquela classe, assim extrapolando a sua posição de classe, pela sociedade em geral:

Pelo simples fato de se defrontar com uma classe, a classe revolucionária se apresenta de início não como classe, mas sim como representando a sociedade em geral. (MARX; ENGELS, 2001, p.50)

A visão de Marx (e Engels) sobre ideologia é decorrente da sua percepção dualista do antagonismo econômico e social, e sua visão da ideologia dominante como representação não correspondente (falseada) da realidade e como instrumento para a dominação política e social decorre das mudanças sociais e descompasso da perda de legitimidade de um corpo de ideias.

É nesse contexto que se coloca a questão da formação da consciência (de classe), em parte como resultante das contradições econômicas e sociais e da percepção da condição social, e em parte pela interação dos indivíduos em situação comum e pela sua interlocução entre si.

A luta de classes é expressão das contradições sociais e do resultante conflito de ideias.

Adiante, o filósofo húngaro István Mészáros (1930-2017), que ainda jovem trabalhou como operário de fábrica e conheceu a exploração das mulheres pelo capital, foi estudioso da epistemologia aplicada às ciências políticas e sociais, com destaque para a publicação *O poder da ideologia* (de 1988, revisão e reedição em 2004); em que poderia iniciar o debate com a proposta de neutralidade nas ciências apresentada por Max Weber (1970)—em *A ciência como vocação*, mas instaura o debate com o teórico decantado do liberalismo John Maynard Keynes, adversário do socialismo e reformador do capitalismo, prometendo a eternidade para o capital.

István Mészáros (2004, 11) contesta a pretensão de John Maynard Keynes de elaborar formulações econômicas com qualidade de neutralidade epistêmica, enquanto que os críticos do capitalismo seriam ideológicos em suas elaborações teóricas, e assim carecedores de crédito. A título de comparação, cita (2004, 57) exemplo de um “dicionário”, que seria protótipo cabal da neutralidade ideológica e da objetividade semântica, o que porém não se confirma quando visitados alguns vocábulos que estejam em desprestígio ou prestígio na sociedade dominante, de modo que não se pode admitir ingenuamente o que se apresenta como científico ou técnico, mas estando a cultura comum como também a literatura técnica sob forte influência ideológica.

Isto pode ser surpresa para muitos. No entanto, a verdade é que em nossas sociedades tudo está ‘impregnado de ideologia’, quer a percebamos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar (ou desvirtuar) suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como ‘normalidade’, ‘objetividade’ e ‘imparcialidade científica’. (MÉSZÁROS, 2004, p.57)

Cabe realçar que o ensaio de István Mészáros (2004) em apreço (*O poder da ideologia*) foi publicado em 1988, antes portanto da derrubada do muro de Berlim (9/11/1989) – no período da guerra fria, das tensões acumuladas desde as revoluções comunistas vitoriosas: a Russa de 1917 com as suas expansões no entorno, a Chinesa de 1949 – constituindo uma pressão na Ásia, e depois as inúmeras ramificações pelo mundo, como na América Latina a Cubana em 1959. O mundo se dividiu entre um bloco comunista em expansão representado pela URSS e China e outro bloco capitalista na resistência representado pelos Estados Unidos, com instrumentos de inibição e pressão – como a OTAN e suas instalações na Europa, direcionadas para a Rússia. Um período de instabilidade, de espionagens e perseguições, conflitos políticos pelo controle de Estados e comando de economias, e disputas pela legitimidade dos discursos à sociedade.

A disputa entre as grandes potências por uma hegemonia no mundo se estendeu para as periferias em seu entorno, com invasões e ocupações soviéticas no Leste europeu e instruções dos Estados Unidos para os golpes de Estado e ditaduras militares capitalistas nos territórios sob sua influência – como na América Latina: no Brasil com a deposição de João Goulart em 1964 por empresários e generais, na Argentina a deposição de María Estela Martínez Perón e entronização do sanguinário Jorge Rafael Videla em 1976, no Chile a deposição de Salvador Allende pelo despótico Augusto Pinochet em 1973; com prisões e perseguição de políticos, de estudantes e sindicalistas e jornalistas, e dezenas de milhares de desaparecidos no continente.

O cenário de divisões e posicionamento político se estendeu para diversos setores, como para o religioso e para o cultural. No Brasil, surgiu em 1960 o movimento conservador católico TFP – Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade e em outra direção

as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, uma Teologia da Libertação na América Latina de posicionamento do Evangelho em favor dos pobres e por justiça social e reformas de base. No Brasil, até na música se manifestou o contraste, com uma corrente de cantores do protesto, contra a ditadura e reivindicativa de liberdade, e uma *Jovem Guarda* do romantismo e da paz.

A esse tempo, não se há falar em neutralidade no discurso político, ou em objetividade em ciências sociais, como também dificilmente em qualquer outra conjuntura política e social. É desse poder das ideologias, da sua presença nos discursos e penetração nas mentes em uma sociedade dividida e em contínuos conflitos, que nos esclarece István Mészáros (2004, p.65):

Uma vez que as sociedades em questão são elas próprias internamente divididas, as ideologias mais importantes devem definir suas respectivas posições tanto como “totalizadoras” em suas explicações, e de outro como “alternativas” estratégicas umas às outras. Assim, as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se inter-relacionam e até se confrontam, de modo mais ou menos aberto, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente.

Vê-se, do exposto, que Mészáros identifica a sociedade contemporânea como complexa e múltipla na sua composição e nas representações que as classes e segmentos sociais fazem de si mesmos e dos outros, havendo ideologias dominantes que determinam o discurso oficial e ideologias alternativas em trânsito, de identificação dos demais segmentos e grupos sociais.

No entanto, apesar de composto e em movimento o ambiente social, Mészáros considera que a ideologia dominante se exterioriza buscando promover a sua consolidação permanente, como superestrutura estratificada ou como a verdadeira realidade, em negação do seu oposto:

É por isso que a ideologia dominante tende a produzir um quadro categorial que *atenua* os conflitos existentes e *eterniza* os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido. (MÉSZÁROS, 2004, p.69) (sic)

Tem-se, portanto, no influxo do campo dominante por se fazer prevalecer, não só uma sobreposição do campo dominante e suas ideias sobre o mundo social, mas o esforço do *ethos* dominante por se impor sobre os demais, ou os sufocando e anulando ou lhes negando valor.

Por óbvio, o campo dominante, ou econômica ou politicamente, possui mais capacidade de uniformizar a sua versão dos acontecimentos e sua representação da realidade, por deter à sua disposição de mais instrumentos para potencializar o seu discurso sobre os demais outros.

Enfim, as visões dos segmentos minoritários e suas versões alternativas são combatidas e negadas, como estranhas à sociedade e nocivas ao Estado ou à moral, desvios ou erros.

Em ótica não marxista, o filósofo e sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947), que viveu em período anterior ao de István Mészáros – mas igualmente atribulado, que também foi ouvinte de Georg Lukács em Budapeste e de Alfred Weber em Heidelberg, como *privatdozent*

escreveu *Ideologia e Utopia* em 1929, foi professor em Frankfurt em 1934 e migrou em 1935 para a Inglaterra para escapar do nazismo, onde encerrou carreira docente na London School.

Em linhas sintéticas para fechar o tópico, basta-nos registrar que Karl Mannheim (1986) aborda a temática da ideologia sob dois aspectos: um subjetivo (gnosiológico/epistemológico) – dos processos de conhecimento da realidade como concepções ou representações de mundo; e outro prático (sócio-histórico/ontológico) – na vertente de intervenção alteradora da realidade, em que os agentes direcionam as suas visões de mundo em atuações no mundo, como *utopias*.

No primeiro aspecto, Mannheim (1986, p.81-85) distingue uma dimensão particular ou psicológica (subjetiva) de ideologia, que se refere à linguagem dos discursos em interlocução na sociedade ou nas discussões teóricas, que expressam a inserção e atuação do falante como ator, que podem ensejar suspeitas de contaminação por interesses, de falsidade ou distorção de fatos; e uma dimensão totalizante como *Weltanschauung* (uma cosmovisão) enquanto concepção ou representação da sociedade e da história próprias de uma época ou determinada classe social, e que perpassa as consciências por uma percepção da realidade que condiciona o modo de ver.

A respeito desses aspectos, Mannheim (1986, p.110-115) destaca percepções negativas (não-valorativas) e percepções dimensionadas ainda que inconscientemente como valorativas de ideologia, por expressarem concepções de mundo carregadas de valores geralmente aceitos. Essa dimensão valorativa totalizante permite não somente contrastar os discursos particulares e as suas posições teóricas ou opções, mas também orientar indivíduos ou uma classe nas ações. Sobre ideologia e utopia, Mannheim (1986, p.124) ressalta que a mesma realidade de origem e destino das representações conjuga essas duas noções, no sentido de que “todos os grupos e classes conflitantes da sociedade buscam esta realidade em seus pensamentos e em seus atos”

As concepções, representações de mundo, segundo Mannheim (1986, p.216) se colocam em posicionamentos divergentes na sociedade, umas como conservadores para a preservação de uma conformação de mundo e se caracterizam propriamente como ideologias (roupagem); outras expressam aspectos de sociedade em movimento ou sob mudanças e estão em conflito com a realidade institucional ou política e se orientam para mudanças, portanto como utopias.

No entanto, Mannheim (1986, p.253) considera que também a mentalidade conservadora, de imediato acomodada e irrefletida, quando provocada por movimentos de mudanças, reage em defesa da realidade estabelecida e em resistência às tendências de mudanças, ou de forma reacionária para retornar a um estado anterior e seus valores, em direção utópica oposta.

Aqui, por valioso, cabe menção a um opúsculo da professora Marilena Chauí (2001), com o intento de conceituar *O que é ideologia*, em que parte da percepção comum (2001, p.21)

de que a “nossa experiência direta e imediata da realidade nos leva a imaginar que o real é feito de coisas (sejam elas naturais ou humanas)”, porém “o real não é constituído por coisas”.

No entanto, em que pese ter elaborado uma rigorosa e ampliada exposição e exegese das formulações marxianas sobre ideologia e seus aspectos, suas funções de representação e as suas manifestações no processo histórico e social, não fornece um conceito abrangente para o termo, para situar sua utilização pejorativa ou valorativa, nos colóquios comuns e nos embates teóricos.

A visão de Marilena Chauí (2001, p.131) é da ideologia dominante da classe dominante como instrumento de dominação social, e que para tanto camufla ou desvirtua a realidade com representações modelares de instituições como o trabalho, a iniciativa, o empreendedorismo, a competência, ou a família, ocultando desigualdade, acumulação, exploração, exclusão, lucros; ao que se contrapõe a crítica da ideologia e da realidade, para a tomada de consciência social.

Este conceito, não obstante acertado nos seus aspectos, não é suficiente para abranger a diversidade dos discursos ideológicos atualmente veiculados nos meios políticos e sociais, não sendo suficiente por exemplo para abranger o arcabouço ideológico do bolsonarismo e seus componentes, como o seu nacionalismo, o fundamentalismo pentecostal, ou o olavismo; e ainda porque (apesar de no governo) o bolsonarismo se considera sufocado e considera que a ideologia dominante é do globalismo institucional comunista, o ambientalismo, climatismo.

Vê-se, na atualidade, a quebra do monopólio dos discursos: por exemplo, com o surto de segmentos políticos de ultradireita no ambiente da direita; uma inserção religiosa na política colada ao liberalismo econômico, mas que rejeita o liberalismo social; em parâmetros novos.

Enfim, temos a percepção de Marx da ideologia como as concepções e representações de mundo características de determinadas épocas históricas e das condições materiais e sociais vividas pelas classes em cada época, os apontamentos de Mészáros sobre a complexidade das composições sociais e multiplicidade de representações de mundo em conflito político e social, o registro de Mannheim das intervenções das ideologias sobre a realidade em vertente utópica, e finalmente os esforços por uma definição conceitual básica tentados por Chauí para o termo.

Para efeito deste trabalho, deve-se entender por ideologia(s) as representações de mundo de determinadas classes, grupos dominantes ou segmentos sociais emergentes, divergentes ou minoritários, segundo as perspectivas das condições históricas e materiais de sua inserção e na direção de seus interesses de existência na sociedade, como ideários que orientam suas ações.

É, na matéria, um conceito sempre precário, mas um referencial válido para o seu fim.

1.7 Michel Foucault, Agamben e Mbembe: Ambientes de Vivências, Controle Social

Em 17/04/2019, ainda no início do governo Bolsonaro, segundo noticiário⁹ veiculado no dia seguinte, um professor de geografia de escola particular de São José dos Campos (SP), teve divulgado na *internet* um vídeo feito por aluno de crítica em aula a Jair Bolsonaro eleito em 2018 e suas posturas discriminatórias, e foi sumariamente demitido pela empresa escola.

Em 28/04/2019, segundo noticiário veiculado¹⁰ na imprensa, na onda da proposta de uma “escola sem partido”, o presidente Jair Bolsonaro divulgou um vídeo que lhe foi enviado por uma aluna, de uma professora de gramática (português) fazendo considerações críticas às posturas do presidente e do ideólogo Olavo de Carvalho, a estudante da iniciativa seria filiada ao partido político (PSL Partido Social Liberal) do presidente, e não aceitaria a manifestação.

Em 30/04/2019, segundo noticiário veiculado¹¹, o ministro Abraham Weintraub – da Educação, anunciou contenção de 30% nos orçamentos de universidades federais, por suposto “baixo desempenho acadêmico” e “balbúrdia”, depois justificando como contenção de gastos, e tendo Bolsonaro acrescentado que para as instituições de esquerda o corte poderia ser maior, o que ensejou uma reação em cadeia em defesa das universidades e do ensino público no país.

Em 31/05/2021, um professor e militante partidário que participava de manifestação em Goiânia (GO)¹², no ambiente das discussões sobre a expansão das contaminações e mortes pela *Covid-19* no Brasil, foi preso por portar no *capot* do seu veículo uma faixa com legenda *Fora Bolsonaro genocida*, foi levado para depoimento na delegacia e enquadrado por veicular ofensa ao presidente da República na Lei de Segurança Nacional, resquício do regime militar.

⁹ A matéria, na plataforma digital *g1.globo*, veiculada em 18/04/2019 pela redação, expõe a vulnerabilidade a que ficaram sujeitos os não adeptos da política vencedora em 2018 no Brasil, sob cerco contínuo de policiamento de suas posições e manifestações políticas, tanto nos locais de trabalho ou nos ambientes de convivência social. Acessado em 1º/06/2022. No link: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2019/04/18/professor-e-demitido-apos-critica-a-bolsonaro-durante-aula-em-escola-de-sao-jose-sp.ghtml>

¹⁰ A reportagem, na plataforma digital *O globo*, é das jornalistas Juliana Castro e Clarissa Pains, publicada em 28/04/2019, no ambiente da discussão da proposta de uma *Escola Sem Partido* e das controvérsias do processo eleitoral e das manifestações divisionistas do presidente eleito. Acessado em 1º/06/2022. A matéria disponível: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-divulga-video-de-aluna-que-filmou-professora-em-aula-23628113>

¹¹ A matéria, da jornalista Renata Mariz, na plataforma digital *O globo*, divulga uma notícia que surpreendeu o país pelo caráter agressivo da medida que poderia ter sido meramente técnica, mas que o governo aproveitou para veicular razões ideológicas na administração dos recursos, e seu ódio aceso ante as posições acadêmicas de consciência crítica e liberdade de ensino. Ver matéria em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/ministro-da-educacao-vai-cortar-30-das-verbos-de-todas-as-universidades-federais-23634159>

¹² A reportagem, do jornalista Rafael Oliveira, veiculada pela plataforma digital *g1.globo*, fazia cobertura de manifestações populares em reação aos efeitos nefastos de posições do presidente e do seu governo contra as medidas de contenção e prevenção dos contágios pelo coronavírus *Sars-Cov-2*, já então alcançando o montante trágico de meio milhão óbitos no país: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/05/31/professor-arquidones-bites-denuncia-que-foi-presos-por-nao-retirar-de-seu-carro-um-adesivo-fora-bolsonaro-genocida.ghtml>

Em 17/05/2020, segundo noticiário¹³ da ocasião, o presidente Jair Bolsonaro reiterou afiançar uma proposta legislativa de deputados governistas no Congresso, para especificar na legislação da educação em linguagem biológica o conceito de gênero, “gênero” igual a “sexo”. E 03/01/2019, no início do governo a ministra da Mulher – Damares Alves publicou vídeo¹⁴ em que anunciou uma “nova Era” no Brasil, em que “menino veste azul e menina veste rosa”.

Em 1º/11/2018, após a eleição presidencial, o general Augusto Heleno, notório apoiador de Bolsonaro e futuro ministro de Segurança Institucional, deu declaração¹⁵ sobre segurança de que há “inversão” na questão de “direitos humanos”, que devem ser para “humanos direitos”. A expressão é amplamente repetida nos ambientes do bolsonarismo, para fazer face a outra de que “bandido bom é bandido morto” e ao mote de que o “cidadão de bem” deve ter sua arma.

Em 20/08/2019, o então governador do Rio de Janeiro aplaudiu¹⁶ a eliminação de jovem que sequestrara um ônibus sobre a ponte Rio-Niterói, agitado pelo desemprego e sem armas. Em 25/05/2022, policiais em Sergipe¹⁷ mataram um motoboy na viatura, com o uso de gás.

Recorri, em trabalho disciplinar (CASTELO BRANCO, 2002) desta *maestria*, à teoria da biopolítica de Michel Foucault e às denúncias por Agamben dos estados de exceção, para as restrições ou supressões de direitos, ou por Mbembe da necropolítica praticada por Estados ou segmentos da sociedade, para aterrorizar ou controlar ou para completar a profilaxia social, na ocasião para explicar as desigualdades estruturais e as políticas de discriminação no Brasil, em particular o racismo/racialismo combinado com pobreza e com violência policial e social.

Aqui também, em complemento aos referenciais conceituais indicados, cabe novamente recorrer aos instrumentais do estruturalismo sociológico-jurídico, para descrever a condução da governança de Bolsonaro e sua estratégia de hegemonia sobre a sociedade, pelos padrões de um programa de segurança em que se promove a conformidade por imposição e por coação,

¹³ A matéria, de 17/05/2020, no portal digital *Gazeta o Povo*, do jornalista Leonardo Desideri, mostra Bolsonaro reverberando um dos assuntos que mais repercutem para o conservadorismo e em suas bases evangélicas – das igrejas tradicionais às pentecostais, não diversidade e homofobia. Acessado em 1º/06/2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ideologia-de-genero-lei-bolsonaro-congresso/>

¹⁴ A postagem, sobre a distinção nas vestes, noticiada amplamente na mídia, acessada em 1º/06/2022, disponível: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damare-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>

¹⁵ A matéria, sobre a apropriação dos direitos pelas elites, publicada na plataforma *Exame*, veicula a proposta de campanha que marcará a política de segurança pública do governo, franco incentivo à violência policial. No link: <https://exame.com/brasil/general-heleno-defende-direitos-humanos-para-humanos-direitos/>

¹⁶ A matéria, amplamente divulgada, como na plataforma *Brasil de Fato*, o governador Wilson Witzel em gestos de comemoração do fuzilamento do jovem, disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/08/20/witzel-comemora-morte-de-sequestrador-enquanto-policia-mata-inocentes-nas-favelas>

¹⁷ A notícia, que surpreendeu a nação, da violência policial desnecessária ou como política de morte, também na plataforma *Brasil de Fato*, está disponível no link: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/26/camara-de-gas-dentro-de-viatura-da-prf-mata-homem-no-litoral-do-sergipe-leia-repercussao>

e em que a definição das políticas de governo e suas linhas de ação se pautam por reforçar o controle político e social e afastar a temeridade indesejável de divergências, pela exclusão não só das opiniões contrárias, mas também por sufocar os sujeitos, e assim os submeter ao bastão.

A obra de Michel Foucault (1926-1984), professor e pesquisador do Collège de France, cuja produção vai de *As Palavras e as Coisas* (genealogia do saber) à *História da Sexualidade* (vontade, prazeres, cuidado de si), nos interessa pelo enfoque da relação do conhecimento com a estruturação das instituições, na linha da relação entre o saber e as formas do discurso com os sistemas de domínio e controle – o poder. Essas abordagens estão consignadas em estudos como a *História da Loucura na Idade clássica* (1978), em que expõe o processo pelo qual a sociedade europeia clássica constituiu uma afirmação de identidade pela exclusão do outro, elementos e indivíduos que expressassem a sua negatividade ou o que pretendia negar em si; *Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão* (1984), em que desnuda o surgimento da modernidade sob a égide das políticas de controle e do encarceramento daqueles que não pudesse controlar, em não controlando suas vontades e suas mentes, ao menos pelo controle absoluto dos corpos; *Microfísica do Poder* (1984), em que expõe as estruturas e mecanismos do exercício de poder.

No entanto, dos escritos de Foucault, as preleções ministradas no Collège de France, que foram reunidas nas publicações póstumas *Nascimento da Biopolítica – Cursos 1978-79* (2008a) e *Segurança, Território, População* (2008b), trazem contribuições esclarecedoras dos métodos dos Estados modernos nascentes para a sua afirmação mediante o rigoroso controle de territórios e populações, do seu trabalho e das suas atividades, do convívio social e do ócio, em que o controle (exercício do poder) vigia os indivíduos e seu mover-se nos espaços de vida. Anotei, em trabalho anterior, sobre essas abordagens (CASTELO BRANCO, 2002, p.181), que “O foco de Michel Foucault (2008a), na dissecação das estruturas da sociedade moderna, foi a descrição de instrumentos e mecanismos utilizados pelos Estados em formação”, em que esses “instrumentos e mecanismos” são “absorvidos e reproduzidos pelas sociedades nos processos de transição e consolidação dos poderes novos”, em que Estados e sociedades se afirmam “por um *ethos* que chamou de biopoder e por um controle que denominou de biopolítica”, por códigos de condutas e por vigilância e fiscalização e “através de instituições como as prisões, leprosários, os hospitais, as escolas, as igrejas, e asilos”, visando “a sujeição de indivíduos e suas mentes, em espaços públicos e privados”, até “na família, o sexo, tudo”.

Na linha de Foucault, o filósofo italiano Giorgio Agamben (Roma, 1942), que foi ouvinte dos seminários de Martin Heidegger na década de 1960, autor de diversas pesquisas e estudos e professor na Europa e nos Estados Unidos, país ao qual decidiu não mais retornar após as

medidas de segurança do presidente Bush, tem entre as suas principais publicações o volume *Estado de Exceção* (2004) e os escritos primeiros sobre o *Homo Sacer* (tipo sagrado e regime especial no direito romano), e fez polêmicas sobre as medidas de prevenção contra a *Covid-19*.

Anotei, na informada abordagem temática (CASTELO BRANCO, 2002, p.181), sobre o estado de exceção descrito: “Giorgio Agamben (2004) considera que os processos de controle dos indivíduos pelos Estados se caracterizam como um estado de exceção permanente – um paradigma de governo”; os Estados costumam reproduzir e padronizar as suas intervenções a ponto de conformar um procedimento disciplinar que “se incorpora na moldura dos Estados e se manifesta por tentáculos que (se) estendem ao redor”; do que podem ser citados como exemplos “sejam os controles impostos por Hitler ao chegar ao poder até os (futuros) campos de concentração, para trabalho forçado e eliminação das representações do mal”; ou então “até o programa de segurança nos Estados Unidos, após o atentado em New York em 2001”.

Ainda que tenha adotado¹⁸ posições polêmicas, em contrário às medidas para contenção da circulação e da aglomeração de pessoas e de restrição a atividades diversas como prevenção contra a disseminação do coronavírus *Sars-Cov-2*, mais mantendo fidelidade às suas posições anteriores do que adequando o seu posicionamento às emergências impostas pela pandemia, são válidas as denúncias do pensador italiano sobre as políticas estatais de manutenção e ampliação dos controles sobre as sociedades e os indivíduos, com policiamento e militarização ostensiva.

É esse inclusive um cenário assustador que se consolida no Brasil, e conduzido por um presidente (e pelo seu governo) que se posicionou¹⁹ contra as medidas de prevenção contra os contágios pelo coronavírus e exatamente sob a alegação de defesa da liberdade e de direitos; mas sob ataques²⁰ contínuos às instituições democráticas e adotando medidas discriminatórias

¹⁸ As posições polêmicas de Agamben, ainda que em suposta coerência com seu pensamento, são registradas e comentadas por Yara Frateschi, em artigo crítico no *blog* editora *Boitempo*, acessado em 1º/06/2022, disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/12/agamben-sendo-agamben-o-filosofo-e-a-invencao-da-pandemia/>; ou no artigo de abordagem abrangente de Maikon Chaidir Silva Scaldaferrero, publicado pela *Revista Griot* da *UFRB*, disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5766/576669014024/html/>

¹⁹ Há farta cobertura jornalística das posições opostas às medidas de prevenção contra o contágio pelo coronavírus *Sars-Cov-2* reafirmadas por Bolsonaro no governo, em confronto com governadores ou prefeitos, como nos *links*: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/19/bolsonaro-contraria-ciencia-e-diz-a-apoiadores-que-eficacia-de-mascara-e-quase-nenhuma.ghtml> (contra a utilização das máscaras de proteção facial) <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/01/06/bolsonaro-ataca-a-vacinacao-e-questiona-a-honestidade-da-anvisa-comunidade-medica-repudia.ghtml> (contra a vacinação anti-*Covid*) <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/13/bolsonaro-diz-que-nao-tomara-vacina-ciencia-recomenda-imunizacao-de-quem-ja-teve-covid.ghtml> (negando a se vacinar)

²⁰ Ao longo do transcurso do governo, o presidente Jair Bolsonaro incentivou e participou de manifestações contra o Congresso e os tribunais *STF* e *TSE* e convocando intervenção militar, como se pode visualizar nas matérias jornalísticas de então. Em: <https://www.brasilefato.com.br/2020/03/15/bolsonaro-ignora-coronavirus-e-participa-de-manifestacao-contra-congresso-e-stf> Ou então: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-discursa-em-ato-em-frente-a-quartel-com-pedidos-de-intervencao-militar/>

sobre segmentos²¹ secularmente prejudicados ou minoritários na sociedade, como os favelados, os afrodescendentes, a diversidade cultural, a homoafetividade, com repressão, violência.

O africano camaronês Achille Mbembe (Otélé, 1957), doutor em história pela Sorbonne em Paris e formação complementar em ciência política em 1989, com funções de docente em Berkeley e Colúmbia nos Estados Unidos e também em Yale, e tendo exercido atividades de pesquisas em Dakar no Senegal (África), traz também importantes contribuições para a leitura dos processos de criminalização pelos Estados das divergências políticas e sociais e mesmo da diversidade cultural e social. A partir do conceito foucaultiano de biopolítica desenvolveu o correlato necropolítica, para denunciar políticas de repressão e práticas da violência e da morte.

Anotei, no trabalho anterior (CASTELO BRANCO, 2002, p.181), buscando âncora, que “Achille Mbembe (2016) acresce ao conceito de biopolítica de Foucault o de necropolítica, expondo que os Estados afirmam e exercem a sua soberania sobre as populações e indivíduos, não somente por medidas de controle dos seus corpos”, mas excedendo os limites do razoável e promovendo uma pacificação “pelo controle absoluto das suas vidas, decidindo sobre os que devam morrer ou viver, suspendendo direitos e impondo terror”. E acrescenta Mbembe que os “estados de exceção” de que trata Agamben, “como os campos de concentração nazistas”, vem de “antecedentes como as fazendas coloniais”, de “escravização”, “exceção”, “terror”.

No Brasil, durante o Regime Militar (1964-1984), por ações do DOPS e do SNI, houve repressão e espionagem contra os opositores aos governos de exceção, com prisões e mortes. No governo Itamar Franco (1992-1994) e no governo (golpista) de Michel Temer (2016-2018), foram promovidas intervenções militares pelo Exército (tropas de guerra) na cidade do Rio de Janeiro, com ocupação de morros e favelas e cerco sobre a circulação de pessoas e suas vidas. Recente, no governo Bolsonaro, praticou-se uma negação ideologizada dos “direitos humanos”, com o discurso e uma proposta política seletiva de “direitos humanos” para os que fossem os “humanos direitos” (“cidadãos de bem”), e para os considerados marginais a sentença de que “bandido bom é bandido morto”, e licença para as polícias matarem²² em operações e ações.

²¹ Antes, o deputado, e no governo, o presidente Jair Bolsonaro várias vezes se manifestou de forma depreciativa e incentivando discriminação contra mulheres, diversidade, negros: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>

O mesmo conteúdo discriminatório na operação policial: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/19/governo-do-rj-faz-operacao-policia-no-jacarezinho-para-inaugurar-projeto-que-substitui-upps>

E na postura agressiva contra indígenas: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-critica-reservas-indigenas-feitas-por-antecessores-verdadeira-industria-de-demarcacoes-24250031>

²² Ao longo do governo, fiel às suas origens com milicianos, o presidente Bolsonaro defendeu de forma insistente a adoção da excludente de ilicitude para os policiais que matarem em ações, como se pode visualizar pelos *links*: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-defende-excludente-de-ilicitude-para-policiais/>
<https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/bolsonaro-defende-licenca-para-matar>

É um estado de exceção, não institucional, mas declarado, em curso e em prática no país, uma necropolítica que decide quem são os melhores e os indesejáveis na sociedade, com ações policiais nas favelas²³ que deixam rastros de mortos, inclusive de pessoas não ligadas ao crime. Uma política de morte imposta à sociedade também na pandemia do coronavírus *Sars-Cov-2*, em que o presidente e seu governo se colocaram contra as medidas²⁴ de prevenção contra os contágios e contra a vacinação, e chega-se em 3/6/2022 a mais de 667.000 óbitos²⁵ por *Covid*.

Enfim, no conjunto, os conceitos de biopoder e biopolítica, macropoder e micropoder, e as denúncias dos estados de exceção, como políticas excepcionais de segurança dos Estados que se perpetuam e se tornam rotinas, e de práticas institucionalizadas de necropolítica, como políticas de assepsia e profilaxia social, são instrumentos úteis para interpretar o Brasil atual.

1.8 Linguística e Hermenêutica: As Existências Conformadas por Linguagens

Em outro trabalho, de pesquisas em docência pela PUC-Minas, cujos artigos temáticos foram inicialmente publicados pela *Revista Eclesiástica Brasileira* de Petrópolis (Vozes), na ocasião coordenada por Leonardo Boff, e depois reunidos em uma publicação de antropologia latino-americana sobre os processos da conquista e da dominação cultural dos povos, descrevo (CASTELO BRANCO, 1996, p.100) a entrada de Fernão Cortês no México (a partir de Cuba), em que além da superioridade de montarem cavalos e se utilizarem de armas de metal e fogo, é por utilização da linguagem e manipulação de símbolos que invadem o espírito dos nativos e, com a mediação da indígena domada Malinche como intérprete (língua), completam a obra.

Adiante, em outro tópico, sobre um momento subsequente da conquista, também exponho (CASTELO BRANCO, 1996, p.117) o diálogo no encontro de Atahualpa na região dos Andes com o espanhol Francisco Pizarro, na ocasião assistido pelo dominicano Vicente de Valverde; em que Pizarro se apresenta ao chefe dos Incas, também por um intérprete indígena – Filipillo, como representante de um senhor poderoso de além-mar, porém o incaica também se afirma senhor naquelas terras e diz que não se sujeitaria a outro; ao que o espanhol recorre ao frade e

²³ No Rio de Janeiro, o laboratório da *necropolítica* no Brasil, no mesmo governo de Cláudio Castro, sucessor do também *bolsonarista* Wilson Witzel, intervenções de extermínio recentes, em maio de 2021 e em maio de 2022, deixaram um rastro de respectivamente: 28 mortos na comunidade do Jacarezinho, e depois 23 na Vila Cruzeiro: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/chega-a-23-o-numero-de-mortos-em-operacao-policia-no-rio-de-janeiro/> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/tiroteio-deixa-feridos-no-jacarezinho.ghtml>

²⁴ No transcurso da pandemia da *Covid-19*, o presidente Jair Bolsonaro se esmerou em contrariar as medidas de prevenção contra a disseminação do coronavírus e em atacar os governadores e prefeitos que adotaram medidas, com amparo no dispositivo dos interesses locais. Ver reportagem em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/16/bolsonaro-ataca-governadores-excesso-nao-vai-curar-problema-vai-agravar.htm>

²⁵ Em 03/06/2022, a letalidade da pandemia do coronavírus *Sars-Cov-2*, ensejador da *Covid-19*, chegou no Brasil a 667.019 óbitos, das maiores no mundo. Ver: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/06/03/brasil-registra-41-mortes-por-covid-em-24-horas-media-movel-esta-em-93.ghtml>

lhe solicita a mediação da cruz, tendo o frade erguido a cruz em uma mão e um livro na outra e imposto ao nativo a ordem de se curvar ao verdadeiro deus; vindo a resposta do nativo de que tinha por deus o sol que não morre e perguntando ao frade onde ouvira falar desse deus; já lhe responde o frade que viera daquele livro, ao que o inca pede e abre o livro e diz que o livro não lhe diz nada, jogando-o ao chão; ao que o frade dá a ordem de matarem os gentios.

Essa abordagem poderia se estender para os processos de aculturação (de esvaziamento cultural) e transculturação (de transplantação cultural) que impiedosos colonizadores europeus – portugueses e espanhóis, para nos situamos no contexto mais conhecido da América Latina, impuseram sobre os indígenas para consolidar a dominação desses povos, sob o discurso (mal disfarçado) de os civilizar de *gentios* em *gente*, pelas práticas da catequese continuada, desde a ministração de ensinamentos para crianças e adultos, até a instituição das reduções jesuíticas, como nos pampas sulinos do Brasil ou na região do Plata, com índios de branco ouvindo missa.

Ou tenha-se, sob outro prisma, como exposto acima, como a invenção da imprensa e as publicações nos principais dialetos regionais foram instrumentais para formar línguas novas, e de como essas se tornaram em elementos de unidade para formação dos Estados e das nações. De se lembrar que o Marquês de Pombal em 1757 expulsou os jesuítas do Brasil e proibiu de se falar e escrever no *nheengatu* – a língua geral; e que qualquer ideologia (em outro norte) é uma construção de representações e linguagem, tudo a dizer do papel da língua e da fala.

O suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913), filólogo e filósofo da linguagem e fundador do ramo de conhecimento denominado Linguística, tem por principal publicação a compilação de manuscritos que resultaram de cursos fornecidos na Universidade de Genebra em 1906-10, reunidos postumamente em 1916 como um *Curso de Linguística Geral* (2002), em que se dedica à descrição das gramáticas e dos paradigmas explicativos da formação e evolução das línguas, bem como às funções relacionais de significantes e significados na comunicação dos falantes, em que expõe as funções dos signos como valores e distingue as funções da língua e da fala, a língua como sistema comunicativo e de valores, e as manifestações dos indivíduos pela fala.

As descobertas de Saussure (2002) para o conhecimento da linguagem se complementam com as formulações conexas de Hans-Georg Gadamer (1900-2002), que se dedicou à questão da leitura de códigos comunicativos e da hermenêutica (interpretação) dos significados e das linguagens que são subjacentes às expressões e textos, tendo deixado um conjunto de tópicos temáticos em hermenêutica, entre os quais se destaca *Hermenêutica em Retrospectiva* (2007); e com as contribuições de Paul Ricoeur (1913-2005) sobre as significações comunicativas e as interpretações dos simbolismos de linguagem, elaborações que estão consignadas no seu estudo

Conflito das Interpretações – Ensaio de hermenêutica (1988), aplicáveis à disciplinas várias, como para as exegeses de textos, para a escuta dos sintomas de pacientes, ou a subjetividade; e que são portanto aportes a serem considerados em interpretação de dados ou para o sentido das manifestações dos indivíduos, ou os seus emudecimentos que também são modos de falas.

Em Jacques Lacan (1901-1981), psiquiatra e reinventor da Psicanálise, tem-se vasta obra com títulos – além dos seus *Seminários* – até uma coletânea publicada como *Escritos* (1978), dedicada às funções da linguagem na definição das identidades dos indivíduos, que se fazem expressar por manifestações inconscientes também por veiculação de linguagens, em especial sobre as funções da fala (individual e livre) nos diálogos de tratamento e persecução da cura, em que o método da cura é deixado às descobertas e ressignificações do paciente por sua fala.

Atualmente, é crescente a utilização dos paradigmas da linguagem em diversos ramos do saber, como na teoria da democracia pela interlocução dos segmentos políticos e sociais, em que deve ser uma constante a negociação visando maiorias para a validação das decisões, na teoria do processo como composição participada em contraditório e construída pelas partes, ou na teoria da elaboração legislativa participada pelos atingidos para a legitimidade das leis.

Aqui, neste trabalho, sobre modo e métodos de um governo por práticas de exclusão e discursos de discriminação e intimidação, será também útil considerar as contribuições desses saberes sobre linguagens e identidades, para a hermenêutica (interpretação) de dados e fatos, sobre os discursos veiculados e os seus impactos, quais as percepções pelas reações a eles.

1.9 Era Cibernética e Mecanismos Disponíveis de Linguagem Virtual

Enfim, quanto à temática da linguagem, cabe ressaltar que o objeto deste estudo, o modo e os métodos de governança de Bolsonaro e seus impactos sobre indivíduos e grupos sociais, nos remete para as linguagens utilizadas por Bolsonaro e seu entorno, por meios e ferramentas atualmente disponíveis para a comunicação de massas, a *internet* e os seus aplicativos digitais.

Após a invenção da escrita e os seus usos, pelas antigas civilizações e pelas instituições medievais, o mundo conheceu algumas grandes revoluções na comunicação dos indivíduos e dos povos, desde a invenção da imprensa na virada do século XV até os *smartphones* atuais. A invenção do telégrafo em meados do 1800 e da máquina de escrever e do telefone na última quadra do mesmo século, a invenção da transmissão radiofônica e sua expansão na aurora do século XX e depois a transmissão televisiva que se consolidou até meados do mesmo século, a corrida espacial da guerra fria e as transmissões via satélite na segunda metade do século XX, a invenção dos computadores em meados do século XX e sua crescente utilização em escala, com a integração de computadores e navegação de dados em rede como histórico da *internet*,

fizeram progressivos movimentos de expansão das comunicações e de integração dos povos, até a migração da linguagem analógica para digital, os celulares e as relações virtuais atuais.

A velha imprensa editou folhetins e periódicos, publicou as traduções da Bíblia para os vernáculos e também os escritos que surgiam nas línguas novas, assim consolidando as línguas e ensejando a formação de Estados pela identificação de nações; mas a era da informação com computadores aposentou a antiga máquina de datilografia e as vetustas tipografias e gráficas, assim como a evolução dos aparelhos celulares de telefonia móvel para *smartphones* digitais veio a fechar as redações de revistas temáticas encadernadas e de jornais impressos em papel; já se tem o mundo conectado por uma rede virtual nova de comunicação e de relacionamentos, que desafia os velhos códigos e sistemas de controle e em que muitos quase moram e vivem.

Sem nos determos, para economia da atenção, sobre a variedade de aparelhos ofertados para a comunicação digital e de linguagens para as suas operações e seus usos, os sistemas de geração e transmissão de dados e os aplicativos diversos de manejo individual e em território virtual, sobre os quais há disponível abundante literatura técnica nas “nuvens” e em “salas”, cabe destacar alguns aspectos da *web (internet)*, como conexão interativa de computadores e aparelhos portáteis (móveis), por linguagens digitais em rede, nas casas, nas mãos, nas ruas.

A era virtual, da comunicação e de vivências, se processa por um espaço ou território de mobilidade e irrealidade, em um ciberespaço que ultrapassa as fronteiras e as abrangências das regulações dos Estados e que dessa forma ambienta a navegação e veiculação de mensagens em um território fictício (virtual) e sem regras, como a reclamar uma regulação internacional e em conexão com as regulações nacionais (locais), para conter os excessos e inibir os ilícitos.

O que se faz tanto necessário, em se tendo em conta que não só a comunicação técnica se veicula por canais digitais, mas também se entabulam negociações comerciais e financeiras e se estabelecem relacionamentos diversos, sendo atualmente um espaço privilegiando de vazão de sentimentos e preconceitos de variados matizes, ideologias políticas e discriminação social, com grande impacto na formação das opiniões, inclusive por notícias falsas, rancores e ódios.

A *web* e os canais digitais, no aspecto da interação política, vêm substituindo os fóruns tradicionais que são os partidos políticos, os sindicatos de classes e os seminários de debates, e por seus efeitos de interação e comunicação simultânea substitui as convocações e os avisos, como veículo de formação de movimentos e de promoção de manifestações em grande escala, como na célebre primavera árabe em 2010 e nas mobilizações anti-Copa no Brasil em 2013.

A onda digital, sem apreciações de mérito, fez tempestades avassaladoras nas eleições nos Estados Unidos que elegeram Donald Trump em 2016 e nas que elegeram Jair Bolsonaro

no Brasil em 2018, e por esses canais digitais proliferaram manifestações negacionistas contra as vacinas de imunização contra o coronavírus *Sars-Cov-2*, aumentando a tragédia da doença.

Eis que, atualmente, é esse o principal canal de comunicação e de interação das pessoas, que por linguagens e mensagens virtuais impacta a vida social e cultural ensejando fatos reais. E tanto que os presidentes Trump e Bolsonaro substituíram as tradicionais entrevistas para os órgãos de imprensa, práticas comuns aos chefes de Estados e de governos, pelas suas *lives*.

Assim, pelo exposto, fechamos o quadro dos referenciais a serem considerados para o presente estudo, o modo e os métodos da governança de Bolsonaro e os seus impactos sociais, não para fins de interesses políticos, mas para a compreensão desses fatos, nesses dias.

1.10 Termos Utilizados e Definições Conceituais

No âmbito deste trabalho, independente de outras conotações dos vocábulos, conforme as considerações estabelecidas a respeito do marco teórico e dos referenciais conceituais, para evitar ambiguidades, os termos relacionados abaixo são utilizados nas seguintes acepções:

Estado: instituição político-jurídica de governo constituída por uma população, com soberania sobre um determinado (delimitado) território e nas suas relações externas e internas;

Governo: função gestora político-administrativa no âmbito de um Estado e seu território, com todas as competências para a organização, financiamento e planejamento, e seus serviços;

Governança: modo e métodos de exercício do governo, com as medidas e estratégias e as articulações com os partidos e lideranças políticas e setores sociais para viabilizar as ações;

Governabilidade: conjunto das condições sociopolíticas (e econômicas) de apoio ao governo (favoráveis ou não), que criem hegemonia/consenso ou maioria/minoria de apoio;

Hegemonia: situação de predominância de um Estado sobre sua área de influência, ou de um partido ou corrente política ou projeto sobre a sociedade e instituições públicas e civis²⁶;

Identitário: refere-se aos setores ou segmentos culturais ou sociais com uma identidade específica no composto social e com pautas próprias reivindicatórias ou afirmativas em geral;

Ideologia(s): as percepções, concepções ou representações de mundo características de determinadas classes, sejam grupos dominantes ou segmentos sociais emergentes, divergentes ou minoritários, segundo as perspectivas das condições históricas e materiais de sua inserção, na direção de seus interesses de existência na sociedade, como ideários que orientam suas ações;

²⁶ O termo, de origem grega, é de uso clássico para indicar a supremacia ou predomínio de uma nação ou cultura sobre outras, como a exercida pelo helenismo ou por Roma no mundo antigo. Foi depois utilizado pelo marxista italiano Antônio Gramsci em seus *Escritos Políticos* e nos *Cadernos do Cárcere*, para se referir ao predomínio da ideologia capitalista na sociedade burguesa. Mas não é central na governança de Bolsonaro, nem neste texto.

Nação(ões): em sentido político, “comunidade(s) imaginada(s)” identificada(s) consigo mesma(s) e com um determinado território, com sentimento de soberania própria (Anderson);

Nacionalismo: apelos ou sentimentos patrióticos de identificação com um território, uma comunidade (povo/etnia) ou um líder, e movimento em defesa e pela preservação desses bens;

Opressão: em sentido político-social, posição ou situação/condição socioeconômica de desigualdade em relações de exploração e subordinação (dominação) de indivíduos ou classe;

Opressão ideológica: posição e autopercepção de indivíduos ou segmentos sociais que são ou se sentem represados culturalmente e impedidos de se manifestarem e autoafirmarem;

Repressão: em sentido político-social, ações e medidas políticas ou operações policiais que visam conter ou sufocar manifestações de indivíduos ou grupos, inclusive com violência;

Repressão ideológica: ações e medidas diversas, especial por linguagens e discursos, que visam deslegitimar outras linguagens, identidades e discursos, para impor visões, ideias;

Ressignificação: esforço de segmentos minoritários ou discriminados e marginalizados na sociedade, em reafirmação das suas identidades e valores, em reação ao discurso oficial;

Resistência cultural: atitude e posições e/ou manifestações de indivíduos ou grupos, em manutenção de suas identidades e suas convicções, em sobrevivência cultural e social;

Resistência política: atitude e iniciativas e/ou manifestações de indivíduos e grupos, para reafirmação de suas posições e para reversão de um quadro que lhes seja maléfico;

Vitimização: ações impostas a indivíduos ou grupos para os prejudicar ou diminuir ou a percepção de indivíduos ou grupos de que são discriminados no ambiente social.

Capítulo II

Autoritarismo e Bolsonarismo: Histórico dos Fatos

Em tudo, como ensinou Hegel²⁷, mesmo nos episódios aparentemente absurdos, há uma racionalidade, ou uma lógica. Ante o adverso, como perante o favorável, é preciso atender ao preceito do “distanciamento hermenêutico” de Ricoeur (1990), ainda que não seja possível a “neutralidade científica” de Weber (1970), para a melhor crítica, visão teórica, dos fatos.

2.1 Fatos Gerais – Demarcadores e Explicativos da História, Discursos e Políticas

Fatos gerais, no sentido hegeliano, que marcaram os inícios deste século e que iluminam os acontecimentos seguintes, que surpreenderam as sociedades e os seus intérpretes, podem ser identificados em três âmbitos: as crises cíclicas dos modelos económicos e suas reinvenções, os esgarçamentos institucionais e das democracias, e as novas mídias de comunicação digital.

Não obstante, em linhas gerais, cabe antes situar o quadro geral que antecedeu e ensejou o presente século, pelos fatos marcantes da história e definidores da conjuntura internacional que caracteriza os tempos atuais; que podem ser visitados em narrativas como as do historiador britânico Eric Hobsbawm, consignadas em clássicos como *A era das Revoluções (1789-1848)*, *A era do Capital (1848-1875)* e efeitos, *A era dos Impérios (1875-1914)*, *A era dos Extremos (1914-1991)*; ou em leituras sociológicas como a do espanhol Manuel Castells, em *Redes de Indignação e Esperança* (2013) e *Ruptura: A crise da democracia liberal* (2018), até o ensaio de Levitsky e Ziblatt, *Como As democracias morrem* (2018), a crise política americana atual.

Para ser verossímil, ainda perseguindo marcos gerais, a reconstrução e interpretação da história não pode perder a perspectiva das bases materiais que engendram os fatos e as ideias. A formação do capitalismo na Europa, na esteira do mercantilismo e do colonialismo escravista (nas Américas e depois na África e na Ásia), e seu posterior desenvolvimento hegemônico nos Estados Unidos, engendrou o surgimento e levantamento do seu antípoda por onde se lastreou: os movimentos operários e as suas reivindicações trabalhistas e aspirações políticas e sociais.

Com a instalação de experiências de sociedades socialistas (Rússia/1917 e China/1949) e anexação dos Estados vizinhos pela Rússia como espólios de guerra e por ambição imperial,

²⁷ Na linha da sua visão de mundo e do seu discurso interpretativo, em que a realidade é apreendida pela sua universalidade e pela qual se explica a dialética do conhecimento entre racionalidade e realidade, Hegel abre a sua *Introdução à História da Filosofia* com uma máxima abrangente para a compreensão extensiva da história: “Tudo, na história, tem significado só pela sua relação com algum fato geral e em virtude da sua ligação com ele; descobrir este fato geral chama-se compreender o seu significado” (HEGEL, *Introdução à História da Filosofia*. 4ª edição. Trad. de Antônio P. de Carvalho. Coimbra (Portugal): Editor Armênio Amado, 1980. p. 43)

formando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), veio a reação combinada de Estados Unidos e Europa, formando a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) em 1949, que impôs ao mundo já fadigado por duas grandes guerras (1914-18 e 1939-45) um longo e tenso período de guerra fria, que também edificou e sustentou ditaduras (capitalistas), como também se contrapôs a outras, na América Latina e Oriente Médio, na África e na Ásia.

Apesar dos esforços, as tensões políticas mundiais não se atenuaram, nem com a criação da Liga das Nações (após a I guerra) em 1919, nem com a formação da ONU – Organização das Nações Unidas (após a II guerra) em 1945, senão pelo próprio fadigamento da economia e do modelo institucional estatal na URSS; em processos de esgotamento econômico e político que culminaram na *glasnost* (abertura) e na *perestroika* (reestruturação) de Mikhail Gorbachev (1931-2022) e finalmente na queda do muro de Berlim (1989) e reunificação da Alemanha, com a integração da oriental (comunista) na ocidental (capitalista), marco do desmanche do bloco.

Apesar de as duas grandes guerras terem sido provocadas pelas ambições imperialistas e rivalidades das potências econômicas e militares europeias e pelas investidas totalitárias de Adolf Hitler (1889-1945) na Alemanha (nazismo) e de Benito Mussolini (1883-1945) na Itália (fascismo), o tensionamento político mundial dos períodos pós-guerra foi entre capitalismo e comunismo, sob a polarização entre a URSS de um lado e Estados Unidos e OTAN de outro, por causa das revoluções comunistas dos pós-guerra, mais a influência soviética pelo mundo.

O período da guerra fria foi também de propaganda ideológica e sementeira dos encantos da economia capitalista (da democracia e do mercado) sobre sociedades do espectro socialista (comunista) ou os regimes fechados do Islã (das reservas de petróleo), se contrários aos EUA. Com a queda do muro de Berlim (1989) e os sucessivos descolamentos dos Estados anexados pela poderosa URSS, tem-se o término do ciclo da guerra fria e uma sensação pelo mundo de aparente alívio das antigas tensões. A nova paz mundial ensejou uma recomposição mundial dos mercados, com a instalação de sociedades de mercado comum na Europa, na América do Norte e na América do Sul, e uma sociedade comunitária de Estados, a União Europeia (UE).

Lado outro, com a derrocada das sociedades totalitárias soviéticas e do seu espectro de expansão no mundo, sem mais o fantasma do comunismo, ensejador de ameaças e de defesas, que alimentava os discursos tradicionais do liberalismo, também as sociedades democráticas (capitalistas) ocidentais passaram a experimentar seu próprio esgotamento institucional, pelas crises econômicas, as desigualdades internas, o cansaço com a política, seus métodos e vícios.

Assim, ao que parece, os segmentos conservadores dessas sociedades, que se abrigavam sob a cobertura das políticas do armamentismo e do tensionamento da guerra fria, perderam as

referências da sua sustentação e da sua segurança e conforto, tornando-se vulneráveis a outro molde de agregação política, em um mundo ampliado e ora integrado pela comunicação digital.

2.2 Alguns Antecedentes – Cenário Econômico e Político Mundial até o Brasil Atual

Em âmbito mundial, os fatos marcantes deste início de século foram as crises do capital de 2008 nos Estados Unidos e de 2011 na Europa, que se conjugam por características comuns e que decorrem de um processo internacional de transmutações do capitalismo também comuns, de demorada recuperação nos mercados, com aumento das desigualdades e impactos políticos.

Em retrospecto histórico, resgate-se que os Estados Unidos, por ação conjunta do Estado e empresas da produção de armamentos e manufaturas, de vestimentas e alimentos, ocuparam um vácuo deixado pela concentração das nações europeias e da sua capacidade de produção na I guerra, que deixou no continente vasto rastro de destruição e uma situação de escassez geral. Após a guerra, por preciosos 10 anos (de 1918 a 1928), os Estados Unidos abasteceram o filão do amplo mercado europeu, enquanto as nações europeias e suas empresas se recompunham em grande esforço de reconstrução das instituições e reativação da economia, nas várias áreas.

A produção americana foi acelerada, para abastecer os mercados das nações europeias, enquanto os próprios Estados e as economias da Europa se recompunham do esforço de guerra e se voltavam para as necessidades do abastecimento interno, até que de meados para o termo de 1929 ocorreu o descompasso de a produção europeia já suprir os seus mercados e sobram mercadorias estocadas nos estaleiros e depósitos da indústria americana, com capital aplicado e mercadorias sem saída, com queda no faturamento e perda de liquidez para pagar obrigações contratadas, inclusive para pagamento das folhas salariais de seus empregados, em quadro de inadimplência e desvalorização de títulos no mercado de ações, que resultou em quebra geral.

Esse episódio marcou a primeira guinada da dinâmica do capital, da lógica de exploração do trabalho guiada apenas pela avidez do lucro, para uma integração com a sociedade em prol da recuperação da economia, em que a economia passou a ser vista como dependente de uma sociedade com ocupação de trabalho, com potencial aquisitivo e capacidade de consumo, para gerar circulação de dinheiro e impulsionar a produção, em ciclo virtuoso de *boom* econômico. O modelo foi marcado pelo *New Deal*, um *Novo Acordo* de governo em cooperação com o mercado, para recuperação da economia e para evitar a desintegração da sociedade, espécie de reinvenção do capitalismo e antídoto contra ebulições políticas por um *Welfare State*, proposto pelo presidente Franklin Roosevelt em 1933, inspirado nas ideias do economista John Keynes.

Sob esse modelo, do fomento econômico com ou por meio de planos de proteção social, é que se implementou o incremento do desenvolvimento econômico no Brasil, a partir de 1930 com Getúlio Vargas (1930-1945, 1951-1954), passando por Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), até Juscelino Kubitschek (1956-1960), por processos chamados de *industrialização restringida* e *industrialização pesada*, com medidas de organização do trabalho e políticas de seguridade e garantias salariais (de renda), nos termos da linguagem utilizada por Sônia Draibe (1985), em *Rumos e Metamorfoses*, em que acompanha Maria da Conceição Tavares (1985), em estudo sobre a *Industrialização e Acumulação de Capital*, e João Manuel Cardoso de Mello (1982), em sua conceituação sobre o *Capitalismo Tardio* no Brasil, todos sobre esses mesmo período.

Esse modelo, de incremento e desenvolvimento econômico, combinado com implemento de políticas de proteção e amparo social, serviu também para a sustentação do Regime Militar (1964-1984) no Brasil, apesar de sua filiação conservadora com as oligarquias latifundiárias e com o empresariado industrial urbano e as classes médias, em postura política declaradamente capitalista e anticomunista; mas que, justamente por essa postura anticomunista, buscou continuar ou ampliar políticas sociais, para neutralizar os discursos de sindicalistas e esquerdistas e para pavimentar a aceitação do governo, ao mesmo tempo também sob o amparo internacional dos discursos e das políticas da guerra fria, de combate ao comunismo e denuncia dos seus males.

No entanto, o modelo do fomento econômico e do desenvolvimento por investimentos se esgota no decurso da década de 1980, com os capitalistas e os seus governos se articulando por pactos e planos de rearranjo de suas economias, que culminaram nos ajustes financeiros do Acordo de Basiléia (Suíça, 1988) e logo em sequência no Consenso de Washington (1989), em abandono da integração socioeconômica e retorno à governança (neo)liberal de mercado, para inverter o direcionamento do investimento monetário, com recolhimento de capitais e por imposição de um regramento de controle dos ativos financeiros em circulação, o que ensejou uma política de ampliação dos ganhos capitalistas, pelas mesmas estruturas existentes e com a redução dos custos operacionais, a flexibilização das leis trabalhistas e contração dos Estados.

No Brasil, essa inversão da dinâmica capitalista importou em reflexos que estrangularam a economia e levou o Regime Militar a perder sustentação das elites do capital, em um processo que Wilson CANO (2017) denomina (no decurso de 1980) como uma *década perdida*, e que se estende do crepúsculo do governo militar (João Figueiredo em 1979-1985), já sob fadiga do modelo estatizante que veio desde 1930, com pressão dos mercados pela privatização do rico filão das empresas estatais construídas, na medida para o apetite do chamado capital volátil. O

que levou à queda do Regime e comprometeu os primeiros governos da transição democrática, de José Sarney (1985-90) a Fernando Collor (1990-92), sem se relevar os seus próprios erros.

A transição democrática no Brasil foi marcada por um Congresso Constituinte formado em 1986 e pela promulgação de uma nova Constituição em 5/outubro/1988, nesse período do império do capital financeiro e de pressões do neoliberalismo sobre o modelo do *Welfare State* do *New Deal* e seus similares, para se apossar dos seus espólios; mas ainda vingando na nova Carta, que o deputado Ulisses Guimarães (presidente da Câmara dos Deputados) chamou de *Constituição cidadã*, a dicção do regime democrático e um rol de garantias e direitos sociais. No entanto, o conceito de Estado, o modelo da administração pública, os marcos da política econômica e os direitos, antes do seu incremento pleno, vieram a ser atacados pelo mercado.

Nesse quadro, é que o Brasil teve um ciclo de governos de neoliberal para social, com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e depois pelos mandatos renovados dos governos de Luís Inácio Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-16), de foco no incremento econômico mediante a ampliação do mercado interno e com programas de promoção do emprego pleno e distribuição de renda, e ainda políticas de atenção social e acesso dos pobres a diversos bens; porém sob o cerco dos capitais e suas mídias sobre o Estado, os governos e os direitos sociais. As tensões do período, sob as pressões das elites e alguns equívocos do governo, na expressão de Leonardo Avritzer (2016), criaram um impasse e levaram ao *impeachment* da presidente.

Por sua lógica, o capital financeiro se estendeu e se enredou em um circuito de ligações entrelaçadas em que a corrosão das correias e as defecções de pontas comprometeu o sistema e levou o capitalismo a novo ciclo de crises, de que não se recuperou porque não se reinventou. Em 2008, a crise mobiliária americana foi a ponta do *iceberg*, gerada pela expansão do crédito e pela ambição dos ganhos sem investimento real, no início com financiamento de aquisições de imóveis e depois refinanciando os imóveis para liberar dinheiro para gastos e outros bens, até o comprometimento da capacidade de pagamento dos mutuários e inadimplência em série, com reflexos sobre as agências financeiras e sua liquidez, em extensão sobre as construtoras e sobre montadoras de veículos, com perda de valor dos títulos e ensejando uma quebra geral.

Em 2011, em grau mais extenso e profundo, a crise dos capitais voláteis veio à tona na Europa, a começar pelos Bálcãs (Grécia) e na Península Ibérica (Espanha e Portugal), gerando reflexos também sobre a França e Itália, por um esquema do financiamento dos Estados com a emissão e aquisição de títulos públicos, para expandir os orçamentos estatais sem gerar receitas novas, que fez os Estados perderem capacidade de pagar os títulos e até os seus juros, e assim comprometeu também a liquidez dos bancos e rebaixou o valor dos seus títulos, que por sua

vez também perderam a capacidade de refinar os Estados, para a manutenção da ciranda. A crise ameaçou a sobrevivência da própria União Europeia, que foi mantida por intervenção da Alemanha fazendo e forçando aportes financeiros da comunidade, para levantar os países.

Nesse quadro, as crises do capital e as consequências de desemprego, com os rearranjos e desarranjos que se seguiram, ensejaram outros desencontros e crises, como a controvertida e inesperada decisão da Inglaterra (e da Grã-Bretanha) de se retirar do bloco europeu em 2016, no episódio chamado *BREXIT (Britain Exit)*, também em oposição à entrada de estrangeiros do bloco e outras regiões no seu território, para não disputarem empregos e ocuparem os serviços. Ao mesmo tempo, as guerras árabes (a partir da Líbia e Síria em 2011) e escassez na África no período ensejaram migrações de contingentes de refugiados para a Europa, que despertaram as resistências também das populações do continente à chegada de indesejados aos seus ninhos, e fomentaram xenofobia, radicalismos nacionalistas, agressividade social, discursos de ódio.

Esse período, esses acontecimentos e as suas consequências e reflexos sociais são objeto de estudos e de esforços interpretativos, dentre os quais se destacam os do sociólogo espanhol Manuel Castells, em *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet* (2013) e *Ruptura: A crise da democracia liberal* (2018), em que aborda os eventos da chamada *primavera árabe*, manifestações e reivindicações políticas e sociais (como no Egito em 2011), até o surgir de correntes alastradas de opinião nas sociedades pelas mídias digitais, da Europa aos Estados Unidos, de nacionalismo exacerbado e xenofobia, que conduziram do *BREXIT* à eleição de Donald Trump em 2016, com expressas ameaças à democracia e aos direitos civis.

Esse quadro, surpreendente e complexo, tem seus reflexos também no Brasil, de que são exemplos os protestos de 2013, iniciados por estudantes no entorno de questões do transporte coletivo nas grandes cidades, articulados por conexões de canais digitais, até as manifestações anti-Copa em contra as despesas com a Copa do Mundo de futebol em 2013 e 2014 e por mais ações e recursos para melhoria dos serviços públicos, ou até as mobilizações politizadas pelo *impeachment* da presidente Dilma em 2015 e 2016, em evolução e agregando grupos e temas, como um mosaico de momentos e significados que se perpassam e conformam um discurso, até a eleição de Bolsonaro em 2018, fatos e significados que são objetos do presente estudo.

O livro de Levitsky e Ziblatt, em *Como As democracias morrem* (2018), sobre a eleição de Trump nos Estados Unidos e sobre a vulnerabilidade da democracia americana ameaçada, expõe um cenário socioeconômico e político distinto do que se teve e se tem no Brasil, porém com características semelhantes nos aspectos ideológicos e políticos, e descreve Trump e seus rompantes em termos que nos permitem ver como em um espelho Bolsonaro e seu séquito das

elites conservadoras e escravocratas, sob conivência das instituições e da sociedade em geral. O que nos permite vislumbrar uma vertente de opiniões e influências por além das fronteiras, a se materializarem nas circunstâncias e conforme os interesses, como nos EUA e no Brasil.

Enfim, novamente lembrando Hegel (1980, p.43), não há fatos isolados na história e são esses conhecidos pela sua ligação com os fatos gerais que os antecedem e que os presidem, de modo que o estudo dos fatos não se faz sem os situar no contexto em que se inserem e que os explica, assim não sendo Bolsonaro e as confluências ao seu entorno desconectados do tempo, mas frutos do momento e das vicissitudes de ocasião, com ingredientes que lhes são típicos.

2.3 Formação e Conformação do Bolsonarismo: Descontinuidade em Sequencialidade

Sem dúvida, os esforços por entender e explicar Bolsonaro, o espectro de segmentos e pensamentos de conformação do bolsonarismo, os seus conceitos de sociedade e de governo e suas metas, os seus métodos de governança e os seus efeitos, importam em enfrentar desafios. Antes de focar o espectro do bolsonarismo, os critérios de governo e métodos de governança, põe-se a questão preliminar do momento e dos ingredientes de conformação do bolsonarismo, da confluência de segmentos ao seu entorno e seu alçamento à eleição presidencial em 2018.

Indo ao indivíduo, tem-se Jair Bolsonaro, um suboficial do Exército (capitão), rebaixado à inatividade por insubordinação militar, por articulação ou envolvimento em atentado contra a unidade a que pertencia, a Academia Militar das Agulhas Negras (Rio de Janeiro), por isso premiado em 1988 com os proventos da reserva desde os 33 anos, se elegendo vereador pelo Rio de Janeiro naquele ano (1988), na sequência 7 vezes deputado federal pelo Rio de Janeiro. O qual formou uma *holding*, com o seu sobrenome Bolsonaro, para conduzir e perpetuar a sua família na política: o filho Carlos 6 vezes vereador pelo Rio de Janeiro, o filho Flávio 4 vezes deputado estadual pelo Rio de Janeiro e alçado a senador em 2018, o filho Eduardo 2 vezes deputado federal por São Paulo; as suas mulheres e cunhados e cunhadas nos seus gabinetes. Ele próprio que passou por diversos partidos nos 28 anos como deputado, como o mico (soim) que troca de galhos ou de árvores, mas que se apresentou como não político, fora do sistema.

O que então fez de Jair Bolsonaro um *outsider*, para recorrer a uma expressão utilizada por Levitsky e Ziblatt (2018), para quem afluíram setores que o alçaram presidente em 2018? Em Brasília, por sua postura grosseira e suas posições autoritárias, homofóbicas e misóginas, associou-se com parlamentares representantes do agronegócio (chamados “bancada do boi”), com deputados egressos das hostes de militares ou de policiais (chamados “bancada da bala”), e com deputados evangélicos do reacionarismo religioso e moral (os da “bancada da Bíblia”).

Mas tais associações por si só não o tirariam das sombras da política (o chamado baixo clero) e não o credenciariam para se apresentar como representante de amplo espectro de segmentos da sociedade, como o que se agregou no seu entorno no processo eleitoral de 2018, senão que foi favorecido pelo momento e por um conjunto de fatores, que o encontraram no lugar certo.

É esta a leitura, sob o enfoque condutor de que o bolsonarismo é maior que o Bolsonaro (ao inverso da relação entre o petismo e Lula, em que se diz que o Lula é maior que o petismo), que fazem jornalistas, professores e pesquisadores que se ocupam do tema, como César Calejon (2019), Esther S. Gallego (2019a, 2019b, 2021), Leonardo Avritzer (2020, 2021), Marcelo A. Santos Júnior (2019), Rosana Pinheiro-Machado e Adriano Freixo (2019), Bruno Paes Manso (2020), Isabela Kalil (2019a, 2019b), Rodrigo Nunes (2022), Pedro Dória (2020), outros mais. Esses autores exploram aspectos distintos da conjuntura nacional e dos acontecimentos desde 2013 e até a eleição de Bolsonaro em 2018 e sobre aspectos do seu governo e as suas políticas, e algumas das publicações são coletâneas de artigos, portanto sem unidade temática ou linha de enfoque, no entanto em surpreendente confluência de percepção, a respeito de fatos e atos.

A propósito, se for para buscar uma origem remota, o próprio Bolsonaro dá a senha do que representa na sociedade brasileira e de onde vem. Em 22 de setembro de 2020, na abertura da Assembleia Geral da ONU em Nova York, o presidente Bolsonaro declarou²⁸ para o mundo, ainda em tempo do governo Trump nos Estados Unidos, para se apresentar e para se justificar, que “o Brasil é um país conservador”, acrescentando “cristão” e com a “família na sua base”, e em acréscimo falando em sua teoria da conspiração de “crisofobia” e “liberdade religiosa”. Afora os seus adendos de ocasião, a sua afirmação de ser o Brasil um país conservador vem atestar as teses do professor Jessé de Souza (2017, 2019), em *A elite do atraso – da escravidão à Lava Jato*, depois atualizada e ampliada para *A elite do atraso – da escravidão à Bolsonaro*, em que trata exatamente do perfil da sociedade brasileira formada sob o regime da escravidão, e que perpetua a exploração do trabalho em regime semiescravo, pela reprodução dos pobres.

A visão dessa sociedade conservadora e mantenedora das desigualdades bem explica a rápida adesão das oligarquias latifundiárias e do agronegócio ao candidato Bolsonaro e depois a sua manutenção inarredável em seus grupos de apoio, como também as atitudes de membros das classes médias urbanas em protestos de revolta contra a superlotação dos aeroportos²⁹, que

²⁸ O discurso de Bolsonaro na ONU em 22/09/2020 visou defender o seu governo das imputações de má condução da pandemia do coronavírus *Sars-Cov-2*, pelos desmates e pelas queimadas na floresta amazônica, do desmonte das políticas ambientais e dos órgãos de controle, também melhorar sua imagem. Matéria jornalística disponível: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-09-22/bolsonaro-diz-que-brasileiro-e-conservador-e-fala-em-cristofobia-entenda.html>

²⁹ Em 19/02/2019, no início do governo Bolsonaro, a âncora de televisão Ticiane Pinheiro (TV Record) publicou em seu perfil no *Instagram* "Olha a fila para passar no detector de metais! Aeroporto virou rodoviária!";

lhes pareciam como rodoviárias, vulgarizados pela superlotação de pobres, ou a manifestação do ministro Paulo Guedes (de Bolsonaro) da economia, de que era bom o dólar em cotação alta, porque antes até as empregadas³⁰ se davam ao desprante (inaceitável) de viajar para a Disney. O perfil conservador da sociedade brasileira, de que falam tanto Bolsonaro ou Jessé de Souza, permitiu à socióloga Ângela Alonso, gestora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP e professora da Universidade de São Paulo, em entrevista para o jornal *El País*³¹ em 6 de fevereiro de 2019, fazer um diagnóstico de que o Brasil é um país conservador e de que a Constituição de 1988 vem sendo combatida pelo seu suposto excesso em conceder direitos, e um prognóstico de que a reação conservadora que elegeu Bolsonaro 2018 dificilmente viria a ter alternância popular, mais se prevendo a manutenção da direita, ainda que por outro líder. No entanto, ainda que em conexões com a aludida pauta, a questão que ora nos ocupa é outra.

Isso até explica a sobrevivência do bolsonarismo ou a manutenção da sustentação do seu governo, apesar do seu insucesso (ou fracasso) na condução das políticas econômicas e sociais, mas não explica a origem do bolsonarismo ou o alçamento de Bolsonaro ao governo em 2018. Alguns intérpretes sustentam que o bolsonarismo iniciou sua formação nos protestos estudantis e sociais de 2013, com a agregação de outros segmentos e ingredientes ideológicos e políticos nos protestos anti-Copa e por mais e melhores serviços públicos (transporte, educação, saúde) de 2013 e 2014, até as mobilizações pelo *impeachment* da presidente Dilma em 2015 e 2016, com os ingredientes da Força Tarefa e da operação Lava-Jato em Curitiba, de criminalização do PT e da política, que culminaram na deposição de Dilma, e na condenação e prisão de Lula. Outras leituras dão a entender, e me alinho a essa vertente hermenêutica, que o *bolsonarismo* teve a sua conformação a partir dos protestos anti-PT e pela deposição de Dilma, convocados por Aécio Neves a partir de 15 de março de 2015, pela Lava-Jato e as coberturas da imprensa.

A professora Isabela Kalil (2019a), pesquisadora em Antropologia e Etnografia urbana, em artigo na plataforma digital da revista *Época*, intitulado *As origens do bolsonarismo*³², relata

e em 27/maio do mesmo ano, a socialite Lílian Aragão (esposa do humorista Renato Aragão) também se queixou do aeroporto virando rodoviária em seu perfil, ambas indignadas com a herança do governo anterior. Ver matéria *link*: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/19/ticiane-pinheiro-e-criticada-apos-reclamar-que-aeroporto-virou-rodoviaria.html> ou em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Celebridades/noticia/2019/05/lilian-aragao-reclama-de-publico-de-aeroporto-parece-rodoviaria.html>

³⁰ Em 12/fevereiro/2020, o ministro da economia de Bolsonaro declarou em seminário legislativo em Brasília que era bom estar o dólar em cotação alta, porque antes até empregadas iam passear na Disney (uma festa). *Link*: <https://www.poder360.com.br/economia/com-dolar-baixo-empregada-domestica-ia-para-a-disney-diz-guedes/>

³¹ A visão de Ângela Alonso, em entrevista para o jornalista Gil Alessi, foi publicada no jornal *El País* em 6 de fevereiro de 2019, ainda no começo do governo Bolsonaro, e se arriscou a um *prognóstico*, além do *diagnóstico*. No entanto, houve interferentes, como a pandemia do *Sars-Cov-2* ou o fim da *Lava-Jato*. Acesso em: 05/09/2022. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/01/politica/1549050356_520619.html

³² A matéria veiculada pela pesquisadora Isabela Kalil em 19/12/2019 (a) na plataforma *O globo / Época* promete a reunião das suas pesquisas em uma publicação monográfica com o mesmo título: *As origens do*

entrevistas com eleitores de Bolsonaro que identificam o início desse movimento desde 2013, enquanto outros o remetem para as manifestações de rua por *impeachment* de Dilma Rousseff (2015/2016) e ao período dos processos da operação Lava-Jato, condenação e prisão de Lula. Mas ela própria visualiza que o espectro ideológico que conformará o bolsonarismo se forma a partir da reação ao Plano Nacional de Direitos Humanos em 2010 (versão 3), pelos temas trazidos à agenda nacional como direitos de minorias, reconhecimento das diversidades social, pautas identitárias da negritude e proteção dos indígenas, direitos da mulher sobre o corpo, e em reação à criação da Comissão Nacional da Verdade, pela presidente Dilma em 18/11/2011, criada para apurar as violações dos direitos humanos praticadas por agentes do Estado durante o período da ditadura militar, em se considerando que a própria presidente havia sido vítima da repressão e de tortura no período, por sua militância no movimento estudantil e resistência.

Em outra ocasião, em entrevista para o portal *Sul 21*, a antropóloga Isabela Kalil (2019b) expõe a tese de que *O bolsonarismo é maior que Bolsonaro*³³, por “espectro punitivista” que “admite o intolerável” e “ameaça a democracia”, um espectro que – segundo a pesquisadora – se moldou nos núcleos do acampamento na Avenida Paulista, em frente à FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), no ambiente das mobilizações pelo impeachment da presidente Dilma em 2015/2016, de um quase espontaneísmo de protesto à política de direita. Diz que sua observação captou a evolução de grupos que no início se diziam “anticorrupção” e aos poucos se refinaram como de direita ou de extrema direita, em articulação pelos meios de comunicação digital, formando grupos de discussão e de identidade política, e também em articulação com outras iniciativas em outras capitais do país, em redes de integração interativa, inclusive adotando nomes pelos quais se identificavam, a até se distinguiam no espectro geral, em que se viam liberalismo e conservadorismo dos costumes, e clamor por intervenção militar. Diz que encontrou em 2015 grupos que estiveram nos protestos de 2013, e segundo os quais não eram (ou não sabiam que eram) de esquerda ou de direita, e depois se sentiram de direita. O que evidencia uma diferenciação entre as manifestações de 2013 e as mobilizações de 2015.

Enfim, é controverso que a formação do discurso conservador que ensejou o surgimento do movimento conservador e restricionista representado pelo bolsonarismo tenha tido origem nas manifestações de 2013, porque aqueles eventos surgiram espontaneamente como reação

bolsonarismo. No entanto, até o momento deste tópico, ainda não encontramos notícia do livro. Acessado em 17/09/2022. Em: <https://oglobo.globo.com/epoca/isabela-kalil/as-origens-do-bolsonarismo-1-24134678>

³³ A entrevista, para o jornalista Marco Weissheimer, ao portal digital *Sul 21*, em 29/julho/2019 (b), faz um balanço das pesquisas de campo de Isabela Kalil, junto aos manifestantes nos protestos de 2013/2014, e 2015/2016. *Link*: https://sul21.com.br/entrevistasz_arezero/2019/07/o-bolsonarismo-e-maior-que-bolsonaro-projeto-punitivista-admite-o-intoleravel-e-ameaca-democracia/

ao aumento das passagens de ônibus a partir das capitais e maiores cidades e foram conectadas com a onda mundial das manifestações políticas decorrentes do intercâmbio massificado via *internet*, e foram invadidos pelo viés anárquico e truculento dos *black blocs*, um fenômeno que foi mundial e espontâneo (sem identidade política), um rebuliço sob fermento das campanhas da imprensa contra as obras para as Copas, das Confederações em 2013 e do Mundo em 2014. Enfim, aquelas manifestações eram espontâneas e sob comandos diversos por grupos, sem um comando unificado e sem identidade ideológica e política, eram movimentos reivindicativos e expressão de protestos, que reclamavam por mais investimentos em serviços como transporte, em educação e saúde ao “padrão Copa”, que expunham as insatisfações e afirmavam direitos, sem bandeiras políticas e com os manifestantes em roupas comuns, as vestes de suas rotinas.

O visual dessas manifestações, para percepções coreográficas e demográficas, ou ainda os conteúdos dos discursos veiculados, podem ser revisitados em compilados de reportagens, como no portal *g1.globo.com* ao título *Junho de 2013: As manifestações nas manchetes do g1* ou a cobertura desse portal para a maior das manifestações³⁴, no célebre 20 de junho de 2013. Uma pesquisa, pela professora e pesquisadora Esther Solano Gallego (2014) e pelo jornalista Bruno Paes Manso (2014), sobre os *black blocs* e sua presença nos protestos estudantis de 2013 e nas manifestações anti-Copa de 2013 e 2014, mostra o espectro anticapitalista e espontâneo das suas aparições, mas que não constituem um movimento organizado ou com representantes. Um perfil identificado nas ruas de São Paulo ou do Rio de Janeiro e de outras capitais do país, que confirma a descrição desses manifestantes ocasionais e seus posicionamentos contida no estudo de Francis Dupuis-Déri (2014), que tem antecedentes desde uma marcha de mulheres em Londres em 1911 (as *suffragettes*), as manifestações estudantis e dos *katangais* na França (Paris) em 1968, avançando em formações com capacetes e cassetetes pelas ruas, ou ainda os protestos dos *weathermen* em Chicago (nos Estados Unidos) em 1969, com bastões e tijolos. Até as suas aparições identificadas, em ocasiões de fóruns econômicos e contra suas posições, como em Seattle (OMC) em 1999, ou em Gênova (G-8) em 2001, e Toronto (G20) em 2010.

Em cenário confuso, de evolução de movimentos e dos discursos, os intelectuais batem cabeça nessa questão sobre a formação ou nascimento do bolsonarismo, pelo fato da sucessão de eventos de 2013 até 2018, sem que haja necessariamente uma sequencialidade discursiva e política entre eles, senão mais uma sequência de temporalidade, inclusive em inversão política.

³⁴ Uma ampla cobertura das manifestações de mais de milhão de pessoas em mais de 100 cidades em 20/06/2013, e um compilado de reportagens do portal digital *g1.globo.com* sobre as manifestações no decurso de junho/2013, ambas as matérias acessadas para este estudo em 20 de setembro de 2022, estão disponíveis nos seguintes links: g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html ou <https://g1.globo.com/politica/noticia/junho-de-2013-as-manifestacoes-nas-manchetes-do-g1.ghtml>

Ainda que não seja esse o objeto do nosso estudo, devemos passar brevemente por esse ponto, para situar e descrever ou conceituar o bolsonarismo, e adentrarmos em nosso principal tema. A professora e pesquisadora Céli Regina Jardim Pinto (2019b), em interessante texto sobre a “trajetória discursiva” das manifestações no Brasil de 2013 a 2015, e interessante pelo enfoque em “trajetória discursiva”, com enfoque nas manifestações estudantis e populares de 2013, nas manifestações anti-Copa de 2013 e 2014 e nas mobilizações pelo *impeachment* em 2015, diz que houve no citado período um “deslocamento discursivo” em uma “direção conservadora”. O termo “deslocamento” merece atenção, porquanto remete menos a uma continuidade, que a uma “inversão” discursiva e política ou a uma ruptura, em que não se tem (ainda que isso não esteja claro no texto em foco) um acréscimo de temas, porém uma radical mudança de rumos.

A percepção aqui veiculada, e aqui até se pode falar de hipótese, mas não propriamente de tese, por não se tratar do objeto em estudo, é de que se tem de 2013 para 2015 uma mudança no espectro dos manifestantes nas ruas, em descontinuidade discursiva, de inversão ou ruptura. Em outro volume, organizado por Esther Solano Gallego (2021, p.11-12), *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*, vem uma “nota da Editora” de apresentação dos artigos, segundo a qual “em 2015, o Brasil ‘descobriu’, surpreso, que havia uma direita militante e aguerrida no país, que saiu às ruas”, e que essa aparição provocou um “choque” de percepção, a fomentar uma inquietante pergunta: “Que direita é essa? Ou melhor: que direitas são essas?” Vale retornar à entrevista de Ângela Alonso (2019) ao jornal *El País* comentada acima, sobre o Brasil como país conservador e sobre as reações ao conteúdo social da Constituição de 1988, que apareceram no *impeachment* da presidente Dilma (2015-2016) e na eleição de Bolsonaro. Ou ao discurso de Bolsonaro em evento em 18/3/2019 nos EUA de que o Brasil é conservador e de que era preciso implementar a “desconstrução” de muita coisa, para “endireitar” o país³⁵. Visão de “desmonte” que presidiu o *impeachment* e que está consignada no plano³⁶ do PMDB (do então vice-presidente e depois presidente Michel Temer), ao título *Ponte para o Futuro*.

Em olhar de fundo, pelas imagens registradas pela imprensa e pelas mídias digitais dos protestos sobre o transporte coletivo em 2013 e das manifestações anti-Copa de 2013 e 2014,

³⁵ O evento foi jantar de Bolsonaro e sua equipe, com os ideólogos Olavo de Carvalho (do *olavismo* no Brasil) e Steve Bannon (do *trumpismo* nos Estados Unidos), em 17 de março de 2019 em Washington, disponível no link: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.ghml>

³⁶ O documento do PMDB, *Uma Ponte para do Futuro*, foi formulado como programa para agregar a política e os representantes do empresariado e do mercado financeiro, em articulação do *impeachment* da presidente Dilma ainda em outubro de 2015, já contendo a proposta para teto de gastos e desvinculação constitucional de despesas, como as consignadas para União e Estados e Municípios, em educação e saúde. Acesso 05/10/2022. Disponível: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>

e comparando com imagens e discursos das mobilizações pelo *impeachment* em 2015 e 2016, em que as linguagens se deslocam das expressões de insatisfação e conteúdos reivindicativos (anarquistas e anticapitalistas, mas por melhores serviços públicos), para raivosas invocações por intervenção militar, o fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, vê-se a cooptação da insatisfação popular pela direita, que inverte e derrota o espírito de 2013, com a ascensão de uma proposta conservadora, capitalista e autoritária, negadora de direitos.

Enfim, ainda que o bolsonarismo seja maior que Bolsonaro, e ainda que o bolsonarismo seja o resultado de um mosaico de segmentos e interesses que se articularam no entorno dessa figura exótica da política brasileira, a formação ou a aglutinação desse composto não pode ser confundida com a gênese do bolsonarismo, mas como os momentos ou encontros de chegada, mais estando a origem desse espectro no indivíduo, no microgrupo e no latifúndio Bolsonaro.

2.4 Gênese, Condições e Confluências na Conformação do Bolsonarismo e seu Ideário

É pai e filho de si mesmo o indivíduo Jair Bolsonaro, o germinal do que se conformou posteriormente como o bolsonarismo, independente da adesão ou rejeição a ele, do que foi ou é. Filho de imigrantes italianos, Percy Geraldo e Olinda Bonturi Bolsonaro, os quais chegaram ao Brasil após a II guerra, é nascido no pequeno município de Glicério (SP) em 21/março/1955, registrado em Campinas (SP) em 1º/fevereiro/1956 (10 meses depois), passou a infância por diversas cidades (Ribeira, Sete Barras, Jundiaí) em São Paulo, até que a família se radicou em Eldorado (SP), onde passou a adolescência e cresceu com os irmãos a partir de 1966 (11 anos). Nesse período, atuou na extração e comércio de palmito, tendo então recebido o apelido de “palmito” (ele próprio parecido—comprido e branco), abreviado na língua popular para “mito”, sem qualquer relação com o uso posterior do termo, por *marketing* político, sem mérito de ato. Veio a se interessar pelo serviço militar aos 15 anos, quando Carlos Lamarca e seus militantes passaram por Eldorado em maio de 1970 e tiveram um entrevero com contingentes militares, tendo ele e os amigos servido de informantes para a polícia³⁷, sobre as posições da guerrilha.

Aos 17 anos (1972), ingressou no Exército, pela Escola Preparatória de Cadetes, situada em Campinas (SP), e em 1973 migrou para a Academia Militar das Agulhas Negras, situada em Resende (RJ), onde fez carreira militar até capitão e até implodi-la e passar para a política. Fez coro, no Exército, aos oficiais e setores da tropa, que se descontentaram com o desfecho

³⁷ É curioso que, ainda na juventude, tenha sido na qualidade de alcaguete que Jair Bolsonaro se envolveu em uma questão militar e se interessou pela carreira militar, como informante das posições dos guerrilheiros e em colaboração com a repressão do regime militar de 1964. Em *Brasil Paralelo*. Acesso em 05/10/2022. Disponível: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/quem-e-jair-bolsonaro>

do Regime Militar, que se esgotou e passou para a transição democrática, pela eleição indireta de Tancredo Neves no Congresso Nacional em 15/01/1985, que enfermou na véspera da posse e ensejou a posse de José Sarney (vice) em 15/03/1985, primeiro governo civil, após o regime. O fim da ditadura foi marcado pela insatisfação de setores militares com a perda de prestígio e dos privilégios das tropas, com tentativas desses segmentos de barrar o processo de transição, com a criação de fatos a serem imputados aos sectários de esquerda e comunistas, e convencer a sociedade da necessidade de se manter o regime, como o atentado no Centro de Convenções no Rio de Janeiro (RioCentro), na noite de 30 de abril de 1981 (véspera do 1º de maio), quando se realizava um show de música popular brasileira (MPB) em homenagem aos trabalhadores, com mais de 20 mil pessoas reunidas, e um grupo de oficiais do Exército articulou um atentado, mas que foi frustrado pela explosão antecipada de 2 bombas, uma delas atingindo 2 oficiais. Em 1º de maio de 1989, um atentado a bomba destruiu o monumento de Oscar Niemeyer em Volta Redonda (RJ), em honra de operários grevistas mortos em invasão de fábrica em 1988.

Nesse ambiente, nesse intervalo de tempo, em que ocorreram outros atentados similares, como em 27 de agosto de 1980 na sede da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro e na Câmara de Vereadores da cidade, e outros realizados ou frustrados a órgãos de imprensa³⁸, é que Jair Bolsonaro emerge das sombras para os olhares das tropas e dos adeptos da ditadura. Em 3 de setembro de 1986, no governo de José Sarney (15/03/1985-15/03/1990), na transição democrática (de governo civil), o capitão Jair Bolsonaro fez publicar na revista *Veja* (na seção *Ponto de Vista*) um artigo³⁹ com o título “O salário está baixo”, o que lhe ensejou uma prisão por 15 dias pela indisciplina militar, mas que lhe proporcionou a solidariedade de militares da reserva e de esposas de militares da ativa, que se manifestaram na frente do quartel, além de telegramas de solidariedade de militares de outras partes do país, com repercussão na imprensa. Em 27 de outubro de 1987, o capitão deixou vaziar para a jornalista Cássia Maria (revista *Veja*) o plano da operação *Beco Sem Saída*⁴⁰, visando explodir bombas nos banheiros da Academia e explodir a Adutora do Guandu, que abastece o sistema de água da cidade do Rio de Janeiro, tendo a revista publicado um croqui do planejamento para a explosão da mencionada adutora.

³⁸ Em 19 de agosto de 1976, uma bomba destruiu dependências no 7º andar da sede da Associação Brasileira de Imprensa no Rio de Janeiro. E em agosto de 1980, quando do atentado por carta bomba na sede da OAB, uma carta bomba também foi enviada à ABI, mas na ABI foi interceptada por denúncia anônima. Nessa ocasião, outra bomba explodiu na sede do jornal *Tribuna Operária*, do Partido Comunista do Brasil, pelos terroristas militares.

³⁹ O artigo de Jair Bolsonaro, capitão do Exército em exercício no Grupo de Artilharia de Campanha, sob o título “O salário está baixo”, reclamando dos soldos dos militares e denunciando a evasão de 80 cadetes da companhia por causa dos soldos, foi publicado na edição 939 da revista *Veja*, em 3 de setembro de 1986, uma infração militar.

⁴⁰ Esses episódios da insubordinação do capitão Jair Bolsonaro e dos seus julgamentos são descritos e analisados pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho no livro intitulado *O cadete e O capitão*, resenha em entrevista, disponível: <https://www.extraclasse.org.br/politica/2020/05/grande-farsa-absolveu-bolsonaro/>

Após denunciado, foi considerado culpado por insubordinação em um julgamento do Exército, mas depois absolvido pelo Superior Tribunal Militar (STM), que o premiou com a reserva em 1988 (aos 33 anos), quando se candidatou para vereador no Rio de Janeiro, sendo então eleito.

Viveu com diversas mulheres, com a primeira Rogéria Nantes Nunes Braga teve 3 filhos (Flávio, Carlos, Eduardo), com a segunda Ana Cristina Siqueira Valle teve 1 filho (Renan), com a terceira Michelle teve 1 filha (Laura), mas conseguindo mantê-las todas próximas de si, articuladas na formação de uma grande família, mantidas pelas benesses do entorno do poder. Em 1990, Jair Bolsonaro se elegeu deputado federal pelo Rio de Janeiro, e se reelegeu para 7 mandatos consecutivos, com a astúcia de incluir familiares em cargos eletivos a cada eleição, até a eleição presidencial de 2018, a começar pela indicação da esposa Rogéria (de sobrenome Bolsonaro) a vereadora no Rio de Janeiro em seu lugar em 1992, reeleita em seguida em 1996. Elegeu o filho Carlos 6 vezes vereador pelo Rio de Janeiro, na eleição de 2000 e nas seguintes; elegeu o filho Flávio deputado estadual por 4 vezes pelo Rio de Janeiro a partir do pleito 2002, e para senador da República pelo Rio de Janeiro em 2018, quando também se fez presidente; elegeu o filho Eduardo deputado federal por São Paulo em 2014 e 2018, pela onda Bolsonaro. Em 2022, a segunda esposa Ana Cristina (com sobrenome Bolsonaro na campanha) e também o cunhado Eduardo Torres (irmão da esposa Michelle atual) saíram candidatos para deputado distrital em Brasília, por partidos distintos e em ampliação territorial, no afã de manter a onda.

Mas que negócio bem sucedido é esse, desde a eleição de Jair Bolsonaro para vereador no Rio de Janeiro em 1988 até sua eleição para presidente em 2018 (longos 30 anos depois)? Em que os membros da família (quase todos) se elegem para mandatos eletivos e se reelegem, em um quadro sem comparativo mesmo nas tradicionais e poderosas oligarquias familiares da política brasileira, como os Sarney no Maranhão, os Magalhães na Bahia, os Barbalho no Pará? O indivíduo Jair Bolsonaro formou um *holding* com o seu sobrenome, mas que dificilmente se explica somente pela conotação apelativa desse nome, pelo histórico ou os significados de sua aparição, para que se chegasse ao microgrupo que se transforma em *megagrupo* na política, o qual aos poucos se consolida como um latifúndio, segmentário – mas consistente e crescente. Alguns fatores podem ser elencados: efeitos do exemplo da insubordinação militar e da entrada de militares na política, a associação com os esquadrões da morte e as organizações milicianas do Rio de Janeiro em apoio recíproco, um circuito de arrecadação através dos assessores dos gabinetes parlamentares, a entrada dos filhos na articulação ideológica por mídias digitais. Um latifúndio na sua articulação estrutural, em acumulação patrimonial imobiliária urbana, na arrecadação e movimentação de recursos, de comunidade ideológica, no comércio da imagem.

A entrada de militares na política brasileira, como representantes da categoria nas casas legislativas, tornou-se uma constante em nome da segurança pública, até se falar em Brasília da bancada de militares e de ex-policiais, que ganhou o sugestivo apelido de bancada da bala. Um exemplo da expansão da insubordinação militar com a entrada dos líderes na política foi a insurreição grevista de integrantes da Polícia Militar em Minas Gerais em 1997, na gestão do governador Eduardo Azeredo (1995-1998), em que o contingente grevista avançou para sitiá-lo o palácio de governo e outro contingente posicionado protegeu o palácio do avanço da tropa, tendo havido um tiroteio e morrido um militar grevista, sendo os líderes sargento Rodrigues e cabo Júlio expulsos da farda, porém depois se elegendo (1998) a deputados, estadual e federal. Um outro aspecto da atuação de militares e policiais, em nome da segurança pública e como justificativa de ganhos suplementares pelos baixos soldos, são as formações das organizações de segurança particular denominadas milícias, na cidade do Rio de Janeiro e em outras do país. As milícias se formam com a proposta de enfrentar e combater o crime organizado (especial o narcotráfico) e proteger moradores nas áreas de favelas, mas não tendo escrúpulos em praticar os mesmos métodos e até formar esquadrões da morte, para eliminar os que considera *nocivos*.

Em rigoroso estudo, intitulado *A república das milícias*, o jornalista Bruno Paes Manso (2020) mostra como a família Bolsonaro se utilizou dos cargos públicos para se associar com esquadrões da morte e organizações (criminosas) milicianas no Rio de Janeiro, tendo a oferecer por suporte atuações do deputado Flávio na Assembleia Legislativa e do deputado Bolsonaro na Câmara dos Deputados, em Brasília. Por fatos e coberturas da imprensa, foram noticiadas as relações de amizade e interesses da família Bolsonaro com ex-policiais e milicianos, com destaque para os conhecidos Fabrício Queiroz e Adriano da Nóbrega, e suspeitas de relações com os matadores da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, quais sejam o policial reformado Ronnie Lessa e seu condutor (guia), o ex-policial Elcio Vieira Queiroz⁴¹. O jornalista Bruno Paes Manso (2020, p. 37-68) mostra que as relações de amizade da família Bolsonaro com milicianos se institucionalizam com a eleição de Flávio para deputado estadual no Rio de Janeiro em 2002, com a adoção da plataforma do combate à criminalidade e defesa da segurança pública, com a aprovação de moções e sessões de homenagens e condecorações

⁴¹ Reportagens sobre o indiciamento dos milicianos, o policial reformado Ronnie Lessa e do ex-policial Elcio Queiroz, pelo assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, e também sobre as idas dos mesmos ao condomínio da família Bolsonaro no Rio de Janeiro, podem ser encontradas nos seguintes links: <https://www.poder360.com.br/justica/caso-marielle-elcio-de-queiroz-visitou-condominio-de-bolsonaro-12-vezes/> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/30/audio-mostra-que-ronnie-lessa-liberou-a-entrada-de-elcio-de-queiroz-em-condominio-no-dia-do-assassinato-de-marielle-diz-mp.ghtml> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/12/policia-prende-suspeitos-pelos-assassinatos-da-vereadora-marielle-franco-e-anderson-gomes.ghtml>

a policiais de esquadrões e depois milicianos, como Fabrício Queiroz e Adriano da Nóbrega, um que veio a integrar o seu gabinete⁴², outro que tornou-se foragido, e morreu em captura⁴³.

O próprio Jair Bolsonaro, mostra o jornalista Bruno Paes Manso (2020, p. 49-50), foi à tribuna da Câmara dos Deputados em Brasília em outubro/2005, para se manifestar em defesa e em homenagem de Adriano da Nóbrega, que fora condenado em processo por júri popular no Rio de Janeiro pelo assassinato de um homem testemunha de crimes. Paes Manso (2020, p.50) comenta que a relação da família Bolsonaro com os esquadrões e as milícias era de sintonia e “lealdade incondicional”, em que as ações criminosas eram politizadas e alçadas às tribunas, onde eram transformadas em questões de segurança pública, não importando os métodos para se obter o resultado de combater os “bandidos” da outra banda, e também não importando as práticas que se fizessem necessárias para apagar os rastros, e para manter o controle dos fatos. Esta associação também repercutia em apoio de esquadrões e das milícias à família Bolsonaro na cidade e no Estado do Rio de Janeiro, por suposto no campo eleitoral para os seus sucessos em seguidos e múltiplos pleitos, se não também em contribuições financeiras, para seus fins. É por certo dessa associação, de combate ao crime a qualquer preço, que veio o *slogan* de que “bandido bom é bandido morto”, e também os gestos de subir com armas a palanques e fazer gestos de armas com as mãos, que se tornaram *memes* em sua campanha presidencial de 2018.

É prática nas casas legislativas brasileiras a adoção de uma quantia monetária referência para a montagem das assessorias parlamentares, podendo o parlamentar optar por mais cargos com menores salários ou menos cargos com salários mais altos. É dessa utilização de cargos e distribuição de salários que se origina a montagem de um esquema de arrecadação financeira por determinados titulares de mandatos eletivos, sob a prática da nomeação de funcionários fantasmas que não se ocupam desse trabalho e que devolvem os valores indevidos ao titular, ou ao próprio ou através de um controlador (um caixa), sendo a devolução integral ou parcial. Após a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência em 2018, vindo a família e suas ocupações em mandatos eletivos à exposição pública, esse esquema denominado “rachadinhas” no jargão político foi denunciado sobre o gabinete do deputado Flávio (já eleito senador em 2018), do período de seus mandatos de estadual na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, logo vindo

⁴² A partir da denúncia de uma ex-assessora, foi veiculada uma prática de apropriação de parcelas dos salários de assessores de gabinete do deputado Flávio Bolsonaro, na Assembleia Legislativa (RJ), matérias disponíveis links: cnnbrasil.com.br/politica/queiroz-admite-esquema-de-rachadinhas-ao-mp-e-tenta-inocentar-flavio-bolsonaro/ ou veja.abril.com.br/politica/mp-ateorizou-assessora-de-flavio-que-confessou-rachadinha-diz-queiroz/

⁴³ Apontado por chefe do grupo organizado denominado *Escritório do Crime*, com atuação no conglomerado Rio das Pedras (RJ), o miliciano Adriano da Nóbrega, foragido da Justiça e da polícia, morreu em captura na Bahia: <https://www.poder360.com.br/governo/audio-indica-suposta-recompensa-do-planalto-por-morte-de-ex-pm/>

as denúncias a abranger o gabinete de Jair Bolsonaro (já presidente da República), do período de seus mandatos como deputado federal, seja pela promiscuidade dos mesmos assessores nos gabinetes de ambos, seja por repasses efetuados pelo operador Fabrício Queiroz para os dois⁴⁴. E tais denúncias também retornando sobre o gabinete do vereador Carlos, no Rio de Janeiro⁴⁵.

Em 30 de agosto de 2022, o portal *Uol.com* publicou outra reportagem⁴⁶ de que a família Bolsonaro, entre o próprio Jair Bolsonaro e seus irmãos e as esposas e filhos, teriam adquirido nos últimos 30 anos um total de 107 imóveis, dentre os quais 51 (cerca de metade) adquiridos em dinheiro vivo, em um montante monetário corrigido aproximado de 25,6 milhões de reais. Em 29 de setembro de 2022, jornais noticiaram informações⁴⁷ da Polícia Federal de que uma ex-esposa do presidente (Ana Cristina Siqueira Valle) movimentou no período de 2019 a 2022 (no curso do mandato presidencial de Jair Bolsonaro) aproximados 9,3 milhões de reais, tendo adquirido uma mansão em Brasília (usando suposto laranja) no valor de 3,2 milhões de reais. No período, sobre o seu filho Renan (o quarto e caçula homem do presidente) foi noticiado por órgãos de imprensa de intermediar interesses particulares no governo em troca de benefícios⁴⁸. No entanto, essas operações e transações ocorreram nas sombras durante os 30 anos anteriores, só vindo a público após a exposição da família a partir da ascensão ao governo, mas foram as investigações cerceadas por questões processuais e proteção institucional, da alçada do poder. Até 2018, Jair Bolsonaro veio associado com resquícios do Regime Militar, associado com a entrada de militares na política, com as milícias e defesa da segurança pública, contra o crime.

⁴⁴ O portal *Uol.com* informou que, no período de 11 anos de 2007 a 2018, o operador Fabrício Queiroz recolheu mais de 2 milhões de reais de assessores do deputado Flávio, e que o mesmo teria sacado cerca de 2,9 milhões no referido período em dinheiro vivo, em indício de outras fontes não identificadas de origem de recursos, acessado em 05/10/2022, disponível no link: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/06/21/repasses-de-r-2-milhoes-a-queiroz-representam-40-dos-salarios-diz-mp.htm>

O jornal *El País Brasil* noticiou, sobre a triangulação envolvendo Jair Bolsonaro, que Fabrício Queiroz fez 27 depósitos na conta de sua terceira esposa Michelle em determinado período, somando um total de 89 mil reais, o que contrariou a informação do presidente de que era devolução de um empréstimo anterior, no valor de 40 mil, reportagem acessada em 05/10/2022, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-07/queiroz-fez-27-depositos-para-michelle-bolsonaro-a-esposa-do-presidente-indica-quebra-de-sigilo.html>

⁴⁵ O jornal *O globo*, em olhada mais ampla, informou assessores nos gabinetes de Jair Bolsonaro e seus filhos que detinham outras atividades privadas nos horários de expediente, em sinal de serem funcionários *fantasmas*, os quais teriam recebido cerca de 29,5 milhões de reais (atualizados) em determinado período, disponível em: globo.globo.com/epoca/funcionarios-fantasmas-dos-bolsonaros-receberam-295-milhoes-em-salarios-24634183

⁴⁶ A matéria, de grande impacto na imagem do presidente, foi reproduzida por diversos órgãos de imprensa e foi também objeto de disputas judiciais para que fosse retirada do portal de mídia, acesso 05/10/2022, disponível em: noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/08/30/patrimonio-familia-jair-bolsonaro-dinheiro-vivo.htm

⁴⁷ A matéria, sobre as transações de Ana Siqueira Valle, veio à tona em investigação sobre a aquisição da mansão, que teria sido adquirida em nome de terceira pessoa, mas em que mora com o filho Renan; matéria disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/20/ex-mulher-de-bolsonaro-movimentou-r-93-milhoes-entre-2019-e-2022-diz-policia-federal.ghtml>

⁴⁸ O filho *Zero 4* do presidente também passou a ser investigado por mediar interesses no governo por favores, a partir de uma intermediação em que teria sido presenteado com um carro; acessado em 05/10/2022, disponível: <https://www.poder360.com.br/governo/pf-abre-inquerito-para-investigar-negocios-de-jair-renan-bolsonaro/>

Em outro *flash*, indo à linguagem da iluminação e da fotografia para destacar um ponto, cabe considerar o ambiente da política brasileira, após a vitória de Lula para a presidência da República em 2002, depois de três derrotas consecutivas que foram impostas a ele e ao PT nas eleições anteriores (em 1989 por Fernando Collor e em 1994 e 1998 por Fernando Henrique), e com as consecutivas vitórias do PT nas eleições seguintes (2006 na recondução de Lula e em 2010 e 2014 com a sucessão por Dilma e sua reeleição), de aumento da resistência ao PT e aos seus governos, às suas propostas e aos seus militantes, às suas políticas e ao seu discurso. Afora 1989, a primeira eleição do período da reabertura democrática, mas em sucessão de um governo civil (José Sarney) vindo da via indireta e que terminou com insucesso econômico e rejeição popular, todo o período posterior foi de polarização da política brasileira entre um polo de centro conservador (PSDB e seus aliados) e um polo de esquerda popular (PT e os aliados). Essa polarização, além da exposição de episódios de escândalos da governança petista, como o *mensalão* (cooptação de sustentação política) e Lava Jato (apuração de corrupção no governo), teve aumento da carga discursiva anti-PT e uma guinada conservadora (com Silas Malafaia)⁴⁹, pelas campanhas de José Serra em 2010 e de Aécio Neves em 2014, em disputas com Dilma.

Em recente publicação, fazendo retrospectiva ao supracitado período, Esther S. Gallego e Camila Rocha (2021), em *A ascensão de Bolsonaro e as classes populares*, na coletânea de Leonardo Avritzer (2021), sob o ambicioso título *Governo Bolsonaro*, buscam expor a relação entre o período de formação e ascensão de uma “nova direita” no Brasil e sua extensão sobre o espírito das classes populares, no nascedouro desse espectro como atualmente se o conhece. As autoras expõem que a reeleição de Lula em 2006, na sequência do escândalo do mensalão (de cooptação de sustentação política) e quando se julgava que o PT e Lula seriam derrotados naquele pleito, ensejou grande insatisfação em determinados segmentos da sociedade elitizada, mas que não encontrou articulação com os setores institucionais da política, justo por causa da alta aprovação do governo Lula nas camadas populares, de modo que tal insatisfação se alojou nas redes de interação digital na *internet*, surgindo grupos de hostilidade e rejeição ao governo, com um discurso econômico alinhado ao liberalismo e de viés conservador no âmbito social. O que aliás, em acréscimo às autoras, como o mostra Manuel Castells (2013), vinha ocorrendo no mundo, com a criação das redes digitais de interação social via telefones celulares móveis, em tônica contestatória no Oriente Médio e em vertente conservadora na Europa e nos EUA.

⁴⁹ O pastor Silas Malafaia, que é principal liderança da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, com grande ramificação em São Paulo e Rio de Janeiro, tem histórico de familiares candidatos e de associação com o PSDB, tendo sido apoiador de José Serra em 2010 e Aécio Neves em 2014, já com vídeos raivosos contra o PT.

O artigo aludido comenta que é nesse cenário que o escritor paulista Olavo de Carvalho (1947-2022), divergente da intelectualidade acadêmica brasileira e sem reconhecimento nesse meio, que se ocupou inicialmente de astrologia e depois migrou para a crítica das influências de esquerda na sociedade e na cultura, encontrou ambiente e interlocutores para as suas ideias, veiculadas desde o extinto Orkut até o Facebook e no YouTube, e por cursos *on line* e as *lives*. A esse tempo, no início do governo Dilma (18/11/2011), foi instituída a Comissão da Verdade, visando apurar as práticas de violações de direitos humanos durante o Regime Militar no país, o que gerou rancores nos meios militares e do que o deputado Jair Bolsonaro foi um porta voz; e nesse período houve um avanço de pautas das minorias e das diversidades sociais e sexuais, ao que também se opôs o deputado Bolsonaro de forma preconceituosa e machista, mas que ressoou em setores conservadores da sociedade, e ensejou conexão com a bancada evangélica, assim lhe permitindo ampliar a sua relação inicial do segmento militar para o religioso, moral. Anotam também Gallego e Rocha (2021, p.25) ser do período a conexão de Jair Bolsonaro e os filhos (Flávio, Carlos, Eduardo) com o escritor Olavo de Carvalho, tendo o deputado Flávio incluído o ideólogo nas suas homenagens na Assembleia Legislativa em 2012, por uma *live*.

No entanto, a eclosão dos protestos estudantis pelos aumentos das passagens de ônibus no início de 2013 e depois a junção desses protestos com as manifestações anti-Copa em 2013 e 2014 não parecem ter nenhuma relação com Jair Bolsonaro e com o que representa até esse momento, só estando em conexão com o meio de comunicação que lhes é comum: a *internet*. Apesar de grupos de direita também se formarem a partir desses protestos, a eles também se agregaram os grupos anárquicos dos *black blocs* sem conhecida orientação política ou projeto, sendo que os protestos estudantis foram levantados em reações por aumento⁵⁰ das passagens em diversas capitais do país, e as manifestações anti-Copa foram fomentadas por coberturas da Rede Globo de televisão das obras dos estádios para a Copa em oposição aos governos do PT, com denúncias de superfaturamento das obras e má gestão dos serviços públicos de saúde⁵¹. Um tríplice marco a considerar, mas também sem nenhuma relação com Jair Bolsonaro, são a reeleição de Dilma Rousseff em 2014 em disputa com Aécio Neves, não aceita por este e por amplos segmentos de direita insatisfeitos com os repetidos governos do PT, os movimentos da

⁵⁰ Ver Ângelo Giroto Neto, *Os protestos estudantis de 2013 e os movimentos sociais no Brasil contemporâneo*, artigo publicado na revista *Tensões Mundiais*, vol. 12 núm. 23, Fortaleza/2016, p.169-196; acesso em 05/10/2022, disponível em: [file:///C:/Users/cbman/Downloads/373-Texto%20do%20artigo-1104-1-10-20180926%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/cbman/Downloads/373-Texto%20do%20artigo-1104-1-10-20180926%20(2).pdf)

⁵¹ As denúncias sobre as obras das reformas ou construção de estádios para os jogos da *Copa do Mundo* de 2014 vieram com a cobertura das inspeções da *FIFA* e supostos atrasos, até falarem de sobrepreço e desperdício. Ver: <https://oglobo.globo.com/esportes/apos-atrasos-em-estadios-para-2013-fifa-aumenta-alerta-para-copa-7776593>

campanha pelo *impeachment* lançada em 2015 e os avanços da operação Lava-Jato em curso, que pelos seus desdobramentos farão cair no colo de Bolsonaro todo esse irado caudal social.

A proposta de Aécio Neves de lançamento da campanha do *impeachment* da presidente, com uma manifestação popular nas ruas em 15 de março de 2015, foi encampada por grupos de direita na *internet* e viralizou nos segmentos insatisfeitos com o resultado eleitoral de 2014. A aparição dos manifestantes nas capitais e em diversas cidades do país surpreendeu pelo tom, de que falou o editor de Esther S. Gallego (2021, p.11-12), em *O ódio como política* conforme citado acima, com os manifestantes vestindo camisas em verde e amarelo e portando bandeiras do Brasil, comportamento característico das direitas que se apropriam dos símbolos nacionais, cuja última aparição havia ocorrido na campanha e no governo de Ferrando Collor, inclusive com o uso das cores verde e amarelo nos dois “II” do seu nome, que também se assemelharam com as duas torres do Congresso Nacional, assim identificando consigo um símbolo do poder. Os atos do 15 de março foram marcados por gritos e faixas do “fora Dilma”, “*stop corruption*” e “*impeachment já*”, “intervenção militar já” e “fora PT”, e mais outras expressões do gênero, em clima de ruptura institucional logo após as eleições de 2014 e logo após a posse da eleita, tão somente pela insatisfação pela sequência das 4 (quatro) eleições consecutivas do *PT* e pela desistência do *PSDB* e das direitas (o mercado, o empresariado, agronegócio) da via eleitoral.

Em 2013, os protestos inicialmente de estudantes, em reação ao aumento das passagens nas capitais e nas maiores cidades do país, reivindicavam melhoria nos transportes e transporte gratuito ou redução nos preços; aos quais se incorporaram em 2013 e 2014 setores populares e outros grupos, por provocação das coberturas da imprensa sobre as obras da copa e sobre filas nos hospitais e insatisfação com os serviços nas unidades de saúde, em reclamos contra altos gastos com os estádios e reivindicando melhores serviços públicos, qualidade “padrão Copa”. Os atos desses protestos, que ocorriam em dias comuns da semana, em geral das tardes para a noite, incorporavam contingentes populares, que saíam do trabalho e se encontravam nas ruas, entrando nas manifestações e extravasando seus sentimentos; eram pessoas comuns do povo, com as suas roupas do trabalho e do seu dia-a-dia, sem declarada conotação política, e mesmo os “*black blocs*” das marchas eram anárquicos e anticapitalistas, sem alinhamento definido⁵². Já as manifestações que se iniciaram em 15 de março de 2015 tiveram a iniciativa do *PSDB*, em sintonia com setores do mercado e da imprensa e grupos de direita na *internet*, ocorriam

⁵² O tom dos protestos em 2013 (das passagens) ou das manifestações em 2013 e 2014 (anti-Copa) ou o perfil do público nesses eventos pode ser revisitado, para se confirmar a sua espontaneidade popular, por exemplo no *link*: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/reportagens-e-entrevistas/noticia/manifestacoes-de-junho-de-2013.ghtml>

aos domingos e com a participação de famílias das classes mais abastadas e de classe média, eram manifestantes de população branca, de verde e amarelo e portando bandeiras do Brasil⁵³.

A esse tempo, desenvolvia-se a operação Lava-Jato, desencadeada desde março de 2014, com a formação de uma “força tarefa” do Ministério Público Federal (liderada pelo procurador Deltan Dallagnol) e da Polícia Federal, centrada no entorno de um juiz federal em Curitiba/PR (Sérgio Moro), escolhido para remessa da primeira denúncia por se conhecer a sua tendência e para se tornar preventivo, em linguagem jurídica o judicialmente legitimado, para demais casos. A propósito, ficaram notórias imagens do juiz federal Sérgio Moro com figurões do PSDB⁵⁴, além de uma denúncia do jornal *Le Monde* de que a operação Lava-Jato atendia aos interesses dos Estados Unidos para desmonte do crescimento econômico do Brasil e de suas empresas⁵⁵ e de denúncias de parcialidade do juiz, para atender interesses políticos internos ou do grupo⁵⁶, como ainda imagens do juiz Sérgio Moro ignorando o deputado Jair Bolsonaro no aeroporto⁵⁷ de Brasília, tudo a demonstrar nenhuma relação de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo com a operação Lava-Jato em seu nascedouro e desenvolvimento, senão em momento bem ulterior. Até o *impeachment* de Dilma, o seu afastamento por instauração do processo em 12/05/2016 e sua deposição em 31/08/2016 ainda não se tem relação direta de Jair Bolsonaro com tais fatos, senão a pronúncia do seu voto, com elogio ao coronel Brilhante Ustra, torturador da ditadura.

O tom de criminalização da política adotado pela operação Lava-Jato, ainda que depois se tenha enquadrado na pregação antipolítica e antissistema característica do “bolsonarismo”, ao que parece mais constituía inicialmente um direcionamento da operação para os integrantes do seu grupo, que já visavam entrar para a política com projeto de substituir a “política velha”. Até o *impeachment* da presidente Dilma, até a entronização de Michel Temer na presidência, provisoriamente em 12/05/2016 e definitivamente em 31/08/2016, os eventos desencadeados desde 15/03/2015 visavam o afastamento do PT e suas políticas do poder por desistência da via eleitoral, em processo protagonizado pelo PSDB que então polarizava a política com o PT, com o suporte da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que patrocinou

⁵³ Já nas mobilizações pelo *impeachment* da presidente Dilma (desde 15 de março de 2015), tem-se a apropriação das ruas por grupos de direita e pelas elites, sob uma diretriz política e propondo ruptura; como se pode conferir: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contra-dilma-em-estados-no-df-e-no-exterio.html>

⁵⁴ Em matéria do jornal *El País*, tem-se imagem do juiz Sergio Moro com o senador Aécio Neves, o governador Geraldo Alckmin (SP) e Michel Temer em 07/12/2016, evento *Brasileiro do Ano*, da revista *Isto É*; disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/07/politica/1481121036_884537.html

⁵⁵ A matéria do jornal *Le Monde*, sobre articulação de interesses dos EUA articulados com a Lava-Jato, ver em: <https://www.conjur.com.br/2021-abr-10/jornal-frances-mostra-eua-usaram-moro-lava-jato>

⁵⁶ A parcialidade da Lava-Jato foi denunciada pelo *site The Intercept Brasil* a partir de junho/2019; ver no *link*: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/05/politica/1562338825_987314.html

⁵⁷ Em março/2017, o juiz Sérgio Moro ignorou aproximação do deputado Jair Bolsonaro, não eram próximos: bemparana.com.br/noticias/politica/moro-ignora-bolsonaro-em-encontro-no-aeroporto-de-brasilia/

um *bunker* permanente (no período) na Av. Paulista, e adesão de grupos de direita na *internet*. O processo visava criar condições para que a direita burguesa retomasse o controle do Estado, até que o já presidente Michel Temer e também o senador Aécio Neves fossem gravados pelo empresário Joesley Batista (dos frigoríficos JBS), o primeiro avalizando liberação de dinheiro para comprar o silêncio de Eduardo Cunha (ex-presidente da Câmara dos Deputados já preso), o segundo solicitando um adjutório de 2 milhões de reais, em malas de 500 mil reais cada⁵⁸.

A seguir, no avançar da Lava-Jato, e para simular não parcialidade contra o PT, o que já vinha sendo denunciado pelo PT e os advogados do ex-presidente Lula (já alvo de processos), vieram também denúncias de corrupção nos governos de Geraldo Alckmin⁵⁹ e José Serra⁶⁰ no governo de São Paulo, por obras no trem metropolitano e merenda escolar, e sistemas viários. As novas denúncias, no entorno da operação *Lava-Jato*, ampliaram as saraivadas giratórias e atingiram as direitas tradicionais (seus partidos e representantes), do presidente Michel Temer (PMDB) às lideranças consagradas do PSDB, em deslegitimação da substituição da presidente Dilma e descredenciando os próceres da direita (burguesia) tradicional (chamada de “centro”), assim deixando acéfalo todo o caudal de ruptura e radicalização construído desde março/2015. A esse tempo, o deputado Jair Bolsonaro, que já vinha como representante dos resquícios do regime militar, em associação com a entrada de militares e policiais na política e associação com milícias e esquadrões nos morros do Rio de Janeiro, com o discurso da segurança pública, em conexão com grupos de direita na *internet* e com a heterodoxia do “olavismo” nas mídias, já se articulava na Câmara dos Deputados com evangélicos (costumes) e agronegócio (o boi).

A cada eleição, as igrejas evangélicas no Brasil já vinham fazendo e aumentando as suas representações nos espaços políticos, em especial nos legislativos estaduais e federal, tendo de costume adotado uma postura conservadora na política, acompanhando os partidos e governos de direita (ou de “centro), em ferrenha oposição ao comunismo e às esquerdas e suas pautas, no que inclusive não há novidade em se considerando o espectro conservador desse segmento, como já o mostra Max Weber (2004) ao associar a ética protestante ao espírito do capitalismo. Em 2016, após se aproximar dos deputados evangélicos Marco Feliciano (SP) e pastor Everaldo

⁵⁸ As gravações de Joesley Batista (grupo JBS) não só flagraram as conversas com Michel Temer e Aécio Neves, como mostraram imagens de Fred (sobrinho de Aécio) recolhendo mala da primeira parcela de 500 mil reais; em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/dono-da-jbs-gravou-temer-dando-autorizacao-para-comprar-silencio-de-cunha-diz-jornal.ghtml>

⁵⁹ As denúncias de corrupção nos governos de Geraldo Alckmin (PSDB) em São Paulo são de meados de 2018, sobre as ocorrências de superfaturamento nas obras do trem metropolitano e na aquisição de merenda escolar, em promiscuidade com empreiteiras e fornecedores e desvios; *link*: <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/24/da-merenda-ao-metro-os-escandalos-de-alckmin-que-nunca-deram-em-nada>

⁶⁰ As denúncias contra José Serra (SP) e Beto Richa (PR), governadores pelo PSDB em São Paulo e no Paraná, a partir de fevereiro do mesmo 2018, também impactaram por atingir um campo conservador tradicional; ver *link*: <https://poder360.com.br/governo/investigadores-apuram-desvios-em-rodovias-operadas-por-governos-do-psdb/>

(RJ) e do senador evangélico Magno Malta (ES), em ato articulado e de referencial simbólico, em viagem programada para Israel, no dia da instauração do *impeachment* da presidente Dilma pelo Senado, em 12 de maio de 2016, o deputado Jair Bolsonaro foi batizado⁶¹ nas águas do Rio Jordão pelo pastor Everaldo, o mesmo que depois se envolveu em corrupção no governo Wilson Witzel no Rio de Janeiro e terminou preso em 28/agosto/2020⁶², por ordem judicial. As igrejas evangélicas, que se expandem rápido no Brasil e atingem atualmente cerca de 30% da população, havendo projeções de que até 2035 sejam 50% da população⁶³, articularam com Bolsonaro um projeto de poder, de influência no governo, hegemonia de costumes, na moral.

É esse o Jair Bolsonaro que se apresenta para as eleições presidenciais de 2018, com as marcas da sua trajetória, então lhe caindo no colo a herança das manifestações de 2015 a 2016, o rescaldo do *impeachment* da presidente Dilma, discurso e resultados da operação Lava-Jato, a criminalização da política (com a sementeira de uma antipolítica); vindo da relação com as milícias e com discurso da segurança e do combate ao crime, com a pregação da liberação de armas, já tendo agregado a heterodoxia ideológica do “olavismo”, em conexão com as mídias na *internet*, e então agregando os aglomerados evangélicos, seu “discurso” e seus “rebanhos”. É ajudado: pelo juiz Sérgio Moro, na condenação de Lula na ação do *triplex* do Guarujá e pela ordem de ser recolhido à prisão em 05/04/2018; pelo psicopata solitário Adélio Bispo que em Juiz de Fora (06/09/2018) o atinge a faca; pela cobertura da imprensa desse fato, até se eleger.

2.5 Eleição e Políticas Seletivas de Bolsonaro em Alimentação de suas Bases de Apoio

Ainda, por outra origem, mas com similitude política, um outro evento gigantesco e em transversal cruzada irrompeu no país durante o governo Michel Temer (PMDB), o sucessor da presidente Dilma, patrocinado pelo chamado “mercado” e tachado de “golpista” pelos petistas. Foi a *greve dos caminhoneiros*, ao mesmo tempo anunciada e inesperada, sob articulação do agronegócio e das empresas transportadoras, que agregaram os grupos de caminhoneiros e os

⁶¹ O ato de batismo do deputado Jair Bolsonaro no Rio Jordão em Israel foi o deslanche da sua associação com o projeto de poder dos evangélicos e com a sua pauta de costumes, que também constitui um projeto de poder; em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/enquanto-votacao-do-impeachment-acontecia-bolsonaro-era-batizado-em-israel-19287802.html>

⁶² A mesma ordem judicial que afastou o governador Wilson Witzel do cargo em 28/08/2020 no Rio de Janeiro também determinou a prisão do pastor Everaldo e de dois filhos seus, por envolvimento em corrupção; ver o *link*: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/28/pastor-everaldo-e-presos-em-operacao-que-afastou-witzel-do-governo-de-rj.ghtml>

⁶³ O fenômeno da transição religiosa no Brasil, que se considera o mais significativo nos últimos 200 anos, desde a independência (em 1822), é amplamente comentado em matéria jornalística no portal *Colabora*, disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/ods16/transicao-religiosa-evangelicos-serao-maioria-nos-proximos-dez-anos/>

caminhoneiros independentes e autônomos, que estacionaram os longos veículos ao longo das rodovias e interromperam o tráfego de cargas, ônibus de passageiros e veículos de passeio⁶⁴.

Os atos de protestos dos caminhoneiros nas estradas em janeiro e março de 2017, pela redução nos preços do combustível e pela adoção de uma tabela nacional para fretes de carga, não foram devidamente considerados pelas autoridades do governo, até que eclodiu uma grande paralização de maio/2018 que interrompeu o fluxo do transporte e do tráfego em todo o país, articulados pelos canais digitais da *internet* e com infiltração de grupos extremistas de direita, com a consequência do desabastecimento de combustíveis e alimentos, ensejando a formação de filas de consumidores nos mercados e postos, com conflito entre caminhoneiros e disputas pela liderança do protesto grevista, com o qual Bolsonaro (oportunista) se antenou na época⁶⁵.

Em 2018, após o suposto atentado isolado e suspeito de Adélio Bispo (6/setembro) em Juiz de Fora, em situação do candidato rodeado pelos seguranças e carregado por apoiadores, em que o suspeito move diversas vezes (sem ser detido) um objeto envolto em folha de jornal (que não é visto por imagens de câmeras do *Olho Vivo* na via pública), em situação de caretas do suposto atingido, do qual porém não escorre uma gota de sangue por sua camisa amarela⁶⁶, em que o suspeito é protegido por seguranças após o ataque, em vez de ser atingido pela turba, apoiadores mormente intolerantes e violentos, passando de agressões verbais às vias de fato⁶⁷, Jair Bolsonaro passou a jogar parado na internação do hospital (já transferido para São Paulo), pela farta cobertura da imprensa e por intensa repercussão de apoiadores na *internet*, indo do 1º (7/outubro) para o 2º turno (28/outubro) contra Fernando Haddad (PT), e vencendo o pleito.

Em sua campanha, o candidato Jair Bolsonaro surpreendeu a sociedade pelo exotismo, chocando uns segmentos sociais e encantando a outros, conforme se interessados ou atingidos e conforme a percepção social dos envolvidos ou expectadores do processo eleitoral em curso. Antes do incidente de Juiz de Fora, em discursos em palanques de campanha, em localidades da região do agronegócio, no Centro Oeste e no Norte do país, região da derrubada da floresta amazônica e da grilagem de terras públicas, em reservas ambientais e demarcações indígenas,

⁶⁴ Os protestos dos caminhoneiros de 2017 ou a paralização de 2018, ver no *link*: <https://g1.globo.com/sp/baurumaria/ noticia/2017/01/caminhoneiros-da-regiao-de-assis-protestam-pelo-segundo-dia.html> ou no segundo *link*: <https://g1.globo.com/economia/noticia/greve-de-caminhoneiros-chega-ao-7-dia.ghtml>

⁶⁵ Em 20 de maio, na véspera da paralização dos caminhoneiros em 2018, o deputado Jair Bolsonaro publicou um vídeo em apoio ao movimento, dizendo que só a paralização forçaria o governo a encontrar uma solução: <https://exame.com/brasil/em-video-bolsonaro-apoia-greve-de-caminhoneiros-contra-alta-do-diesel/>

⁶⁶ O atentado em Juiz de Fora em 6/9/2018, ainda que oficializado pelo atendimento hospitalar e pelo tratamento alongado, foi estranhado com suspeita de farsa, pela ausência de sinais; imagens em: g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml

⁶⁷ Seja na campanha de 2018, em que apoiador de Bolsonaro atacou e matou a facadas em Salvador na Bahia um eleitor de Lula, seja durante o governo Bolsonaro e na campanha seguinte (2022), há farto histórico de violência: redebrasilatual.com.br/eleicoes-2018/violencia-apoiador-de-bolsonaro-mata-capoeirista-em-salvador/

já moldara a sua agressividade política e sinalizara para um de seus principais motes de ação. Em Rio Branco (no Acre), empunhou fuzis de repetição em campanha e prometeu “metralhar” a “petralhada” para “exterminar” as esquerdas da sociedade, anunciando também um programa de liberação da posse e porte de armas para fazendeiros se protegerem de invasores e ladrões, e ainda liberação de armas para “cidadãos de bem”, para enfrentarem bandidos em suas casas⁶⁸. Em outras ocasiões, tomou crianças no colo com armas na mão e ensinou a crianças o seu gesto pessoal típico, o braço esticado com o indicador apontando para a frente, o polegar erguido e os outros 3 dedos recolhidos para trás, como uma arma engatilhada e apontada, posição de tiro⁶⁹. Esse gesto entrou nos ambientes das igrejas evangélicas e se tornou *meme* dele próprio e dos seus filhos e apoiadores, sob o mote miliciano de que “bandido bom é bandido morto”, com o acréscimo de que a esquerda é bandida, fundindo interesses de grupos com discurso de ódio⁷⁰.

Em 15 de outubro de 2018, foi veiculado na imprensa que o deputado Jair Bolsonaro fez uso da influência do seu cargo para retaliar um fiscal do IBAMA que o havia multado em 2013 por praticar pesca irregular na Reserva Ecológica Tamoios no litoral de Angra dos Reis (RJ)⁷¹. Em 21 de outubro de 2018, no intervalo entre os 2 turnos da eleição, o então deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do candidato e reeleito por São Paulo, em vindo a relevo as posições dos integrantes do grupo, repercutiu em seu *Twitter* uma resposta que dera a um interlocutor em ocasião recente, sobre a hipótese de resistência do STF à posse de Jair Bolsonaro se eleito, em que teria dito que nesse caso seriam bastantes “um cabo e um soldado para fechar o STF”⁷². Já eleito presidente, em 5/novembro/2018, em visita ao Mato Grosso, em defesa dos interesses do agronegócio, Jair Bolsonaro se declarou contrário à política adotada para reconhecimento e demarcação de terras indígenas e anunciou não fazer mais reconhecimento em seu governo⁷³. Em 17 de dezembro, manifestou no Rio de Janeiro a sua proposta de reduzir a demarcação da

⁶⁸ O evento no Acre, em 3/setembro/2018, deu o tom para o discurso armamentista, que se tornou política oficial: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/campanha-confirma-video-em-que-bolsonaro-fala-em-fuzilar-petralhada-do-acre-foi-brincadeira-23033904.html>

⁶⁹ Os atos com crianças foram no decurso do governo e em contrário às medidas de prevenção contra a *Covid-19*: <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-segura-fuzil-de-brinquedo-ao-lado-de-crianca-vestida-de-militar/> <https://exame.com/brasil/video-mostra-bolsonaro-ensinando-gesto-de-arma-com-as-maos-para-crianca/>

⁷⁰ O gesto símbolo, que registra esse espírito, está em imagem da *Marcha para Jesus* em São Paulo, junho/2019: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/bolsonaro-o-gesto-da-arma-na-marcha-para-jesus-e-a-risada-cafajeste-dos-pastores-por-daniel-trevisan/>

⁷¹ Ao contrário do seu discurso de armar a população, Bolsonaro apresentou uma proposta de desarmar os fiscais: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-retaliou-fiscais-do-ibama-apos-ser-multado-por-pesca-irregular.shtml>

⁷² O filho Eduardo não fez mais que expressar uma opinião ou posição de Bolsonaro já veiculada sobre o STF: www.poder360.com.br/justica/filho-de-bolsonaro-diz-que-basta-1-soldado-e-1-cabo-para-fechar-o-stf-assista/

⁷³ Em aliança com o agronegócio, Jair Bolsonaro adotou uma postura de ocupação da floresta, extinguir reservas: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml>

reserva indígena Raposa Serra do Sol (em Roraima), por a considerar demasiado extensa e por ser “riquíssima”, onde se encontra o grande Monte Roraima, com jazidas minerais preciosas⁷⁴. Já vinha, nessa temática, de uma campanha com promessas de liberação do garimpo em terras quilombolas e indígenas, por considerar que essas comunidades não podiam segurar riquezas em seu território que fossem de interesse nacional, sob argumentos ambientais ou culturais⁷⁵.

Na posse, em 1º/janeiro/2019, o presidente Bolsonaro anunciou como sua plataforma de governo “libertar o Brasil do socialismo”, por uma estratégia de contestar e não se aprisionar pela etiqueta do “politicamente correto”, como também por adotar uma diretriz de suprimir a “ideologia” (direitos humanos, de esquerda) que “defende bandidos” e “criminaliza policiais”, por nova excludente de ilicitude para policiais que atuarem em excessos ou matarem em ação, ao que acrescentou o combate à corrupção, à “ideologia de gênero”, à “inversão de valores”⁷⁶. Como se observa, o presidente não faz em sua posse nenhum aceno para a sociedade em geral, não anuncia um plano em economia ou de políticas públicas e sociais, senão somente reproduz os discursos de campanha e alimenta os radicalismos extremistas dos seus setores de apoio. Enfim, não se tem registro, nesse período da eleição até à posse, e não se encontra em buscas sobre essa fase, que o presidente eleito e ao assumir o governo tenha levantado algum tema de política construtiva ou de interesse da sociedade como um todo, só renova o combate político. Vê-se, pelo exposto, que o governo se instala com uma plataforma de alimentação das próprias bases políticas e sociais, com um programa ideológico e não um programa econômico e social, com o empenho de sua força em destruir as políticas que nega ou a sociedade a que se opõe.

Como se verá, o governo Bolsonaro se marcará adiante pela quase completa ausência de políticas construtivas, em todo o tempo marcado por suas posturas permissivas ou proibitivas. Em linhas gerais, tem-se um governo que se define por uma priorização que despreza a agenda econômica ou social por pautas ideológicas e de costumes, e por sua visão autoritária do poder. Apesar do seu histórico de veterano (e pode-se acrescentar de “velhaco”) na política, vereador no Rio de Janeiro em 1989-90 e deputado federal desde 1991 até 2018, Bolsonaro se apresenta em 2018 como se fosse um *outsider* na política, ora cooptando e representando os sentimentos da antipolítica, que são de uma onda mundial no período – como o expõe o sociólogo espanhol Manuel Castells (2013) e apareceram na sociedade brasileira desde os protestos de 2013-2014

⁷⁴ Além de se opor à política de instituição de reservas, também se posicionou por fazer uma revisão de reservas: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/12/17/bolsonaro-diz-que-podera-rever-demarcacao-de-reserva-indigena.ghtml>

⁷⁵ Em desprezo aos povos tradicionais, optou por atender os interesses de garimpeiros e dos invasores de terras: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-promete-liberar-garimpo-em-terras-quilombolas-22884565>

⁷⁶ Esse discurso negativo é pronunciado com a exposição da bandeira do Brasil, vinculando-a com suas metas: poder360.com.br/governo/ao-publico-bolsonaro-mostra-bandeira-e-diz-que-jamais-sera-vermelha/

e se amplificaram com a desesperança do *PSDB* e da burguesia nacional de retomar o controle do Estado pela via eleitoral (contra o *PT*), pela campanha e as mobilizações pelo *impeachment* da presidente Dilma (2015-16), pela tônica da operação Lava-Jato de Curitiba de criminalizar a política e pelo projeto de seus próceres de substituir a política, como se tornou notório ao país⁷⁷. O perfil do presidente encarna esse ambiente e tais sentimentos, e mesmo chegando ao governo não conseguiu ou não se propôs a uma conversão para a sociedade, ou à conciliação política.

É esta a leitura do professor (da *UFMG*) Leonardo Avritzer (2021), no estudo intitulado *Política e Antipolítica nos Dois Anos de Governo Bolsonaro*, tendo em consideração a primeira metade do seu governo então em curso, de que Jair Bolsonaro se apresenta como um *outsider* (de fora da política), o terceiro na política brasileira com discurso de antissistema e antipolítica, após Jânio Quadros (eleito em 1960, governo de 1º/02/1961 a 25/08/1961) e Fernando Collor (eleito em 1989 e seu governo de 15/03/1990 a 02/10/1992), ambos que se elegeram em pugna contra a corrupção, no governo Juscelino (1956-60) ou no governo Sarney (1985-89), um que renunciou (em suposto artifício para se impor)⁷⁸, o outro deposto pela sua gestão e seus atos⁷⁹. Avritzer (2021) considera também que Bolsonaro deslança uma espécie de governo *outsider*, contra a política (como praticada nas instituições e na sociedade) e contra as políticas oficiais, em que opta por um (des)governo de desconstrução da estrutura organizacional encontrada de governos anteriores e pelo desmonte de políticas públicas, de instrumentação preservacionista (para a floresta amazônica, sobre parques ambientais, as reservas indígenas) ou de orientação emancipacionista ou afirmativa, como as políticas para a diversificação cultural, sobre direitos das mulheres ou afirmativas para fragilizados ou minorias, como sobre homofobia e racismo.

Esse aspecto é central, na direção da definição do governo Bolsonaro e sua compreensão, da ideação e imposição de um governo *outsider*, só focado na preservação da imagem do seu protagonista e na alimentação dos sentimentos e discursos das suas bases sociais e de inflexão ideológica e política, então mantidas em permanente mobilização como na campanha recente, e em ebulição radicalizada nas redes de interação das mídias digitais, sob seu domínio quase. De plano, ressalta Avritzer (2021), Bolsonaro assume e conduz o governo em confronto com

⁷⁷ O projeto dos operadores da *Lava-Jato* de Curitiba se revela, quando o juiz federal Sérgio Moro se desliga da magistratura em 16/11/2018, para integrar o governo Bolsonaro no Ministério da Justiça, com o desligamento do procurador (da República) Deltan Dallagnol anunciado em 4/11/2021, com as tratativas de Sérgio Moro para se candidatar a presidente da República, e suas candidaturas para senador e deputado federal, pelo Paraná, em 2022.

⁷⁸ A renúncia de Jânio Quadros em 25/agosto/1961, alegando ter a condução do seu governo obstada por supostas “forças ocultas”, que não explicou do que se tratasse (mas dando a entender ser o Congresso), foi entendida como recado às Forças Armadas por um suporte armado, no que porém não foi atendido, porque não achado confiável.

⁷⁹ Aberto o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor pela Câmara dos Deputados, foi ele afastado do cargo pelo Senado Federal em 2/outubro/1992 e enviado o processo a julgamento em 29/dezembro, renunciou ao cargo para evitar a decretação da suspensão dos direitos políticos, contudo o julgamento foi levado a termo.

os poderes Legislativo (o Congresso: Câmara e Senado) e Judiciário (de início o STF e depois ampliando para o TSE em suspeição do sistema eleitoral – a votação eletrônica), ao que se pode incluir também uma postura de combate contínuo à imprensa e aos jornalistas, como instâncias envelhecidas da política antiga e por atuarem como óbices ao seu projeto de reinventar o país. Esse também o norte na montagem do ministério e formação do governo, agrupando próceres do radicalismo extremista e destrutivo das políticas vigentes, assim no Meio Ambiente (com Ricardo Salles), na Educação (o colombiano Ricardo Vélez, o reducionista Abraham Weintraub, pastor supremacista Milton Ribeiro), assim no Itamaraty (com o isolacionista Ernesto Araújo do *Brasil pária*)⁸⁰, Mulher e Direitos Humanos (Damara Alves), Comunicação (Fábio Faria).

Um dos marcos da proposta de Bolsonaro (da sua plataforma política: o armamentismo) teve resposta em uma das suas primeiras iniciativas de governo, o deslanche dos decretos para a liberação (a flexibilização e ampliação) da aquisição e utilização das armas de fogo (pistolas, revólveres, espingardas, fuzis) e munições para particulares, sejam os proprietários no campo, atiradores esportivos de clubes, os colecionadores de armas, caçadores profissionais, e outros. No início do governo, no dia 15 de janeiro de 2019, o presidente inaugurou o seu programa do armamentismo, com a publicação do Decreto 9.685/2019, em alteração da regulamentação da Lei Federal 10.826 de 22/12/2003 – chamado *Estatuto do Desarmamento*, com ampliação dos segmentos com acesso à aquisição e porte de armas e flexibilização dos requisitos de acesso, e aumento da quantidade de munições permitidas anualmente, por indivíduo usuário, por arma⁸¹. Ludmila Ribeiro & Valéria Oliveira (2021) registram que o presidente revogou e reeditou os decretos de armas, como forma de evitar a suspensão dos mesmos em ações de judicialização da matéria, no entanto ainda não conseguindo evitar que alguns deles fossem restringidos pela ministra Rosa Weber (STF) em 12/abril/2021, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.675 movida pelo PSB, os decretos de 12/fevereiro/2021: 10.627, 10.628, 10.629, 10.629, 10.630.

Ribeiro & Oliveira (2021), em *Eu quero que o povo se arme: A política de segurança pública de Bolsonaro*, observam ser o Brasil o segundo maior produtor mundial das armas de pequeno porte e que no segundo semestre de 2020 houve um aumento de 200% nas vendas de

⁸⁰ Em resposta às críticas internacionais, sobre as posições reducionistas do governo na área ambiental, como na floresta amazônica e sobre reservas indígenas, sobre a polarização institucional e os direitos humanos ou sobre a condução negacionista da pandemia do *Sars-Cov-2*, o ministro do Itamaraty declarou em Brasília, em formatura de diplomatas em 22/outubro/2020, que o Brasil deveria se contrapor às políticas “globais”, em postura de *pária*: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/10/4884035-se-falar-em-liberdade-nos-faz-paria-internacional-que-sejamos-esse-paria-diz-ernesto-araujo.html>

⁸¹ Antes de se anunciar qualquer medida econômica ou programa para a sociedade ou política pública, foi o país surpreendido com a publicação do decreto da liberação das armas, em aceno aos aliados ou à indústria de armas: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/15/bolsonaro-assina-decreto-que-facilita-posse-de-armas.ghtml> http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9685.htm

armas em relação ao período anterior, e que as armas adquiridas pelos particulares no período se equiparam à quantidade de armas em utilização pelos segmentos militarizados, assim sendo criado um contingente populacional com capacidade de fazer frente ao segmento de segurança. Outra importante observação levantada refere-se ao contingente populacional com capacidade financeira para adquirir armas e munições, mais circunscrito às classes e aos indivíduos mais abastados e da população branqueada, e que são os proprietários de terras ou os moradores em centros urbanos e regiões com melhores edificações, áreas e ambientes seletivos nas cidades, em detrimento das massas da população mestiça ou negra, moradores nas periferias e morros. Esse mapeamento, demográfico e geográfico, da distribuição das armas, opondo os abastados de aparência branca e os periféricos de tez parda ou negra, mais a proposta de nova excludente de ilicitude para policiais que matem em ação, fazem da lógica do armamentismo e da proposta de isenção criminal da polícia uma política de cerco social, contra a população pobre e negra.

A política armamentista de Bolsonaro, além de uma concepção enviesada da segurança pública que, em vez de construir e sedimentar instrumentos eficazes de segurança articulados entre os órgãos governamentais e em interação com os Estados, opta por armar a população e segmentos cultivadores da posse e do porte de armas (possuir armas e circular com armas) por espaços privados e públicos (da casa para as ruas), em relação prioritária com os grupamentos supremacistas e em criminalização de contingentes discriminados e fragilizados (periféricos), mantém também uma estreita relação com o agronegócio e os proprietários de terras, seja com o discurso da sua defesa contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e eventuais invasões de terras (produtivas ou não) e em suporte a grileiros e garimpeiros em conflito com indígenas em suas reservas ou em áreas sob disputas, como para a ocupação de áreas públicas na floresta amazônica, sejam de reservas instituídas ou não, assim portanto em estreita relação com a sua política ambiental, com o incentivo para a ocupação e derrubada da floresta, para a extração de madeira ou preparação de pastagens, ou para as queimadas das áreas desmatadas, e ressoa em sintonia com suas posições terraplanistas e negacionistas sobre alertas ambientais (efeito estufa / aquecimento global), com o desmonte dos órgãos ambientais, levado a efeito.

Como exposto em tópico acima, por seu histórico e suas posições em campanha e antes da posse, Bolsonaro arquitetou uma diretriz em contrária às políticas ambientais e os órgãos de controle, com promessa e empenho pelo desmonte do IBAMA, acusado de indústria de multas. Kathryn Hochstetler (2021), em estudo pontual sobre *O meio ambiente no governo Bolsonaro*, anota que “o governo Bolsonaro”, em suas investidas de governança negativa, “destruiu muitas instituições e padrões da política brasileira em seus dois primeiros anos”, mas acrescentando que

“poucas áreas mais decisivamente afetadas do que a ambiental”, como anunciado e efetivado. Em realce, no início do governo, em 1º de janeiro de 2019, a edição da Medida Provisória 870, que dispôs sobre as funções do gabinete da presidência e dos ministérios, em que a identificação, o reconhecimento e demarcação das terras tradicionalmente reconhecidas como dos indígenas ou pertencentes às comunidades quilombolas eram transferidas do ministério da Justiça para o da Agricultura e da Pecuária, assim deixando os povos indígenas e comunidades quilombolas à mercê do agronegócio, qual seja o apetite dos pecuaristas e dos grandes produtores de grãos. Essa MP foi aprovada no Congresso, revogando as disposições sobre indígenas e quilombos, sendo editada a mudança por outra MP (886), suspensa pelo STF e devolvida pelo Senado⁸².

A política ambiental do governo fez eco de imediato nas áreas de interesse, em especial na extensa e cobiçada floresta amazônica, um território de amplitude continental só no Brasil, onde se concentram conflitos e disputas internas, sob atentos olhares da vigilância internacional. Em julho de 2019, sendo veiculados dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) sobre desmatamento na Amazônia, o presidente Bolsonaro questionou a veracidade dos dados e também a capacidade técnica do órgão para mapeamento da floresta por imagens de satélite, e ainda contestou a autonomia do órgão para a divulgação dos dados, em matéria de interesse internacional e de importância econômica, sem o prévio conhecimento e aval do presidente⁸³. Logo a seguir, em agosto daquele ano, em verão demasiado quente e seco, focos de queimadas pipocaram na floresta amazônica, em maior escala dos últimos 7 anos, chegando-se a falar de “floresta em chamas” ou “Brasil em chamas”, com repercussão na mídia nacional e mundial⁸⁴. Sob pressão interna e externa, com o fumaceiro cobrindo a floresta e chegando às cidades do Sudeste, em sua política negacionista e protecionista dos aliados, os desmatadores da floresta, o presidente responsabilizou a outros, a indígenas e ativistas de ONGs – seus inimigos eleitos, falas que chocaram ambientes políticos e centros de cultura, mas com apoio em suas bases⁸⁵.

A mídia internacional, em matérias consignadas nos principais veículos de imprensa do mundo (*El País* na Espanha, *Le Monde* na França, *The Guardian* na Inglaterra, *The New York*

⁸² A mesma alteração, na política para indígenas e quilombos, foi de novo tentada pela MP 886 em 18 de junho de 2019, porém foi a medida suspensa pelo STF em 24 de junho e devolvida pelo Senado Federal em 25 de junho: <https://www12.senado.leg.br/institucional/presidencia/noticia/davi-alcolumbre/presidente-do-senado-devolve-trecho-de-mp-que-trata-da-demarcacao-de-terras-indigenas>

⁸³ A fala do presidente em desacreditar os dados do INPE e em exigir o seu aval para divulgação dos dados, e sua política de colocar militares nos órgãos ambientais (de cultura e saúde), estão em sintonia com seu negacionismo: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/07/22/bolsonaro-diz-que-divulgacao-de-dados-do-inpe-sobre-desmatamento-dificulta-negociacoes-comerciais.ghtml>

⁸⁴ Os dados de agosto são de aumento de 82% em relação ao mesmo período de janeiro a agosto de 2018, sendo que 52% do aumento dos incêndios se deram na floresta amazônica e 30% no cerrado central; disponível no link: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/23/amazonia-em-chamas-o-que-se-sabe-sobre-a-evolucao-das-queimadas-no-brasil.ghtml>

⁸⁵ www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/bolsonaro-diz-que-queimadas-podem-ter-sido-causadas-por-ongs.shtml

Times e *Washington Post* nos Estados Unidos, *Clarín* na Argentina), deu grande repercussão sobre os surtos de incêndios na floresta amazônica, com destaque para o aumento dos focos, a ponto de chamar a atenção de autoridades e ambientalistas, a se posicionarem sobre o tema⁸⁶. Em 22 de agosto de 2019, o presidente da França (Emmanuel Macron) convocou os líderes do G7 (grupo formado por 7 maiores economias capitalistas do mundo: Itália, França, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Japão) a discutirem o surto considerado alarmante dos incêndios na Amazônia, na reunião de 24 de agosto, em Biarritz (França), com destaque para a importância do ecossistema amazônico para o equilíbrio climático do mundo, fazendo alerta de que o planeta estava colocado em risco, sendo necessário um posicionamento a respeito⁸⁷. Na reunião, o presidente francês denunciou o brasileiro de mentir em reunião recente do G20 (fórum econômico amplo) em Osaka (Japão) em 28 de junho, sobre metas do *Acordo de Paris* (2015) referentes ao clima, e os líderes europeus acordaram em exigir do Brasil a preservação da Amazônia, sob pena de não ser aprovado o acordo comercial União Europeia e Mercosul⁸⁸.

A reação inicial de Jair Bolsonaro foi a de contraditar Macron (França) e Ângela Merkel (Alemanha) de evocarem “mentalidade colonialista” e reafirmar a “soberania brasileira” sobre a floresta, como patrimônio nacional a ser explorado para o desenvolvimento interno e de que o Brasil tem a Amazônia porque a preservou, enquanto os países desenvolvidos já destruíram todas suas áreas florestais, não tendo portanto moral para cobrar mais preservação do Brasil⁸⁹. No entanto, em meio à discussão com Macron sobre a oferta de ajuda financeira emergencial, para o financiamento de um programa conjunto de ações para preservação da floresta⁹⁰, e após Alemanha e Noruega cancelarem repasses em 30 milhões de euros para o *Fundo Amazônia*⁹¹, o brasileiro optou por romper o programa de cooperação e por suspender a vigência do *Fundo*⁹², e findou por zombar da primeira-dama Brigitte Macron (dizendo-a feia), para desviar o foco⁹³. A política ambiental do governo Bolsonaro será depois demarcada pelas posições do ministro

⁸⁶ As manchetes e conteúdos de reportagens de grandes jornais, sobre os incêndios na Amazônia, ver *release* em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/22/jornais-estrangeiros-noticiam-fogo-na-amazonia.ghtml>

⁸⁷ As declarações e as preocupações do presidente francês foram imediatamente reverberadas por Justin Trudeau (primeiro-ministro do Canadá) e por António Guterres (secretário-geral da ONU), cobertura disponível nos *links*: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/22/macron-diz-que-g7-precisa-discutir-incendios-na-amazonia.ghtml>

⁸⁸ A reunião do G7, em 24/agosto/2019, foi o marco de estremecimento da política internacional do Brasil, *link*: <https://www.poder360.com.br/internacional/reuniao-do-g7-comeca-neste-sabado-com-amazonia-na-pauta/>

⁸⁹ A reação de Bolsonaro, sem responder sobre os compromissos do Brasil em acordos sobre clima e preservação da Amazônia, e para não contrariar os interesses de seus aliados na ocupação da floresta, foi o ataque ideológico, sobre soberania: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-volta-a-pregar-soberania-da-amazonia-e-a-criticar-macron/>

⁹⁰ <https://www.publico.pt/2019/08/26/mundo/noticia/bolsonaro-macron-trocam-insultos-amazonia-arde-1884522>

⁹¹ Este, o *Fundo Amazônia*, foi estabelecido pelo *Decreto 6.527* de 1º/agosto/2008, como conta específica criada no âmbito do BNDES, ministro do Meio Ambiente o ambientalista Carlos Minc, no governo do presidente Lula. Reações ao desmonte ambiental: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html

⁹² <https://www.dn.pt/mundo/brasil-fundo-amazonia-esta-suspenso-apos-noruega-bloquear-verbos-11212637.html>

⁹³ <https://veja.abril.com.br/mundo/bolsonaro-zomba-da-esposa-de-macron-e-e-acusado-de-sexismo/>

Ricardo Salles (da pasta), por sua proposta na célebre reunião do presidente com o ministério em 22/abril/2020, de se aproveitar enquanto a população estivesse ocupada (ou distraída) com assuntos da pandemia *Covid-19* para “passar a boiada” (mudar normas ambientais e desmontar políticas e órgãos da área)⁹⁴ e suas posições de proteger invasores da floresta e seus crimes⁹⁵.

A lógica do governo e da governança de Bolsonaro, como demonstrado nas exposições postas até aqui e como adiante se verá, segue pela combinação binária permissiva e destrutiva, permissiva como na liberação de armas e pela tolerância com os interesses e ações de aliados, e destrutiva da estrutura do Estado e sua gestão, inclusive sobre os órgãos de controle e justiça, além das políticas públicas de educação e cultura, minorias e diversidades, atingindo a saúde. Já era notada a hipocrisia de Bolsonaro, em relação ao seu discurso de combate à corrupção e às práticas dele próprio e dos seus filhos, com histórico de relação promíscua com as milícias nos morros do Rio de Janeiro e as “rachadinhas” das verbas parlamentares em seus gabinetes, além de denúncias de corrupção em compras do governo e liberação de verbas, mas foi o país surpreendido com a inesperada entrevista do ex-juiz e ministro Sérgio Moro em 24/abril/2020, que anunciou a sua saída do governo após reunião do dia 22 (agosto) anterior, sob a alegação de não compactuar com as ações do presidente de interferência nos órgãos e nos trabalhos da Polícia Federal, para proteger os “filhos e amigos” da polícia e da Justiça, dos rigores da lei⁹⁶. Outro aspecto dessa política foi a desativação da operação *Lava-Jato* de combate à corrupção, a captura do Ministério Público (*PGR*) sob subserviência, e os célebres sigilos de 100 anos⁹⁷.

Ao mesmo tempo em que, desde o começo do governo, adotou posturas de confrontos com o STF e com o Congresso Nacional, foi aos poucos desativando as instâncias de controle. Um artigo de Fábio Kerche (2021), sobre as relações de Bolsonaro com o Ministério Público Federal (MPF) e seu Procurador-Geral da República (PGR) como um “equilibrista geral”, destaca que nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) o MPF exerceu suas funções com independência, atuando inclusive contra autoridades do governo – como nos episódios da

⁹⁴ A reunião ministerial de 22/abril/2020 ficou conhecida pela denúncia de Sérgio Moro (o ministro da Justiça), em seu suposto rompimento com Bolsonaro e saída do governo, e pelo vídeo tornado público pelo STF, vem em: <https://www.poder360.com.br/governo/salles-sugere-ir-passando-a-boiada-para-mudar-regras-durante-pandemia/>

⁹⁵ Ato típico dessa política foi a iniciativa do ministro Ricardo Salles de desautorizar o IBAMA e sua tentativa de liberar grande carga de madeira extraída ilegalmente e apreendida pela fiscalização (200 mil m³); ver matéria em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/04/07/ministerio-do-meio-ambiente-e-pf-divergem-sobre-maior-carga-de-madeira-ja-apreendida-no-pais.ghtml>

⁹⁶ O ex-juiz Sérgio Moro (o ministro da Justiça) convocou coletiva à imprensa em 24/abril/2020, para denunciar as interferências do presidente Bolsonaro na Polícia Federal, já também abrindo caminho próprio para a política: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/moro-anuncia-demissao-do-ministerio-da-justica-e-deixa-o-governo-bolsonaro.ghtml>

⁹⁷ O jornal *O globo* publicou *release* dos assuntos sobre os quais o presidente Bolsonaro impôs sigilo de 100 anos, desde os que envolvam os filhos, a esposa Michele e suas agendas, compras de vacina *anti-Covid*, entre outros: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/10/06/o-que-bolsonaro-colocou-sob-sigilo-de-100-anos.ghtml>

Ação Penal 470 (chamada “mensalão”) no STF e na operação Lava-Jato em Curitiba, enquanto que no governo Bolsonaro encontra-se cooptado e em regime de subserviência ao governante, em parte por tendências políticas mais conservadoras da alta burocracia estatal, mas também e sobretudo pela decisão de Bolsonaro de cooptar as instituições, para as manter ao seu serviço. O primeiro aspecto se confirma pelas condutas direcionadas do procurador Deltan Dallagnol e do juiz federal Sérgio Moro no direcionamento dos inquéritos e dos processos na Lava-Jato, como evidenciado por grampos da Vaza-Jato e reconhecido pelo STF pelo conjunto da obra⁹⁸, e as saídas de ambos das carreiras para entrarem na política, sendo eleitos deputado federal e senador junto a hostes do bolsonarismo no Paraná, e pelo *laissez-faire* ante Bolsonaro e filhos.

À diferença de Lula e Dilma, que fizeram chefe do MPF o primeiro da sua lista tríplice; à semelhança de Michel Temer, que – ainda considerando a lista tríplice – ignorou o primeiro para nomear quem mais lhe aprouve (a procuradora Raquel Dodge – em 2017); Jair Bolsonaro decidiu desprestigiar a tradição democrática institucional e nomear um procurador alinhado ao seu projeto de governo e de governança, qual seja o procurador Augusto Aras, em 2019 e 2021. Fábio Kerche (2021) ressalta que, em se considerando a aspiração ao cargo máximo da carreira e havendo possibilidade de recondução (ilimitada) ao cargo, em sendo escolhido por avaliação particular do presidente um procurador, este tende a ser subalterno ao governante para manter a preferência por sua pessoa para o cargo, assim se estabelecendo a subserviência do titular do *MPF* aos interesses do governante, seja para resguardar a autoridade e seus aliados da atuação do órgão e da repressão da Justiça, como também para servir às pautas do governo de plantão. Foi o que se viu, com o procurador-geral Augusto Aras sendo complacente com as condutas de Bolsonaro e seus aliados e os filhos, em episódios como os ataques ao Congresso Nacional, ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou a seus ministros, ante suas ações contrárias às prevenções contra a *Covid-19*, ou a disseminação de *fake news*.

A cooptação da Polícia Federal aos interesses de Bolsonaro, como denunciou o ex-juiz Sérgio Moro na entrevista à imprensa em 24 de abril de 2020, então o ministro da Justiça que anunciava a sua retirada do governo, por supostamente não compactuar com a manipulação da instituição de Estado, em favor dos interesses oficiais e para proteção do presidente e dos seus amigos e os filhos, foi outra marca dominante do governo Bolsonaro ao longo do seu curso⁹⁹. O pomo da discórdia entre o ministro e Bolsonaro, a respeito da controvérsia sobre a investida

⁹⁸ Em 9/junho/2019, o portal *The Intercept Brasil* publicou conversas do procurador Deltan Dallagnol com o então juiz federal Sérgio Moro (já na ocasião ministro da Justiça no governo Bolsonaro) na chamada *Vaza-Jato*: g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/09/site-divulga-trechos-de-mensagens-atribuidas-a-procuradores-da-lava-jato-e-a-sergio-moro.ghtml ou no link: <https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>

⁹⁹ g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/sergio-moro-ministerio-da-justica-governo-bolsonaro-frases.ghtml

de interferência na Polícia Federal, está em que ao ser convidado para o ministério da Justiça em 1º de novembro de 2018, no que o candidato eleito buscava compor um ministério de certa estatura e respeitabilidade social, teria sido prometida ao magistrado autonomia no cargo para compor sua equipe (nisso incluídas as direções dos órgãos da Polícia Federal e sua atuação)¹⁰⁰ e para conduzir uma política de combate à corrupção e ao crime organizado, o que no entanto já se tornava zona de conflito entre o presidente e seu ministro, por estar o presidente irritado com inquéritos em curso sobre os atos antidemocráticos e *fake news*, envolvendo seus filhos. Na célebre reunião ministerial ora denunciada de 22/abril/2020, o presidente reclamava de não ter atendidos os seus pleitos de mudança no comando da PF, e ameaçou demitir o ministro¹⁰¹.

De fato, como se confirmou, após a saída do ministro Moro do governo, nem esfriados os ânimos a respeito da querela, veio o presidente a nomear um delegado “adjunto” da família, Alexandre Ramagem – da intimidade dos seus filhos, para a função de Diretor Geral da PF, o qual no entanto teve a nomeação barrada pelo STF, sob o argumento de desvio de finalidade¹⁰². Obstinado, impedida a nomeação do seu preferido para o cargo de Diretor Geral da instituição, mas postado outro delegado (Rolando Alexandre de Souza) que atenderia aos seus interesses, o presidente cuidou na sequência de processar as alterações pretendidas nas chefias regionais, a começar pela do Rio de Janeiro – de onde retirou o delegado Carlos Henrique Oliveira, que conduzia investigações sobre as relações do filho Flávio com Fabrício Queiroz e as milícias, para o alocar em funções executivas em Brasília, para postar um substituto “amigo” no RJ¹⁰³. Enfim, conforme avaliam Fagundes & Madeira (2021), a Polícia Federal que obtivera grande desenvolvimento institucional no período das últimas décadas, passa a amargar um aviltamento sem precedentes na história da República, submetida a manipulações e constantes manobras, em que do protagonismo do combate à corrupção e defesa das instituições republicanas passa a fazer figura à sombra dos denunciados ou a encerrar inquéritos contra evidências de fatos¹⁰⁴.

¹⁰⁰ No convite de Bolsonaro e na aceitação de Sérgio Moro, para que assumisse a pasta do ministério da Justiça, a mais da promessa de autonomia no exercício do cargo, havia ainda expectativa de vaga futura para o STF, *link*: <https://www.poder360.com.br/governo/moro-aceita-convite-de-bolsonaro-para-ser-ministro-da-justica-leia-a-nota/>

¹⁰¹ A investida sobre o ministro, para fazer mudanças no comando da Polícia Federal, foi relatada pelo próprio à Polícia Federal no depoimento de 3/maio/2020, e pode ser confirmada em transcrição da reunião, disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/moro-diz-pf-que-bolsonaro-ameacou-demitir-lo-em-reuniao-gravada-em-video-com-outros-ministros-24408500> ou a íntegra da transcrição da reunião entregue pelo governo e liberada pelo STF: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-transcricao-dos-trechos-da-reuniao-ministerial-destacados-pelo-stf/>

¹⁰² De forma acintosa, a poucos dias da denúncia de interferência na Polícia Federal, em 28/abril/2020 Bolsonaro nomeou Alexandre Ramagem (um comensal de sua casa) para Diretor Geral da PF, no entanto impedido pelo STF: brasil.elpais.com/brasil/2020-04-29/stf-suspende-nomeacao-de-alexandre-ramagem-para-o-comando-da-pf.html

¹⁰³ A mudança na superintendência da PF no Rio de Janeiro foi efetuada de imediato, em 4 de maio de 2020, ver no *link*: <https://correiodoestado.com.br/cidades/cai-chefe-da-pf-no-rio-que-investigava-flavio-bolsonaro/371592>

¹⁰⁴ O escândalo da subserviência se deu no inquérito da interferência, com a conclusão da não interferência na PF: <https://exame.com/brasil/pf-conclui-que-nao-houve-crime-de-bolsonaro-por-suposta-interferencia/>

Em breve recuo tópico, para novamente mirar adiante, revendo a montagem do governo, tem-se que Bolsonaro buscou construir uma dinâmica de governança, visando estabelecer uma correlação de governabilidade própria, centrada em si e nas suas bases de sustentação política. Foi eleito fazendo figuração no furor da antipolítica, uma onda mundial da segunda década do presente século, com presença na Europa e nos Estados Unidos e que se apresentou no Brasil a partir dos protestos estudantis de 2013 e das manifestações anti-Copa de 2014, mais agudizada nos atos pelo *impeachment* em 2015 e 2016, e com a queda do PSDB na lama que combateu. No início do governo, a política adotada por Bolsonaro e seu entorno foi o conflito institucional, nas relações com o Congresso Nacional e com o Supremo Tribunal Federal (STF), já desde então saindo o presidente a se encontrar nas ruas com apoiadores em manifestações com faixas de “fora Congresso” e “fora STF” e também “fora” para os seus ministros considerados como entraves à “nova política”, à “moralização” das instituições ou à virada de página das pautas. Mas como, se mesmo tendo eleito uma grande bancada no seu partido (o PSL – 52 deputados e 4 senadores), carecia para governar de maioria na Câmara de 513 deputados e no Senado de 81 senadores, e onde havia tradição de coalizões e um ranço de clientelismo e fisiologismo?

Ainda ecoava nas hostes bolsonaristas, no calor dos primeiros movimentos do governo, uma expressão do general Augusto Heleno, que era do QG da campanha e integrava o gabinete da presidência, segundo o qual não haveria conversa do governo com o campo conservador e fisiológico do Congresso conhecido como “centrão”, ao qual se referiu com deboche dizendo: – *Se gritar pega centrão, não fica um, meu irmão!* (paródia do refrão popular *pega ladrão*)¹⁰⁵ A aposta do governo, em rejeição das composições políticas, foi pela formação de uma maioria de sustentação no Congresso com as chamadas bancadas temáticas, com deputados e senadores alinhados com o governo, mesmo que integrantes de diferentes partidos, porém unificados no entorno de interesses e temas, como os parlamentares evangélicos, representantes da segurança e os representantes do agronegócio, as chamadas bancadas “da Bíblia”, “da bala” e “do boi”. Ainda nesse começo, a equipe de governo foi também montada sobre uma dupla esteira, para suporte do governo na política do conflito e para manter a correia de transmissão com as bases, que foi a alocação de próceres das plataformas ideológicas (como o olavismo terraplanista e conservador nacionalista ou evangélicos – fundamentalismo religioso) em postos chaves, e em paralelo a militarização do gabinete, empresas públicas, órgãos ambientais, órgãos culturais¹⁰⁶.

¹⁰⁵ A frase foi dita em 22/07/2018 pelo gen. Augusto Heleno, em crítica à hipótese de compor com o “centrão”, em paródia do refrão do samba *Reunião de Bacana* atribuído a Ary Alves de Souza, *Ary do Cavaco*, ver os links: poder360.com.br/brasil/general-heleno-que-no-passado-criticou-o-centrao-agora-confraterniza-com-o-grupo/ <https://setor1.band.uol.com.br/conheca-a-origem-do-se-gritar-pega-ladrao-nao-fica-um-meu-irmao/>

¹⁰⁶ A partir do ministério da Saúde, o TCU levantou a presença de 6.175 militares no governo Bolsonaro até 2021. A matéria:

No entanto, essa estratégia não se confirmou bem sucedida, tendo o governo dificuldade no encaminhamento de suas pautas, por os congressistas continuarem a se comportar mais pela lógica dos partidos e buscando o atendimento de seus interesses e de suas bases eleitorais, com a Câmara dos Deputados presidida pelo deputado centrista Rodrigo Maia (DEM/RJ), de larga experiência e grande capacidade de articulação, que procurou equilíbrio no comando da Casa. As dificuldades do governo vieram com derrotas no STF e devolução de Medidas Provisórias pelo Senado, como no caso da demarcação de quilombos e territórios indígenas, em matéria dos decretos da liberação de armas, também com derrotas no STF e resistência do Congresso em adotar a matéria por instrumentos legais, assim ficando o governo travado em suas pautas e se vendo na conveniência (se não necessidade) de rever a sua estratégia de governabilidade. A saída buscada foi reforçar a ala política na frente do governo, no começo limitada a poucos nomes, como os deputados Onyx Lorenzoni na Casa Civil e Osmar Terra na pasta social, mas tendo o deputado Onyx Lorenzoni sido transferido para outras pastas até voltar ao cargo eletivo e sendo Osmar Terra demitido por razões particulares, indicado Ricardo Barros (PP/PR) líder do governo na Câmara, vindo a deputada Flávia Arruda (PL/DF) para a articulação política.

A guinada do governo para a política, com a incorporação do “centrão” (fisiológico) e reforço da ala política, se deu em parte pelo desgaste da ala ideológica e sua conflituosidade e em parte por divergências na ala militar, como o general Luiz Eduardo Ramos da Casa Civil ou o general Fernando Azevedo do ministério da Defesa, vindo o presidente a emprestar apoio ao deputado Arthur Lira (PP/AL) para presidente da Câmara dos Deputados em fevereiro/2021 e vindo a nomear o deputado Ciro Nogueira (PP/PI) para a Casa Civil, aliando-se ao “centrão”. A partir de então, mais que em aliança ou incorporando o Centrão (representado por PP e PL) ao governo, o presidente Bolsonaro e seu governo passam a ser controlados pelos interesses do Congresso e dos parlamentares articulados no entorno de Arthur Lira, que para manter os apoios dos parlamentares passou a negociar com os mesmos o atendimento de seus interesses com cargos no governo e verbas para suas bases, o que irá progredir até a “intentona golpista” de Bolsonaro de 7 de setembro de 2021, que fracassa e resulta na “carta da conciliação” que lhe foi proposta pelo ex-presidente Michel Temer, com o que o Centrão se sentiu liberado para impor o seu preço em manter o governo, aprovando o instrumento das “emendas do relator” do orçamento (apelidado de “orçamento secreto”), do qual do governo passou a estar refém¹⁰⁷.

<https://www.jota.info/jotinhas/mais-militares-assumiram-cargos-no-executivo-no-governo-bolsonaro-10062022>

¹⁰⁷ Ainda que ensaiada em 2019 e 2020, as chamadas emendas do relator-geral do orçamento da União, marcadas pelo identificador *RP9* (um classificador de despesas pelo resultado primário e pelo número de ordem 9), foram efetivamente introduzidas no orçamento da União pelo relatório aprovado no Congresso em abril/2021 em jogo ensaiado com o presidente, no bojo no novo acordo firmado com as lideranças do “centrão” por bases de apoio;

A esse tempo, a ala ideológica, já enfraquecida, foi praticamente desmantelada, seja por medidas do STF nos inquéritos dos “atos antidemocráticos” e da disseminação das *fake news*, ou pelas demissões de Abraham Weintraub da Educação e Ernesto Araújo do Itamaraty, mas Bolsonaro não se desligou das bases ideológicas, como os evangélicos, e do seu golpismo.

2.6 Fatos das Políticas Divisionistas e Excludentes de Bolsonaro por Pautas de Conflito

Veja outra, mister refazer o histórico do governo, reconstruir o seu itinerário e revisitar as suas estações, para compreender o estresse que se impôs sobre a sociedade nesse transcurso, que pareceu longo demais para um período curto, até o limite do nosso estudo e dessas notas.

Inusitado e surpreendente, e mais representativo do que pretendeu o governo Bolsonaro, foi o seu projeto de refundar a sociedade, gestado em combinação da ala olavista terraplanista e negacionista com o saudosismo do nacionalismo militarizado da ditadura (1964-1984) e com o fundamentalismo religioso, crente-evangélico (tradicional e pentecostal), comportamentalista conservador, centrado nos seus costumes e crenças, pela imposição de seus costumes e moral, o que se viu desde o discurso de posse de Bolsonaro, o célebre discurso do secretário de cultura Roberto Alvim¹⁰⁸, e em congresso evangélico em Brasília em 22/10/2022, véspera de eleição¹⁰⁹.

Já desde a posse, o “novo” governo se instalou alimentado pelo discurso da antipolítica e em retorno realimentando esse “discurso” e as correias de ligação (transmissão) com as suas bases ideológicas e de apoio político e social, nos atos oficiais e pelas redes sociais e nas ruas. A tônica do governo Bolsonaro e sua governança foi a inversão das pautas, na reorganização da estrutura do governo e na distribuição de cargos, os discursos de comando de políticas e ações, por uma lógica de governar para as próprias bases e aquietar a divergência pela imposição da sua agenda e dos seus temas, visando a construção de consensos pela intimidação e pelo medo.

Em outro trabalho, em atividade anterior, no âmbito desta *maestria* (mestrado), observei (CASTELO BRANCO, 2022, p. 112) que “A política, com ou sem disfarces, revela (desnuda) as concepções de Estado praticadas pelos governos” e as formulações dos governantes e dos pretendentes aos cargos; que “As classes dominantes, que impuseram à história os contornos do seu curso, em momentos de esgotamentos das (suas) hegemônias e das suas crises, costumam

no entanto ficando a encargo os presidentes da Câmara e do Senado a distribuição das verbas por indicação dos deputados do seu arco de alianças, mas sendo os recursos repassados pela União aos Estados e Municípios sem a identificação dos autores da destinação, e não sendo os recursos monitorados por instrumentos de rastreamento.

poder360.com.br/governo/entenda-como-e-feito-o-orcamento-e-como-congressistas-podem-incluir-emendas/
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-orcamento-secreto/>

¹⁰⁸ correio24horas.com.br/noticia/nid/secretario-de-cultura-do-governo-bolsonaro-cita-fala-de-ideologo-nazista/

¹⁰⁹ Acesso à matéria pelo *Twitter* de Eliane Trindade: <https://twitter.com/folha/status/1583812964582559744>

inverter os significados dos processos históricos”, em artifício “para sustentar o controle sobre a dinâmica da sociedade e do tempo, e assim manter a sua visão e rumo sobre os novos fatos”. Em Bolsonaro e no seu governo, essa lógica se manifesta por um duplo ataque: “destrutivo” do que não lhes agrada e “revisionista” do que possa ser edificado ou contado de um outro modo, como o que se viu a respeito das posições políticas e culturais consideradas de esquerda, nos ataques às universidades e intelectuais que elaboram visões críticas da realidade e dos fatos ou a respeito da revisão da história, para louvar de heróis a algozes e culpar as vítimas por danos.

No ato de posse, em 1º de janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro, que foi à rampa do Palácio do Planalto, em cortejo oficial e acenando para o público com o seu gesto típico de campanha, mão levada à frente simulando arma apontada (polegar erguido e apontador em riste), e declarou perante as autoridades e os presentes e para a sociedade inteira o seu propósito e empenho de fazer um governo para “livrar o Brasil do socialismo, da inversão de valores e do gigantismo do Estado, e do politicamente correto”, e assim portanto dotado dos instrumentos suficientes para a realização desse intento, como realmente se intentará por diversos modos¹¹⁰. Esse discurso teve ampla repercussão na grande imprensa, entre os quais a *Folha de S. Paulo* e diversas plataformas digitais de mídias, com destaques para as expressões com fortes cargas ideológicas, de conotação político-religiosa ou moral, como “defender o Brasil” e “libertar (o Brasil) do socialismo” ou “combater as ideologias”, com a dicção de conteúdos afirmativos de costumes como “valorizar a família” e “respeitar as religiões”, preservar a “tradição cristã”¹¹¹.

Em maior ênfase, em 17 de março de 2019, em sua primeira viagem aos Estados Unidos, em jantar oferecido na embaixada do Brasil nos Estados Unidos para convidados selecionados, entre os quais o guru Olavo de Carvalho (ideólogo brasileiro radicado nos EUA) e blogueiros formadores de opinião, o presidente Jair Bolsonaro manifestou que estava para realizar o que sempre sonhara como propósito pessoal: “libertar o Brasil da ideologia nefasta da esquerda”. E que, portanto, o momento que o Brasil enfrentava (por seu governo naquela ocasião) era mais de “desconstrução” do que de “construção”, em que então se tratava de combater e extinguir a “cultura comunista” (o “esquerdismo”), que estava “disseminada” pelos quatro cantos do país, assim anunciando uma guerra cultural que seria implementada pelo seu governo em diversas

¹¹⁰ Esses termos, e outros na sequência desses, dão a senha para uma séria de atos repressivos contra ativistas, ou contra ambientalistas e intelectuais e artistas, que marcarão o governo Bolsonaro, como censura e corte de verbas, acessado em 27/10/2022, disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/01/em-discurso-bolsonaro-diz-que-brasil-precisa-deixar-de-lado-a-divisao-ideologica.ghtml> Acessado em 27 de outubro de 2022.

¹¹¹ O discurso do presidente, ao mesmo tempo que sinalizou para as suas bases de apoio, do campo ideológico da direita política e do conservadorismo religioso, prometia guerra político-cultural com distinções do que deveria ser extinto e do que seria admitido pela nova política; em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/em-primeiro-discurso-como-presidente-bolsonaro-pede-pacto-e-acena-a-base.shtml> Acessado em 27/outubro/2022.

esferas de atuação, com ataques às universidades e inversão das funções de diversos órgãos¹¹². O que se viu na Fundação Palmares na gestão de Sérgio Camargo, que passou à hostilização da negritude, ou na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atuando contra os povos indígenas¹¹³.

Na linha anunciada, na área da cultura e da memória nacional, Jair Bolsonaro e adeptos chegaram ao governo propondo uma revisão ou releitura da história do Brasil de períodos por eles considerados escritos com “viés ideológico”, com o propósito manifesto de recolhimento de livros didáticos que são fornecidos pelo governo às escolas públicas e editar outros novos¹¹⁴. Um forte discurso de direita, em tom impregnado da vontade de limpar o Brasil de influências de esquerdistas e comunistas, o mote veiculado foi escoimar os livros didáticos dos chamados vieses ideológicos detratores da história, e assim restaurar os aspectos e resultados positivos do governo militar, o qual teria salvado o Brasil de se tornar como a Venezuela ou uma Cuba. Foi o enfoque do ex-ministro Ricardo Vélez (colombiano), o primeiro de muitos que vieram a ocupar a pasta da Educação no governo Bolsonaro, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, em que reafirmou o propósito do governo de revisar os livros didáticos do ensino básico, para os limpar dos vieses ideológicos de esquerda, e restaurar o papel positivo do regime militar¹¹⁵.

Na mesma direção, o próprio presidente Jair Bolsonaro, em declaração à imprensa e aos seus apoiadores no “cercadinho” do Palácio da Alvorada, reafirmou o propósito do governo de reescrever os livros didáticos, sob o argumento de “suavizar” os materiais, que “atualmente” contém “muita coisa escrita”, um “lixo” com ideologias de esquerda e educação sexual, para por neles a bandeira nacional na capa e também o hino nacional, e que “os pais irão vibrar”¹¹⁶. No calor desses fatos, observei (CASTELO BRANCO, 2022, p. 114), que até então o governo não conseguira viabilizar tal proposta e dificilmente o lograria fazer, vez que se trata de guerra contra a realidade, contra a sociedade ou a cultura, porque “os valores de uma sociedade ou as opiniões dominantes em conjunturas civilizatórias determinadas não são passíveis de serem

¹¹² O discurso, nos Estados Unidos, fazendo alinhamento com o “trumpismo”, propunha extinguir uma “cultura” julgada “nociva”, e limpar o caminho para outra; ver em: locusonline.com.br/2019/03/18/bolsonaro-nos-eua-o-que-eu-sempre-sonhei-foi-libertar-o-brasil-da-ideologia-nefasta-da-esquerda/ Acessado em 27/outubro/2022.

¹¹³ Sérgio Camargo, também afrodescendente, nomeado presidente da Fundação Palmares, guardião da memória da negritude no Brasil, chegou a considerar a escravidão benéfica para o negro, como capitão do mato; ver em: <https://noticias.r7.com/brasil/presidente-da-fundacao-palmares-diz-que-escravidao-foi-benefica-27112019>

¹¹⁴ Em 28/setembro/2018, o general da reserva Aléssio Ribeiro Couto, do comitê de campanha de Bolsonaro, deu entrevista ao portal de notícias Uol, sobre o propósito de refazer os livros de história sobre 1964; disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/28/general-ligado-a-bolsonaro-fala-em-banir-livros-sem-a-verdade-sobre-1964.htm> Acessado em 27 de outubro de 2022.

¹¹⁵ A matéria, de 4/abril/2019, sobre a intenção de revisar livros didáticos, foi então noticiada por muitos jornais e portais digitais, como *g1.globo*; disponível: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/04/ministro-velez-diz-que-vai-revisar-livros-didaticos-sobre-golpe-de-64-e-ditadura.ghtml>

¹¹⁶ Em 3 de janeiro de 2020, no início do segundo ano de governo, a proposta ainda estava acesa para Bolsonaro, que no entanto não conseguiram viabilizar; matéria em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/03/livros-didaticos-atuais-sao-lixo-e-governo-vai-suavizar-linguagem-a-partir-de-2021-diz-bolsonaro.ghtml>

alteradas ou invertidas por mera investida de força ou pela lógica do poder”, impositivamente. Ato grave, extemporâneo e quixotesco, foi a ordem do secretário da Educação de Rondônia, para o expurgo de 42 livros das escolas públicas, no entanto felizmente tornada sem efeito¹¹⁷.

Às vezes fracassando, às vezes conseguindo fazer o governo se empenhar por propostas divisionistas da sociedade, Bolsonaro e grupamento se ocuparam da estratégia da intimidação dos divergentes e de opositores, para os desacreditar e enfraquecer, para os aquietar e os calar. Um olhar sobre o governo, para um sobrevôo panorâmico, pode começar pela estrutura e pela performance do gabinete presidencial, de como o chefe concebe e exerce o governo a partir da sua cadeira, de como se relaciona com as esferas de poderes, de como distribui e retém o poder. É essa a visão de Magna Inácio (2021), em *Poder Executivo: presidência e gabinete*, sobre o perfil de comando de Bolsonaro e sua estratégia de controle, em que pontua a sua inexperiência administrativa, que o expõe a equívocos e atropelos sobre instituições e inclusive sobre aliados, combinada com insegurança e autoritarismo centralizador, nada admitindo germinar em volta. Foi de posição errática, como o caracteriza Magna Inácio (2021), indo dos apelos às bancadas temáticas no Congresso à condição de um presidente “sem partido”, após desligar-se do PSL¹¹⁸ e não conseguir fundar outro, assim permanecendo por tempo largo, um *outsider* de dentro¹¹⁹.

A gestão do gabinete primou pela sementeira e pela administração de conflitos, visando a alimentação do radicalismo extremista dos apoiadores e para manter a centralização política, para tanto incentivando manifestações populares de conteúdos golpistas e fortalecendo os seus prepostos postados nessa linha, ao mesmo tempo reftreando gestores tendentes a se descolarem da política central, com agenda de gestão que escapasse da linha mestre ou projetasse um líder, como com o ministro Luiz Henrique Mandetta no período da *Covid-19*, demitido por acertos¹²⁰. Assim também na relação com parlamentares no Congresso, sejam os que tenham aderido no período de governo, mas trastejassem em algum momento com a linha ideológica conflitiva, seja com próprios membros da campanha e apoiadores da primeira hora que saíssem da linha, como ocorreu com o deputado Kim Kataguiri do Movimento Brasil Livre (MBL), a blogueira

¹¹⁷ Na data, 6/fevereiro/2020, o Estado de Rondônia era governado por Marcos Rocha, do PSL de Bolsonaro, e entre os livros cogitados impróprios para jovens estavam autores como Franz Kafka, Euclides da Cunha, Mário de Andrade, Ferreira Gullar; ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/02/governo-de-ro-manda-recolher-macunaima-e-mais-42-livros-e-depois-recua.shtml>

¹¹⁸ O presidente se desligou do PSL em 12/11/2019, por colidir com Luciano Bivar (presidente do partido) sobre o controle das finanças do partido: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/politica/1573590377_243986.html

¹¹⁹ O afã de Bolsonaro de criação do partido *Aliança pelo Brasil* fracassou na fase preliminar por não preencher requisitos de seguimento do processo, sendo extinto no TSE em 30/abril/2022, mas a esse tempo o presidente já havia desistido do intento, filiando-se ao PL em 30/11/2021: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/idealizado-por-bolsonaro-partido-alianca-pelo-brasil-acaba-por-falta-de-assinaturas/>

¹²⁰ O ministro da Saúde, deputado Luiz Henrique Mandetta, foi demitido por Bolsonaro em 16/abril/2020, com apenas um mês de gestão da prevenção e controle da pandemia do *Sars-Cov-2*, por manter diálogo com gestores estaduais e prefeitos: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-16/mandetta-e-demitido-por-bolsonaro.html>

deputada Joice Hasselmann ou o ator deputado Alexandre Frota, que passaram para Bolsonaro e para as hostes bolsonaristas, nos canais digitais de próceres do conservadorismo (da direita), a desafetos traidores, esquerdistas e comunistas camuflados, pessoas sem crédito, sem honra.

Até que eclodiu a denúncia da existência e do funcionamento de um “gabinete do ódio”, em sala paralela ao gabinete presidencial no Palácio do Planalto, por declarações da deputada Joice Hasselmann (PSL/SP) prestadas à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) no Congresso Nacional, então instalada justamente para investigar a existência de uma indústria das *fake news* (notícias falsas) com origem em setores e agentes do governo, com a finalidade de atacar e desestabilizar as instituições e difamar as autoridades desafetas ou seus opositores. A denúncia da deputada informou também a existência de uma “milícia digital” vinculada ao gabinete presidencial, integrada por filhos do presidente e por assessores próximos do mesmo, à semelhança das milícias profissionais formadas por grupos armados em localidades urbanas, também incluindo a reprodução de mensagens por “robôs eletrônicos” contratados para o fim. As operações realizadas, com notícias falsas ou difamação de pessoas, visavam desprestigiar e desacreditar opositores e divergentes do grupamento hegemônico no poder, para os intimidar a não ousarem divergir ou os tornar pessoas sem crédito, se entretanto teimassem em o fazer¹²¹.

A linha dos ataques, por esse “gabinete do ódio” e pelas “milícias digitais” alimentadas pelo bolsonarismo, disseminadas pelos terminais digitais nas mãos de apoiadores ideológicos nas grandes metrópoles e com repercussão, por redes de conectividade, até os rincões do país, era por explorar o antipetismo pela caracterização de qualquer divergência ou oposição como esquerdismo ou comunismo, e caracterizar a esses como impatriotas ou desonestos e inimigos. O lema de Bolsonaro, *Deus – Pátria – e Família*, e seu slogan de campanha e para o governo, *Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!*, dizeres de legitimação tomados de empréstimo do fascismo de Benito Mussolini na Itália e herdados do integralismo de Plínio Salgado no Brasil, deram a direção para a unificação do segmento e para a demarcação com os contrários ou com os críticos; em que os alinhados com o bolsonarismo e com o governo eram os novos e verdadeiros patriotas, os cidadãos de bem, honestos, cristãos; enquanto que os outros eram bandidos, impatriotas, traidores, que – à semelhança do “Ame-o ou deixe-o!” do autoritarismo ditatorial no Brasil – impôs aos divergentes a exclusão de *Vai pra Venezuela!*, *Vai pra Cuba!*

Essa política divisionista, de funcionalidade excludente e repressiva, se manifestou nos diversos setores e aspectos da conformação da sociedade e das vivências, como nas políticas

¹²¹ As declarações da deputada Joice Hasselmann foram recepcionadas com credibilidade, por se tratar de aliada do campo bolsonarista e uma blogueira profissional conhecedora dos mecanismos digitais; matéria disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/622252-joice-hasselmann-denuncia-milicia-e-gabinete-de-odio-na-disseminacao-de-fake-news/>

para a educação e para a cultura, nos quesitos referentes ao meio ambiente, nos relacionados a componentes étnicos, sobre os povos indígenas e seus ambientes e costumes, a negritude ou os afrodescendentes e seus costumes e crenças, sobre a diversidade social e as liberdades pessoais, saúde pública e as medidas de prevenção no período da pandemia do *Sars-Cov-2*, religião e os direcionamentos das denominações evangélicas, a repressão às posições contrárias nas igrejas, o projeto de poder dos crentes de imposição da sua visão, dos seus costumes e da sua moral. Essa política, expressada em discursos e traduzida em medidas, atingiu e impactou a sociedade não alinhada com o bolsonarismo, ainda havendo indivíduos extremistas em setores atingidos, como as universidades públicas, as organizações ambientalistas, acadêmicos e pesquisadores, sindicalistas e jornalistas, segmentos da diversidade, cultura afro-brasileira, a homoafetividade, gerando tragédias e traumas, como no aumento da violência e na pandemia, para tantos lares.

Em resumida, mas interessante análise, Fernando Luiz Abrucio (2021) escreveu sobre *Bolsonarismo e Educação*, com foco em “quando a meta é desconstruir uma política pública”, em que parte da alusão àquela reunião (jantar) de Bolsonaro com convidados, entre os quais Olavo de Carvalho e Steve Bannon, na embaixada brasileira em Washington em março/2019, em que disse que a sua meta principal não era “construir”, porém “desconstruir” muitas coisas. Ressalta que o *bolsonarismo* se caracteriza como um “ideário” que elege como maior inimigo a ordem institucional estabelecida a partir do modelo constitucional da Carta de 1988 e que a sua “política educacional é um exemplo paradigmático dessa lógica”, com o objetivo de destruir a agenda, o modelo institucional, a comunidade epistêmica, “construídos nas últimas décadas”, vistos como agenda de esquerda, de viés ideológico comunista, um ambiente libertino, imoral. Essa foi a visão dos três primeiros ministros da Educação, desde o colombiano Ricardo Vélez ou o olavista Abraham Weintraub, até o pastor presbiteriano (calvinista) Milton Ribeiro, que a essa negatização acrescentou uma visão excludente da universidade, para as camadas pobres.

A curta passagem do colombiano Ricardo Vélez pelo ministério da Educação (1º/janeiro a 8/abril/2019) foi marcada por sua proposta de revisar os livros didáticos e refazer a história. A gestão do olavista reducionista Abraham Weintraub foi mais duradoura (de 8/abril/2019 até 18/junho/2020) e mais traumática, marcada sobretudo pelo corte de verbas para universidades e por declarações que o fizeram um dos baluartes da ala ideológica de ultradireita no governo. Em 30 de abril de 2019, com apenas 20 dias no cargo, o ministro Abraham Weintraub já disse a que viera no governo Bolsonaro: anunciou o corte (redução/contingenciamento) do repasse (transferência) de verbas (recursos financeiros orçamentários) para 3 universidades, que foram a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade

Federal da Bahia (UFBA), já deixando de sobreaviso a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sob a alegação de reduzido aproveitamento acadêmico nas instituições e de práticas de balbúrdia interna nas mesmas, porém não definindo balbúrdia nem exemplificando fatos¹²². A repercussão foi imediata, levantando protestos nas unidades atingidas e críticas em amplos setores formadores de opinião, no Congresso e na imprensa e diversas instituições de ensino, vindo o ministro a estender a restrição às demais universidades, alegando contingenciamento¹²³.

Mas o estrago estava feito: o vilipêndio já estava lançado, o corte orçamentário seria em geral, atingindo a todas as instituições universitárias, e estava o contingenciamento financeiro conjugado com a depreciação do ambiente universitário e seu ensino, assim ao mesmo tempo se fazendo o estrangulamento do seu funcionamento e disseminando má imagem dos centros acadêmicos públicos, no episódio sendo percebido o intento de privatização do ensino público. A má vontade do governo com as universidades e sua animosidade com o pensamento crítico induzia a um processo de privatização disfarçada, mediante o estrangulamento financeiro para redução da sua capacidade de funcionamento, de manutenção de turmas ou abertura de vagas, ao mesmo tempo que se promovia a depreciação dos ambientes acadêmicos e do seu ensino, assim a induzir as famílias abastadas ou de classe média a buscarem outra opção para os filhos. A reação das comunidades universitárias (professores e funcionários e estudantes) foi imediata e se pipocou em todas as capitais e nos grandes centros urbanos do país, com multidões saindo em manifestações de protesto, em longas passeatas por avenidas e ruas, como se viu em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em Salvador, e em diversas cidades, em defesa das universidades e do ensino público, afirmando a dignidade das comunidades acadêmicas, o valor do saber¹²⁴.

A reação do campo governamental e das hostes do bolsonarismo nas redes digitais, aos movimentos das comunidades universitárias com adesão de estudantes secundaristas pelo país, foi também imediata e muito mais truculenta, ensejando a percepção de um estado de guerra. O revide ampliado do vilipêndio lançado pelo próprio ministro da Educação foi a primeira, e surpreendeu pelos golpes considerados “abaixo do cinturão” em linguagem das lutas de ringue,

¹²² O anúncio do ministro Abraham Weintraub surpreendeu tanto o mundo acadêmico quanto o mundo político, ao atacar determinadas universidades e levantar acusações com depreciação dos ambientes acadêmicos, sem no entanto indicar nenhum fundamento da imputação; ver em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>

¹²³ No dia seguinte, em 1º de maio de 2019, por repercussão negativa das declarações do ministro, o ministério da Educação retificou a declaração para informar não se tratar de medida punitiva contra aquelas instituições, porém de um corte linear de 30% nas verbas de todas as universidades, por contingenciamento de recursos; disponível: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/05/01/interna_nacional,1050364/mec-recua-de-punir-universidades-por-balburdia-e-propoe-corte-linear.shtml

¹²⁴ Esse ponto, as manifestações das comunidades acadêmicas, com estudantes universitários e secundaristas em mais de 222 cidades em todo o país, será retomado em outro tópico adiante, sobre resistências ensaiadas; ver em: g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/cidades-brasileiras-tem-atos-contra-bloqueios-na-educacao.ghtml

com a difamação de que os ambientes universitários estavam degradados com promiscuidade e uso de drogas ilícitas (alucinógenas), que os *campi* das universidades eram ambientes usados para plantações de maconha, sendo distribuídas postagens prontas pelos centros de confecção de *fake news* (difamatórias) do *bolsonarismo*, reproduzidas pelos seguidores desse espectro nas redes digitais (*Twitter, Instagram, Facebook, WhatsApp, YouTube*), imagens de estudantes em grupos seminus em liberalidade afetiva, sugerindo a homossexualidade e profanação moral. O próprio ministro da Abraham Weintraub chegou ao destempero de acusar as universidades de terem se tornado centros de “plantações de maconha” e portanto em “antros de perdição”, e ante às reações políticas a esses ataques de desmontes e desmanches do ensino acadêmico pelo próprio governo, respondeu que pretendia promover uma ampla reforma do ensino no setor¹²⁵.

Outra reação ensaiada pelo governo, para potencializar e explorar a situação de conflito, foi alçar a proposta de período anterior, da ocasião do *impeachment* da presidente Dilma e do combate ao PT e às esquerdas, de proibir a discussão ou críticas políticas nas escolas, que ora se denominou de “escola sem partido”, pela discussão acadêmica de que a deposição foi golpe. O intento havia tramitado em 2018, como proposição legislativa na Câmara dos Deputados, no ambiente do governo substitutivo de Michel Temer (PMDB) e das denúncias do envolvimento do presidente plantonista e do senador Aécio Neves (PSDB) com os dinheiros do empresário Joesley Batista (do grupo de frigoríficos JBS), mas não conseguira prosperar naquela ocasião. Foi porém reapresentado em 2019, pela deputada bolsonarista Bia (Beatriz) Kicis (PSL/DF), após detonado o conflito com as universidades e sendo feitas críticas acadêmicas ao governo e ao seu projeto de sociedade pela padronização da educação e da cultura, tendo o presidente da Câmara (deputado Rodrigo Maia) constituído Comissão Especial, para a análise da matéria¹²⁶. No entanto, a proposta novamente não prosperou, pela resistência da sociedade e nas mídias, e pela força de uma decisão anterior do STF, por liminar da ministra Cármen Lúcia confirmada pelo pleno da Corte em 31/outubro/2018, garantindo a liberdade de expressão e de cátedra¹²⁷.

¹²⁵ As declarações do ministro Abraham Weintraub, em 11/dezembro/2019 perante a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em ambiente formal das instituições oficiais, foi reveladora do seu ímpeto destrutivo em sintonia com a linha de desmonte das políticas públicas vigentes, anunciadas pelo presidente desde a posse; *link*: <https://www.camara.leg.br/noticias/625418-ministro-da-educacao-reafirma-que-ha-plantacoes-de-maconha-nas-universidades/>

¹²⁶ O deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, foi então criticado por pretender camuflar as votações de matérias financeiras, como as reformas da previdência e da legislação trabalhista, com a ressurreição de pautas polêmicas referentes a costumes, como o já desgastado projeto da “escola sem partido”; ver matéria em: www.epsvj.fiocruz.br/noticias/reportagem/escola-sem-partido-volta-a-discussao-na-camara-federal-em-2020

¹²⁷ Em fins de 2018, ainda no decorrer do governo Michel Temer, no ambiente da radicalização contra as críticas ao *impeachment*, chegou a ser promovida a entrada de policiais federais nas universidades, para impedir os cursos de revisão do processo de deposição da presidente; mas o STF afastou as ações e declarou a liberdade de cátedra; matéria acessada em 5/11/2022, disponível pelo *link*: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/10/31/majoria-do-stf-confirma-decisao-que-suspendeu-acoes-dentro-de-universidades.ghtml>

Um exemplo da conexão entre o presidente Jair Bolsonaro e as hostes bolsonaristas na sociedade foi a gravação por celular que uma aluna fez da discussão realizada em sala de aula, sobre o projeto denominado “escola sem partido”, por uma professora na cidade de Itapeva/SP, a estudante que era funcionária do PSL (partido do presidente) na cidade, a discussão sobre o projeto “escola sem partido” e as ideias estreitas de Olavo de Carvalho, ideólogo bolsonarista. A estudante, funcionária do partido oficial, enviou o vídeo da gravação da aula ao presidente Bolsonaro, porque detinha um canal de comunicação com o seu presidente, e esse publicou o vídeo no seu perfil do *Twitter* em 28 de abril de 2019, na véspera dos ataques às universidades pelo ministro da Educação, tendo sido tal iniciativa da estudante (partidária) uma resposta ao incentivo veiculado por Jair Bolsonaro em novembro do ano anterior, para que se gravassem as intervenções políticas de professores e fossem enviadas ao governo, para coibir a postura¹²⁸. Esse o clima de vigilância e terror, que foi imposto sobre as universidades e as escolas no país, de controle ideológico (da divergência) pela ideologia dominante (no governo e na sociedade), induzindo que na própria sociedade uns indivíduos vigiassem e controlassem os divergentes, em função de um projeto maior de uniformização (padronização) da sociedade e da cultura¹²⁹.

Da parte de Bolsonaro e do seu governo, em acréscimo a esse ambiente de hostilidades, ainda sobreveio um ataque retumbante à pedagogia de Paulo Freire, acusado de ser comunista e de promover o excesso de liberdades no sistema de ensino brasileiro, que por isso escambou para a libertinagem e para a promiscuidade, em detrimento da aprendizagem técnica e neutra, o que por outro lado despertou reações em defesa de Paulo Freire e do seu legado pedagógico nos centros de ensino no Brasil e no exterior, como um pensador revolucionário do ensino¹³⁰. Em outra frente, desde o começo do governo, o capitão reformado por insubordinação militar, de atuação parlamentar articulada com as milícias controladoras de comunidades e seus votos, já na condição de presidente da República, vinha propondo como sua principal bandeira para a educação a instalação de “escolas cívico-militares” – ao menos uma unidade por Estado, no mais também propondo a militarização dos monitores de alunos nas escolas existentes, com a adoção de cerimônias diárias para entoar em coletivo o hino nacional, e gestos de continência. Alguns governadores integrantes do bolsonarismo ou prefeitos adesistas ao espectro rápido se

¹²⁸ A ação do presidente foi uma senha para mordada nas escolas: www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/se-escola-tiver-partido-que-seja-dos-dois-lados-defende-bolsonaro.shtml

¹²⁹ Esse aspecto será retomado neste trabalho no capítulo seguinte (terceiro), de interpretação (hermenêutica) da governança ideológica intentada por Bolsonaro, por repressão (imposição e intimidação) ideológica e adoção de mecanismos semelhantes aos descritos por Michel Foucault (2008), nos seus estudos sobre biopolítica, biopoder.

¹³⁰ Um balanço dos ataques a Paulo Freire e sua pedagogia foi publicado pelo jornalismo *Deutsche Welle* em 19 de setembro de 2021 no portal *poder360*, expondo as motivações dos extremistas de direita incomodados com o seu modelo de um ensino libertador e formador do espírito crítico; acessado em 5/11/2022, disponível pelo *link*: <https://www.poder360.com.br/brasil/por-que-a-extrema-direita-elegeu-paulo-freire-seu-inimigo-dw/>

candidataram para receber as unidades modelo, mas – por falta de condução e de realismo no intento – o plano não passou da adaptação de escolas regulares, do que instituição de novas¹³¹.

Ainda no governo, o ministro protagonizou outras pérolas, como a sua manifestação na célebre reunião ministerial de 22 de abril de 2020, cujo conteúdo transcrito foi divulgado pelo ministro Celso de Mello do STF no seguinte 22 de maio, em que o assunto eram as medidas de prevenção contra o coronavírus e saiu o arrogante Abraham Weintraub com a valentia de que por sua conta colocava “esses vagabundos todos na cadeia”, e concluiu “começando no STF”. Na mesma reunião, em reação às discussões no STF sobre as políticas de proteção aos povos indígenas, o ministro soltou a tirada de que “odeio a expressão povos indígenas”, porque não existem “povos indígenas” ou outros povos no Brasil, mas somente o “povo brasileiro”, que é um só “povo brasileiro”, sem distinções ou divisões do povo, portanto sem distinções de raça; no que surpreendeu por trazer para o ministério da Educação uma política reducionista já em vigor em outros órgãos, como no ministério do Meio Ambiente, na Agricultura e na FUNAI, com sucateamento do órgão, vista grossa para desmates e grileiros, e garimpo em reservas¹³². Ao fim, o ministro se irmanou com os “300 de Brasília”, comandados por Sara Winter e seus encapuzados, que à semelhança da *Ku Klux Klan* cercaram o prédio do STF em noite de terror, com tochas e soltando fogos de artifício, o que conduziu à sua demissão em 18/junho/2020¹³³.

Após o olavista reducionista Abraham Weintraub, veio (16/julho/2020 a 28/março/2022) o pastor presbiteriano (supremacista calvinista) Milton Ribeiro para a Educação, este também a verbalizar novas declarações de conotação discriminatória e excludente na direção do órgão, além de uma completa inércia para suprir formas alternativas (à distância) de ensino no curso da pandemia do coronavírus, para evitar perdas de socialização e aprendizado da juventude e adolescentes e crianças, no período de suspensão das atividades escolares, prevenção à *Covid*. Na sua amorfa passagem pelo ministério, ex-dirigente das faculdades confessionais Mackenzie (privadas), o reverendo se notabilizou pelas suas declarações retrógradas: uma em entrevista à *TV Brasil* (oficial) em 9/agosto/2021, quando defendeu os institutos federais técnicos e disse que a universidade é para poucos e somente assim o ensino superior poderá ser útil ao país¹³⁴.

¹³¹ Em agosto/2020, no período da *pandemia*, durante suspensão das atividades escolares, foi anunciada a primeira unidade adaptada no Rio de Janeiro, depois da unidade de Bagé no Rio Grande do Sul, para militarizar a educação; matéria disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/14/bolsonaro-chega-ao-rio.shtml>

¹³² A palavra do ministro, que surpreendeu pela pasta, estava em sintonia com a política reducionista do governo; ver em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/05/14/reuniao-ministerial-governo-bolsonaro.htm>

¹³³ A visita de Weintraub à manifestação dos “300 de Brasília” em 14/junho/2020, em momento seguinte ao ato do grupo de cerco ao STF, agravou a tensão entre governo e tribunal, e ensejou a sua demissão em 18/junho; link: www.poder360.com.br/governo/weintraub-visita-acampamento-bolsonarista-e-reitera-fala-de-reuniao-ministerial/

¹³⁴ Na entrevista, o ministro reverendo disse inclusive que é justo as universidades federais serem ocupadas pelos “filhinhos de papai”, porque são eles (os seus papais) que pagam impostos e financiam as universidades públicas;

Na mesma entrevista, o ministro acrescentou ser contra o “inclusivismo” na educação, porque a presença de deficientes com alunos regulares atrapalha o rendimento dos demais e da turma. No seu ocaso, foi denunciado por prefeitos de que pastores formavam um “gabinete paralelo” no ministério, liberado recursos e cobrando propinas de 40 mil em dinheiro ou barras de ouro. No mais, não logrou passar de um ausente e omissor, mero e vulgar puxa-saco do seu chefe¹³⁵.

Outro grande desastre do governo Bolsonaro foi nos serviços de Saúde e talvez o maior, também com consequências danosas e irrecuperáveis para a educação no período da *pandemia*. Antes, no entanto, de adentrarmos à temática das políticas no âmbito da Saúde, cabe destacar uma observação corrente no início do governo Bolsonaro, ante eventuais críticas sobre o estilo grosseiro do presidente e suas políticas conflitivas e divisionistas e excludentes de segmentos não incluídos no seu espectro, de que o seu governo valia ao menos por 3 dos seus ministros: o ministro da Justiça – Sérgio Fernando Moro, o da Economia – Paulo Roberto Guedes, o da Saúde – Luiz Henrique Mandetta; como se visualiza em uma fotografia do presidente ladeado justamente por esses, imagem de evento oficial publicada pelo portal *bet365*: o da Saúde à sua esquerda, o da Economia à sua direita, e Moro mais à direita, prestígio por posições, pela foto. A imagem é simbólica para expressar a dinâmica do governo Bolsonaro para políticas públicas, ainda que os ministros que tenham chegado com o presidente ao término do seu governo sejam outra trinca: o mesmo Paulo Guedes – da Economia, o general Augusto Heleno – do gabinete, e Fábio Faria – das comunicações; um delfim do mercado, um ícone conservador, um escudo. As imagens são retratos de governos, sociedades e costumes, políticas e épocas, como essa¹³⁶.

A começar por aspectos gerais, Oliveira & Fernandez (2021) pontuam que as políticas sociais no governo Bolsonaro “têm sido conduzidas pelo princípio da austeridade”, no sentido de que para enfrentar a crise econômica (herdada do governo Michel Temer), sob a condução do mercadista Paulo Guedes, “o governo optou por reduzir a participação do Estado” no setor. As autoras destacam que, mesmo considerando o quadro das desigualdades sociais e que, em se restringindo recursos para os serviços sociais, são atingidos os contingentes de baixa renda, Bolsonaro pouco se importou no transcurso do governo com a questão da desigualdade social, o que se refletiu em diversas áreas da atuação pública, e especialmente nos serviços da Saúde.

ver o *link*: <https://www.poder360.com.br/brasil/universidade-deveria-ser-para-poucos-diz-ministro-da-educacao/>

¹³⁵ Em 18/março/2022, o jornal *Estado de SP* publicou matéria, com denúncias de prefeitos da existência de um *gabinete paralelo* no ministério da Educação, formado pelos pastores Arilton Moura e Gilmar Santos, das Igrejas Assembleias de Deus, que cobravam propinas para liberação de verbas, 40 mil em espécie ou barras de ouro; ver: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pastores-controlam-agenda-e-liberacao-de-dinheiro-no-ministerio-da-educacao,70004012011>

¹³⁶ A imagem, fotografia de Carolina Antunes, é de evento de março/2020, no início do período da *pandemia*, de antes da demissão do ministro Mandetta, ainda que a publicação seja de 21/julho/2022. A matéria está disponível pelo *link*: <https://m.leijaja.com/politica/2022/07/21/apenas-3-ministros-seguem-fixos-no-governo-com-bolsonaro/>

Indo ao ponto específico, Oliveira & Fernandez (2021) ressaltam que as políticas para a Saúde do governo se marcaram no começo pelo desmonte, como na crítica antecipada ao programa *Mais Médicos* e aos profissionais, que levou Cuba a romper com o programa no final de 2018, ou a redução dos repasses para a Atenção Básica e Saúde da Mulher, e para a Saúde Indígena. Mais grave, no período da pandemia do *Sars-Cov-2*, o presidente (mais que o governo) pautou uma diretriz de priorização da agenda econômica e negacionista dos riscos do *coronavírus*, que levou a seguidas intervenções na gestão da Saúde, com um saldo trágico de mortes e danos¹³⁷.

O programa *Mais Médicos*, lançado pela presidente Dilma em 2013, em resposta aos protestos populares anti-Copa e por melhores serviços públicos, ante as matérias na imprensa contra os atendimentos nos hospitais, em que os médicos brasileiros se inscreveram no primeiro edital, sem porém compareceram para os contratos, levando o governo a contratar a vinda dos médicos cubanos, representou um avanço de expansão e interiorização dos serviços de saúde. No entanto, no período de implantação e no seu transcurso, o programa foi bombardeado pela categoria dos médicos brasileiros e dos seus conselhos de classe (estaduais e nacional), como pelas faculdades particulares de medicina espalhadas pelo país, com repercussão na oposição ao governo no Congresso Nacional, em especial junto aos setores políticos ligados ao PSDB e outras siglas, sendo essa posição encarnada por Jair Bolsonaro e seu anticomunismo em 2018. Antes da posse, o presidente eleito repetiu críticas da oposição de que o programa promovia transferência de recursos para o governo de Cuba e que os médicos eram mal formados, disse que o seu governo (de direita) não continuaria a financiar o governo comunista da ilha, o que foi suficiente para o governo cubano rescindir o contrato e recolher os profissionais à origem, assim deixando os municípios desfalcados de médicos nas unidades dos serviços de saúde¹³⁸.

Ainda estava o governo no descompasso dos paliativos para recomposição dos serviços, quando irrompe em fins de 2019 e início do 2020 a pandemia do *coronavírus Sars-Cov-2* pelo mundo, a partir da cidade de Wuhan (província de Hubei) na China, rapidamente se alastrando e atingindo diversos países, pegando os governos e suas populações desprevenidos, na Europa (Itália, França, Portugal, Espanha, Alemanha), no Reino Unido, Estados Unidos, no Brasil¹³⁹.

¹³⁷ No ápice da pandemia, o Brasil chegou a registrar até 4 mil mortes pelo *coronavírus* em um dia, e até o término de 2022 foi registrada a perda de quase 700 mil dos seus filhos pela *Covid-19*, um saldo trágico para um país que tem cerca de 3% da população mundial, e registrou cerca de 11% das mortes pela doença no mundo; ver cálculo anterior ao término do ciclo: <https://pt.org.br/com-menos-de-3-da-populacao-mundial-pais-tem-103-das-mortes/>

¹³⁸ Segundo Oliveira & Fernandez (2021, p. 289), cerca de 8.500 médicos cubanos deixaram o Brasil, sendo que muitos optaram por permanecer no país, apesar de descredenciados do programa, a partir das declarações de Jair Bolsonaro contra o governo cubano e os médicos, e com a decisão de Cuba em 14/11/2018 de romper a parceria: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/14/cuba-decide-deixar-programa-mais-medicos-no-brasil.ghtml>

¹³⁹ No Brasil, foi noticiada a primeira morte por *Covid-19* em 17/03/2020, que teria sido em 16/03/2020 com o idoso aposentado Manoel Messias Freitas Filho (62 anos), no hospital Sancta Maggiore em São Paulo. O registro

No Brasil, vindo notícias da chegada do coronavírus *Sars-Cov-2* na Europa e da expansão dos contágios em suas cidades com superlotação de hospitais, em atendimento das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), que em 30/01/2020 declarou a emergência mundial: foi também expedida em 3/fevereiro/2020 pelo Ministério da Saúde a Portaria 188/2020 da emergência nacional; foi editada em 6/fevereiro a Lei Federal 13.979/2020, prevendo medidas de prevenção – inclusive quarentena de infectados; em 20 de março foi editado pelo Congresso Nacional o decreto legislativo 6/2020, que declarou ocorrência de calamidade pública no país. Em São Paulo, vez que informado o primeiro falecimento por *Covid-19* em 17/03/2020, ainda que depois revisada a anotação pelo Ministério da Saúde, foi expedido pelo governo estadual em 22/03/2020 o decreto 64.881, pelo qual foram adotadas as primeiras medidas de cautela¹⁴⁰.

Ao mesmo tempo que em São Paulo, medidas semelhantes foram adotadas no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em todos os Estados do Brasil, com reprodução das providências nos municípios em maior ou menor grau, o que foi facilitado pela visibilidade da gravidade do quadro nos países da Europa, como a Itália e Espanha e França, e formas de isolamento social. O ministro Henrique Mandetta demonstrou corresponder às expectativas ao seu nome, agindo com apoio das equipes técnicas existentes no ministério da Saúde e em sintonia com gestores de Estados e municípios, articulado com governadores e secretários estaduais e locais, inclusive instituindo um fórum nacional de secretários, para a condução do enfrentamento da pandemia. Por recomendação da OMS, e de comitês técnicos nos órgãos estaduais e municipais de saúde, foram suspensas as atividades escolares, fixado o uso de máscaras faciais cobrindo os pontos respiratórios (nariz e boca), decretado o fechamento de comércios não essenciais, para conter o trânsito de pessoas, mantidos comércios essenciais, alimentos e remédios, serviços de saúde. Mas o presidente viu nisso, mais que por sua prioridade econômica, uma ameaça a seu governo e ao seu controle das coisas, especial pela formação de uma articulação nacional para a gestão da saúde, como se uma planta carnívora o estivesse a engolir por baixo, e reagiu ao seu modo.

A reação do presidente, à semelhança dos seus admirados Boris Johnson na Inglaterra e Donald Trump nos Estados Unidos, sob o discurso de priorizar a economia e não disfarçando

foi corrigido pelo Ministério da Saúde em junho/2020, para constar como primeiro óbito o de uma mulher (de 57 anos), no hospital municipal Carmino Caricchio (São Paulo), de entrada em 11/03/2020, o óbito em 12/03/2020: agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco

¹⁴⁰ No Brasil, medidas de enfrentar a emergência sanitária, advinda do surto do coronavírus *Sars-Cov-2*, ficaram ao encargo dos Estados (províncias) e municípios, vez que o Ministério da Saúde ficou refém das posições do presidente Jair Bolsonaro, que defendeu a não intervenção na dinâmica econômica e social, por deixar fluírem os contágios, até a imunização do rebanho. A medida paulista, que abrangeu 645 municípios do Estado, disponível: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decreto-quarentena.pdf>

o negacionismo (em questões de ciência como a respeito do clima), e sob assessoria escolhida de profissionais divergentes das orientações (negacionistas por conceitos políticos de direita), foi a de se contrapor aos protocolos sendo adotados e propor a sua substituição por medicação preventiva à base de cloroquina, hidroxicloroquina (antimalárica) e ivermectina (vermífugo), que pretendeu ministrar via protocolo de Saúde e assim liberar a circulação regular das pessoas, e deixar o vírus circular até imunizar o rebanho, sob oposição do ministro e equipe técnica¹⁴¹. Ao mesmo tempo, apoiadores do presidente nos Estados, comerciantes atingidos pelas medidas, iam às ruas em manifestações contra os governadores e prefeitos, por revogação das restrições e pela retomada das atividades, e saía também o presidente ao encontro dos manifestantes, sem máscara facial e participando de aglomerações, assim contra as medidas, em favor do vírus¹⁴². Ante a postura do ministro, de não ceder às pressões e manter os protocolos, foi ele demitido e substituído por outro profissional supostamente mais alinhado, nesse processo sendo iniciada a militarização (uma intervenção) no ministério da Saúde, que ensejou um desastre no país¹⁴³.

Com a saída de Mandetta, o serviço da Saúde foi entregue a outro profissional da área, ainda que por mera formalidade, qual seja o médico Nelson Teich nomeado em 17/abril/2020 para a titularidade da Saúde, mas sendo de pronto (22/abril/2020) o general Eduardo Pazuello postado como secretário executivo da pasta, sob justificativa de ser entendido em logística para a distribuição de medicamentos, de respiradores e cilindros de oxigênio, tendo a incumbência de representar as posturas do presidente na estrutura do ministério, na condução dos assuntos. Resistindo em dar guarida às posições adotadas pelo presidente, o ministro Nelson Teich veio também a sucumbir, sendo demitido no 15 de maio seguinte (2020) a menos de mês no cargo, ficando o ministério da Saúde em plena pandemia sem titular por 18 dias, até a nomeação do general Eduardo Pazuello elevado a ministro interino em 3/junho/2020, quando então avançou no que começara no período de vacância na pasta, a demissão das diretorias e equipes técnicas e nomeação de militares para os postos chaves na gestão da Saúde, até que foi efetivado como titular em 16/setembro/2020, e veio a continuar a militarização do órgão e colecionar óbitos¹⁴⁴.

¹⁴¹ O presidente, contra as prevenções e contra as vacinas, defendeu a *cloroquina* e imunização pelo contágio; ver em: www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-contaminacao-e-ate-mais-eficaz-que-vacina-contra-covid/

¹⁴² Na pandemia, o presidente incentivou aglomerações e, sem máscara, participou de incontáveis atos; matéria no link: <https://www.dw.com/pt-br/sem-mascara-bolsonaro-gera-aglomeracao-em-protesto-no-rio/a-57637353>

¹⁴³ A desastrosa demissão: brasil.elpais.com/sociedade/2020-04-16/mandetta-e-demitido-por-bolsonaro.html

¹⁴⁴ Um balanço no portal da CUT em 9/julho/2021 registra que o general Pazuello assumiu a Saúde com 230 mil contágios por *Covid-19* e 15 mil mortes, e saiu em 23/março/2021 com 12 milhões de positivos e 300 mil óbitos: www.cut.org.br/noticias/cpi-mostra-que-militarizacao-da-saude-levou-brasil-a-tragedia-de-530-mil-mortes-71d1

Na sequência, também o ministro veio a contestar as medidas de prevenção, o uso de máscaras de proteção e também a adotar o protocolo da utilização de *cloroquina*, tratamento precoce¹⁴⁵.

Esse foi um período trágico e triste na história do país, em que a sociedade foi atingida por diversos flancos e se viu por todo o período da pandemia do *Sars-Cov-2* bombardeada por informações divergentes ou contraditórias, vindas das próprias autoridades ou de segmentos considerados fidedignos e confiáveis, como o governo federal em contrário aos governos dos Estados e às administrações municipais, os padres e as paróquias católicas na sua maioria em colaboração com as medidas de austeridade sanitária, os pastores evangélicos (crentes) unidos com empresários e comerciantes das cidades e atuando contra as medidas, os empresários em barulhentas carreatas pela reabertura dos seus comércios, e pastores pela reabertura dos cultos. Na primeira quinzena de janeiro/2021, a cidade de Manaus (Amazonas) passou por completa asfixia pela falta de oxigênio nos hospitais, seja para os pacientes de atendimento cotidiano seja para os pacientes acometidos por *Covid-19*, esses que já chegavam aos hospitais com sua respiração sufocada, pelo ataque do coronavírus ao seu sistema respiratório, com muitos sem atendimento e morrendo por asfixia em frente às unidades de saúde, para o desespero geral¹⁴⁶. Na crise de Manaus, a Venezuela que Bolsonaro pretendeu invadir junto com Trump (EUA) e Duque (Colômbia) em fevereiro/2019, enviou carretas carregadas de cilindros de oxigênio¹⁴⁷.

Em oposição obstinada às medidas de prevenção, não se contentando em comparecer às manifestações e aglomerações de seus apoiadores em Brasília e por ocasiões em outros locais, e em atacar as autoridades estaduais e prefeitos, em descurar do uso de máscaras faciais e tirar as máscaras dos rostos de crianças (filhos dos apoiadores em eventos) para as aproximar de si, o presidente também zombou dos enfermos fazendo imitações dos seus momentos de asfixia; e indagado por apoiadores junto ao “cercadinho” do Palácio da Alvorada (residência oficial), sobre as quantidades noticiadas das mortes pela doença, respondeu que “não sou coveiro”¹⁴⁸. Isso enquanto em Manaus e em diversas localidades do país os vitimados pela *Covid-19* eram

¹⁴⁵ A posição do general Pazuello no ministério da Saúde foi esclarecida em um outro momento, em *live* com o presidente Bolsonaro em 22/10/2020 (quinta-feira) sobre o seu recuo no anúncio da aquisição da *Coronovac*, a vacina do *Instituto Butantan* de SP, em que disse que “é simples assim: um manda, outro obedece”; disponível: metropoles.com/brasil/politica-brasil/e-simples-assim-um-manda-e-o-outro-obedece-diz-pazuello-a-bolsonaro

¹⁴⁶ Na ocasião, a solução imediata foi a transferência de pacientes para outras capitais de Estado, mais equipadas para o socorro imediato, por transporte aéreo: <https://www.poder360.com.br/brasil/a-sucessao-erros-manaus-dw/>

¹⁴⁷ Em 17 de janeiro de 2021, o presidente Nicolás Maduro fez deslocar de Caracas para Manaus um comboio de carretas com 130 mil litros de oxigênio, e junto uma brigada com 107 médicos socorristas; matéria disponível em: brasildefato.com.br/2021/01/17/venezuela-envia-130-mil-litros-de-oxigenio-e-brigada-com-107-medicos-a-manaus

¹⁴⁸ Ao menos em 2 ocasiões, 18 de março e 6 de maio de 2021, em suas *lives* semanais (nas quintas-feiras) para os seus apoiadores, o presidente fez críticas às medidas de prevenção e imitou pacientes sofrendo de asfixia; ver: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/assista-aos-2-videos-com-bolsonaro-imitando-ter-falta-de-ar/>

enterrados em campos de sepultamento recém abertos, com covas escavadas em quantidades e que eram insuficientes para seus hóspedes, os quais muitos sepultados em covas coletivas¹⁴⁹.

Fez mofa das vacinas *anti-Covid*, que eram pesquisadas e testadas no mundo e no Brasil, retardou a aquisição das vacinas que chamou de chinesas, até que se descobriu a existência de um “gabinete paralelo” no ministério da Saúde, à semelhança de outros como na presidência para a difamação dos opositores, e depois outro descoberto na Educação, das verbas por ouro. O da Saúde, formado por empresários do *bolsonarismo* e profissionais adesistas ao chamado *tratamento precoce*, mediante a indicação de *cloroquina* ou *hidroxicloroquina* e *ivermectina*, que não integravam as equipes do ministério, mas ditavam a política do governo para o setor. E mais as denúncias de negociatas para aquisição de vacinas, de início retardadas as compras e depois negociadas mediante propinas, por militares e por pastores evangélicos (crentes)¹⁵⁰.

No entanto, apesar das críticas e do desgaste do presidente na ocasião, entre os setores que repercutiam seu discurso estava o segmento evangélico, tão compacto quando no começo. Esse é um aspecto emblemático do *bolsonarismo*, o segmento evangélico como representação religiosa e projeto de poder, mas cuja consideração ficará para o capítulo seguinte (terceiro), pela conexão entre a descrição do espectro e uma hermenêutica, uma análise crítica deste.

2.7 Aspectos das Organizações Sindicais e Movimentos Populares no Período em Foco

Ao sair da prisão (08/11/2019) por decisões do STF, do cárcere político na Polícia Federal em Curitiba (PR), onde esteve desde 7 de abril de 2018 por longos 580 dias, por ordem do juiz federal Sérgio Moro, no âmbito da operação Lava-Jato, o ex-presidente Lula retornou ao seu reduto símbolo, local de onde saíra há mais de 1 ano e 7 meses, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (no ABC Paulista), berço do sindicalismo surgido nos anos 1980 e da sua ascensão, onde novamente subiu ao palanque improvisado e discursou no dia seguinte (9/11/19), dizendo para os companheiros partidários e aos militantes de movimentos sindicais e sociais que o Brasil precisava reagir ante o desgoverno de Jair Bolsonaro e suas políticas de

¹⁴⁹ Em abril/2020, ainda no início da pandemia, mas mediante surto repentino de vítimas da Covid, em Manaus já se fizeram sepultamentos em valas coletivas, em um dos mais trágicos e tristes episódios da doença no país: www.poder360.com.br/brasil/com-aumento-de-mortes-manaus-faz-enterros-em-valas-coletivas/

¹⁵⁰ As denúncias, tanto da existência de um “gabinete paralelo” (das sombras) no ministério da Saúde, quanto da negociação da aquisição de vacinas mediante propina, apareceram no âmbito da *CPI da Covid* no Senado; ver: poder360.com.br/coronavirus/entenda-a-acusacao-de-propina-de-us-1-por-dose-de-vacina/

desmonte e de retirada de direitos, citando como exemplos os protestos em curso na Bolívia e no Chile, que era preciso sair da defensiva discursiva e da inércia, e ir para o *front* das ruas¹⁵¹.

Na ocasião desse discurso de quem emergia das sombras, já após 10 meses transcorridos do governo Bolsonaro e de suas investidas sobre diversas áreas, como as suas medidas iniciais para a liberação da aquisição e posse de armas, para fazendeiros e os integrantes dos clubes de colecionadores e atiradores e caçadores, dos episódios das queimadas na floresta amazônica e de suas acusações contra os ambientalistas e indígenas (os defensores e habitantes da floresta), ensejando um conflito internacional sem precedentes e um embate com o presidente da França, do seu ataque e do seu governo (do próprio ministério da Educação) contra as universidades e contra a comunidade de pesquisadores, de atos e manifestações antidemocráticas do presidente e de seus apoiadores por praças e avenidas de Brasília e das capitais e outras diversas cidades, com faixas e *slogans* pelo fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, cabe perguntar para os registros do período: o que acontecia no Brasil ou como reagia o país?

Os ataques do presidente Bolsonaro e do bolsonarismo ao Congresso Nacional tinham o objetivo de desgastar a imagem do Legislativo e dos congressistas (deputados e senadores) e alimentar as pretensões golpistas do presidente e do seu submundo de entorno, em progressão até o momento em que julgassem adequado deslanchar a intentona para o controle do Estado. E também visavam intimidar os partidos e parlamentares de oposição ou de esquerda, e ainda neutralizar as posições independentes do presidente da Câmara dos Deputados (Rodrigo Maia), que ora travava e ora liberava as pautas do governo enquanto implementava as suas próprias, enquanto representante do mercado (liberal) e dos interesses tradicionais do chamado centro. Valem como exemplos o seu distanciamento dos assuntos de costumes do presidente e do seu discurso antidemocrático e golpista e as suas posturas por acelerar o andamento da reforma da previdência, que ampliou privilégios dos militares e dos segmentos armados, em prejuízo dos trabalhadores em geral, com mais tempos para aposentadoria, contribuição e idade mínima¹⁵².

Após a reforma trabalhista de Michel Temer, implementada depois do *impeachment* da presidente Dilma, aprovada na Câmara dos Deputados em 26 de abril e no Senado Federal em

¹⁵¹ A volta de Lula ao seu reduto símbolo, local de onde saía quando recolhido à prisão, marcou o seu chamado para uma reação ao governo Bolsonaro, ante à dificuldade dos sindicatos e movimentos para mobilização social; ver *links*: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/ao-vivo-lula-discursa-no-sindicato-dos-metalurgicos/> <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/estou-com-mais-coragem-de-lutar-do-que-quando-sai-daqui-diz-lula-em-pronunciamento-historico/>

¹⁵² Em 12/novembro/2019, enquanto Lula saía da prisão e chamava a protestos em defesa dos direitos, enquanto se realizavam pelo presidente e seu entorno atos contra o Congresso e contra o STF, os presidentes do Senado e da Câmara, Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia, promulgavam a conversão da PEC 6/2019 (interesse do governo) na Emenda Constitucional 103, da reforma da previdência (de privilégios para uns e restrições para outros); *link*: www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/12/promulgada-emenda-constitucional-da-reforma-da-previdencia

11 de julho, sancionada pelo presidente como Lei 13.467 (ordinária) em 13 de julho de 2017, que alterou o Decreto-Lei 5.452 de 1º/maio/1943 –Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), flexibilizando a regulamentação de proteção do trabalho e restringindo a organização sindical. A reforma previdenciária de Bolsonaro (conduzida pelo emissário do mercado Paulo Guedes) completou um ciclo de intervenções nos estatutos protetivos dos trabalhadores e liberou mais uma fatia da atuação do Estado como guarda-chuva da sociedade, para induzir os interessados a procurarem planos privados de seguridade social, como já se vinha fazendo com a indução das famílias a procurarem escolas particulares para seus filhos, e assim para planos de saúde. Essa pauta, de redução da atuação do Estado, de desmonte das políticas públicas de proteção social, de abandono dos trabalhadores e da sociedade aos interesses privatizantes do mercado, obteve no período do *impeachment* até Bolsonaro consenso entre ideológicos e os liberais¹⁵³.

A reforma trabalhista de Michel Temer, pela Lei 13.467 (ordinária) em 13/julho/2017, extinguiu a contribuição sindical legal e deixou apenas a contribuição voluntária de associado, flexibilizou a legislação trabalhista mediante acordos entre os empregadores e os empregados, permitiu a ampliação da terceirização dos serviços das atividades meio para as atividades fins, admitiu o trabalho intermitente e ampliou o temporário para até 180 dias, entre as alterações. A reforma previdenciária de Bolsonaro, pela Emenda Constitucional 103 de 12/11/2019, veio em regime de desigualdade com privilégios e prejuízos: o tempo de contribuição dos militares sendo ampliado de 30 para 35 anos, mas sem limite de idade mínima para passarem à reserva; a idade limite geral de 65 anos para homem e 62 anos para mulher, somando-se com tempo de contribuição até ser atingido o *quantum* de 100 pontos para homem e 92 pontos para mulher. E mais os fatores de cálculo para os proventos com redução das percepções em relação à ativa, e os fatores de redução das pensões por morte que encolhem os benefícios das viúvas e órfãos, isso tudo em um país da extrema desigualdade e de grandes contingentes na informalidade do trabalho, sendo semeada descrença na garantia estatal, o trabalho à exaustão e amparo exíguo.

Em tal avanço de inseguranças, que faziam as oposições e partidos políticos de esquerda, parlamentares do espectro popular e enfim as organizações sindicais e os movimentos sociais? Carlos Ranulfo (2021, p. 95), sobre a dinâmica da Câmara dos Deputados pós-2018, observa que aquela eleição mudou a configuração do Congresso Nacional, que “a maré conservadora” fez com que “partidos políticos perfilados à direita superassem os de centro e os de esquerda”

¹⁵³ A reforma trabalhista de Michel Temer foi aprovada na Câmara em 26/abril/2017 por 296 a 177 votos e no Senado em 11/julho por 50 a 26; enquanto que a reforma previdenciária de Bolsonaro foi aprovada na Câmara em 7/agosto/2019 por 370 a 124 votos e no Senado em 22/outubro por 60 a 19 votos (aliando ideológicos e liberais), tendo o presidente da Câmara inclusive chorado em plenário, ao concluir uma votação, em 10/julho; ver no *link*: <https://piaui.folhad.uol.com.br/fiador-da-previdencia-maia-da-cano-em-bolsonaro/>

e assim “se tornassem o maior bloco nas duas Casas” (Câmara e Senado), tendo-se por exemplo que “uma legenda até então inexpressiva, o Partido Social Liberal (PSL), tornou-se a segunda maior bancada da Câmara, enquanto o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ou o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) viram a sua força reduzida à metade”, de repente. Apesar do antipetismo da ocasião, o PT logrou chegar com Fernando Haddad ao segundo turno da eleição presidencial e fez 54 deputados federais, ainda na frente do partido vencedor (PSL), que fez 52 parlamentares para a Câmara, ficando os demais partidos abaixo de 40 deputados. Santos & Barbosa (2021, p. 84) pontuam que o PT ainda deteve protagonismo ante partidos de esquerda, Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), porém só 131 vezes¹⁵⁴.

Ademais de minoritários, os partidos políticos de esquerda restaram marginalizados no Congresso Nacional, um campo dominado por ideológicos de extrema direita em aliança com os representantes da sociedade dominante e do mercado (liberais) no espectro chamado centro, tachados de responsáveis pelo descontrole da economia nacional e pelos desarranjos sociais do período anterior, e assim não tendo como reclamar ou se opor às reformas colocadas em pauta. E outra não foi a situação das organizações sindicais e sua capacidade para mobilização social, as quais estiveram em parte (como o ramo vinculado à Central Única dos Trabalhadores/CUT) no espectro do acúmulo político que culminou nas vitórias e nos governos do PT e os aliados, e que portanto estiveram associados aos governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), assim sofrendo também com o desgaste da duração desses governos e da oposição aos mesmos. Em artigo iluminador mencionado acima, Célia Regina Jardim Pinto (2021, p. 15) observa que “desde a luta pela redemocratização do país (no início da década de 1980), as ruas tinham sido ocupadas majoritariamente por grupos identificados com posições políticas de centro-esquerda e de esquerda”, que “a partir de 2013 e mais acentuadamente em 2014 e 2015, os manifestantes tenderam cada vez mais a se identificar com posições políticas de centro e de direita”, conclui.

Na linha da observação em comentário, entre os segmentos que historicamente detinham o monopólio das ruas, estão os sindicatos e os trabalhadores do mercado formal, com suas pautas salariais e por reformas sociais, os quais perderam espaço para os grupos informais articulados

¹⁵⁴ Já a eleição seguinte (2022) traçou um quadro invertido, em que Bolsonaro não só perdeu para Lula e esteve a reboque do líder metalúrgico e ex-presidente em todo o período, porém o bolsonarismo votou de modo vinculado em seus candidatos, elegendo 15 das 27 vagas abertas para o Senado e só o *PL* (pelo qual concorreu o presidente) elegeu 99 deputados, enquanto o *PT* que elegeu Lula presidente só fez 68 deputados, dos 513 cargos da Câmara, formando-se um Congresso com perfil muito mais conservador, com forte presença dos evangélicos e militares. Um quadro expositivo com as bancadas por partidos e os eleitos por Estados para a Câmara, disponível pelo *link*: g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/03/veja-quem-sao-os-deputados-federais-eleitos-por-estado.ghtml

pelas redes sociais (digitais) dos celulares, na sua maioria do espectro ideológico conservador e direitista, como os supremacistas xenófobos na Europa e nacionalistas retrógrados nos *EUA*. Esse é um fenómeno mundial, que desembocou no *BREXIT* no Reino Unido e no *trumpismo*, que no Brasil ensejou a formação e ascenso do Movimento Brasil Livre (MBL) e do seu similar Vem Pra Rua e outros de 2013 para 2014, a que depois se agregaram outros no *impeachment* em 2015 com antipetistas e lavajatistas de variada sorte, caminhantes da *Marcha para Jesus* e negacionistas da *Covid*, até os atos antidemocráticos pró-Bolsonaro, ao longo do seu governo. Assim como os partidos de esquerda, as entidades sindicais também restaram deslegitimadas e sem capacidade de mobilização no período pós-2013 e 2014, no pós-*impeachment* (o governo Michel Temer) e no transcurso do governo Bolsonaro, tendo fracassado a mobilização contra a reforma trabalhista em 2017¹⁵⁵, pouco logrando mobilizar em 2019, contra a previdenciária¹⁵⁶.

Obra recente, Lima & Ramalho & Rodrigues (2022), *Trabalho e Sindicalismo: reflexões a partir do contexto pandêmico*, faz um diagnóstico da realidade enfrentada e desafios postos ao sindicalismo brasileiro no período da pandemia e das reformas neoliberais adotadas no país. É uma obra coletiva, contribuições de pesquisadores e entrevistas com sindicalistas, oriundas de seminários realizados no período de maio/2020 a fevereiro/2021, portanto no transcurso da pandemia e que se realizaram no ambiente das dificuldades da ação sindical, via digital *on line*. Os atores envolvidos testemunham sobre o impacto da *pandemia* na sociedade e nos circuitos dos trabalhadores e sobre as limitações carreadas pela segurança sanitária para a ação sindical, em período de desmonte dos direitos dos trabalhadores, de desemprego e da informalidade no trabalho, de aumento repentino das desigualdades sociais, da insegurança alimentar e da fome. O que ocorreu no percurso do governo Bolsonaro, em situação agravada pela deslegitimação das formas tradicionais de organização política, o que no conjunto explica as dificuldades das organizações de representação dos trabalhadores, para levantar no período uma reação eficaz.

Os movimentos populares também ficaram meio sem ação no ciclo; mesmo o aguerrido Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que é representado por um coletivo e já abrigou em seus quadros figuras carismáticas como José Rainha Júnior e Diolinda Alves, ou o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que já puxaram importantes processos

¹⁵⁵ A greve geral, convocada pelas centrais sindicais para 28 de abril de 2017, no marco dos 100 anos da primeira greve geral no Brasil em 28 de abril de 1917, teve manifestações mas não foi marcada por paralizações em áreas, e ainda assim as manifestações apenas em algumas cidades, com não muitos manifestantes; e foi considerada um fracasso pelo governo, que ainda ameaçou os deputados que não votassem pela reforma, com a perda de cargos para aliados em órgãos; ver *link*: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/politica/1493403387_106996.html

¹⁵⁶ A outra greve, convocada para o 14/junho/2019, contra a reforma da previdência, realizou manifestações em diversas cidades, com paralisações limitadas a repartições públicas, de modo que o seu impacto se diluiu rápido sem demover o propósito do governo; ver matéria *link*: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/14/cidades-brasileiras-tem-paralisacoes-em-servicos-publicos-nesta-sexta-feira.ghtml>

de reformas, pouco apareceram no lapso; apesar dos assentamentos e da produção orgânica¹⁵⁷, e dos avanços do *Minha Casa Minha Vida*¹⁵⁸, terra e moradia e democracia são pautas no país. Em texto arguto e denso, Szwako & Lavalle (2021), em *Movimentos sociais e Sociedade civil* no governo Bolsonaro, estendem a atenção sobre recentes “reconfigurações da mobilização” e terminam “repensando nossas lentes”, com diagnóstico metodológico de que os pesquisadores dos movimentos sociais se surpreendem com a submersão das organizações e os movimentos tradicionais e com os surgimentos de formas organizacionais e de mobilização de novos tipos, a exigirem uma adequada metodologia e um novo paradigma, para compreensão desses fatos.

É relevante considerar, para a análise da percepção do governo Bolsonaro e da reação às suas políticas e às suas práticas, não somente que as reações iniciais foram pontuais e isoladas e demoraram a contagiar a sociedade, como não provieram das organizações tradicionais, mas por irrupções momentâneas e espontâneas, ante um acúmulo de escoriações provocadas pelo governo sobre o composto social, ainda que instâncias formais tenham percebido e canalizado esses sinais, assim possibilitando aparições de contrariedades e formação de coletivos novos. De início, assessores fantasmas e rachadinhas dos filhos Carlos e Flávio e do próprio Jair (pai), depósitos recebidos do miliciano Fabrício Queiroz ou ligações do presidente com o miliciano Adriano da Nóbrega e os acusados do assassinato de Marielle Franco, não ensejaram impacto. Uma CPI (mista) das *fake news* no Congresso também sem abalos, até que a CPI da *Covid* no Senado e sua cobertura conectaram a sociedade com o desastre em curso, e acordaram o país.

De realce, de expressividade popular, nos longos primeiros anos do governo Bolsonaro, além dos protestos e manifestações das comunidades universitárias com a adesão de estudantes secundaristas nas capitais e diversas cidades, são de serem consideradas algumas intervenções: o levante das torcidas organizadas dos grandes clubes de futebol contra as manifestações dos bolsonaristas ocupando os espaços públicos, a começar pela Gaviões da Fiel do Corinthians e vindo a Mancha Verde do Palmeiras, as torcidas do Flamengo e Atlético mineiro e outras¹⁵⁹; uma grande manifestação da homoafetividade em 23/junho/2019, que teria carreado cerca de

¹⁵⁷ Recente, em 25/agosto/2022, em entrevista como candidato ao *Jornal Nacional* da TV Globo, para os âncoras Renata Vasconcelos e William Bonner, perguntado sobre as resistências do agronegócio ao PT e sobre as relações com o MST, o ex-presidente Lula respondeu que o MST agora é outro, não se dedica mais a ocupar sim produzir, porque os governos do PT assentaram famílias, hoje sendo o MST o maior produtor de orgânicos do país; ver em: <https://mst.org.br/2022/08/25/lula-defende-mst-em-entrevista-a-bancada-do-jornal-nacional/>

¹⁵⁸ Fonte, do Instituto Lula, informa que o *MCMV* até abril/2016 entregou mais de 2,7 milhões de moradias para famílias na vulnerabilidade social, assim beneficiando com abrigo mais de 10 milhões de pessoas em todo o país, em se considerando o tamanho médio das famílias brasileiras, muitas somente de mulher e os filhos; disponível: <https://institutolula.org/minha-casa-minha-vida-moradia-digna-a-10-milhoes-de-brasileiros>

¹⁵⁹ Em 11/maio/2020, irritados com as manifestações antidemocráticas de bolsonaristas ocupando vias públicas, um grupamento de torcedores do Corinthians saiu em formação de roupas pretas com faixas “somos democracia” e enfrentaram as hostes do autoritarismo na Av. Paulista em frente ao MASP, para liberação do espaço; ver *link*: www.poder360.com.br/governo/torcidas-organizadas-realizam-ato-contra-o-governo-bolsonaro-em-sao-paulo/

3 milhões de pessoas à Av. Paulista, em protesto contra Bolsonaro e suas pautas agressivas¹⁶⁰; e levantes populares espontâneos em protesto contra atos de violência praticados sobre negros, em paralelo aos que ocorriam nos Estados Unidos, com o motivo *Vidas Negras Importam*¹⁶¹.

No entanto, apesar de significativos, esses foram protestos isolados que se dispersaram e cujos efeitos se dissiparam com o transcorrer do tempo, tendo o governo Bolsonaro passado incólume para diante, mantendo o seu discurso antidemocrático e discriminador das minorias, com pautas atreladas ao mercado e restritivas de direitos. Ainda tentou, depois da reforma de Temer (2017), a sua própria reforma trabalhista pela MP 905 de 11/11/2019, de ampliação da desregulação e precarização do trabalho, a qual foi aprovada na Câmara e caducou no Senado, por decurso do prazo de 120 dias. O governo reeditou a medida, criando programas de trabalho precário para jovens, que passou na Câmara com ampliação da precarização, mas foi rejeitada na íntegra no Senado em 1º/09/2021, em momento de tensões políticas, encerrando a matéria.

As tensões, por essa ocasião, provinham de causas de ambos os lados: do encerramento dos trabalhos da CPI da *Covid* no Senado e das discussões preparatórias do seu relatório final; e as articulações de Bolsonaro para a sua intentona autoritária em 7 de setembro daquele ano, o dia da Independência como data da tentativa de golpe, mas que terminaria em um fracasso e levaria à entrega do governo ao controle do centrão, enredo a ser exposto no próximo tópico.

A ocasião, desde junho de 2021, vinha marcada por levantes da população em diversas cidades do país, em decorrência da percepção do desastre da gestão da pandemia pelo governo, em um processo em que se conjugava a comunicação televisiva (recuperando protagonismo) e articulações que mobilizaram sentimentos e reações, em protestos contra a política da morte.

Enfim, um país em conflito, com o presidente vendo minguar o seu capital político, mas em contínua conexão com seus seguidores fanatizados, sempre a lhe pedirem por um golpe.

2.8 Atos e Articulações e Mobilizações Golpistas, Até a Intentona de 7/setembro/2021

Da banda oficial, de Bolsonaro e do bolsonarismo, a escalada foi progressiva e acintosa. De se rememorar que, no intervalo entre os dois turnos da eleição de 2018, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do capitão reformado candidato na ocasião, postou um vídeo de uma

¹⁶⁰ O registro da *Parada LGBT*, na Av. Paulista em 23/junho/2019, que teria reunido 3 milhões de manifestantes, em protesto contra Bolsonaro e seus discursos homofóbicos, semeadores de violência contra a população atingida: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/com-atos-contra-bolsonaro-parada-lgbt-reune-3-milhoes-em-sp/>

¹⁶¹ A partir da morte de Georg Floyd, por ato de policial que se ajoelhou sobre seu pescoço e lhe ensejou asfixia, em 25/maio/2020 em Minneapolis nos EUA, protestos também ocorreram no Brasil, por semelhantes fatos: https://brasil.elpais.com/brasil/2020/11/20/album/1605892940_651644.html#foto_gal_3

conversação sua com um interlocutor, em que respondeu à pergunta sobre possível oposição do STF à posse do capitão se eleito, com bastam “um cabo e um soldado para fechar o STF”¹⁶².

A recuperar também, por sua expressividade política, o deboche no discurso do general reformado Augusto Heleno (pelo QG de campanha de Bolsonaro), na convenção partidária em 22/julho/2018, em que afastou conversa de eventual combinação com o campo conservador e fisiológico do Congresso conhecido como “centrão”, ao qual se referiu com desprezo dizendo: – *Se gritar pega centrão, não fica um, meu irmão!* (paródia do refrão popular *pega ladrão*)¹⁶³.

Em retrospecto pontual, também de se recuperar uma expressão do deputado Bolsonaro, em resposta na TV Band ao programa *Câmara Aberta* em 1999, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em que propugnou por um movimento de limpeza e uma guerra civil no Brasil, em que morressem pelo menos uns 30 mil, a começar pelo próprio Fernando Henrique, como a única alternativa, não portanto pelo voto, para concertar o país¹⁶⁴.

E outra palavra simbólica, representativa da sua inserção histórica e política, o discurso que proferiu gritando, em sua manifestação de voto pelo *impeachment* da presidente Dilma na Câmara dos Deputados em 17/abril/2016, pela aceitação da denúncia recebida pelo deputado Eduardo Cunha (que foi depois afastado do cargo de presidente pela Justiça e terminou preso), com a provocação: “em honra ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o terror da Dilma”¹⁶⁵.

Foi esse o Bolsonaro eleito em 2018 e que tomou posse em 1º de janeiro de 2019 como presidente da República e que em cerimônia de posse anunciou como sua missão desconstruir as velhas políticas de viés ideológico (regras ambientais, direitos humanos, direitos da criança,

¹⁶² A postagem é de 21/outubro/2018, mas repercutindo uma resposta a um interlocutor em momento anterior, na em ambas as ocasiões reproduzindo as opiniões e posições do deputado Jair Bolsonaro a respeito do assunto; em: www.poder360.com.br/justica/filho-de-bolsonaro-diz-que-basta-1-soldado-e-1-cabo-para-fechar-o-stf-assista/

¹⁶³ A tirada do general, representante da ala militar do bolsonarismo (saudosos da ditadura e defensores de golpe), é expressiva da visão do QG de Bolsonaro não só sobre o “centrão”, mas da sua percepção do Congresso na época e da relação de menosprezo que manteria com a Casa Legislativa e os seus congressistas, onde esteve por 28 anos: poder360.com.br/brasil/general-heleno-que-no-passado-criticou-o-centrao-agora-confraterniza-com-o-grupo/

¹⁶⁴ A declaração de Bolsonaro ensejou na ocasião uma movimentação nos bastidores da Câmara dos Deputados pela sua cassação, mas o deputado Michel Temer (presidente da Casa na época) costurou um acordo da “pizza”; como Michel Temer (ex-presidente) veio depois em 2021 a costurar um outro acordo de Bolsonaro com o STF e com o Congresso por uma *Carta à Nação*, episódio que será destacado alguns parágrafos adiante; disponível em: <https://www.buzzfeed.com/br/alexandrearagao/em-1999-bolsonaro-defendeu-tortura-e-guerra-civil-matando>

¹⁶⁵ O discurso gritado do deputado Jair Bolsonaro, em seu voto de autorização ao Senado para o *impeachment* da presidente Dilma, prestou homenagem ao torturador da presidente, da época em que esta lutou contra a ditadura: redebrasilatual.com.br/politica/bolsonaro-homenageia-torturador-em-seu-voto-pelo-impeachment-2649/

política indígena, política cultural) e extinguir as esquerdas da política e da sociedade pátria¹⁶⁶, discurso que reiterou em reunião com os direitistas nos Estados Unidos em 17/março/2019¹⁶⁷.

Já em sua instalação, o próprio governo ensejou os motivos dos seus primeiros conflitos com o STF e com o Congresso em 1º/janeiro/2019, pela edição da MP 870 para redistribuição dos ministérios e seus órgãos, em que a FUNAI e suas atribuições de demarcação de reservas indígenas e quilombos passavam do ministério da Justiça para a Agricultura, que foi recebida sob contestação no Legislativo e aprovada em 28 de maio, com a devolução desses pontos¹⁶⁸; mas o governo repôs a matéria na MP 886, que foi suspensa no STF, devolvida pelo Senado¹⁶⁹.

O mesmo sobre as armas, primeiro programa anunciado pelo governo, em 15 de janeiro de 2019, por edição do Decreto 9.685/2019, em alteração da regulamentação da Lei Federal 10.826 de 22/12/2003 – *Estatuto do Desarmamento*, com flexibilização da aquisição de armas. Pauta em que o governo desafiou o STF, ante a judicialização do programa armamentista, pela revogação das medidas judicializadas e edição de decretos novos, recolocando os dispositivos, até que a ministra Rosa Weber (STF) restringiu os últimos, em 12/abril/2021, pela ADI 6.675.

Em barulho paralelo, ainda estavam presentes na sociedade e no mundo político reflexos das eleições de 2018, com apurações de denúncias ainda tramitando no TSE sobre distorções e notícias falsas mediante usos abusivos das redes sociais (digitais) e disparos em massa de posts pelos canais de aparelhos celulares na ocasião, e estando em continuidade no período seguinte a circulação de ataques difamatórios a autoridades, às instituições e aos divergentes e ativistas políticos e da cultura, em clima de hostilidade que tornava pesado o ambiente político e social.

Fatos judiciais eleitorais, típicos do ambiente da ocasião, tiveram repercussão relevante, como a eleição da juíza Selma Arruda (PSL) para senadora por Mato Grosso em 07/10/2018, famosa magistrada do combate à corrupção política; mas acusada de abuso do poder econômico, por captação ilícita de recursos e caixa 2, sendo cassada pelo TRE/MT em 10/04/2019, decisão mantida no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 10/12/2019 no RO 0601616-19 MT, acatada pelo Senado em 15/04/2020, com perda do cargo pela senadora, e nova eleição em 15/11/2020.

¹⁶⁶ A posse foi marcada pelo discurso e pelos apupos dos seguidores, o discurso em manifestação do propósito de desconstrução do “politicamente correto”, e os apupos em empenho de apoio ao intento e endeusamento do *mito*: <https://www.poder360.com.br/governo/ao-publico-bolsonaro-mostra-bandeira-e-diz-que-jamais-sera-vermelha/>

¹⁶⁷ O jantar, em Washington (nos Estados Unidos), reuniu os olavistas integrantes da sua equipe de governo com o próprio Olavo Carvalho (falecido em 24/01/2022) e Steve Bannon (ideólogo de Trump), em concerto de ideias; *link*: <https://veja.abril.com.br/politica/temos-de-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-a-americanos-de-direita/>

¹⁶⁸ A discussão da MP 870, sobre a concepção do governo Bolsonaro, ensejou queda-de-braço entre os poderes, em que o governo viu desafiado o seu projeto: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/28/senado-aprova-mp-que-reestrutura-ministerios-texto-segue-para-sancao>

¹⁶⁹ Em manobra, o governo editou a MP 886 em 18/junho/2019, para realocar a política para os quilombos e os indígenas, mas a medida foi suspensa pelo STF em 24 de junho e devolvida pelo Senado Federal em 25 de junho: <https://www12.senado.leg.br/institucional/presidencia/noticia/davi-alcolumbre/presidente-do-senado-devolve-trecho-de-mp-que-trata-da-demarcacao-de-terras-indigenas>

Em outra vertente, acusado de veicular um vídeo no dia da eleição (2018), sobre suposta fraude ocorrendo no sistema eletrônico de votação (em curso na data), que viralizou e obteve 6 milhões de visualizações de imediato, com o que ganhou notoriedade e menções e foi eleito, o ex-delegado e deputado estadual Fernando Francischini (PSL/PR), absolvido pelo TRE/PR no processo de origem, teve o mandato cassado no TSE em 28/10/2021 no RO-EL 0603975-98 PR, pela prova robusta e gravidade (lesividade) dos fatos, com sanção da inelegibilidade de 8 anos.

Na mesma data, a chapa Bolsonaro/Mourão, por igual sob denúncia de abuso dos meios de comunicação e propaganda negativa ilícita contra os seus adversários nas eleições de 2018, por disparos remunerados em massa de *fake news* difamatórias e distorcidas, foi absolvida nas AIJEs 0601771-78 DF e 0601968-80 DF pelo TSE, sendo considerada a ocorrência de disparos em massa, sem porém ter restado comprovada a efetiva participação dos candidatos nos fatos, assim arquivada a investigação pela insuficiência das provas, porém com alertas para o futuro.

Esse portanto o ambiente, em meio aos tropeços do governo com suas medidas, em que Bolsonaro e assessores ideológicos e militares, e hostes espalhadas em segmentos da sociedade radicalizam o conflito institucional e insuflam o divisionismo no país, seja por verborragias de ataques às instituições ou às autoridades, seja por atos antidemocráticos nos espaços públicos, sempre com faixas e dizeres de “fora STF”, “fora Congresso” e “fora Maia” (Rodrigo Maia) ou “fora ministros” (do STF) nomeando-os, mais “intervenção militar com Bolsonaro no poder”¹⁷⁰.

Essas manifestações, em Brasília e diversas capitais e cidades outras, são agravadas pela ida do presidente aos atos e sua participação (enquanto presidente no exercício do cargo) junto aos apoiadores, ainda se utilizando de serviços e equipamentos públicos para endossar ataques às instituições e ao regime democrático constitucional, como se utilizar de helicóptero militar para sobrevoar os manifestantes e incentivar seus adeptos, ou descer a rampa do palácio oficial e fazer apejar o cavaleiro militar da montaria, e subir no seu cavalo para perfilar em tais atos¹⁷¹.

No início do governo, o Senado já abriu sessão recebendo pedido da CPI Lava-Toga em face do STF e também recebendo protocolos de *impeachment* em face de ministros da Corte¹⁷². Em 14/março/2019, em meio a estresses e conflitos, ante uma série de ataques ao STF e seus

¹⁷⁰ Em 15/março/2020, no começo da pandemia, foi iniciada a escalada autoritária, ferindo as medidas de saúde: <https://www.poder360.com.br/brasil/manifestacoes-pro-bolsonaro-e-anti-congresso-sao-mantidas-em-259-cidades/>

¹⁷¹ No mesmo dia, em 31 de maio de 2020, ante grande manifestação dos apoiadores em Brasília, desde a praça frente ao palácio presidencial (nos fundos do *Congresso*) até o extenso gramado da *Esplanada dos Ministérios*, o presidente requisitou um helicóptero oficial para sobrevoar a manifestação; em retorno ao palácio e não se contendo, desceu a rampa e apejou um militar do seu cavalo em que montou indo a perfilar com os apoiadores, no período da pandemia, e sem máscara facial; no link: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-usa-helicoptero-para-sobrevoar-manifestacao-na-esplanada-contra-stf-e-congresso.shtml>

¹⁷² O governo Bolsonaro, por seus apoiadores no Congresso e em segmentos de sustentação, já se instalou criando conflito com o STF; conferir em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/12/politica/1549926591_627121.html

membros, o ministro presidente Dias Toffoli determinou pelo regimento interno a abertura de um inquérito, para apurar o uso das redes sociais (digitais) para perpetrar agressões pessoais e veicular postagens violadoras da imagem ou da honra, sendo a condução confiada ao ministro Alexandre de Moraes, decisão mantida pelo plenário da Corte em 18/junho/2020, no entender de que a liberdade de expressão não admite ataques ao Estado de Direito e detratar a honra.¹⁷³

Em 3 de julho de 2019, o Congresso (Câmara e Senado) aprovou a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar Inquérito) mista, para apurar a veiculação de notícias distorcidas para difundir falsos fatos e difamatórias de imagem, para promover descrédito e rejeição de pessoas, que após a indicação dos integrantes pelos líderes, foi instalada em 4/setembro daquele ano¹⁷⁴. Ante à qual a deputada Joice Hasselmann veio a denunciar, em seu depoimento de 4/dezembro seguinte a existência de um “gabinete do ódio” anexo ao expediente do presidente no palácio, em que assessores do presidente e de seus filhos se ocupavam de fabricar e veicular conteúdos distorcidos e difamatórios contra opositores e outrora aliados, para os desmotivar e ofuscar¹⁷⁵.

Em 19/abril/2020, perante uma grande aglomeração de apoiadores, em manifestação em frente ao Quartel General do Exército em Brasília, o presidente não se aguentou e se deslocou para a concentração antidemocrática que pedia por intervenção militar e interdição dos poderes, subiu em uma camionete utilitária (*pick up*) e discursou em endosso da convocação golpista¹⁷⁶. O que foi reputado excessivo e grave, com grande repercussão nos meios políticos e jurídicos, tendo havido pressão sobre o domesticado PGR Augusto Aras, que pediu abertura de inquérito para identificar os responsáveis pelos indigitados atos, petição recebida no STF pelo ministro Alexandre de Moraes, que logo instalou em 21/abril o “inquérito dos atos antidemocráticos”¹⁷⁷.

¹⁷³ Apesar de controverso, quanto ao procedimento, o Inquérito das *Fake News* foi útil no desarme de ativistas do bolsonarismo, que se apoiaram em mandatos e na liberdade de expressão, para seus ataques ao Estado de Direito. A instauração: <https://www.conjur.com.br/2019-mar-14/toffoli-abre-inquerito-apurar-ameacas-ministros-tribunal> Em referendo: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-18/supremo-valida-inquerito-fake-news-ameacas-ministros>

¹⁷⁴ Criada em 3 de julho, instalada a 4 de setembro de 2019, a CPMI das *Fake News* teve atividades suspensas no período da pandemia e foi encerrada sem conclusão, tendo como fato principal a denúncia do “gabinete do ódio”, que escandalizou pelos seus propósitos deletérios e pelo despudor em disseminar vilipêndios como arma política; o link: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/04/cpmi-das-fake-news-e-instalada-no-congresso>

¹⁷⁵ A denúncia do “gabinete do ódio”, nas dependências do Palácio do Planalto, anexo ao gabinete presidencial, articulado com blogueiros fabricantes de conteúdos e com robôs (computadores) para a multiplicação dos *posts*, visando difamar, constranger opositores e os achacar, com objetivo de os desacreditar ou os calar, chocou o país; em: poder360.com.br/congresso/joyce-diz-que-bolsonaros-comandam-gabinete-do-odio-com-18-milhao-de-robos/

¹⁷⁶ A esse tempo, o presidente acelerava a sua escalada autoritária, no ritmo do embate com os governadores e os prefeitos pelas medidas de prevenção da *Covid*, embalado pelas manifestações de empresários e comerciantes, os quais não por coincidência eram os líderes das suas bases nas cidades, em sintonia de discursos e pretensões; ver: g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/04/19/bolsonaro-discursa-a-manifestantes-que-pediam-intervencao-militar.ghtml

¹⁷⁷ Esses instrumentos, CPI no Congresso e os inquéritos no *STF*, foram importantes sinalizações para a sociedade. O “inquérito dos atos antidemocráticos” foi depois convertido em “inquérito das milícias digitais”, em 1º/7/2021: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/supremo-autoriza-abertura-de-inquerito-para-apurar-atos-antidemocraticos/> A conversão dos inquéritos: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=468612&ori=1>

Em outra frente, a má condução da pandemia, o incentivo ao uso da cloroquina, ataques aos governadores e prefeitos, o desmanche das coordenações técnicas no ministério da Saúde, o aumento das infecções e do número de mortes, ensejou a apresentação de requerimento pela instalação de uma CPI da *Covid* no Senado, que enfrentou a resistência do senador presidente Rodrigo Pacheco, e somente foi instaurada por determinação do ministro Luís Barroso do *STF*, em atendimento a provocação de parlamentares signatários do requerimento, vindo essa frente a constituir uma nova querela ao mesmo tempo com o Senado e com o *STF*, e vindo a ser uma nova causa de desgaste para o governo, pela repercussão dos desastres que surgiram à tona¹⁷⁸.

Em reação a uma operação, efetuada em 27 de maio de 2020, busca e apreensão contra a ativista Sara Winter (do grupamento *300 de Brasília*), no âmbito do Inquérito das *Fake News* por postagens distorcidas contra ministros do *STF*, a ativista e seus comandados fizeram uma manifestação na noite do 30 de maio em imitação da *Ku Klux Klan* na frente ao prédio do *STF*, com tochas e fogos de artifício e gritando palavras de ordem contra os integrantes da Corte¹⁷⁹, em escalada que culminou na prisão da ativista em 15/junho, por ordem do ministro Moraes, junto com outros cinco componentes do grupo, assim encerrando suas atividades golpistas¹⁸⁰.

Com o vazamento (Vaza-Jato) das conversas no âmbito da Lava-Jato, com a anulação pelo *STF* das condenações de Lula por incompetência de foro e com a decretação da suspeição do juiz Sérgio Moro, com a soltura de Lula e arquivamento dos processos em varas de 1º grau, o presidente Bolsonaro passou a levantar suspeitas sobre a segurança do sistema eleitoral e foi seguido por seus apoiadores nesse embate e com ataques ao *STF* e seus ministros, sobrevivendo as prisões do deputado Daniel Silveira em 16/fevereiro e do ex-deputado Roberto Jefferson em 13/agosto/2021, e decretada a do blogueiro Allan dos Santos em 5 de outubro, que evadiu-se.

Ante o avanço das infecções e das mortes por *Covid*, ante os escândalos da condução da pandemia que vieram à público pela CPI da *Covid*, ante os primeiros ensaios de protestos dos descontentes nos inícios de 2021, ante os preparativos das centrais sindicais para o 1º de maio, o presidente Bolsonaro e os seus apoiadores articularam uma grande manifestação de apoio ao governo naquela data, e assim afastaram os trabalhadores das ruas, com as pautas golpistas¹⁸¹.

¹⁷⁸ A liminar do ministro, em 8 de abril de 2021, momento de agravamento da *pandemia* e da escalada de mortes pela doença no país, foi uma das importantes providências do *STF*, com reflexos positivos na contenção do vírus; conferir informe: <https://www.poder360.com.br/justica/barroso-determina-instalacao-da-cpi-da-covid-no-senado/>

¹⁷⁹ O grupo de Sara Winter, denominado *300 de Brasília*, foi um dos poucos dos segmentos *bolsonaristas*, além de parlamentares e blogueiros, que não se esconderam no anonimato ou agiram misturados na multidão; matéria pelo link: <https://www.poder360.com.br/justica/bolsonaristas-fazem-protesto-a-noite-na-praca-dos-tres-poderes/>

¹⁸⁰ A prisão de Sara Winter e seus comandados, pela forma acintosa de sua atuação e desafio às autoridades, teve o condão de puxar uma série de medidas do *STF* contra os ativistas golpistas e achacadores das autoridades; ver matéria disponível: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-15/sara-winter-pres-a-brasilia-ordem-alexandre-moraes>

¹⁸¹ Os atos bolsonaristas, no dia do trabalhador 1º de maio, fazia o sequestro da data e impunha a pauta golpista:

Após os grandes protestos de junho/2021, contra a trágica condução da pandemia, ante a preparação do relatório da CPI da *Covid*, o presidente convocou mobilização dos apoiadores para o 7 de setembro em todo o país, articulando um grande acontecimento de impacto político. O presidente participou dos atos em Brasília, onde multidão lotou a Esplanada dos Ministérios, e na Av. Paulista na cidade de São Paulo, onde radicalizou o discurso, sinalizando o golpe¹⁸².

Na noite de véspera, o ministro Luiz Fux (presidente do STF) fez plantão na Corte, para fazer frente à intentona golpista, tendo mobilizado a polícia militar do Distrito Federal e feito um cerco policial à Praça dos 3 Poderes, tendo inclusive lidado por vezes com manifestantes e comboios furando o bloqueio e invadindo a praça, com o claro propósito de ocupar a sede do tribunal, passo seguinte que seria invadir o Congresso, para provocar paralisia dos poderes¹⁸³.

No entanto, o capitão presidente não obteve o apoio esperado, não tendo havido adesão dos generais comandantes do Exército e tendo os governadores desmobilizado as suas polícias de aderirem ao evento, assim vindo o presidente a retornar frustrado de São Paulo para Brasília. Ante a reação do STF e articulação de partidos por seu *impeachment*, o presidente foi socorrido pelo ex-presidente Michel Temer, que o ajudou com uma *Carta à Nação*, pela conciliação¹⁸⁴.

Enfim, o capitão Bolsonaro, reformado por infração militar, sem histórico de trabalho, não logrou organizar o próprio partido; até formou um governo dos generais, os quais reteve na rédea curta: demitiu o general da Defesa (29/março/2021), viu os chefes das 3 armas saírem no outro dia, por não cederem a seus propósitos; ousou a própria intentona (7/setembro/2021), mas fracassou e (por sobrevida) entregou o governo ao Centrão, até com orçamento secreto.

O que, no entanto, não o domou à democracia e ao convívio político, tendo mantido seus ataques ao STF e ao TSE, ao regime democrático e ao sistema eleitoral, até novamente intentar outro arranjo golpista, após a eleição de 30/outubro/2022, mas vindo a gorar também esse.

2.9 Reações Pontuais Ante as Políticas de Governo e Percepções de Opinião Pública

Em trabalho do estilo, reconstitutivo e hermenêutico, com eventos temáticos cruzados, dos quais alguns em interferências sobre outros, são inevitáveis as recorrências informativas ou descritivas, quanto mais no esforço interpretativo para compreender a semântica dos discursos e dos fatos, de como são introduzidos e repercutem nos ambientes, e como atingem os alvos.

Um mote do seu histórico, resposta primeira de Bolsonaro no governo, foi a política de liberação da aquisição de armas, por seu Decreto 9.685 em 15 de janeiro de 2019, em sintonia

noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/01/protesto-pro-bolsonaro-brasil-1-de-maio-eu-autorizo.htm

¹⁸² Em: poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/

¹⁸³ O ministro Luiz Fux foi o guardião da democracia na noite: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58521649>

¹⁸⁴ A carta: www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-recua-e-diz-ter-ofendido-moraes-pelo-calor-do-momento/

com expectativas do agronegócio e de supremacistas classistas e brancos e praticantes de tiro. Já visto que, ante a judicialização das medidas, o presidente adotou a estratégia de gato e rato, de revogar os decretos judicializados e editar outros, ainda ampliando as condições de acesso, armamento reservado às polícias e em quantidades por indivíduo e mais estoque de munições, de modo que aumentou a circulação das armas e subiram as ações dos fabricantes do ramo¹⁸⁵.

Em barulho de agitação, ao contrário do silêncio das armas, outra medida que marcou o começo do governo foi o anúncio pelo ministro Abraham Weintraub em 30 de abril de 2019 de corte das verbas de 3 universidades em 30%, por supostas “balbúrdias” e “rendimento baixo”, na ocasião atingindo as instituições que haviam realizado os debates políticos sobre o fascismo no intervalo entre os turnos da eleição presidencial de 2018 (inicialmente UFF, UFBA e UnB), mal disfarçando um ataque político de revanche contra aquelas instituições, depois camuflado em procedimento de contingenciamento da ordem de 30%, atingindo as universidades todas¹⁸⁶.

Outro barulho significativo, as queimadas eclodidas na floresta amazônica em meados do ano (julho/agosto/2019), com repercussão na imprensa mundial e entre ambientalistas e líderes de nações, em que o presidente Bolsonaro fez um embate com o presidente da França e acusou ambientalistas e os indígenas de serem os responsáveis pelos incêndios, para proteger os fazendeiros e madeireiros das suas bases de apoio, sem pudor cívico ou responsabilidade social. E mais a sua reforma da previdência concluída pela Emenda 103 promulgada em 12/11/2019, data da MP 905 da sua tentativa de reforma trabalhista, sob disfarce de emprego para jovens.

Não houve, nesse começo do governo Bolsonaro, reação considerável das organizações representativas dos trabalhadores e da sociedade, com capacidade de refrear as práticas danosas. Esses setores foram ofuscados desde os protestos passe-livre e anti-Copa de 2013-14, de início por estudantes e em seguida incorporando comerciários e outros trabalhadores, que vinham das suas jornadas e formavam multidões, com os matizes das diferenças da sociedade, com roupas comuns das suas rotinas, e com presenças de pardos e pretos, sem uniformes ou direção única, com os quais o governo (Dilma/PT) até conseguiu lidar, mas que foram engolidos pelas elites.

Após a eleição de 2014, os atos pelo *impeachment* da presidente Dilma em 2015 e 2016 surpreenderam pela direção unificada e um discurso determinado e politizado, a uniformidade do colorido verde e amarelo nas roupas, os símbolos nacionais em apropriação pelo espectro,

¹⁸⁵ Até o dia 10/janeiro/2019, no curto intervalo de 10 dias, à espera da liberação das armas, as ações da Taurus subiram 89% na cotação, já tendo subido 180% no fim do ano (2018), após a vitória de Bolsonaro; ver o informe: <https://veja.abril.com.br/economia/acoes-da-aurus-tem-alta-de-89-em-2019-a-espera-de-decreto-sobre-armas/>

¹⁸⁶ Ante o anúncio, a repercussão política foi grande, mas o governo programou um contingenciamento e moldou o discurso pela reforma da previdência; ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/30/decisao-de-cortar-verbas-para-universidades-repercute-no-senado>

um público majoritariamente branco, movimentações aos domingos, famílias de classe média. A mesma composição nas manifestações do bolsonarismo desde o começo do governo (2019), o mesmo tom supremacista classista e branco nas aparências e nos discursos, já então em atos por romper com outros poderes e defenestrar os contras, para ampliar o mando do novo líder.

Foi também dos estudantes, dos centros universitários atacados, como se de improviso e de forma espontânea, que irromperam as primeiras reações públicas ao governo e seus golpes. O período seguinte ao ataque sofrido (30/abril) foi marcado por levantes dos estudantes e dos profissionais universitários federais, nos inícios de maio/2019 em âmbitos locais e depois em protestos simultâneos em todo o país, nos dias 15 e 30 de maio se estendendo para mais de 200 cidades ao mesmo tempo e reunindo mais de 1 milhão de manifestantes nos eventos, os quais saíram com colorido majoritário de preto nas roupas e faixas, toques em vermelho ou branco, e com os dizeres de “tira a mão da Federal”, “em defesa da Educação”, e “fora Bolsonaro”¹⁸⁷.

Um fato inusitado, em 11 de maio de 2020, a saída da torcida organizada do Corinthians: cerca de 70 torcedores, em formação como um pelotão de combate, com inscrição em faixa de “*Somos Democracia!*” e em nome do coletivo Democracia Corinthiana, foram à Av. Paulista fazer o enfrentamento de manifestantes bolsonaristas, que ocupavam o logradouro público, em protesto contra as autoridades estaduais e municipais, pelas medidas de prevenção à *Covid-19*, e fazendo convocações autoritárias de “intervenção militar” e “fora STF”; e foram em atitude corajosa para o enfrentamento corporal dos bolsonaristas agressivos, para desocupar a avenida e despejar o discurso bolsonarista agressivo e golpista, tão somente invocando democracia¹⁸⁸.

Na inusitada ocasião, o torcedor manifestante Danilo Pássaro, segundo a reportagem do portal *correio24horas* (nota indicada acima) teria declarado em entrevista ao blog *meuTimão*: “Já há dias, estávamos revoltados com alguns acontecimentos, reivindicações pedindo ditadura, exaltação à tortura, agressão a profissionais da saúde, repórter e minimização das nossas mortes”; e ainda: “muitos são da região norte e aqui na Brasilândia é bairro com maior registro de óbitos por coronavírus, pessoas próximas de nós estão morrendo, e revolta ver isso se tornar piada”;

¹⁸⁷ No início de maio/2019, os protestos universitários começaram a ocorrer nos âmbitos locais e evoluíram para as grandes manifestações dos dias 15 e 30 de maio em todo o país, tendo a chamada *Greve Nacional da Educação* de 15/maio ocorrido com manifestações em mais de 200 cidades e reunindo cerca de 1 milhão de pessoas, e tendo os protestos prosseguido em junho até que fosse apontada uma condução adequada pelo governo, para o impasse. Ver: <https://www.poder360.com.br/brasil/estudantes-protestam-em-198-cidades-e-bolsonaro-enfrenta-maior-ato-contra-governo/> Ou ainda em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/15/em-todos-os-estados-brasileiros-vaao-as-ruas-em-defesa-da-educacao-e-contra-bolsonaro/>

¹⁸⁸ A ida dos corinthianos para as ruas, com o propósito declarado de enfrentamento, sinalizou um acontecimento de novo tipo, ao mesmo tempo assustando pela ousadia e semeando também esperança de um despertar de reação; ver reportagem de cobertura pelo *link*: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/torcedores-do-corinthians-impedem-manifestacao-de-bolsonaristas-em-sao-paulo/>

sinaliza decidido: "não aceitaremos calados que continuem praticando o acima mencionado", assim deixando exposta uma irritação de origem localizada, mas semeando empatia e reação.

O fato seguinte, em 31 de maio de 2020, as torcidas organizadas voltam à Av. Paulista, nessa oportunidade atraindo também torcedores do Palmeiras e do São Paulo e Santos, para um outro enfrentamento com manifestação bolsonarista acontecendo no logradouro, com a mesma conotação autoritária e fascista, tendo havido confronto corporal e tendo torcedores invadido o aglomerado bolsonarista para a tomada de uma bandeira que entendeu de significado nazista, em um típico levante de antifascistas e em defesa da democracia e dispostos para uma batalha, só não ocorrendo desenlaces de maior gravidade pela intervenção da polícia militar estadual, que apartou os manifestantes e garantiu a ordem, cada aglomerado dispersado para seu lado¹⁸⁹.

Em 25 de maio de 2020, uma abordagem policial em Minneapolis (Estados Unidos), em que um policial branco se ajoelhou no pescoço de um homem negro (George Floyd) de 40 anos, que sussurrou não estar conseguindo respirar, mas foi ignorado e seguiu a asfixia até sua morte, e depois outros fatos semelhantes de supremacismo e racismo praticados por policiais brancos, despertaram uma série de protestos por inúmeras cidades com o mote *Black Lives Matter*, em português *Vidas Negras Importam* (tradução livre), que foram às ruas ao mesmo tempo contra os episódios ocorridos, mas sobretudo contra o racismo e supremacismo branco remanescente na sociedade americana e encarnado no trumpismo, em suas posturas insensíveis e fascistas¹⁹⁰.

Fatos semelhantes, por coincidência ou pela influência daqueles, ocorreram também no Brasil, a começar pela abordagem dos seguranças de um Carrefour em Porto Alegre também a um homem negro (João Alberto Silveira Freitas) também de 40 anos, em 19/novembro/2020 – véspera do Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro – data da morte de Zumbi dos Palmares em 1695, também de 40 anos), que o asfixiaram com uma gravata até a morte¹⁹¹; assim ensejando a eclosão de manifestações antirracistas e antifascistas já no dia seguinte (20) nas grandes cidades, também contra o aumento da violência praticada por policiais nas favelas contra a população mulata e negra, associada com traficantes e tratada por bandida, a tiros¹⁹².

A propósito, já em 7 de junho, em solidariedade aos protestos de fins de maio nos EUA, e também como repulsa pela discriminação e violência contra negros no Brasil, manifestações

¹⁸⁹ Em sua segunda aparição, as torcidas organizadas sinalizaram para um acontecimento inédito, a conjunção de campos divergentes em seus âmbitos próprios para uma unidade de sentimentos e de ação maior que as próprias. Ver cobertura pelo *link*: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/manifestantes-e-pm-se-enfrentam-na-av-paulista/>

¹⁹⁰ A ação violenta, supremacismo e intolerância, aconteceu em 25/maio e já no dia seguinte (26) pessoas foram ao mesmo local protestar contra o acontecido, e na sequência levantes ocorreram em todo o país; ver matéria em: www.poder360.com.br/justica/eua-tem-protesto-violento-apos-morte-de-homem-negro-em-acao-policial-via-dw/

¹⁹¹ Ver: [poder360.com.br/brasil/autoridades-manifestam-repudio-por-morte-de-homem-espocado-no-carrefour/](http://www.poder360.com.br/brasil/autoridades-manifestam-repudio-por-morte-de-homem-espocado-no-carrefour/)

¹⁹² *Link*: www.poder360.com.br/brasil/morte-de-joao-beto-provoca-onda-de-protestos-antirracismo-pelo-brasil/

já haviam ocorrido em diversas cidades do país, também como protesto contra o armamentismo e as posições discriminatórias de Bolsonaro e de seus correligionários, como Sérgio Camargo (presidente da Fundação Palmares), segundo o qual a escravidão no Brasil teria sido benéfica para a população negra, e que conduzia a entidade em contrário da sua vocação e seus valores, de quem já se pedira o afastamento nos órgãos de controle, no entanto permanecia no cargo ¹⁹³.

Aspectos a considerar, nessas correlações de ocorridos e as reações, são as semelhanças entre as configurações históricas e de conjuntura de ocasião nos Estados Unidos e no Brasil, de antecedentes escravocratas e de supremacismo e subordinação, os fenômenos assemelhados das ascensões de Trump e Bolsonaro e as similitudes dos seus espectros ideológicos de apoio; como também as ocorrências em sequência e parecidas de violência contra a população negra, as eclosões de manifestações de protestos contra o racismo estrutural e os discursos nas bocas, além de uma resiliência similar de sujeitos humilhados e negados, mas que guardam sua voz.

No entanto, apesar dos seus significados e relevância, esses movimentos (os estudantes, torcidas organizadas, protestos antirracistas) foram surtos isolados que se desfizeram, irrupções de subjetividades que se conectaram e se expuseram na cena pública, mas que não encontraram uma correspondência de conjunto que as alimentassem e mantivessem, com um objetivo geral. A seu turno, não atingido na performance, o governo Bolsonaro seguia o seu curso, com suas políticas seletivas e seus discursos divisionistas, não lhe importando o rastro de estrago social, o que se pode notar por indicativos em contraste, sobre efeitos do governo e opinião pública.

Ainda a considerar que, no curso da pandemia em 2020, enquanto autoridades estaduais e municipais cuidavam das medidas de prevenção às infecções e tratavam os doentes, da outra banda Bolsonaro e seus apoiadores, seguidores ideológicos e interessados nos próprios ganhos, desafiavam as recomendações e saíam às avenidas incansável e reiteradamente, com ataques às autoridades e reprisando as convocatórias golpistas e fascistas, ficando a população comum observando as medidas de segurança sanitária e aquelas atitudes, com muito receio da doença.

Em 2/outubro/2019, foi divulgado relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) de que em 2018 houve 135 indígenas assassinados no Brasil, um aumento de 20% em relação ao período anterior e de que em 2019 ocorreram 160 invasões em 153 territórios indígenas¹⁹⁴. Em abril de 2019, relatório do *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* informou um aumento

¹⁹³ Ver matéria em: <https://www.poder360.com.br/brasil/sao-paulo-tem-protestos-antirracistas-neste-domingo/>

¹⁹⁴ A matéria disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2019/10/violencia-contra-indigenas-aumenta-no-brasil/>

de 76% dos feminicídios em São Paulo em 2019, dos quais 8 em 10 foram dentro das casas¹⁹⁵; e nesse início segundo Grupo Gay o aumento de homicídios LGBT de 111 para 126 (14%)¹⁹⁶.

Em 19/outubro/2020, foi divulgado um diagnóstico no âmbito da Universidade Federal Fluminense (UFF) de que dos 6,7 milhões de habitantes do Rio de Janeiro (cidade) 3,7 milhões estavam sob a influência do crime organizado e 57% do território sob controle das milícias¹⁹⁷. Na mesma ocasião, também do mesmo *Fórum*, relatório de que dos 657,8 mil encarcerados no Brasil identificados então 438,7 mil eram negros, o equivalente a 66,7% da população presa¹⁹⁸, e ainda que 75% das mortes por violência de adolescentes e crianças em 2019 eram negros¹⁹⁹.

Em maio de 2020, saiu um relatório do IBGE segundo o qual em 2019 cerca de 170 mil brasileiros passaram para a linha da extrema pobreza, um total de 13,8 milhões de pessoas²⁰⁰. Em junho de 2022, um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) informou que no período de 2019 a 2021 um montante de 9,6 milhões de pessoas passaram para a linha da pobreza, que chegou a abranger cerca de 30% da população brasileira com o rebaixamento de sua renda²⁰¹.

Em 23/março/2020, no começo da pandemia do coronavírus, foi divulgada pesquisa do *DataFolha*, em que o presidente Bolsonaro aparecia com aprovação de 35% e reprovação de 33% na condução da pandemia²⁰²; situação que já se invertia em 29 de maio seguinte (2020), em que então apareceu reprovado por 50% da população e aprovado por 27%, por causa de sua insistente contestação das medidas sanitárias e da instabilidade no ministério da saúde²⁰³.

No entanto, em 17/março/2021, após inúmeros pedidos de *impeachment* do presidente ingressados na Câmara dos Deputados, pesquisa do *DataFolha* sobre a percepção da população informou que 50% dos entrevistados eram contrários e 46% favoráveis à abertura do processo, em sinal de que a população ainda mantinha expectativas positivas em relação ao governo²⁰⁴.

¹⁹⁵ O aumento de feminicídios pode estar relacionado ao supremacismo machista de então: g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/29/casos-de-femicidio-aumentam-76percent-em-sp-no-primeiro-trimestre.ghtml

¹⁹⁶ O aumento dos assassinatos LGBT pode também estar relacionado à homofobia: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>

¹⁹⁷ Ver matéria: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/19/rio-tem-37-milhoes-de-habitantes-em-areas-dominadas-pelo-crime-organizado-milicia-controla-57percent-da-area-da-cidade-diz-estudo.ghtml>

¹⁹⁸ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoas-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>

¹⁹⁹ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/18/brasil-teve-quase-5-mil-mortes-violentas-de-criancas-e-adolescentes-em-2019-75percent-eram-negros-revela-anuario.ghtml>

²⁰⁰ *Link*: www.poder360.com.br/brasil/mais-170-mil-brasileiros-entraram-para-a-pobreza-extrema-em-2019-dw/

²⁰¹ *Link*: www.poder360.com.br/economia/30-da-populacao-recebia-menos-de-r-500-por-mes-em-2021-diz-fgv/

²⁰² <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/23/bolsonaro-tem-aprovacao-de-35percent-e-reprovacao-de-33percent-na-gestao-da-criese-do-coronavirus-diz-datafolha.ghtml>

²⁰³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/29/bolsonaro-tem-reprovacao-de-50percent-e-aprovacao-de-27percent-na-gestao-da-criese-do-coronavirus-diz-datafolha.ghtml>

²⁰⁴ g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/17/50percent-reprovam-abertura-de-impeachment-de-bolsonaro-pelo-congresso-e-46percent-aprovam-aponta-datafolha.ghtml

Enfim, conclusão realista: apesar dos contrapontos, nos dois primeiros anos do governo, o espectro bolsonarista foi hegemônico e dominou o discurso, perante a maioria e nas ruas.

2.10 Fatos Interferentes e as Mobilizações e Manifestações de Resistência Política

Assim como, em sua ascensão, Bolsonaro se alimentou da construção da sua trajetória, nascido dos saudosistas do Regime Militar, associados com milicianos no Rio de Janeiro, ao mote da segurança pública, depois agregando o reducionismo olavista (através dos filhos) e os devaneios do fundamentalismo religioso, e enfim das heranças que lhe provieram do entorno, também o seu desgaste e seu declínio resultam do seu governo e de si, e de fatores externos.

A despeito desses legados, sem dúvida que herdou o espírito de descontentamento e os sentimentos da antipolítica que caracterizaram os protestos estudantis e anti-Copa de 2013-14; mas também inegável que foi o caudal conservador (radicalizado e golpista) do *impeachment* de 2015-2016, que se tornou órfão com a desgraça de Aécio Neves e do PSDB no episódio das malas de dinheiro de Joesley Batista, que lhe acrescentou ingredientes e contingentes sociais para a sua vitória, também se incorporando entre os componentes integrantes do bolsonarismo.

O discurso de Bolsonaro, na campanha e no transcurso do seu governo, sempre se pautou pelo antiesquerdismo (acima do antipetismo) e pelo fantasma do comunismo que via em tudo, inclusive os multilateralismos internacionais ou o ambientalismo, denominados de globalismo. O que lhe permitia, em campo oposto e em contradição com seu discurso, outras articulações e conexões de âmbito internacional, para se qualificar para o seu público de sustentação política, como a sua semelhança e proximidade com Trump, ou seus esforços para invadir a Venezuela.

Fatos interferentes, para efeito deste trabalho, são os fatores e os acontecimentos alheios às vontades de envolvidos e interessados em uma determinada condução de assuntos, mas que favorecem ou dificultam a condução dos assuntos ou alteram o contexto dos próprios assuntos, e por isso mudam a direção da atuação dos dirigentes ou a receptividade dos interessados, em situações que agregam parceiros ao alcance do intento ou conduzem ao isolamento do agente, que lhe potencializam a realização da empreitada, ou lhe demarcam o fracasso ou seu sucesso.

Em realce que, além dos fatores que confluíram internamente para a vitória de Bolsonaro, outros do ambiente exterior também lhe foram favoráveis na ocasião, e não por acaso logo no começo do governo (março/2019) foi aos Estados Unidos para estreitar relações com o governo daquela potência econômica e militar com protagonismo no mundo, tendo ficado célebre o seu

jantar com os ideólogos formadores de opinião do trumpismo e do bolsonarismo em 17/março, e também a referência ligando Trump ao latino, de que o chamam de “Trump dos trópicos”²⁰⁵.

Igualmente relevante, no contexto das associações, o esforço conjunto de Trump (EUA), Iván Duque (Colômbia) e Bolsonaro (Brasil), que se anteciparam em reconhecer o aventureiro Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela, e prepararam orquestração para invadir a Venezuela em fevereiro/2019 ou provocar uma convulsão social, que culminasse na deposição de Nicolás Maduro, usando como artifício o envio de carregamentos de alimentos e remédios, como recurso para infiltração em seu reduto²⁰⁶, em estratégia de guerra ideológica regional²⁰⁷.

No entanto, Bolsonaro sofreu seguidos revezes na seara de suas relações internacionais, a começar pela derrota do direitista Maurício Macri na Argentina em 27/outubro/2019, para os peronistas Alberto Fernández e Cristina Kirchner, aos quais Bolsonaro chamou de *bandidos*²⁰⁸. Em 3/novembro/2020, veio a derrota anunciada e resistida de Trump nos Estados Unidos para Joe Biden, um democrata multilateralista e com uma plataforma de observância ambiental e de contenção do aquecimento e prevenção climática, resultado que o bufão não admitiu ainda²⁰⁹.

No entorno, em 18/outubro/2020, deu-se a vitória de Luí Arce sobre o veterano Carlos Mesa na Bolívia, com o retorno de Evo Morales que estava em exílio e pondo fim à armação de Jeanine Añez, vindo em sequência a condenação de generais golpistas e da própria Añez²¹⁰. Em 6/junho/2021, o líder popular das esquerdas Pedro Castillo se elegeu presidente do Peru, vencendo a herdeira da ditadura Keiko Fujimori, que resistiu em admitir a derrota e insistiu em longa recontagem eleitoral por mais de 40 dias, motivada pela curtíssima margem de votos²¹¹.

Em 19/dezembro/2021, o ultraconservador José Antônio Kast, apoiado pelo presidente Sebastián Piñera, aliado e interlocutor de Bolsonaro, foi derrotado no Chile pela juventude do pelo ex-líder estudantil Gabriel Boric (35 anos), em grande movimento renovador no país²¹². E outro resultado modificador, foi a vitória do ex-guerrilheiro Gustavo Petro com a militante

²⁰⁵ Um trunfo para Bolsonaro, ser identificado com o líder da maior potência mundial, paraíso para os brasileiros; cobertura disponível no *link*: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/18/internacional/1552943571_811822.html

²⁰⁶ A estratégia da intervenção tentada pelos 3 próceres do golpismo era a de quebrar o controle sobre as massas: Ver em: www.poder360.com.br/brasil/brasil-recua-na-fronteira-da-venezuela-por-nao-ter-como-entregar-doacoes/

²⁰⁷ *Link*: www.cartacapital.com.br/mundo/ajuda-humanitaria-do-brasil-alimenta-barril-de-polvora-na-venezuela/

²⁰⁸ Em 14/agosto/2019, em discurso no Piauí, após vitória de Alberto Fernández e Cristina Kirchner nas primárias; matéria disponível pelo *link*: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/08/14/bandidos-de-esquerda-comecaram-a-voltar-ao-poder-na-argentina-diz-bolsonaro-sobre-vitoria-da-oposicao-nas-primarias.ghtml>

²⁰⁹ A resistência de Trump em admitir o resultado da eleição culminou na invasão do Capitólio em 6/janeiro/2021 por seguidores agressivos e armados, os quais desafiaram a segurança e terminou o inusitado episódio com saldo de 1 pessoa morta: www.poder360.com.br/internacional/manifestantes-pro-trump-invadem-o-congresso-dos-eua/

²¹⁰ Os países latino-americanos Argentina, Bolívia e Chile deram lições em processar e julgar generais golpistas. Ver em: <https://www.poder360.com.br/internacional/ex-presidente-da-bolivia-e-condenada-a-10-anos-de-prisao/>

²¹¹ A vitória de Pedro Castillo sobre Keiko Fujimori se deu por 50,12% por 49,87%, diferença de 0,25% apenas: <https://www.dw.com/pt-br/um-mês-e-meio-apos-eleicao-castillo-é-proclamado-presidente-do-peru/a-58324681>

²¹² No Chile: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/12/19/gabriel-boric-e-eleito-presidente-do-chile.ghtml>

da negritude Francia Márquez na Colômbia em 19/julho/2022, fim de uma aliança estratégica com os interesses dos Estados Unidos na região, por comportar diversa política de alianças²¹³.

A respeito desses cenários, ainda que seja impreciso considerar sobre os reflexos dessas alterações na conjuntura política sobre o moral de Bolsonaro e do bolsonarismo, foi notável no período a partir de 2021 o seu isolamento político no circuito das relações internacionais, o que certamente fez o presidente se concentrar no ambiente interno, além do recolhimento advindo por coincidência das prevenções contra a pandemia, o que o pode ter induzido à radicalização e maior agitação política, caindo encantado em sua própria cilada, para alimentar suas bases.

Nesse contexto, a partir de 2021 tem-se iniciado um período de ilhamento do presidente ao ambiente interno, e nesse de acirramento das suas posições divisionistas e suas hostilidades contra os opositores ou divergentes do governo, ou os segmentos não incluídos entre os seus. Um segmento muito achacado ideologicamente no período foi o da homoafetividade, que ficou na resiliência no período da pandemia e pela repressão sofrida e somente conseguiu emergir e se expressar em 2022, com milhões em São Paulo (19/junho) e em outras cidades do país²¹⁴.

A respeito de um interferente, a guerra da Ucrânia iniciada pela Rússia (Vladimir Putin) em 24/fevereiro/2022 foi (segundo o presidente Bolsonaro) fator ensejador de desestabilidade internacional, afetando o mercado de combustíveis fósseis e teria ensejado inflação no Brasil. O que pode ter algum fundamento, mas certamente não terá sido determinante, considerando que o INPC medido pelo IBGE em 2021 (anterior à guerra) atingiu sua máxima em outubro a 11,08% (em 12 meses), e máxima em 2022 em abril a 12,46, mas em outubro já em 6,46²¹⁵.

O fator interferente, realmente significativo, na governança de Bolsonaro e seu governo, foi o advento da pandemia do coronavírus *Sars-Cov-2*, de impacto sobre a sociedade nacional a partir de janeiro de 2020, tendo Bolsonaro desorganizado o ministério da Saúde e atuado por desestabilizar as medidas de segurança sanitária das autoridades estaduais e municipais, assim atraindo para si a carga das desgraças trazidas pela doença sobre a população, e pelas atitudes pessoais de menosprezo e grosseria com os atingidos, pelo retardo na aquisição de vacinas.

Fatos da *pandemia*, alguns marcaram o período, com a participação do governo ou não, como a falta de oxigênio nos hospitais de Manaus (AM) em janeiro/2021, as mortes seguidas e sepultamentos de emergência em valas coletivas abertas por máquinas, e depois a abertura de campos de sepultamento novos, com imagens de covas abertas em fileiras à espera de corpos;

²¹³ Na Colômbia: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/gustavo-petro-e-eleito-presidente-na-colombia/>

²¹⁴ A parada em SP: <https://www.poder360.com.br/brasil/parada-lgbt-de-sao-paulo-volta-as-ruas-neste-domingo/>

²¹⁵ O índice INPC pelo *portalBrasil* contém os acumulados anuais a cada mês: <https://www.portalbrasil.net/inpc/>

ainda ecoando a palavra do presidente de que se tratava de “gripezinha” ou imitando asfixia, as imagens sempre reacendidas pela cobertura da imprensa para essas atitudes e fatos²¹⁶.

Até que se instalou a CPI da *Covid*, no começo resistida pelo senador Rodrigo Pacheco, mas ordenada pelo ministro Luís Barroso (STF) em abril/2021, vindo a público a existência de um “gabinete paralelo” no ministério da Saúde, alheio ao órgão e interferindo em suas ações, e logo também as denúncias de negociatas de militares e pastores para a aquisição de vacinas, com evolução da escalada de internações e superlotação de hospitais, mais mortes a cada dia.

No curso da pandemia, quando cresciam os contágios e havia sobrecarga de internações nos hospitais, o presidente não só se contrapunha às medidas de segurança sanitária, como seus apoiadores negacionistas invadiam hospitais para refutar os fatos, e era presidente criticado por nunca ter visitado um hospital, nem se solidarizar com as vítimas, além de debochar delas²¹⁷.

Ao longo do período, um aspecto marcante e comovente do enfrentamento da pandemia foram as atenções e esforços dos profissionais de saúde, e ao mesmo tempo os revezes sofridos por eles, que se expunham ao vírus para o tratamento das vítimas e muitos se contaminavam e vinham a óbito, o que importou em baixas nas equipes de hospitais, enfermeiros e médicos²¹⁸.

Ante à indiferença oficial, ante à continuidade do negacionismo, até os profissionais de saúde foram à Esplanada dos Ministérios ou à Praça dos 3 Poderes em Brasília para protestos de repúdio contra tais posturas, os quais foram confrontados por bolsonaristas que desciam de suas repartições onde deviam atuar, para desancar e intimidar os manifestantes, e ameaçar²¹⁹.

Em diversas cidades, na costa litorânea brasileira, os protestos foram por plantações de cruzeiras nas praias, e foi a praia de Copacabana no Rio de Janeiro, considerada vitrine do Brasil, o palco principal das manifestações, que se fizeram em ocasiões com cruzeiras e covas, cruzeiras e lençóis ou com balões, cenários que foram atacados por governistas, mas repostos na areia²²⁰.

Além das tragédias diárias, um fato consternou a população: a internação do comediante Paulo Gustavo por *Covid*, as notícias do agravamento do seu estado e as terapias de tratamento, até a sua morte e os depoimentos dos amigos, mais o fato de pertencer à homoafetividade e ter filhos adotivos, um segmento reprimido pelo discurso dominante, tudo a comover a nação²²¹.

Em 29 de maio de 2020, como informado acima, pesquisa *DataFolha* detectara rejeição de 50% para Bolsonaro na condução da pandemia, porém houve que em 17/março/2021 outra

²¹⁶ <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-diz-que-covid-19-e-mais-fantasia-e-minimiza-queda-da-bolsa/>

²¹⁷ <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-sobre-numero-de-mortes-por-coronavirus-nao-sou-coveiro/>

²¹⁸ A matéria: cnts.org.br/noticias/com-pandemia-morte-de-profissionais-de-saude-cresce-245-no-pais-em-2020/

²¹⁹ Em: poder360.com.br/brasil/enfermeiros-fazem-ato-contra-bolsonaro-e-pedem-jornada-de-30-horas-semanais/

²²⁰ cnnbrasil.com.br/nacional/ong-faz-homenagem-as-100-mil-vitimas-de-covid-19-com-baloes-em-copacabana/

²²¹ A cobertura: <https://www.poder360.com.br/brasil/morre-o-ator-paulo-gustavo-por-complicacoes-da-covid-19/>

pesquisa do mesmo instituto detectou que 50% dos entrevistados eram contra o *impeachment* do presidente, quadro entretanto revertido em 15 de maio seguinte, com maioria em apoio²²².

Até que, em junho/2021, eclodiram manifestações de protestos contra a condução da pandemia pelo governo, em insurgências de subjetividades e sua integração em coletividade, que caracterizaram não só gritos políticos, mas aparições de reprimidos e afirmações pessoais (a serem analisados no capítulo a seguir), como ocorrências de significados de novo tipo²²³.

A seguir, a intentona golpista de 7/setembro/2021; a entrega do governo ao centrão, que marca uma virada de página; e depois da eleição em 2022, outra armação de golpe²²⁴.

²²² oglobo.globo.com/brasil/datafolha-49-apoiam-impeachment-de-bolsonaro-46-se-dizem-contrarios-25019681

²²³ Em 19/março/2021, ocasião de grandes manifestações populares, eram registradas meio milhão de mortes por *Covid*; em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/brasil-ultrapassa-500-mil-mortes-por-covid-19-25068606>

²²⁴ Após a derrota (30/outubro/2022) para Lula, apoiadores de Bolsonaro deslançaram já na madrugada seguinte uma construção golpista, com bloqueios em estradas, manifestações em quartéis, e um *lockout* patronal, gorado. A armação: www.poder360.com.br/eleicoes/grupos-bolsonaristas-dizem-que-nao-irao-interromper-bloqueios/

Capítulo III

Repressão Ideológica e Ressignificações Identitárias

Em análise teórica, sobre processos históricos e políticos, é sempre necessário resgatar e atualizar os contextos para situar os fatos, para os compreender por dentro e em seu fluxo, por seus aspectos de reminiscências e reiterações do não resolvido ou não superado ou influências do entorno, e por seus impactos e efeitos em seus ambientes, e sobre os que povoam as cenas.

3.1 Aspectos do Bolsonarismo e Sintonias Refletidas em seus Discursos e nos Gestos

No capítulo anterior, foi exposto o ambiente de descoberta da conectividade digital e da interação de inúmeros coletivos nacionais e sociais, como descrito por Manuel Castells (2013) sobre eventos em diferentes localidades do mundo, de início como irrupções reivindicatórias e democráticas, como os surtos de 2010/2011 no Oriente Médio, na chamada “primavera árabe”. Mas que também se caracterizou como um espaço (cibernético) não controlado do anonimato e de veiculação de protestos políticos e insatisfações sociais, com conteúdos preconceituosos e discriminatórios e também difamatórios de grupos étnicos e da diversidade cultural e social, como se viu no polêmico *BREXIT* no Reino Unido e na eleição de Trump nos Estados Unidos (CASTELLS, 2018), com supremacismo e nacionalismo xenófobo, e aberto discurso de ódio.

Indo mais aos pontos, Levitsky e Ziblatt (2018), em *Como as democracias morrem*, um estudo descritivo e interpretativo de Trump e do trumpismo e sobre os impasses vividos pela política americana de então, também mencionado naquele tópico, expõem como contextos de crises econômicas e políticas propiciam o surgimento de aventureiros que se apresentam como *outsiders* e como soluções para os impasses da ocasião, com rompantes autoritários e como os salvadores do mundo, como na ascensão de Adolf Hitler na Alemanha e de Benito Mussolini na Itália, e mostram aspectos semelhantes da ascensão de Trump e de formação do trumpismo com as posições do *Duce* e do *Führer* e as características ditatoriais do fascismo e do nazismo, um texto por curioso escrito e publicado antes das eleições de 2020 e da invasão do Capitólio, que atestam o desprezo de Trump pelas instituições e pela democracia, e sua vocação golpista.

Em leitura tópica, no âmbito desta *maestria*, abordei (CASTELO BRANCO, 2022, p. 9) aspectos do aparecimento e dos posicionamentos de Trump e características do trumpismo, tal como apresentados nas identificações discriminadas por Levitsky e Ziblatt (2018, p.33-34), em semelhança com aspectos da ascensão e das posições de Jair Bolsonaro no Brasil, sobre seus rompantes discriminatórios e segregacionistas, expressivos do seu autoritarismo supremacista,

após uma sequência de achques às instituições de Estado e representações da sociedade civil. Na época, já tendo levantado suspeitas contra o sistema eleitoral eletrônico utilizado no país e após os atos preparatórios e os desfechos da avalanche antidemocrática de 7/setembro/2021; mas antes dos eventos que se seguiram ao resultado da eleição de 30/outubro/2022, de início com bloqueio de estradas com caminhões e mediante piquetes, e de imediato aglomerações insurrecionais em frente aos comandos do Exército em diversas cidades; que culminaram em tentativa terrorista de explosão de caminhão-tanque de combustíveis no aeroporto de Brasília, em 12/dezembro/2022 (data da diplomação de Lula como presidente eleito); até a invasão das sedes dos poderes da República (Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, Palácio do Planalto) em 8/janeiro/2023; confirmando prenúncios anteriores, em aberta investida golpista.

Indo aos elementos, segundo Levitsky e Ziblatt (2018, p.33-34), são aspectos das posições de Trump e características do trumpismo, comparáveis com os posicionamentos de Bolsonaro e do conglomerado da sua sustentação ideológica e política, que se assemelham a aspectos da ascensão do *Duce* na Itália e do *Führer* na Alemanha, que se apresentaram como comandantes messiânicos, portadores de soluções e centralizando o poder, em indícios a servirem de alerta:

- a) demonstrar menosprezo pelas instituições e pelo ordenamento democrático, considerados excessivos e ineficientes e que portanto não podem reger um programa de recuperação do país, com discursos contra a ordem constitucional, os regimes de salvaguardas e de direitos, as leis;
- b) inadmitir legitimidade para os adversários nos campos institucionais e partidários e para os oponentes nos movimentos sociais e na sociedade civil e também para a imprensa e as mídias, que são desqualificados como aproveitadores e corruptos, e apontados como ameaças ao país;
- c) demonstrar intolerância com as divergências, e tolerância com as práticas de violência pelas forças de repressão ou por grupos supremacistas, valorizando militares e grupos armados que estejam alinhados ao governo, considerados socialmente legitimados para a defesa da ordem;
- d) atacar e reprimir as posições ideológicas e políticas dos oponentes e da imprensa e mídias, porquanto contrários ao programa de regeneração do Estado e portanto prejudiciais à nação, achacando os divergentes e contrários e intimidando jornalistas, ameaçando fechar jornais.

De fato, nos cursos de seus mandatos, além de aspectos em comum e de uma veneração recíproca, Trump (2017-2020) e Bolsonaro (2019-2022) atacaram as instituições republicanas e menosprezaram a democracia e seus valores e fundamentos de sustentação política e jurídica, ambos alimentados pelos seus ideólogos doutrinadores (Steve Bannon e Olavo de Carvalho), com ataques à imprensa e às mídias e instituindo seus próprios canais de conectividade direta, uma política armamentista e discriminatória de setores sociais (como diversidade e negritude),

também desmerecendo consensos científicos sobre meio ambiente e clima, como a correlação entre poluição industrial ou desmatamento e aquecimento global, com descara às prevenções contra a pandemia do coronavírus *Sars-Cov-2*, então contribuindo para rápida expansão dos contágios, pela teoria da chamada imunização do rebanho, com aumento de óbitos pelo vírus. Ao verem que perderiam as eleições, para Joe Biden (2020) ou para Lula (2022), negaram a legitimidade dos respectivos sistemas eleitorais, o americano de votação (inclusive antecipada) por correios, o brasileiro pelo sistema eletrônico de votação, e de fato rejeitaram os resultados. Após as derrotas, semearam teorias conspiratórias e suspeitas de fraudes, instigando reações de apoiadores, que culminaram nos Estados Unidos na invasão do Capitólio em 6/janeiro/2021, e no Brasil em invasão das sedes dos poderes da República, em Brasília em 8/janeiro/2023. Os dois fatos em investidas golpistas contra os resultados das eleições e os poderes de Estado, que foram rechaçados pelas autoridades constituídas, porém semearam mais divisão e rancor.

Recolhendo o telescópio, para focar em antecedentes e no entorno do cenário interno, além dos fatos e fatores apontados no capítulo anterior para a aparição de Jair Bolsonaro na cena política brasileira e que lhe favoreceram a meteórica ascensão política no pleito de 2018, pode-se também teorizar sobre os aspectos do aglomerado ideológico e social das suas bases. No citado estudo, no âmbito desta *maestria*, apontei (CASTELO BRANCO, 2022, p.12) que César Calejon e Adriano Vizoni, em *A ascensão do Bolsonarismo* (2019, p.17-18), registram cinco aspectos do mosaico ideológico do entorno de Bolsonaro e formador do bolsonarismo:

- a) o elitismo histórico da sociedade brasileira – desde o agronegócio até o capitalismo urbano;
- b) o antipetismo alimentado por segmentos tradicionais da sociedade e instigados pela mídia;
- c) a frente dos evangélicos na política com suas pautas de conservadorismo religioso e moral;
- d) uma onda de sentimento antipolítica e antissistema contra as instituições e seus dirigentes;
- e) o uso em grande escala de ferramentas de comunicação eletrônica, simultânea e de massas.

No entanto, esse forte caudal que engrossou socialmente e alimentou ideologicamente o *bolsonarismo*, além de ultrapassar os contornos do indivíduo Jair Bolsonaro, contém também antecedentes dos processos socioeconômicos e históricos brasileiros, seja da estrutura agrária e da conformação da sociedade desigual, seja de reminiscências políticas subjacentes aos fatos. A esse respeito, como também considerado (CASTELO BRANCO, 2022, p.12), o jornalista Pedro Dória, em *Fascismo à Brasileira* (2020), mostra vasto subterrâneo de conservadorismo no Brasil, que vem desde o *integralismo* de Plínio Salgado no entorno da década 1930 e que ressurgue no bolsonarismo com características comuns, como o sentimento de anticomunismo, a militarização e um nacionalismo exacerbado combinado com sociedade capitalista austera;

mas que diferem em o integralismo ter focado o futuro e ser o bolsonarismo de espírito retrô, em ter sido o integralismo aberto ao conhecimento e ser o bolsonarismo negacionista e tosco.

Tal sintonia do bolsonarismo com o integralismo, pelos elementos que lhes são comuns e pelas ligações históricas do integralismo com o movimento de Mussolini, como informadas pelo jornalista Pedro Dória (2020) no elucidativo trabalho referido acima, revela portanto uma conexão do bolsonarismo com o fascismo italiano, no aspecto ideológico e pelos seus métodos. Os integralistas, como no bolsonarismo, também se apropriaram dos símbolos nacionais, eram conhecidos como os “camisas verdes” e atuavam em confrontação com os comunistas, sendo conhecidos episódios de agressões a sindicalistas e depredações de gráficas e jornais da época. Repetiam o *slogan* de Mussolini *Deus, Pátria e Família*²²⁵, buscando vinculações com religião, na ocasião na Itália e também no Brasil os segmentos conservadores anticomunistas católicos, assim como Bolsonaro na aliança estratégica visceral com os evangélicos em sanha de poder.

Ao *slogan*, Jair Bolsonaro e seus ideólogos acresceram o termo “liberdade”, para formar a expressão “Deus, Pátria, Família e liberdade”²²⁶, insistindo no confronto com “comunismo”, em espécie de “guerra santa” ou em investidas quixotescas contra “moinhos de vento”, como a combater dragões do mal, como se as liberdades estivessem ameaçadas no Brasil por outros, como se o PT e Lula fossem ameaças às liberdades no país; sendo que o histórico de regimes autoritários e restrições às liberdades foi protagonizado pelas oligarquias com Getúlio Vargas e pelos governos militares de exceção do golpe de 1964, enquanto que o PT e Lula estavam na resistência ao regime ditatorial militar, na construção do novo sindicalismo e dos movimentos populares, e se integraram à frente ampla da redemocratização e na campanha das “diretas já”, e participaram ativamente na construção da nova Carta (1988) de direitos em vigor no país.

Viu-se, pelo figurino e nos métodos, ao longo do governo Bolsonaro, uma afinidade de grupos integrantes do *bolsonarismo* com milícias paramilitares do *fascismo* italiano (vestidos com *camisas-negras* – nas décadas de 1930-1940 e até o término da *II guerra*) e com grupos

²²⁵ O trinômio, segundo o pesquisador e romancista italiano Antonio Scurati, em entrevista concedida em Milão para a jornalista Michele Oliveira e publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* em 1º/outubro/2022, pela expressão “*Deus, Pátria, Família*”, teve origem com Giuseppe Mazzini no período da unificação italiana, tendo sido usado por Antônio Salazar em Portugal e por Benito Mussolini na Itália na véspera e durante a II guerra, e novamente pelo capitão Jair Bolsonaro no Brasil e pela diretista Giorgia Meloni, eleita 1ª ministra em 22/10/2022 na Itália, além de outros pelo mundo. A entrevista: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/10/antifascismo-precisa-ser-refundado-diz-autor-de-serie-sobre-mussolini.shtml> Acessada a reportagem em 17 de janeiro de 2023.

²²⁶ O slogan foi utilizado por Bolsonaro, em eventos políticos e campanha eleitoral, e também em eventos com religiosos evangélicos e em visitas às suas igrejas, alternando o trinômio original (*Deus, Pátria e Família*) com o acréscimo do vocábulo “liberdade” (*Deus, Pátria, Família e liberdade*), para destacar sua missão política de livrar o Brasil do comunismo e para contraditar decisões de ministros do *STF*, que impuseram restrições à utilização de canais digitais por seus apoiadores para veicular *fake news*, em realce às liberdades de manifestação e expressão. Ver a cobertura: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/04/26/interna_politica,1362409/bolsonaro-repete-lema-de-inspiracao-fascista-deus-patria-familia.shtml Acesso à publicação em 17 de janeiro de 2023.

voluntários do integralismo de Plínio Salgado no Brasil (esses chamados de camisas-verdes). As mobilizações e aglomerações bolsonaristas, de camisas verde-amarelo e com bandeiras do Brasil cobrindo os costados, caindo por sobre os peitos pelas laterais do pescoço como capas. A semelhança também pela postura dos apoiadores, de confrontar os opositores e os intimidar, em total identificação dos seguidores com o comandante, o inaugurador de uma ordem nova.

Além da independência, que foi um golpe das cortes contra o povo, a história brasileira é marcada por golpes e reações conservadoras dos militares, que ocorrem portanto por dentro das instituições de Estado, como na proclamação da República, pela aliança entre os militares e as oligarquias, no golpe de 1930 em que junta militar depõe o presidente e empossa Vargas, na imposição da renúncia de Vargas em 1945, na tentativa de impedir as posses de Juscelino Kubitschek em 1956 e de João Goulart em 1961, e finalmente no golpe e na ditadura de 1964.

Mas houve também, não obstante os levantes do período colonial e as contestações nos períodos do Império e da República, enquanto movimentos populares sufocados pelos poderes, duas investidas de tomada do poder intentadas por fora das estruturas do Estado, que foram a Intentona Comunista de 1935, por Luís Carlos Prestes e seus companheiros²²⁷, alguns inclusive em sublevação de tropas, mas denunciada por infiltrados e desmontada no governo Vargas²²⁸, e na sequência uma Intentona Integralista em 1938, que chegou a sitiá-lo, e foi desfeita.

Ficou mais conhecida a Intentona de 1935, talvez pelo receio do *comunismo* no mundo; porém a investida de militantes do integralismo em 11/05/1938, como relatada pelo jornalista Pedro Dória (2020, p.173-230), foi uma investida articulada que chegou a assustar o governo; tendo os integralistas sitiado o Palácio da Guanabara com o presidente Vargas dentro, e vindo a ocupar o microfone na Rádio Nacional no Rio de Janeiro, noticiando que tomavam o poder; mas tendo havido reação rápida do general Eurico Gaspar Dutra, que desbaratou os golpistas.

É esse o caudal, além das reminiscências saudosistas dos governos militares no Brasil e as conexões com as posições de Trump nos Estados Unidos, que marcam os atos autoritários de Bolsonaro e seguidores, até a avalanche antidemocrática fracassada de 7/setembro/2021 ou os atos de irresignação eleitoral, com bloqueio de estradas e manifestações defronte quartéis, desde 31/10 e 02/11 de 2022, até a invasão das sedes dos poderes em Brasília, em 8/01/2023.

²²⁷ Entre muitos relatos, sobre os eventos da Intentona Comunista fracassada de 1935, destaca-se o documentário *Olga* do jornalista Fernando Moraes, que reconta os acontecimentos de dentro dos ambientes e pelos movimentos dos envolvidos, até o desfecho com a entrega de Olga, a judia alemã guardiã de Luís Carlos Prestes, aos nazistas. Ver o documentário *Olga*. Referência indicada: MORAIS, Fernando. *Olga*. 3ª ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1985. Ou também na versão digital pelo link: file:///C:/Users/cbman/Downloads/FERNANDO_MORAIS_OLGA.pdf

²²⁸ Os fatos da Intentona Comunista de 23 a 27/11/1935, sob articulações do PCB e com mobilizações militares no Rio de Janeiro e Recife e Natal, foi uma das justificativas para Vargas decretar o Estado Novo em 10/11/1937, entre outras sob as alegações de proteção do Brasil contra ameaças externas e internas e para reorganizar o país.

3.2 A Governança de Bolsonaro por Articulações de Intimidação e Imposição Política

Jair Bolsonaro, como visto no capítulo anterior, tomou posse em 1º de janeiro de 2019, saudando correligionários e segmentos ideológicos de apoiadores, com um discurso sobre a sua missão de destruir ou desconstruir políticas e estruturas públicas, que entendia (entendiam)²²⁹ contaminadas por viés ideológico, ao intento de construir (reconstruir) o Brasil em novas bases.

O governo Bolsonaro, como ressaltou o professor (da UFMG) Leonardo Avritzer (2021), em estudo delimitado intitulado *Política e Antipolítica nos Dois Anos de Governo Bolsonaro*, se caracterizou pela ausência de políticas construtivas e por uma propositada desconstrução da estrutura governamental em diversas áreas, como nos serviços de fiscalização e controle e nos órgãos ambientais e culturais, e também portanto de desmonte das políticas vigentes, como as ambientais e culturais ou sobre direitos humanos, inclusão da diversidade, amparo a minorias.

A essa direção, e em complemento de programa, foram adotadas políticas permissivas e concessivas da outra face, como a tolerância com a ocupação de terras em parques florestais e em reservas indígenas, com o desmatamento e comércio de madeira e as queimadas nas áreas de desmates, que então chocaram o mundo em meados de 2019 por facilitarem esses danos²³⁰, os decretos de flexibilização da aquisição de armas por particulares, em atenção especial para os fazendeiros e os clubes de colecionadores, atiradores e caçadores, que proliferaram no país.

A linha de governo, conforme anunciada nos discursos de posse e reiterada no jantar²³¹ com os ideólogos Steve Bannon e Olavo de Carvalho, na residência do embaixador brasileiro em Washington em 17 de março de 2019, de políticas divisionistas direcionadas para alguns e excludentes de outros, com o acréscimo de um desmonte das políticas institucionais vigentes e de uma postura de confronto continuado com os opositores e divergentes, de desqualificação das suas posições e suas pessoas, caracterizam a modalidade de governança inaugurada então.

²²⁹ A posse de Jair Bolsonaro, na solenidade oficial e logo na cerimônia do Palácio do Planalto, foi marcada por gestos aos apoiadores e por discursos radicalizados de “ruptura com práticas que se mostram nefastas para todos nós, maculando a classe política e atrasando o progresso”, com a promessa de construir uma sociedade pautada “pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política”, e um aceno religioso de “valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores”. A matéria no [link:https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/](https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/)

²³⁰ Como relatado, no capítulo anterior, entre as controvérsias, sobressaiu o desentendimento de Bolsonaro com o presidente francês Emmanuel Macron, e entre os resultados: a perda de recursos estrangeiros para a preservação da floresta amazônica e um progressivo sucateamento dos instrumentos de monitoramento e da fiscalização, com o conseqüente e continuado aumento do desmatamento e ocupação das áreas, como se pode conferir na matéria: <https://www.poder360.com.br/meio-ambiente/desmatamento-na-amazonia-atinge-recorde-em-2022-diz-imazon/>

²³¹ Esta reunião, informada e comentada no capítulo anterior, com o seu discurso de destruir (desconstruir) para construir, em combate às políticas visualizadas como comunistas, contrárias à expectativa da sociedade do bem, e de que é preciso limpar o terreno para se construir no lugar algo de bom para o povo, pode ser revisitada em: www.poder360.com.br/governo/jantar-de-bolsonaro-em-washington-teve-olavo-de-carvalho-e-steve-bannon/

As políticas divisionistas e direcionadas, em detrimento do conjunto da sociedade e sem a procura de construção de um consenso político para a consolidação e sustentação do governo, surpreenderam os analistas nos primeiros períodos da gestão; mas esse era um programa e foi executado com método, tanto que os relatórios das equipes temáticas do governo de transição instalado por Lula em novembro e dezembro de 2022 também chocaram os analistas da área, por rastro de destruição de estruturas e desmonte de políticas, em todas as áreas do governo²³².

Não obstante, na ótica de Bolsonaro e por análise dos fatos, tudo se encaixa e se explica, seja pelo realizado conforme o proposto no início, seja quanto ao fracassado pelo imensurável material do intento, um plano vazio que não passou de discurso ideológico e projeto de poder. Um governo de políticas direcionadas e parciais, apoiado em uma *governança* divisionista da sociedade e pela confrontação dos oponentes, a governabilidade pelas bancadas temáticas no Congresso (Câmara e Senado) e por mobilização permanente de apoiadores na esfera pública.

Para espanto, buscou não a formação de um consenso na sociedade, por uma superação das divergências e pacificação dos conflitos; mas a obtenção de uma *supremacia* por suprimir as divergências e ampliar a maioria da vitória eleitoral para uma consolidação social do apoio. Tal supremacia, a ser construída e imposta, ante a confrontação e desqualificação permanente dos oponentes e sua consequente redução à insignificância, com perda da sua aceitação social, e assim pelo predomínio do discurso e da nova ordem do bem, que era a performance buscada.

No Brasil, talvez nem os governos do regime militar tenham sido tão estreitos e ousados, no que se refere à relação entre governo-governança-governabilidade e hegemonia, qual seja a relação entre o governo, as suas políticas e os seus métodos, os mecanismos de sustentação do governo e as relações com a sociedade, no sentido da adesão ao governo e suas linhas de ação. Houve cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos, repressão às oposições políticas, restrição dos direitos civis, mas houve atenção à opinião pública, para sustentação do poder²³³.

O método de governança de Bolsonaro, que não logrou implantar o seu projeto político e não evoluiu para a violência repressiva com o uso do aparelho de Estado, mantém entretanto semelhanças com os mecanismos de repressão adotados no período da ditadura militar, se não por tortura corporal ou a morte física, mas por outros instrumentos também de tortura e morte.

²³² O relatório da transição de governo, concluído em 22/dezembro/2022, apontou um cenário de desmonte e de destruição em todas as áreas, desde obras públicas paradas e sem recursos, aumento do desmatamento, desmonte das políticas para a cultura, retrocessos na educação básica, redução da vacinação infantil, e problemas na saúde. Ver link: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-relatorio-final-da-equipe-de-transicao-de-lula/>

²³³ Um governo, mesmo ditaduras, não se sustentam sem um mínimo de apoio social, e houve apoio de um diverso espectro da sociedade brasileira para a instauração do governo de exceção em 1964, por receio da ameaça do comunismo e pela adesão de segmentos católicos, no quadro internacional da guerra fria; apoio que alcançou o seu apogeu no período do chamado milagre brasileiro na década de 1970, com o *boom* econômico do programa industrial nacional; mas o governo também percebeu a redução da adesão social e promoveu a abertura política.

A tática da confrontação, ou da intimidação permanente dos divergentes, visou promover uma espécie de compressão da divergência, por repressão ideológica a posturas e opiniões opostas.

Os fatos, na história e na política, podem ser visualizados por dois aspectos: do lado de dentro ou do lado de fora; e do lado de dentro por duas óticas: pelos que praticam os atos e os que os sofrem; sendo que o olhar de fora, que seria uma ótica analítica, dificilmente é neutro. De todo modo, e para evitar digressões, o regime militar no Brasil (de 1964 a 1984) pode ser visitado por duas principais leituras: *20 Anos de golpe militar*, do jornalista Hélio Silva (1985), e *Brasil: Nunca Mais* (1985), documentário da Arq. de São Paulo, relata torturas e as mortes.

No Brasil (1964-84), na América Latina: na Argentina (1976-83), como se visualiza no filme *Argentina 1985*, direção de Santiago Mitre (2022), e no Chile (1973-90) e outros países, houve uma onda de golpes e ditaduras militares, com rastros de repressão e tratamentos cruéis. No Brasil, com repressão às esquerdas e sindicalistas, ao movimento estudantil e seus líderes, à imprensa e jornalistas (e censuras), houve resistências (inclusive armadas), e mais repressão: os casos Vladimir Herzog e Rubens Paiva, o caso Dilma Rousseff (depois presidente), tantos.

Sobre o período e suas práticas, Cléber de Araújo Arantes (2011), em publicação sobre a “repressão ideológica” anticomunista praticada então, define a ditadura como: “o reino da exceção e do terror, os chamados anos de chumbo regidos pela lei e referendada pelas elites”, em que o regime “acusou pessoas e entidades como subversivas à ordem constituída”, houve prisões e “desaparecimento de milhares de pessoas, que por discordarem do sistema sofreram a consequência disso”, sob a doutrina de “segurança nacional”, justificando torturas e mortes.

Em muitos aspectos, são inevitáveis as comparações entre o governança de Bolsonaro e as práticas da ditadura militar, por exemplo a respeito dos conceitos de “repressão ideológica” e “regressão/retrocesso cultural”, tendo o documentarista João Moreira Salles, na entrevista²³⁴ ao jornalista Gabriel Vasconcelos, publicada no portal do jornal *Valor Econômico* (6/8/2021), declarado que “o governo Bolsonaro é mais regressivo que ditadura”, no aspecto do retrocesso civilizatório e cultural, e que olhando à história: “é difícil imaginar o Brasil em piores mãos”.

No entanto, o conceito de “repressão ideológica”, no que se refere a aspecto da repressão político-policia ostensiva exercida pela ditadura militar, visando defenestrar opositores e seus discursos ou silenciar opiniões, para suprimir da sociedade determinadas doutrinas ou teorias, difere da praticada pelo governo Bolsonaro e pelo bolsonarismo, enquanto o ideológico era um motivo para a repressão violenta, e no âmbito do bolsonarismo o ideológico foi o elemento de conteúdo e também o mecanismo da repressão e seu método, intimidação para afligir e calar.

²³⁴ A matéria, de 06/8/2021, está disponível no link: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/08/06/governo-bolsonaro-e-mais-regressivo-que-ditadura-diz-joao-moreira-salles.ghtml> Acessado em 18 de janeiro de 2023.

A tática de confrontação de Bolsonaro, além da contínua tentativa da investida golpista, se processou sob dois aspectos distintos ou em duas frentes: os seus gestos e as declarações de conotação autoritária contra os divergentes e opositores e contra o parlamento ou o Judiciário, e em sintonia os atos públicos de aglomerações e manifestações dos apoiadores e com o líder; e os conteúdos dessas declarações e desses discursos contra os divergentes ou os dissidentes, veiculados por canais da conectividade digital, reproduzidos em cadeia, até chegar às pontas.

Os atos de Bolsonaro com apoiadores, de conteúdos autoritários e sinalização golpista, são muitos e repetidamente graves, mas alguns são representativos para exemplificar os fatos. A participação na manifestação de apoiadores defronte o QG do Exército em 19/abril/2020²³⁵, reivindicando uma intervenção militar; a sua participação em manifestação dos apoiadores na Praça dos 3 Poderes e na Esplanada em 31/maio/2020, em que apeou militar para montar seu cavalo e sobrevoou de helicóptero o prédio do *STF*²³⁶; e sua investida golpista de 7/9/2021²³⁷.

As declarações da deputada Joice Hasselmann, no âmbito da CPI Mista das *Fake News* no Congresso Nacional em 4/12/2019, surpreenderam e chocaram o país, sobre a existência de um “gabinete do ódio” em sala anexa ao gabinete presidencial no Palácio do Planalto, que era dirigido por filhos do presidente e assessores do Planalto e da Câmara com “milícias digitais”, cuja função era formar e veicular *fake news*, falsas notícias e informações difamatórias contra os opositores do presidente e dissidentes das suas linhas, para os desacreditar e intimidar²³⁸.

A eficiência da estratégia foi posteriormente demonstrada por fatos referentes a muitos: o major Olímpio, eleito senador da República com mais de 9 milhões de votos em 2018, e que divergiu do presidente por proteger o senador Flávio (filho) das investigações das rachadinhas, antes de morrer de *Covid-19* em 18/03/2021, foi taxado de traidor em 24/11/2020 nas bases²³⁹. A deputada Joice perdeu seguidores nas redes²⁴⁰, ela que teve mais de 1 milhão votos em 2018 e mais deputados dissidentes, como Alexandre Frota e outros, se viram derrotados em 2022.

Fatos em sequência, envolvendo magistrados do *STF*, opositores políticos e/ou inimigos eleitos (do PT ou partidos de esquerda) para a sua cruzada santa, assacados continuamente por Bolsonaro ou pelos repetidores da conectividade ideológica, viram rotina em diversos lugares.

²³⁵ A participação na manifestação defronte ao QG do Exército sobre camioneta pedindo por intervenção militar: cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-discursa-em-ato-em-frente-a-quartel-com-pedidos-de-intervencao-militar/

²³⁶ O sobrevoou sobre prédios dos 3 poderes e seu desfile na montaria do oficial em manifestação de apoiadores: www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-sobrevoa-praca-dos-tres-poderes-em-brasilia-e-acena-a-apoiadores/

²³⁷ Os atos convocados por Bolsonaro e discursos na Esplanada em Brasília e na Avenida Paulista, anunciando enfrentar o Judiciário e convocar o Conselho da República: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785>

²³⁸ A denúncia da máquina de destruir reputações, imagens, honra: <https://www.camara.leg.br/noticias/622252-joyce-hasselmann-denuncia-milicia-e-gabinete-de-odio-na-disseminacao-de-fake-news/> Acesso 18/janeiro/2023.

²³⁹ O embate informado: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/11/24/interna_politica,1213887/em-meio-a-gritos-de-traidor-senador-major-olimpio-critica-flavio-bo.shtml Acessado em 18 de janeiro de 2023.

²⁴⁰ *Link*: pleno.news/brasil/politica-nacional/joyce-perde-730-mil-seguidores-apos-romper-com-bolsonaro.html

Os gestos e os discursos, por seu tom grotesco e caráter autoritário, que de início pareciam ser próprios de determinados atores e restritos a certas cenas, tão logo se reproduziam a distâncias por outros personagens, se não por opiniões próprias, mas atuando como dublês, em igual ira.

Lembre-se, em 22/abril/2020, na reunião de Bolsonaro e ministros, Abraham Weintraub (da Educação) disse desejar ver presos os “vagabundos”, a começar pelos ministros do STF²⁴¹, e logo se juntou aos terroristas Sara Winter e os *300 de Brasília*, nas ameaças sobre a Corte²⁴²; vindo na sequência: Roberto Jefferson (presidente do PTB), Daniel Silveira (deputado federal) e Allan dos Santos (blogueiro), a veicular na *internet* vídeos de ameaças a ministros da Corte, alguns inclusive empunhando armas, com reação do STF derrubando canais, e para prisões²⁴³.

Ao redor, no Brasil e no mundo, o bolsonarismo circulante nos espaços públicos repetia os gestos: em Brasília e Rio de Janeiro ou New York, em aeroportos e restaurantes e nas ruas. Em 4/12/2018, após a eleição de Bolsonaro para presidente, o ministro Ricardo Lewandowski e STF foram afrontados por advogado bolsonarista em vôo/avião de São Paulo para Brasília²⁴⁴; O ministro Luís Roberto Barroso é afrontado por bolsonaristas em 02/06/2022 em Harvard²⁴⁵; em jantar em Porto Belo (SC)²⁴⁶ em 04/11/2022; em evento em New York²⁴⁷ em 13/11/2022.

Em 29/02/2020, o senador Lindbergh Farias, a deputada Gleisi Hoffmann e sua filha de 14 anos foram hostilizados em saída de hotel no Rio de Janeiro, sob gritos: – *Vão para Cuba*²⁴⁸. Lula (ex-presidente e candidato) foi ameaçado por bolsonaristas, como em 22/09/2022 vídeo de homem exercitando tiros em alvo com sua foto²⁴⁹. A nova ministra, deputada Marina Silva, indicada ao Meio Ambiente, foi afrontada em 2/janeiro/2023, em um restaurante de Brasília²⁵⁰.

Em 07/10/2018, entre turnos da eleição, o mestre capoeirista Moa do Katendê foi morto por eleitor de Bolsonaro, em Salvador (BA)²⁵¹. Em 9/julho/2022, um bolsonarista invadiu uma festa de aniversário e matou o aniversariante petista diante de todos, em Foz do Iguaçu (PR)²⁵². Em 1º/09/2022 (Goiânia), fiel refutou instrução bolsonarista e foi baleado por PM, na igreja²⁵³.

²⁴¹ In: poder360.com.br/governo/weintraub-por-mim-colocava-esses-vagabundos-na-cadeia-comecando-pelo-stf/

²⁴² Atos: <https://www.poder360.com.br/justica/bolsonaristas-fazem-protesto-a-noite-na-praca-dos-tres-poderes/>
Ver: metropoles.com/brasil/politica-brasil/weintraub-visita-manifestantes-que-estavam-acampados-na-esplanada

²⁴³ In: www.cnnbrasil.com.br/politica/alexandre-de-moraes-determina-prisao-do-ex-deputado-roberto-jefferson/
Link poder360.com.br/congresso/leia-a-transcricao-do-que-disse-daniel-silveira-e-o-que-levou-o-stf-a-prende-lo/
Ou: <https://www.poder360.com.br/justica/moraes-determina-prisao-preventiva-e-extradicao-de-allan-dos-santos/>

²⁴⁴ Link: poder360.com.br/justica/lewandowski-pede-prisao-de-advogado-que-chama-o-stf-de-vergonha-assista/

²⁴⁵ Ver notícia: www.poder360.com.br/justica/bolsonaristas-postam-video-de-barroso-sendo-hostilizado-nos-eua/

²⁴⁶ Link: <https://www.poder360.com.br/justica/apoiadores-de-bolsonaro-xingam-barroso-em-sc-e-pm-e-acionada/>

²⁴⁷ A matéria: <https://www.poder360.com.br/justica/barroso-e-abordado-por-brasileira-em-ny-nao-seja-grosseira/>

²⁴⁸ Ver: www.poder360.com.br/congresso/gleisi-e-lindbergh-sao-hostilizados-no-rio-de-janeiro-assista-ao-video/
²⁴⁹ Link: <https://www.poder360.com.br/brasil/empresario-bolsonarista-pratica-tiro-ao-alvo-com-imagem-de-lula/>

²⁵⁰ O fato: <https://www.poder360.com.br/governo/marina-silva-e-hostilizada-em-restaurante-em-brasilia-assista/>

²⁵¹ Morto a facadas: <https://ponte.org/mestre-de-capoeira-e-esfaqueado-e-morto-por-eleitor-de-bolsonaro-na-ba/>

²⁵² No aniversário: <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonarista-invade-festa-e-atira-em-petista-no-parana/>

²⁵³ Link: <https://www.poder360.com.br/brasil/homem-e-baleado-por-pm-durante-discussao-politica-em-igreja/>

3.3 As Mídias Digitais, Direitas e Satisfação Supremacista, Divisionismo, Intimidação

Já visto, o uso das *novas tecnologias*, aparelhos e aplicativos de mídias digitais, aparece no mundo por apropriação de massa no Oriente Médio, nos episódios de protestos de 2010-11. No Brasil, essa descoberta coletiva ocorreu nos protestos estudantis e anti-Copa de 2013-2014, com o incremento de conteúdos conservadores antidemocráticos e reacionários em 2015-2016. Esses recursos comunicativos tiveram uma grande utilização nas eleições municipais de 2016, mas a sua massificação se manifestou (intensa) nas eleições presidencial e regionais de 2018.

Esta seara, novíssima e intrigante, as mídias digitais e as redes sociais, da conectividade e da interatividade comunicacional cibernética, de interações à distância em anonimato ou por identidades virtuais, vem sendo estudada por diversos autores com específicos interesses e para diversos fins, desde as perspectivas de exploração ou de ampliação dos potenciais de mercado, para descobrir ou alavancar tendências ou para direcionar os produtos para eventuais clientes, até sua utilização na formação de opiniões e construção de identificações eleitorais e políticas.

No campo social, pela sua velocidade, simultaneidade e alcance de massas, esses meios são poderosas ferramentas de discussão política e participação democrática, como nos debates e tomadas de decisões para alocação de recursos financeiros nos orçamentos participativos, na coleta de sugestões e assinaturas em manifestos ou propostas legislativas de iniciativa popular; mas também vêm sendo utilizados de forma inescrupulosa por agentes políticos para seus fins, ou por praticantes de delinquência para arregimentar asseclas ou vitimar incautos nessas teias.

Indo à temática, Jorge Bercholc (2015), professor de *Teoría del Estado*, na *Universidad de Buenos Aires*, no estudo *Opinión Pública y Democracia*, se ocupa da relação desses temas e da influência ou efeitos dos meios de comunicação de massa, especial das novas tecnologias de comunicação digital na esfera política, sejam os usos dos partidos políticos em adaptação às percepções e reações comportamentais da população ou dos indivíduos e determinados grupos, sejam os recursos utilizados pelos governos para balizar a aprovação de suas políticas e ações.

Sobre os partidos, Jorge Bercholc (2015, p.113) aponta uma pressão sobre os mesmos de adaptação aos novos tempos, de sociedades já não somente complexas, mas esparsas e fluidas; em que o modelo dos poderosos partidos de massas ou de partidos pragmáticos e oportunistas não se mostram eficientes o suficiente para alcançar contingentes sociais dispersos e anônimos; um espaço preenchido pelo surgimento de partidos midiáticos, de líderes intuitivos e munidos de aparelhamento e assessoria em mídias digitais, com o domínio da linguagem desses canais.

Sobre essa linguagem, sobre seus componentes e funcionalidade, Jorge Bercholc (2020) expõe em conteúdo específico que a comunicação digital se processa por um *big data* formado

por algoritmos, colhidos das informações fornecidas pelos próprios internautas em seus perfis nos canais digitais, nos aplicativos de buscas e nas redes sociais; menos por suas informações técnicas ou neutras, como formação ou histórico; mais pelas suas reações e sentimentos, pelas suas rejeições e seus desejos; por esse caudal emocional que se estabelece o intercuro virtual.

Em outra elaboração, sobre a inserção dos indivíduos nos circuitos digitais, o professor Mario S. Gerlero (2020), também da *Universidad de Buenos Aires*, destaca que os indivíduos alimentam suas buscas nos aplicativos de mídias e seus perfis personalizados nas redes sociais, com dados de seu entorno e das suas vidas, além das suas reações às publicações visualizadas, de modo que os *filtros-burbuja* (filtros-bolha) formam “identidades alternativas” de cada um, a partir das quais as pessoas são reconhecidas e encontradas nas redes, como se elas próprias.

A esse respeito, relacionando as informações, tem-se que tais “identidades virtuais” são como imagens em espelhos nos circuitos de computadores e de aparelhos móveis, as quais no entanto não se constituem de dados biográficos ou referenciais neutros, porém de sentimentos e emocionalidade, pelo pulsar das aparições dos internautas, com seus problemas e anseios, de modo que muitas pessoas já não separam sua inserção e interações nas redes do próprio viver, e nesse intercuro entre as redes e suas vidas é que são buscadas e tocadas, em seu sentir real.

Em ressaltado, como exposto, que as redes sociais são canais de navegação e de interação no mundo digital, no ciberespaço não territorial sem limites e sem leis (ainda que as nações se esforcem por controlar ou policiar os excessos de seus usos); de modo que as pessoas buscam vencer o isolamento e existir de um modo aberto e feliz, mas terminam por habitar um mundo inóspito, onde se tornam expostas a toda espécie de assédios, que exploram suas fragilidades e lhes alimentam seus desejos, até a manipulação de suas opiniões e do agir, para diversos fins.

É o que se viu no Brasil, nos episódios da ascensão de Bolsonaro e em sua governança, desde a campanha hostilizadora de 2018 até os atos intimidatórios de divergentes e opositores, as mobilizações surpreendentes no final de 2022 e as invasões em Brasília em janeiro de 2023. Em estudo conjunto, Camila Gonçalves Saraiva e Daniele Gonçalves Mares (2019) expõem o ambiente das *fake news*, de desinformações e difamações, que predominou nas eleições 2018, que alçou Jair Bolsonaro à presidência, recusando ou distorcendo fatos, e alimentando ódios.

O uso das mídias digitais por Jair Bolsonaro e seu estafe se fez seja por inserções diretas nos canais ou por veiculação de seus atos e falas de provocação e para fidelização de adeptos. Além dos atos oficiais, falas em aparições públicas ou idas a manifestações antidemocráticas, o presidente instituiu duas situações de rotina para verbalizar opiniões e deixá-las nas mídias: as falas a adeptos no “cercadinho” do Palácio da Alvorada (espaço reservado frontal ao palácio),

em suas saídas matutinas para os expedientes do dia, e as suas *lives* (alocuições transmitidas *on line*) nas noites de quinta-feira, com vídeos mantidos em seus perfis, para viralizar na *Web*.

Jair Bolsonaro, ex-militar insubordinado e deputado conhecido por grosserias nas falas, veio a surpreender por expandir as suas posições e opiniões a amplos segmentos da sociedade, com críticas aos direitos humanos, propondo restringir direitos, pregando repressão, violência. Em artigo sugestivo, indo adiante na questão, Paulo Henrique Brant Vieira (2019) pergunta se *A ditadura voltou?* sobre a ascensão de Bolsonaro e seus discursos de intolerância ao governo, com a pregação autoritária pondo conflito entre liberdade de expressão e apologia do crime, com ataques e ofensas às pessoas, as investidas contra os direitos, licença para policial matar.

Esse período, da ascensão de Bolsonaro e do seu governo, pode ser caracterizado como um “estado de exceção” na sociedade brasileira, como o caracteriza Giorgio Agamben (2004); na sociedade e não somente no governo, porque amplos setores da sociedade sustentaram tais posições e opiniões e também as suas políticas, como na flexibilização da aquisição de armas. Até se chegar a uma política da morte, necropolítica como a define Achille Mbembe (2016), como na litigiosa condução da pandemia de *Covid-19*, com cerca de 700 mil mortes no país²⁵⁴, na entrega do território *Yanomami* a garimpeiros, o abandono desse povo à morte por fome²⁵⁵.

Em coletânea organizada pela professora Esther Solano Gallego (2019), artigo conjunto de João Guilherme Santos e Karina Silva dos Santos (2019) comenta como o bolsonarismo se fez “das bancadas ao *WhatsApp*” por “redes de desinformação” como “arma política”, mas não somente em contendas eleitorais, senão também dinâmica para governar e sustentar o governo, sob o alinhamento com narrativas construídas e veiculando notícias falsas, indo dos discursos às manifestações públicas, assim mobilizando símbolos e anseios de muitos, por longo tempo.

Esse processo, na mesma publicação, foi abordado por Marcos Nobre (2019) como um método estratégico de *Manter o Colapso para Governar*, em que Bolsonaro se considera líder de uma revolução conservadora e reformadora da sociedade e do Estado, e em que associa às posições que defende (conservadoras ou de direita) os valores que entende decentes e válidos, e identifica o que denomina de “sistema político” (interesses e corrupção) com “as esquerdas”, assim se identificando com as hostes do bem e convocando estas para a batalha contra o mal.

²⁵⁴ Até 23/janeiro/2023, 696.376 óbitos, informe em: g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/01/23/brasil-tem-media-de-131-mortes-por-covid-tendencia-e-de-estabilidade-pelo-quinto-dia.ghtml Acesso feito nesta data.

²⁵⁵ Em 20/janeiro/2023, uma diligência do governo Lula recém empossado revelou o estado de gravidade em que se encontrou o povo indígena *Yanomami*, que teve a sua reserva entregue a garimpeiros no governo Bolsonaro e foi o povo abandonado sem alimentação e tratamento, sendo vitimado por desnutrição coletiva e muitas mortes. Ver o *link*: www.poder360.com.br/justica/tragedia-dos-yanomami-e-resultado-da-omissao-do-estado-diz-mpf/

Esse período, segundo Esther Solano Gallego (2021), quadra do “ódio como política” e de “reinvenção das direitas no Brasil”, foi também (para explorar a ressonância das palavras), segundo Rosana Pinheiro-Machado e Adriano Freixo (2019) o período do “Brasil em transe”, da democracia enfrentada e ameaçada do colapso; até que as ameaças e suspenses “do transe”, segundo Rodrigo Nunes (2022), se tornam espécie de “vertigem” (como no 8/janeiro/2023), em que discursos e linguagens, atos materiais e interações virtuais, se fundem no mundo real.

Indo à estética, o dizer comum da crítica (artística e literária) clássica de que as artes (a ficção) são imitação da realidade cedeu lugar na atualidade para a afirmação inversa de que a realidade faz imitações da ficção, como se vê na relação de muitos crimes e enredos de filmes. Assim, também, nos repetidos episódios das manifestações antidemocráticas do bolsonarismo ao longo do seu governo ou nas aglomerações golpistas de novembro e dezembro de 2022, até o deslanche da avalanche terrorista sobre Brasília de janeiro/2023, de onde saiu aquela gente?

Eles saíram de suas casas, foram até os ônibus nos seus pontos e seguiram para Brasília. Mas como saíram de suas casas, de pontos diversos do Brasil, do Norte ao Sul, no mesmo dia? Os 100 ônibus fretados, levando de 4 a 5 mil pessoas, todos direcionados para a capital federal, para se unirem aos plantonistas em frente ao QG do Exército, para fazerem a investida final? Sim, saíram do *Facebook*, do *Instagram* e do *WhatsApp*, de forma inesperada e às escondidas, os ônibus fretados por interesses materiais do mundo real, indo ao virtual e dirigindo pessoas.

Tais cenas, se não fossem realidade, serviriam de roteiro para filme, pois mais parecem uma edição da série de cinema *Matrix*, ficção cibernética americana com roteiro e direção das irmãs Wachowski (Lilly e Lana), lançamento nos Estados Unidos em 1999, de muito sucesso. As personagens se internam no mundo virtual, para enfrentar os inimigos não imaginários que são criados por inteligência artificial para invadir e dominar o mundo real; como na batalha do bolsonarismo por seu projeto, em que entram no virtual e saem, prontos para combater o real.

Após situações reiteradas, o ministro Luís Roberto Barroso (do STF), ao ser novamente afrontado por bolsonaristas, em 3 de janeiro de 2023 no aeroporto de Miami, em tons agressivos e por termos ofensivos, inclusive palavras de ordem para “sair do voo”, disse na sequência ter sido atingido por mistura de “ódio e ignorância, espírito antidemocrática e falta de educação”, e concluiu que “o Brasil adoeceu; espero que consigamos curá-lo”, ainda acrescentando votos de que “uma luz espiritual ilumine essas pessoas”, assim expressando tristeza por tais fatos²⁵⁶.

Esse processo, esses acontecimentos, esse fenômeno sociopolítico nos fazem perguntar: sobre o que move esses espíritos, sobre o que conforma essas mentes, para se portarem assim.

²⁵⁶ A reportagem: www.poder360.com.br/justica/mistura-de-odio-e-ignorancia-diz-barroso-apos-ser-hostilizado/

As respostas não estão elaboradas e não são simples, mas podem ser colhidas no histórico dos agentes e em seus discursos e gestos, e por conteúdos decorrentes e imanentes de sua origem. O bolsonarismo, como o trumpismo nos Estados Unidos, são alimentados pela mentalidade e por sentimentos supremacistas das elites, e esses sentimentos aflorados são belicosos e fortes.

Como exposto, o público das mobilizações pelo *impeachment* da presidente Dilma e das aglomerações e manifestações antidemocráticas do bolsonarismo são assemelhados em tudo: pessoas de aparência de bem alimentadas, bem vestidas e majoritariamente brancas, aparições e desfiles em carrões, indiferença com os desfavorecidos, apoio à ditadura e repressão policial, afronta a contrários em aeroportos, em restaurantes ou em eventos, contra as políticas sociais, assim também no mundo virtual, como no recente episódio dos *Yanomami*, deixados à morte.

O supremacismo é um convencimento de superioridade que envenena os espíritos e traz divisionismo à sociedade, como na *Guerra de Secessão* americana (1861-65) e nas atrocidades praticadas pela *Ku Klux Klan*, ou ainda no regime do *Apartheid* na África do Sul, imposto por um pastor calvinista alçado à condição de primeiro ministro²⁵⁷, e assim ainda no processo de formação ou manutenção dos favelamentos nas grandes cidades do Brasil, na maior presença dos negros nos presídios ou as incursões mortais das políticas, nos bairros dos pobres e pretos.

O supremacismo também pode contaminar desfavorecidos nas sociedades de desiguais, por fomentar a ilusão da superação da “inferioridade” pela identificação com os “superiores”, como na “dialética do senhor e do escravo” de Hegel, descrita na *Fenomenologia do Espírito* como momento no processo de desenvolvimento da consciência, e do que se tem exemplo nas sociedades coloniais pela figura do negrão atuando em captura de negros, como se viu recente na figura de Sérgio Camargo, na Fundação Palmares atuando contra seus iguais, ou suas lutas.

A outra face desse processo, para além das reminiscências do supremacismo, reforçadas por tendências sociais, pode ser percebida e explicada pelo fenômeno da linguagem e as redes. O que o ministro Luís Roberto Barroso viu, no episódio que o atingiu e no conjunto dos fatos, como um Brasil ou uma sociedade adoecida, sendo portanto desejável que se a consiga curar? Além de uma sociedade dividida, trata-se de centenas de milhares dominadas por um discurso que se repetiu até preencher as mentes, e outros tantos intimidados e recolhidos a seus cantos.

A esse respeito, a teoria Ferdinand de Saussure (2002), de que o humano aparece (surge) no mundo e portanto se caracteriza e se identifica pela invenção da linguagem, também se pode aplicar no sentido de que os indivíduos se tornam no que se definem pela linguagem que usam. O que também confere com a doutrina hermenêutica de Paul Ricoeur (1988) e Gadamer (2007),

²⁵⁷ O regime do *Apartheid* foi criado na África do Sul pelo 1º ministro, pastor calvinista Daniel François Malan, em 1948 e durou por 46 anos, até a eleição de Nelson Mandela (1994), que esteve em prisão política por 27 anos.

sobre os conteúdos simbólicos formadores das identidades culturais e os significados dos fatos, elementos essenciais para compreensão das sociedades e sua percepção, interações, reações.

Esse influxo, como se viu no Brasil, se processa por duas vertentes: em se tratando dos discursos que conformam a uns, direcionados para os que pretendem conformar ao seu modo; e que constroem ou intimidam a outros, direcionados para os que visam intimidar ou calar.

Assim, como na intuição de Lacan (1978), percebida no tratamento dos seus pacientes: o sujeito é um portador de sentido, que o próprio estabelece para si, pelo exercício da sua fala; ou se retrai (se contrai) e adocece, se tem o seu sentido interditado (negado), cerceada a fala.

3.4 Direita Evangélica, o Comportamento Conservador, Costumes ou Projeto de Poder

Antes, porém, de adentrarmos na hermenêutica iniciada no último tópico, sobre a função da linguagem nas definições dos sujeitos, cabe abrir um entre parênteses para tratarmos de um componente do bolsonarismo, como o segmento dos militares e os armados em geral, também primordial para a sua conformação e sustentação: o dos pastores evangélicos e as suas igrejas.

Valem, também, nesta abertura de tópico, duas observações, para situarmos esse ponto: a primeira, sobre a real surpresa dos expectadores em ver os crentes (o segmento evangélico: os pastores e suas igrejas) se alinhando com Jair Bolsonaro, um ex-militar rebaixado à reserva por indisciplina e má conduta, de temperamento agressivo e comportamento grosseiro, típico ímpio; a segunda, sobre uma suposta guinada do segmento evangélico para o campo conservador ou de direita, suposta guinada porque esse segmento é por tradição conservador e de direita, mais se tendo no episódio o incremento à extrema direita, mas que não foge à tendência do setor²⁵⁸.

O fato de Martin Lutero ter sido apoiado na Reforma (Religiosa) de 1517 por principados e ducados alemães e protegido por esses poderosos regionais da perseguição da Igreja (papal) parece ter tido pouca influência na história futura, que não a própria continuidade da Reforma, com outro grande cisma na Igreja (Católica), depois da separação entre Constantinopla e Roma. A relação do protestantismo com o capitalismo, no Reino Unido e na Europa (em Alemanha e França) e também nos Estados Unidos, como abordada por Max Weber (2004) em seu escrito sobre *Ética Protestante e Espírito do Capitalismo*, mais especificamente entre o capitalismo e calvinismo, parece mais importante para entender na atualidade o comportamento desse meio.

Max Weber (2004), de formação conservadora e repercutindo suas origens, em especial a tradição presbiteriana de racionalidade e de austeridade, pretendeu formular contraponto ao

²⁵⁸ Mas, por contradições sociais, como a discriminação das populações de negros, também surgiram lideranças e movimentos progressistas entre seguidores da *Reforma*, pelas questões raciais e pelos direitos políticos e civis, com Martin Luther King nos Estados Unidos e Nelson Mandela na África do Sul. Em outra ponta, vale também mencionar a resistência da militante Benedita da Silva (deputada pelo PT) nas lutas de favelas, no Rio de Janeiro.

marxismo, com uma leitura funcionalista da relação de suporte recíproco da ética protestante de austeridade nos costumes com o espírito racionalista pragmático da acumulação capitalista, como se processou na Europa, em Alemanha e Inglaterra e nos Estados Unidos, em simbiose. Em *Ética Protestante e Espírito do Capitalismo* (2004), cuida do entrelaçamento do chamado espírito do capitalismo (a mentalidade dominante: da geração e acumulação de riquezas, com racionalidade na atividade, para obtenção de lucro) com o padrão comportamental introduzido pela Reforma protestante, seja na tradição luterana e mais perceptível no estamento calvinista (de valorização do trabalho, a apropriação do mundo sem luxúria, portanto sem esbanjamento supérfluo, pelos costumes contidos, com limitados gastos), em receita perfeita para dirigentes de empresas, racionais e supostamente corretos, austeros no gerenciamento, ávidos pelo lucro.

Indo à realidade, olhando ao entorno, Weber (2004, p.29) aponta serem protestantes em sua maioria os dirigentes capitalistas na atividade econômica da sua época, fazendo destaque da racionalidade e da austeridade no protestantismo e no capitalismo como virtudes comuns; mas talvez tenha sido mais relevante nessa conjunção a relação da postura do individualismo capitalista com o sentimento de superioridade (e seu individualismo) decorrentes da doutrina calvinista da predestinação e da eleição, inscrita na Confissão de Westminster de 1647 e que tem alguns capítulos principais transcritos por Weber (2004, p. 91-92), em seu célebre ensaio. A considerar também que, em sendo protestantes os capitalistas, vem da tradição protestante a prática da exploração capitalista do trabalho, a convivência (conivência e tolerância) com esta, como denunciada por Karl Marx (1982) naquele período inicial, e perpetrada no mundo todo. Ainda a considerar, sobre essas correlações, a denúncia por Sílvia Federici (2017) em *Calibã* da superexploração das mulheres no período, em cotejo com a doutrina calvinista da mulher como subalterna e do homem como cabeça, em visão literal de epístola paulina (Ef 5: 22-23).

O catolicismo chegou à América Latina e ao Brasil transportado por Espanha e Portugal, no mesmo processo colonial de ocupação e apropriação dos territórios sob a escravização ou a dizimação das populações autóctones (indígenas), com a catequese e aculturação desses povos. No período colonial, houve também presença localizada e circunstancial do protestantismo no Brasil, por ocasião da ocupação holandesa e pelas incursões de missionários europeus, que no entanto não ficaram raízes, pela expulsão dos holandeses e pelo seguinte predomínio católico. A vinda de Ashbel Simonton, missionário presbiteriano americano, ao Rio de Janeiro em 1859, marca a chegada da confissão reformada (tradicional) no Brasil, seguindo-se os batistas com a vinda (1882) dos casais pregadores a Salvador (BA): Zacharias e Katherine e William e Anne. O ramo pentecostal, pelo segmento assembleiano, chegou ao Brasil por Belém (PA) em 1911,

pelos missionários Gunnar Vingren e Daniel Berg, no mesmo período em que surgiu nos EUA. No regime militar, houve articulação com lideranças evangélicas americanas, visando ampliar a pregação anticomunista e consolidar no Brasil uma visão conservadora de sociedade cristã²⁵⁹.

Apesar de, por épocas, linhas de vivências e pregação progressistas surgirem nas igrejas, como com os “*poverellos*” de Assis (Itália) Francisco e Clara na Idade Média (século XII), ou recentemente com Oscar Romero (1917-1980) em El Salvador, Hélder Câmara (1909-1999) e Paulo Evaristo Arns, Pedro Casaldáliga e Tomás Balduino no Brasil, posições de pensamento como a teologia da libertação (com Leonardo Boff) e filosofia da libertação (Enrique Dussel), experiências como as comunidades eclesiais de bases, ações críticas como *as pastorais sociais* (de favelas, da criança, do índio, da terra); as igrejas e religiões enquanto instituições tendem por tradição a um posicionamento conservador (de direita), não raro se alinhando a extremos, como os luteranos coniventes com o *nazismo* de Hitler na Alemanha, o papado católico com o fascismo de Mussolini na Itália, a “*marcha da família com Deus pela liberdade*” no Brasil, um movimento “anticomunista” das mulheres católicas, de apoio à ditadura militar em 1964. E mais recente, com semelhanças, o alinhamento dos evangélicos com Trump nos EUA e com Bolsonaro no Brasil, não se podendo dizer qual o mais grosseiro, o mais farsante, mais ímpio.

Atualmente, segundo informam levantamentos oficiais, o segmento evangélico no Brasil (tradicionalistas, pentecostais, derivações) chegou a 70 milhões de pessoas ou 30% da população, e segundo projeções tende a alcançar até 2032 ou 2035 cerca de 50% da população ou mais²⁶⁰. Apesar de ter sido levado pelo pastor Everaldo (do Rio de Janeiro) ao batismo no Rio Jordão em 12/05/2016 em Israel, Bolsonaro nunca se entregou à confissão evangélica de qualquer feição, tendo permanecido católico e frequentador do santuário de Aparecida e da procissão do Círio. No entanto, pelas suas posições socialmente retrógradas, coincidentes com o conservadorismo do segmento evangélico em costumes, e por uma aliança estratégica para chegada ao governo, o segmento integrou o espectro político de apoio a Bolsonaro e ao seu projeto de corpo e alma. Após um governo conflituoso e momentos de desgaste na opinião pública, o setor permaneceu coeso com o presidente, com a adesão variando acima de 50%, no governo ou nas eleições²⁶¹.

²⁵⁹ Uma análise detalhada desses fatos pode ser visitada em matéria do jornalista Gabriel Gonçalves, sob o título “como a ditadura militar impulsionou a teologia reacionária de igrejas americanas”, inclusive informada a *cruzada* no Brasil em 1974 do pastor anticomunista Billy Graham, o bajulador dos poderes; publicada em 5/abril/2021 no portal eletrônico “diário do centro do mundo”, matéria disponível [link: diariodocentrodomundo.com.br/como-a-ditadura-militar-impulsionou-a-teologia-reacionaria-de-igrejas-americanas/](https://diariodocentrodomundo.com.br/como-a-ditadura-militar-impulsionou-a-teologia-reacionaria-de-igrejas-americanas/) Acessado em 25 de janeiro de 2023.

²⁶⁰ Ver dados em: <https://sigeigrejas.com.br/o-brasil-tem-70-milhoes-de-evangelicos-cerca-de-30-da-populacao/> Ou ainda em: <https://veja.abril.com.br/brasil/evangelicos-devem-ultrapassar-catolicos-no-brasil-a-partir-de-2032/>

²⁶¹ As pesquisas de diferentes institutos mostram a estabilidade no apoio a Bolsonaro no governo e nas eleições: <https://www.poder360.com.br/poderdata/55-dos-evangelicos-aprovam-governo-bolsonaro-diz-poderdata/> <https://www.poder360.com.br/poderdata/bolsonaro-tem-62-do-voto-evangelico-mostra-poderdata/>

A adesão dos evangélicos a Bolsonaro, posição do segmento evangélico no bolsonarismo como um dos seus componentes centrais, se pode entender e explicar por dois aspectos de um projeto de poder: pelo acesso a postos de governo e pela participação nas políticas e na gestão, no que se pode enumerar a ascensão do pastor Milton Ribeiro e Damares Alves aos ministérios da Educação e da Mulher e Direitos Humanos, e do bacharel André Mendonça (presbiteriano) ao Supremo Tribunal Federal; e mais certamente pelas posições e manifestações do segmento de dentro e no entorno do governo, no início e em todo o tempo insistindo na pauta de costumes, o central e verdadeiro projeto de poder do setor, reinvenção da sociedade e hegemonia social.

O ministro Milton Ribeiro, representante do calvinismo, foi um ignorante racionalista, supremacista e preconceituoso, avesso à universidade ampliada ou à inclusão dos especiais²⁶². A ministra Damares Alves, alinhada com a ideologia evangélica da hegemonia nos costumes, chamou a atenção no início com a palavra de que “menina veste rosa e menino veste azul”²⁶³, e passou despercebida sobre “a igreja no governo” de ser hora de “a igreja ocupar a nação”²⁶⁴. O apoio das igrejas a Bolsonaro, inclusive com gestos de “arminha” em celebrações e cultos²⁶⁵, também se reproduziu na oposição às medidas de Estados e prefeitos de prevenção à *Covid*²⁶⁶, e no ativismo em oposição ao julgamento de ação no *STF*, de criminalização da homofobia²⁶⁷.

Além do teatro do batismo em Israel e da sua constante invocação de Deus, Bolsonaro foi anunciado nos ambientes das igrejas como levantado ou escolhido por Deus, para governar e consertar (reconstruir, reformar) o Brasil, por Steve Kunda (congolês)²⁶⁸ ou Silas Malafaia²⁶⁹. Indo mais longe, para manter suas posições e controle de suas igrejas, por seu anticomunismo arraigado e por ser a política o continente das divergências e de opções pessoais, esses pastores radicalizaram e fizeram circular nos seus ambientes e nas redes digitais a máxima de expurgo de que “ser de esquerda é incompatível com ser cristão”, de início para intimidar e acomodar os divergentes ao fechamento de questão, ou já para criar o clima para as medidas a respeito.

De fato, em 29/julho/2022, em um *Concílio* brasileiro da Igreja Presbiteriana do Brasil em Cuiabá, constou da pauta e foi substituída em plenário proposta de expulsão dos membros da igreja adeptos da esquerda, tendo havido recuo da direção para evitar divisão (ou cisma)²⁷⁰; porém em *Convenção* das Assembleias de Deus em 5/outubro/2022 em São Paulo foi aprovada

²⁶² O link: <https://www.poder360.com.br/brasil/universidade-deveria-ser-para-poucos-diz-ministro-da-educacao/>

²⁶³ www.poder360.com.br/governo/em-video-damares-diz-que-menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-assista/

²⁶⁴ O link: <https://www.poder360.com.br/governo/e-o-momento-de-a-igreja-ocupar-a-nacao-diz-damares-alves/>

²⁶⁵ Ver link: <https://esportes.yahoo.com/noticias/bolsonaro-defende-decreto-armas-marcha-jesus-011034221.html>

²⁶⁶ cnnbrasil.com.br/nacional/malafaia-diz-que-nao-reduzira-cultos-ou-fechara-igrejas-por-cao-do-coronavirus/

²⁶⁷ poder360.com.br/congresso/lideres-evangelicos-querem-acordo-com-stf-sobre-criminalizacao-da-homofobia/

²⁶⁸ www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-publica-video-em-que-pastor-o-aponta-como-escolhido-por-deus/

²⁶⁹ O acesso: www.facebook.com/watch/?v=1355144654633983 Ou www.youtube.com/watch?v=f39GTgzbyEY

²⁷⁰ Ver reportagem no: <https://br.vida-estilo.yahoo.com/igreja-presbiteriana-desiste-veto-cristao-133300164.html>

uma resolução para expulsão de integrantes das igrejas que apoiem candidatos de esquerda²⁷¹. No Rio de Janeiro, pastor batista foi obrigado à renúncia por ter em 9/9/2022 apoiado Lula²⁷². Em 22/10/2022, na *Conferência Global 22* (Brasília) pastores fecharam questão de apoio, para “as igrejas governarem com Bolsonaro”, almejando “refundar o Brasil em valores cristãos”²⁷³.

No período, foram colocadas críticas aos líderes e pastores evangélicos por fazerem dos púlpitos das igrejas palanques políticos e de seus corredores ambientes de cooptação e assédio. Os evangélicos se comportam com uma característica que explica ao mesmo tempo a política praticada por seus pastores e cabeças e também como os confessos são manobrados por esses. Os crentes são um povo “ensimesmado”, na postura de separados do mundo e das suas coisas, sem inserção ou militância em organizações sindicais ou sociais, que vêem como comunismo. São pessoas voltadas para seu grupo, que fazem das igrejas o seu mundo social, não tendo os líderes campo político que não as igrejas, e sendo os fiéis vulneráveis à condução de rebanho.

O que explica, nesse caótico cenário, o aparente desvario das igrejas em suas posições? Por analogia, pode-se recorrer às análises do teólogo Leonardo Boff (1982), na origem sobre a estrutura institucional hierárquica da Igreja Católica, na monografia *Igreja: Carisma e Poder*. É uma crítica ao distanciamento da Igreja da experiência comunitária do cristianismo primitivo ou à sua institucionalização como instância de poder, esvaziada do seu carisma e da sua missão. O que também se pode dizer das igrejas evangélicas, poderosas organizações arrecadadoras e em permanente expansão, seja populacional ou territorial por cidades e países, em associação com os poderes políticos por benesses, e buscando influência nos governos, com suas pautas.

Indo à exegese bíblica, em *Jesus Cristo: Libertador*, Leonardo Boff (1986) compreende Jesus sob duas faces: Jesus histórico (vivências e interações) e Jesus bíblico (missão e ensino), O histórico em conflito com os dirigentes das sinagogas e do Sinédrio (a igreja) e distanciado dos poderosos e abastados, em interação como os desfavorecidos e marginalizados, os pobres; o bíblico em sua pregação de redenção pelo perdão (do conceder e do pedir), pela graça e paz. Essa teologia, por suas ponderações críticas, foi julgada perigosa para a doutrina católica e em 1985 foi imposto ao teólogo por Joseph Ratzinger (depois Bento XVI) o silêncio por um ano.

A tese central da Reforma, em oposição ao sacerdócio católico, e fazendo ultimamente contraponto com a doutrina Adventista da continuidade e da unidade da mensagem bíblica, é de que o Antigo Testamento (antiga aliança) se encerrou no Calvário, com o rompimento do véu do santuário (serviço sacro) (Mt 27: 51); mas a pregação evangélica atualmente acentua um retorno

²⁷¹ In: cartacapital.com.br/politica/assembleia-de-deus-propoe-punir-pastores-que-defendam-pautas-de-esquerda/

²⁷² A matéria: <https://tvprefeito.com/pastor-que-apoia-lula-e-atacado-por-lideres-evangelicos-e-decide-renunciar/>

²⁷³ Acesso, pelo twitter de Eliane Trindade, à F. S. Paulo: <https://twitter.com/folha/status/1583812964582559744>
O que seria, senão a visão de Atwood, ficção *The Handmaid's Tale*, série *O conto da Aia* (2017), levada a fato?

a *Reis* ou *Juízes*, a *Profetas* ou *Provérbios* e *Salmos*, indo no *Novo Testamento* às epístolas de Paulo, com mais frequência em *Coríntios* (para admoestações) ou *Efésios* (para doutrinação), em sintonia com o discurso político de *Deus Pátria e Família*, ou com o *sionismo* de Israel²⁷⁴.

É raro ver, nos eventos televisivos do setor ou nos seus cultos, leituras dos *Evangelhos*, o episódio dos vendilhões do templo e do corretivo aos que desvirtuam a igreja (Jo 2: 13-15), as censuras de Jesus aos fariseus e ao Sinédrio ou a separar o de César do de Deus (Mt 22: 21), as advertências sobre a aparição e as aparências dos falsos profetas e messias (Mt 24: 23-24), a admoestação de Jesus a Pedro sobre o espírito violento e para recolher a espada (Mt 26: 52), os diálogos de Jesus com a mulher adúltera (Jo 8: 7) ou com a samaritana no poço (Jo 4: 7); mais se ouvindo a pregação para corrigir e alinhar, do que o ensino da misericórdia, da graça.

Enfim, ultimamente, confrontado pela realidade dos fatos, após o resultado da eleição em 30/outubro/2022, após a fuga de Bolsonaro para os Estados Unidos para não entregar o cargo, após as ações terroristas em Brasília e depredação dos prédios dos poderes em 8/janeiro/2023, após a denúncia em 20/janeiro/2023 do abandono dos *Yanomami* à morte; o segmento não se retratou das suas posições de extremismo político; apenas se recolheu ao silêncio: hibernou.

3.5 Análise Interpretativa das Intervenções Divisionistas e Impositivas dos Discursos

Na vida, há missões impossíveis; mas também, para muitas coisas, há atalhos razoáveis e recomendados. Este projeto (pesquisa) é exemplo disso: é trabalho impossível a pretensão de recompor em sua íntegra o discurso ideológico intimidatório de Bolsonaro e do bolsonarismo, pela amplitude do seu espectro e por serem muitos os autores dos discursos, que repercutem e se reproduzem em cadeia, com reflexos nos comportamentos, nas atitudes, nos gestos, nos atos.

O governo Bolsonaro (2019-2022) se encerrou; mas o bolsonarismo persevera, renitente. Quem fez o discurso ou ainda o faz? O próprio Jair Bolsonaro? Os seus ministros de durante o governo? Os filhos Carlos e Eduardo (mais que o Flávio)? Os seus generais (Heleno, Mourão, Braga Neto)? Os adeptos com mandatos (Bia Kicis, Carla Zambelli, Daniel Silveira) ou não? Os pastores evangélicos (Silas Malafaia)? Os blogueiros (Allan dos Santos)? Se não são esses, quem os desautoriza? Os discursos se reproduzem. Nas polícias, nas igrejas, nas redes, nas ruas.

Via de regra, os atos e os fatos criados por Bolsonaro e pelo seu estafe, e seus discursos divisionistas e intimidatórios, ainda que aparentemente desconectados por ocasiões ou lugares, são coerentes em seu direcionamento político, e podem ser agrupados por conteúdo em feixes.

²⁷⁴ A bandeira de Bolsonaro de transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém era pleito das igrejas. O *Link*: estadao.com.br/politica/malafaia-vincula-apoio-de-evangelicos-a-bolsonaro-com-aproximacao-a-israel/

O repertório colacionado é somente exemplificativo do que se notabilizou e marcou o período, porém com a presunção de ser significativo o suficiente para a recomposição de alguns quadros do turbilhão de pressões emanadas de seus gestos ou jorradadas de suas bocas, e dos seus efeitos.

Um marco dos discursos, na esteira das ações da Lava-Jato e do antipetismo fomentado, das ações combinadas do *impeachment* da presidente Dilma e da condenação e prisão de Lula, que por extensão também atingiram moralmente os seus correligionários e seus simpatizantes, pode ser a largada de Bolsonaro pela reunião dos “cidadãos de bem” para reconstruir o Brasil, contra a corrupção entranhada nas instituições e nos partidos, pelas práticas dos “bandidos” da esquerda (comunistas perniciosos), que contaminaram o país em sua longa ocupação do poder.

Esses virtuosos, alinhados com Bolsonaro, são os “patriotas” que abraçaram a causa do Brasil, defensores do nacionalismo e da moralidade, os titulares de uma nova ordem de direitos, inclusive a posse e porte de armas, para defender o país e seu patrimônio, contra os “bandidos” que a esquerda sempre protegeu, com o discurso de “direitos humanos” para condenar rigores; uma nova ordem de direitos, dos “direitos humanos para os humanos direitos”, os que andam em observância das leis, que pagam os impostos e guardam suas famílias, suas vidas e bens²⁷⁵.

A senha do nacionalismo, então militarizado e religioso, identificado com as totalidades, de tradição integralista e fascista, está no *slogan* usado para legitimar: *Deus, Pátria e Família*; com o acréscimo das bandeiras complementares herdadas do esquadrão de paraquedistas, indo ao encontro do fundamentalismo irrefletido da dominação evangélica sobre os seus membros: *Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!* Um típico chavão dos regimes ditatoriais, em que a referência a totalidades suprime as diferenças, e seduz as partes pela fascinação do *totum*²⁷⁶.

Desse lugar, e desse poder, o discurso se desdobra, para adensar e intensificar a coesão dos adeptos, e para desqualificar e intimidar, e assim isolar os divergentes no ambiente social. A qualquer reclamo ou crítica, contra quaisquer posições ou fatos, em reedição da sentença de *Ame-o ou deixe-o!* (de inclusão ou exclusão na ditadura militar); a resposta vinha pronta e seca: – *o Brasil agora é dos cidadãos de bem!* – *Quem não estiver satisfeito, vai embora do Brasil!* – *Vai para a Venezuela!* – *Vai para Cuba!* Ou: – *Deixe o Mito trabalhar!* Ou então: – *E o PT?*

Se não bastasse, em reforço aos confrontos postos, e para dar consistência à intimidação, o próprio Bolsonaro (presidente) anunciava a sua retaguarda, com o instrumento da repressão: – *Se for preciso, aí está o “meu Exército”, para colocar ordem no Brasil.* E ante as críticas da oposição, de instituições (ministros de tribunais) e da imprensa, corrigiu a ameaça a seu modo:

²⁷⁵ 1/11/2018, portal exame: exame.com/brasil/general-helena-defende-direitos-humanos-para-humanos-direitos/

²⁷⁶ A origem cívico-deísta do *slogan*: jornalhoraextra.com.br/coluna/de-onde-vem-o-slogan-brasil-acima-de-tudo/

– *E aí está o “nosso Exército”, para defender a liberdade!* Em afrontas a governadores ou aos prefeitos, em ocasiões de oposição a medidas de restrições a atividades ou circulação social²⁷⁷.

O próprio Bolsonaro, em eventos públicos e nas aglomerações de apoiadores, brandia a bandeira do Brasil, e os seus “patriotas” se vestiam de “verde e amarelo” e também ostentando a bandeira ou cobrindo as costas com a bandeira como capa, em apropriação do símbolo pátrio. As datas nacionais, seja o 1º de maio (do trabalhador) ou o 7 de setembro (da *Independência*), foram tomadas dos trabalhadores e da população (os brasileiros), em apropriação pelas hordas do *bolsonarismo* nas ruas, para sustentar o governo e suas políticas, contra reações populares²⁷⁸.

No regime militar, o general Golbery (1981) concebeu a estratégia por uma *geopolítica*, no contexto do conflito Leste-Oeste e da guerra-fria, mapeando as tendências para o controle. A seu tempo, o bolsonarismo desenvolveu uma tempestade ideológica para uma biopolítica de controle das opiniões e também das pessoas e suas vidas, nos moldes da biopolítica descrita por Foucault sobre as práticas dos Estados modernos nascentes na Europa. Em 3 frentes ao menos: para sufocar a oposição política, visando hegemonia nas igrejas, reprimir críticas nas escolas.

O jargão contra os petistas e as esquerdas, no início do governo e com Lula ainda preso, ante qualquer contestação a medidas do governo, recorrendo ao antipetismo ainda muito forte: – *Quem apoia bandido é bandido!* Ou: – *Quem apoia ladrão é ladrão!* Em todos os ambientes. Nas igrejas, como já exposto: – *Ser de esquerda é incompatível com ser cristão!* Argumento de pressão para membros se corrigirem, como convite para deixarem a igreja, isolando os irmãos. Até resoluções para expulsar membros e pastores, violência de motivação política na igreja²⁷⁹.

O projeto, ou programa, *Escola Sem Partido*, proposição legislativa restritiva, entrou na agenda do Senado Federal em 2016, pelo PL 193/2016 da iniciativa do senador Magno Malta, no ambiente do *impeachment* da presidente Dilma e em reação a cursos acadêmicos da época, que faziam discussão daquele processo de golpe. Foi adotado por Jair Bolsonaro e seu governo a partir de janeiro/2019, com forte apoio na bancada evangélica e no grupo ideológico olavista, e outras versões entraram na Câmara dos Deputados, como pela deputada Bia Kicis, em 2019.

Só para exemplificar, vale citar alguns episódios de repressão à opinião nas escolas, a se observar a gradação dos seus efeitos. Uma aluna que gravou a professora, que fizera críticas ao governo durante sua aula, e enviou a gravação para Bolsonaro, que a publicou em 28/04/2019; um professor demitido em S. J. dos Campos em 17/04/2019, a professora suspensa em Cuiabá

²⁷⁷ *Link:* poder360.com.br/governo/bolsonaro-volta-a-usar-expressao-meu-exercito-depois-de-troca-no-comando/

²⁷⁸ Essa apropriação ocorreu a partir do 1º de maio e no 7 de setembro de 2021, inclusive com uma avalanche do golpismo político, com repetição dos atos nas mesmas datas em 2022, com a tomada dos argumentos e das ruas.

²⁷⁹ De fato, muitos sofreram o isolamento: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/10/24/nao-consigo-ir-a-uma-igreja-evangelica-que-nao-demonize-a-esquerda.htm> A matéria, no portal *Uol* em: 22/10/2022.

em 31/08/2021, outra desligada em Joinville em 18/10/2022, pelas posições em aulas ou fora; outra denunciada por doutrinação feminista e que adoeceu ao ser intimada, indo ao hospital²⁸⁰.

Esses fatos, da intimidação e da repressão ideológica, nos atos públicos dos governistas, nas igrejas e nas escolas, nas famílias e nos bares, nos canais de mídias digitais, em toda parte. No período, pelos conflitos nas relações, ficaram notórias situações de perdas da convivência com familiares e amigos, tendo saído pesquisa *DataFolha* em 15/setembro/2022, de que 67,5% temiam agressões por discussão política, de que 3,2% haviam já sofrido ameaças por política, e 0,8% de já terem sofrido alguma agressão física, sendo evitadas discussões, até em casa²⁸¹.

Viu-se, no longo período, em todo o Brasil, intenso processo de intimidação ideológica, sobre pessoas e suas opiniões, com o recrudescimento dos agressivos e recolhimento de outros, que ainda coincidiu com o período da pandemia, não havendo ambiente seguro para ninguém, nem nos celulares no aconchego das casas, pois até ao entrar em seus perfis digitais as pessoas se viam agredidas por postagens nas telas e opiniões em seus posts, tendo saído em abril/2022 pesquisa de aumentar a depressão: de 2013 (7,6%) a 2019 (10,2%), e 2021 (11,3%), no país²⁸².

A atriz Marieta Severo, em entrevista para a jornalista Maria Fortuna em 22/08/2021, deu um depoimento exemplar do que ocorreu no período e de como as pessoas podem reagir²⁸³. A classe artística e jornalistas estiveram no centro dos ataques de Bolsonaro e do bolsonarismo durante o transcurso do governo, os artistas como exploradores da Lei Rouanet (8.313/1991) e depravados nos costumes, disseminadores de mensagens destruidoras da família e da moral, e os jornalistas como comunistas e cúmplices do “sistema”, “parasitas” das benesses do Estado.

O depoimento é do momento agravado do período da pandemia da *Covid-19* no Brasil e do conflito de Bolsonaro com governadores e prefeitos contra as medidas de proteção à saúde. A atriz declara que a pandemia lhe permitiu enfrentar a realidade e assumir os cabelos brancos, porém sobre o governo Bolsonaro desabafa: – *Nunca senti uma angústia cívica tão profunda!* Diz que a doença lhe permitiu recolher-se à família, cuidar do marido e acolher filhas e netos, mas que de Bolsonaro se protegeu na ficção, na representação de suas personagens, pela arte.

Sobre a “angústia”, diz que ficou estarecida, “apesar de ser de uma geração que viveu a ditadura”, vendo “aqueles tanques na rua” (referindo-se à procissão dos blindados realizado em

²⁸⁰ Ver notícia: www.metropoles.com/brasil/professora-e-suspensa-por-tres-dias-apos-criticar-bolsonaro-em-sala Ou: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-divulga-video-de-aluna-que-filmou-professora-em-aula-23628113> A professora passou mal: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/11/19/intimada-por-doutrinacao-feminista-professora-de-escola-da-rede-publica-da-bahia-lamenta-situacao-estou-muito-abalada.ghtml> Acesso 30/01/2023.

²⁸¹ A pesquisa sobre ambiente de medo no Brasil: <https://www.noticiasaoiminuto.com.br/politica/1945001/67-5-dos-brasileiros-temem-agressao-fisica-em-razao-de-escolhas-politicas> Acesso à matéria: 30 de janeiro de 2023.

²⁸² A pesquisa *Vigitel* não identificou as causas do aumento da depressão, mas os casos deram um salto em 2019, ainda sem *Covid*: www.cnnbrasil.com.br/saude/pesquisas-apontam-aumento-nos-casos-de-depressao-no-brasil/

²⁸³ O link: oglobo.globo.com/cultura/marieta-severo-nunca-senti-uma-angustia-civica-tao-profunda-25163555

Brasília pouco antes), em demonstração de poder e como ameaça sobre a nação; diz que sentiu “o país está desmoronando por dentro” (sobre a condução desastrosa da pandemia) e lembrou o “cerceamento à liberdade artística” como “motivo de alerta”; à ministra Damares Alves, diz “reprime teu filho” (de vestir rosa ou azul), “Mas não vem impor isso como regra a um país”.

No entanto, é maior o problema, se as pessoas são buscadas e confrontadas nos espaços de suas reservas pessoais, como nos ambientes de família ou nas visitas às telinhas do celular. Ou, ademais, quem, como Marieta Severo, dentre milhões de brasileiros, tem oportunidade de construir uma outra linguagem, uma linguagem própria e como representação afirmativa de si, através da qual se mantenha transitando na sociedade e sendo aceita, que lhe alimente a alma? Ou, diga-se, esse não será o caminho, porque não se enfrenta o cerco por um atalho de fuga.

3.6 Análise Interpretativa das Intimidações e Reafirmações por Ressignificação

Neste tópico, vamos abordar ataques e achaques de Bolsonaro e dos seus comandados a pessoas e grupos, de tom autoritário e intimidatório, de matiz supremacista e discriminatório, de efeitos de negatização e anulação do(s) outro(s), e reações dos atingidos, que foram às ruas.

O presidente Bolsonaro, em várias oportunidades, se referiu a quilombolas e aos negros como pesando em arrobas, como em referência a animais; o seu ministro Abraham Weintraub (da Educação), além dos ataques às universidades com cortes das verbas em abril/2019, como antros de balbúrdia e perdição, em estratégia para desqualificar a crítica e privatizar o ensino, e dizer que “meu dinheiro” não é para filósofos, antropólogos e sociólogos, como posto fora²⁸⁴; na reunião ministerial de 22/abril/2020, declarou não tolerar a expressão “povos indígenas”, porque “só existe o povo brasileiro” como “um só povo”, em formal negação dos autóctones²⁸⁵.

A população LGBT foi vilipendiada por Bolsonaro da pior maneira, inclusive induzindo que a vacinação contra o *Sars-Cov-2* poderia transformar os vacinados em “jacarés” (boiolas), para disseminar a aversão à vacinação como já fora disseminada contra a diversidade sexual²⁸⁶. Um negro, Sérgio Camargo, o presidente da Fundação Palmares, declarou que a escravidão foi benéfica para os africanos no Brasil, porque os buscou no território da escassez para a fartura, cancelou honrarias a personalidades negras e defendeu extinguir o marco da consciência negra, adotando uma posição supremacista e discriminatória contra os seus próprios irmãos de raça²⁸⁷.

²⁸⁴ A notícia: br.noticias.yahoo.com/weintraub-nao-quiero-sociologo-filosofo-com-meu-dinheiro-192903675.html

²⁸⁵ Informe: noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/05/14/reuniao-ministerial-governo-bolsonaro.htm

²⁸⁶ A declaração: istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce/

²⁸⁷ Link: www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-novo-presidente-da-fundacao-palmares-e-excelente/

Um marco desses episódios, pelo seu significado e abrangência e pela representação do bolsonarismo, foi a *live* (transmissão *on line*) do secretário nacional de cultura Roberto Alvim em 16 de janeiro de 2020, ao anunciar o “seu” (e “do governo”) “prêmio nacional das artes”, que retrata ao mesmo tempo a sua visão de mundo e da sociedade, e da cultura e das artes²⁸⁸. O cenário, a imagem do “condutor” ao fundo, a bandeira nacional na direita, cruz medieval do outro lado, fundo musical pelo prelúdio *Lohengrin* de Richard Wagner, tudo a imitar discurso de Joseph Goebbels em 08/05/1933, o ministro da propaganda nazista, para diretores de teatro.

Até a frase (o chavão) da palestra, que foi cunhada (e adaptada) mantendo a mensagem: – *A arte brasileira da próxima década será heroica e será nacional. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será igualmente imperativa, posto que profundamente vinculada às aspirações urgentes de nosso povo, ou então não será nada.* Ademais, propondo uma política cultural fundada nos valores da nacionalidade e da religiosidade, com o propósito de refundar a nação e pintando de desvalor a cultura atual. A crise que se seguiu, pelo impacto negativo da transmissão, importou na demissão do ministro, mas não mudou a política oficial.

Em reação a esses achaques, podemos mencionar três séries de eventos que eclodiram no período e foram marcantes como reafirmação dos atingidos, ainda sendo ocasionais e setoriais, mas que por certo influenciaram positivamente sobre a autoestima e veicularam sua mensagem. As saídas dos estudantes universitários, com a adesão dos estudantes secundaristas em capitais e cidades, em defesa das universidades públicas e contra a estratégia de privatização do ensino. As paradas do *orgulho LGBT* em 2019 e 2022, não realizadas em 2020 e 2021 pela pandemia, com presenças de 3 para 4 milhões só em São Paulo, e reedição por diversas cidades do Brasil.

Enfim, com o assassinato de George Floyd por asfixia, por policiais em Minneapolis nos EUA, com o assassinato de João Alberto por espancamento, por seguranças do Carrefour em Porto Alegre, por violentas operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro contra negros, a partir das mobilizações nos Estados Unidos, eclodiram também no Brasil manifestações com o argumento *Vidas Negras Importam (Black Lives Matter)*, de junho a novembro/2020 e após. Esses protestos, pela sua intensidade e por seus conteúdos, também iluminaram de significado os movimentos anteriores dos universitários e da diversidade, com o seu simbólico afirmativo.

Em trabalho anterior, no âmbito desta *maestria*, aponteí (CASTELO BRANCO, 2022) sobre a emancipação do Brasil (1822) ter sido articulação da corte palaciana com os oligarcas coloniais em usurpação dos ideais libertários que floresciam na colônia, tanto que a principal instituição da colonização (a escravização) foi integralmente preservada pelo Estado imperial.

²⁸⁸ Uma cobertura comentada e comparativa do pronunciamento do secretário nacional de cultura, disponível em: poder360.com.br/governo/secretario-da-cultura-roberto-alvim-referencia-ministro-nazista-em-pronunciamento/

A abolição da escravatura (1888), sempre retardada e só declarada pela crescente pressão do capitalismo inglês, serviu para outra articulação golpista, dos militares com a velha oligarquia latifundiária patriarcal, para novamente usurpar (1989) então as propostas dos abolicionistas e republicanos, por um Estado liberal representativo de todos, e com oportunidades entre iguais.

O período primeiro da República, após a saída dos escravos das fazendas para as bordas dos centros urbanos, foi marcado pelo programa da importação de imigrantes europeus, maior parcela de italianos desprovidos que buscavam oportunidades novas, e pelo esforço das elites nacionais por se desvencilhar das influências das populações africanas negras, para reinventar a nação por um inverso processo de miscigenação, reforçando os caracteres europeus brancos, o que se propugnou como doutrina do branqueamento e da depuração da mistura racial, cujos arautos principais são Nina Rodrigues (1938), Oliveira Vianna (1938), Sílvio Romero (1943).

É nesse contexto que se pode falar de racismo e racialismo, o termo primeiro a designar a visão da sociedade por distinções raciais nas relações sociais, o segundo para fundamentar tal distinção racial pela natureza biológica dos tipos e para expressar a conformação da sociedade por essa concepção de ordem, no que Sílvio Almeida (2018) entende por racismo estrutural; na acepção de que todo racismo é estrutural (racialismo), podendo tornar-se institucional por fixação de padrões oficiais, com distinção das presenças em ambientes e de oportunidades na sociedade e na economia formal, ser exposto por preconceitos nos meios privados e públicos.

Ante o racismo estrutural ou institucional, estratificado e discriminatório na composição da sociedade e na convivência social, Sílvio de Almeida (2018) aponta a necessidade de uma postura das instituições em contrário, para reverter a discriminação negativa faticamente posta. Ante à discriminação negativa, as instituições precisam adotar uma postura de discriminação positiva, para abrir e garantir acesso a oportunidades aos prejudicados, e para respeito a esses. As políticas afirmativas dos governos do PT (de Lula a Dilma), são exemplos: como as cotas para negros nas universidades, curiosamente contestadas pelo DEM, reafirmadas pelo STF²⁸⁹.

Lado outro, o povo negro sempre resistiu à dominação sofrida, seja pelas fugas ou pelos quilombos no período colonial, seja pela sua organização posterior nos movimentos de defesa. Relato de Nilma Gomes (2017), *O movimento negro brasileiro como ator político*, capítulo da publicação *O movimento negro educador - saberes construídos nas lutas por emancipação*, aponta um marcante ativismo em São Paulo da chamada *imprensa negra*, por folhetins como

²⁸⁹ Por curioso, Sílvio L. Almeida, um ativista do movimento negro e teorizador da negritude, veio a substituir a pastora Damares Alves (cujo descaso com os *Yanomami* veio a público como tragédia humana em 20 de janeiro de 2023), como ministro dos Direitos Humanos (em 2023), no terceiro governo Lula. O seu discurso de posse foi um memorial á ressurreição dos sentidos e dos sujeitos: <https://www.youtube.com/watch?v=Y8pVXwcnDcc>

A Voz da Raça (1933-1937), *Clarim d'Alvorada* (1929-1940), *Tribuna Negra* (1935) e outros, em combate ao estereótipo da inferioridade cultural, e politizando a população negra sobre si.

No estudo, Nilma Gomes (2017) informa que, no ambiente constitucionalista, formou-se em São Paulo uma *Frente Negra* em 1931, associação beneficente e para a militância política, que em 1936 organizou-se como partido político, sendo porém cassado em 1937 com os outros. Em 1944, no Rio de Janeiro, sob a idealização de Abdias do Nascimento (1914-2011), negro intelectual e militante de esquerda, formou-se o *Teatro Experimental do Negro*, companhia de apresentações teatrais que atuou até 1968 e dedicou-se à história do povo negro no Brasil, à discussão das condições da sua inserção econômica e social, e sua identidade de classe e raça.

No texto, Nilma Gomes (2017) ressalta duas diretrizes principais do movimento negro: a) o seu impulso temático condutor que dá a identidade cultural do próprio movimento social, em esforço e propósito contínuo de construir a resignificação dos conteúdos culturais de raça, em trabalho crítico ao mesmo tempo hermenêutico de-constutivo dos estereótipos históricos, e de reversão das conotações de negatividade, tornando-as afirmativas e identitárias do povo; b) o canal da educação, ainda que por propostas alternativas, como método e instrumento para valorização da negritude e despertar o espírito crítico, e resignificação dos aspectos raciais.

Enfim, o que se viu, no período em apreço, nos levantes dos estudantes universitários e secundaristas, nas reedições das gigantescas manifestações do *orgulho LGBT* em 2019 e 2022 e nas repetidas mobilizações do movimento *Vidas Negras Importam* durante um período longo, senão a insurreição dos intimidados e discriminados, mas não somente em reação aos ataques, e sim em reafirmação dos próprios conteúdos discriminados e negados, em resignificação das suas representações e de suas identidades, postas diante do intimidador, em reafirmação de si?

Tais reações, bem verdade, não tiveram o condão de confrontar o governo Bolsonaro ou o bolsonarismo a ponto de os demover ou derrotar, tendo permanecido circunstanciais e setoriais. No entanto, os protestos tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil levantaram a atenção das autoridades para a questão do racismo policial e nos EUA levaram os negros em 2020 às urnas, os quais teriam estado entre os contingentes mais desiludidos da abstenção eleitoral em 2016.

Então, nos EUA houve também a derrubada dos memoriais de confederados escravistas em muitas cidades do Sul, e no Brasil viu-se no período seguinte as universidades reafirmadas na sua dignidade, e negros e as pessoas da diversidade circulando sem pejo, vivos nas ruas²⁹⁰.

²⁹⁰ A posse do presidente Lula em 1º/janeiro/2023, com a subida da rampa do Palácio do Planalto acompanhado por pessoas símbolos dos esquecidos foi outro exemplo da reparação dos negados, sujeitos no ambiente público. O perfil dos “simples” que subiram com Lula, no *portal*: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64142066>

3.7 Análise da Reafirmação do Pertencimento e Manifestos Democráticos

Neste ponto, vamos abordar aspectos de achaques e constrangimentos impostos a toda a população brasileira, e de como surgiram e se levantaram manifestações de identificação geral, as mais significativas e que caracterizaram o redespertar e afirmação da consciência de nação.

Aqui, sinto que posso desabafar: – *Já estou cansado!* E como Merleau-Ponty (1945), no término da sua magna obra: – *Je veux terminer ce travail*. Só que, no seu caso, o seu cansaço foi a chave para a conclusão da sua reflexão: pelo cansaço tendo a percepção incontestável do próprio corpo, por essa percepção o encontro das certezas de si e do mundo, e da sua inserção. Por analogia, acredito que estamos a vislumbrar as respostas para as inquirições deste trabalho.

De todas as práticas e posturas de Bolsonaro e do bolsonarismo, dois feixes se tornaram acentuadamente mais notórios, os atos antidemocráticos de sua vocação autoritária e golpista, e as suas atitudes e condutas contrárias às medidas de prevenção contra o contágio por *Covid*, visando os interesses do governo e dos empresários em manterem toda a atividade econômica, não importando o custo de vítimas e de sofrimento para a população, sobretudo os vulneráveis, em permanente confronto com os governadores e prefeitos (gestores regionais e locais) e ainda insuflando os insatisfeitos à desobediência civil, e ofertando o “meu Exército” para o controle.

Vê-se, do exposto, que no período da pandemia essas linhas de posições andaram juntas, com ameaças constantes à democracia e ao Estado de direito ou à segurança pública de saúde. Sem necessidade de reconstruir o cenário tumultuado e trágico (descrito no capítulo anterior), que chegou a quase 700 mil mortes pela *Covid* até o término do governo, com cenas de terror de valas coletivas e campos novos com covas em série, e imitação de pacientes com falta de ar, vamos neste tópico considerar aspectos do conflito normativo aparente em questão, e levantes de segmentos sociais em identificação com a população, contra o Bolsonaro e por democracia.

Em meio à guerra de informações, de alguns supostamente muito informados e em seus extremismos aflorados, pode-se dizer que o período da pandemia, com medidas de prevenção pelas autoridades gestoras e as reações de segmentos da atividade econômica, de fato trouxe uma discussão jurídica, ainda que não um real problema jurídico, para as sociedades e as ruas. A política de Bolsonaro e as condutas dos extremistas era pelo primado da economia e de seus direitos individuais da livre iniciativa nas atividades e do seu livre trânsito para qualquer lugar, em oposição à contenção da circulação e as aglomerações em ambientes privados ou públicos.

No Brasil, na Constituição da República (1988), consta do seu título I dos fundamentos a “dignidade da pessoa humana” (art. 1º, III), “valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” (art. 1º, IV) e como *objetivos fundamentais* “garantir o desenvolvimento nacional” (art. 3º, II)

e “promover o bem de todos” (art. 3º, IV); no título II – dos direitos e garantias fundamentais a “igualdade”, a “inviolabilidade” dos direitos à liberdade, à segurança, à vida (art. 5º, *caput*), a “livre locomoção no território nacional em tempo de paz” (art. 5º, XV); nos direitos sociais: segurança, proteção à saúde (art. 6º, *caput*); um direito de todos e dever do Estado (art. 196).

Na Argentina, na Constitución de la Nación (1995), capítulo I (“derechos y garantías”) consta em seu art. 14 que os habitantes da Nação (nacionais ou não) “gozan de los siguientes derechos”, “conforme a las leyes que reglamenten su ejercicio”, “de trabajar y ejercer toda industria lícita; de navegar y comerciar; de peticionar a las autoridades; de entrar, permanecer, transitar y salir del territorio argentino (...)”; e no capítulo II (“nuevos derechos y garantías”), no art. 42: “los consumidores y usuarios de bienes y servicios tienen derecho” à “seguridad e intereses económicos”, “a la protección de su salud”, “una información adecuada”, e “veraz”.

Em Norberto Bobbio (1999), na sua *Teoria do Ordenamento Jurídico*, tem-se critérios de enfrentamento dos chamados conflitos normativos, também aplicável às situações de conflitos políticos e sociais que se apoiam em preceitos não exatamente conflitivos entre si, mas que os colocam em situação de conflito fático; como o que se teve em relação às medidas preventivas contra o coronavírus, em que os conflitos não foram exatamente entre as normas, mas apenas o que se chama de conflito normativo aparente, mais se tratando do posicionamentos de grupos, que se apoiam em normas para veicular seus interesses e as opõem, pondo-as em lide entre si.

A teoria geral do direito, ou a doutrina da hermenêutica jurídica, a respeito do chamado conflito normativo aparente, responde com o critério tríplice de elisão do conflito de normas: hierarquia (superior sobre inferior), especialidade (especial sobre geral), cronológico (atual); mas tais critérios não se aplicariam por se tratar de princípios ou disposições da mesma *Carta*, cabendo procurar respaldo na doutrina bobbiana da interpretação sistemática do ordenamento jurídico ou no princípio regente da coerência interna, em que o direito coletivo (comunitário) impõe-se sobre o individual, ou o secundário (derivado) (ir e vir) cede ao mais básico, a vida.

E não se diga que houve inovação jurídica na questão normativa na pandemia da *Covid*, como se teve denunciado inclusive por autores como Niall Ferguson²⁹¹ e Giorgio Agamben²⁹²,

²⁹¹ Niall Ferguson, historiador escocês, é nascido em Glasgow (1964), fez estudos e doutorado pela Universidade de Oxford e ministrou na Universidade de Stanford e em Harvard entre outros centros, e tem ensaios lançados considerados pela crítica, como *A guerra do mundo* ou *O triunfo do dinheiro*. Fez críticas à prevenção à *Covid*, como medidas de exceção, limitadoras de direitos: <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/niall-ferguson-los-cierres-totales-son-una-muy-mala-idea-y-la-argentina-es-el-pais-que-menos-puede-tolerar-un-crecimiento-negativo-nid2371684/>

²⁹² Entre as posições adotadas por Giorgio Agamben, a respeito da emergência do *coronavírus* e das medidas adotadas para a contenção da infecção, está um artigo publicado em 30/abril/2021, pelo jornal *Zurich Zeitung*, com versão republicada no portal digital da Unisinos em 5/maio/2021, sob o título *O rosto e a morte – artigo de Giorgio Agamben*, em tradução de Luísa Rabolini, em que critica o isolamento de mortos, e ocultar os rostos. O artigo no link: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/608961-o-rosto-e-a-morte-artigo-de-georgio-agamben>

porque restrições a direitos e às liberdades individuais ou ao uso das propriedades particulares se tem em diversos instrumentos normativos, como nos códigos de trânsito sobre limitações de velocidade ou as restrições sobre pontos de estacionar ou parar, nos códigos de posturas sobre uso dos domicílios em perturbação do sossego público, e restrições ambientais ao uso do solo, não tendo sido outro o trato da pandemia, que exigiu restringir particulares, em vista de todos.

Mas deixando a controvérsia, que teve também o capítulo da discussão das competências do presidente com governadores e prefeitos, com medidas inclusive junto ao STF, mas que não interessam para efeito dos limites deste trabalho, voltemos ao ambiente conflituoso do período. Já aludimos, no capítulo anterior, às reações das torcidas organizadas em maio/2020, fazendo frente aos protestos agressivos de extremistas contrários às medidas de prevenção à *Covid*, em que o líder Danilo Pássaro diz que se levantaram em defesa da democracia, em solidariedade às vítimas da *pandemia*, que atingia as comunidades, mas não reação de grupo, em visão geral²⁹³.

Adiante, por iniciativa de movimentos populares, foram realizadas manifestações contra Bolsonaro e pela vacinação em 29/maio/2021 em diversas cidades do Brasil e no exterior²⁹⁴; protestos reorganizados em 19/junho (dia em que o país alcançou 500 mil óbitos por *Covid*)²⁹⁵, em seguida em 3/julho com grande adesão popular, e depois em 24/julho em inúmeras cidades. A novidade, além do “fora Bolsonaro”, foi a reaparição do vermelho em bandeiras e camisas, a identificação com a comunidade nacional vitimada pela pandemia e reclamando por vacina, e por fim a reapropriação da bandeira nacional, em protestos contra o Bolsonaro e pelo Brasil.

A repórter Maria Fortuna, com o sentido da oportunidade, foi às ruas em 19/junho/2021 e registrou manifestantes com o vermelho dos movimentos e com a bandeira verde e amarelo, o ator Paulo Betti entre tantos no Rio de Janeiro, e entrevistou o ator sobre porque estava ali²⁹⁶. Do ator, colheu: – *A bandeira é de todos, independentemente de ideologia. A gente ficou com vergonha da nossa bandeira e do verde e amarelo como um todo. Estamos na rua porque não achamos aceitáveis os 500 mil mortos, ser mal educado e não dar o exemplo, negar a vacina.* E acrescenta: – *Estamos aqui pelo processo civilizatório. Precisamos recuperar esse símbolo.*

A sua esposa, a atriz Dadá Coelho, segundo a reportagem, no auge da *pandemia*, usava duas máscaras sobrepostas para proteção facial: uma de tecido verde e outra amarela por cima. Na mesma ocasião, a advogada Roberta Amorim (de 41 anos), portando a bandeira, declarou:

²⁹³ Ato da torcida corinthiana em 11/maio/2020: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/torcedores-do-corinthians-impedem-manifestacao-de-bolsonaristas-em-sao-paulo/> Atos conjuntos das organizadas em 31/maio, in: www.poder360.com.br/governo/torcidas-organizadas-realizam-ato-contra-o-governo-bolsonaro-em-sao-paulo/

²⁹⁴ In: www.dw.com/pt-br/protestos-contra-bolsonaro-e-por-vacina-ocorrem-no-brasil-e-no-exterior/a-57713986

²⁹⁵ Informe: www.cnnbrasil.com.br/politica/capitais-registram-manifestacao-contra-o-governo-de-jair-bolsonaro/

²⁹⁶ A matéria de Maria Fortuna em: <https://oglobo.globo.com/cultura/paulo-betti-puxa-movimento-para-resgatar-bandeira-do-brasil-na-rua-manifestantes-estao-em-sintonia-com-ideia-25068881> Acessado em 1º/fevereiro/2023.

– *Trouxe a bandeira verde e amarela. Para mostrar que ela não tem partido. Queremos um país melhor e independente de ideologia. Sou a favor do Brasil e contra esse governo negacionista.*

E assim, Claudia (de 52 anos): – *A bandeira, precisamos recuperá-la, todos somos brasileiros.*

O vendedor Luciano: – *Em dez minutos, vendi sete.* Um acontecimento modificador nas ruas.

A repórter ouviu também a historiadora Heloísa Starling, para quem a bandeira nacional “mexe mais com o emocional do que com o racional”, a qual funciona como “um elemento de linguagem que tem a função de cobrir uma comunidade múltipla”, como inclusão, não exclusão. E, na linha de Hobsbawm e Anderson: – *A bandeira simboliza os valores da nação brasileira que fundam o país e abriga o pertencimento de todos, no sentido de contemplar os membros da comunidade que chamamos de Brasil. Enfim: – Se parte da sociedade se apropria do símbolo, está impondo valores e recusando quem diverge como sem pátria, dentro do próprio país*²⁹⁷.

Em 11/agosto/2022, lembrando ato semelhante de 1977 de confronto ao regime militar, foi lida no Largo de São Francisco, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a *Carta pela Democracia* – aberta há 15 dias e que atingiu 1 milhão de assinaturas até a noite²⁹⁸. Na ocasião, também o *Manifesto pela Democracia* da FIESP, este assinado por 107 entidades; e em ato próprio antecipado o *Manifesto da Democracia* da OAB, em 8/agosto, apartado²⁹⁹.

3.8 Vidas Atingidas, Sociedade Dividida, Considerações Finais

À guisa, para fecho, de conclusão, temos a consignar que, além da ausência de políticas construtivas em qualquer área, o governo Bolsonaro adotou políticas seletivas de duas facetas: as de desmonte ou destrutivas para o que pretendeu desfazer, e as permissivas para linhas que pretendeu incentivar e favorecer ou atender; e também intentou uma governança divisionista e conflituosa, a qual também pode ser visualizada em suas duas vertentes: institucional e social.

A institucional, da relação do governo (o Poder Executivo) com o Poder Legislativo (o Congresso Nacional), para as definições políticas e para a implementação do próprio governo, foi de início pretendida com as bancadas radicalizadas, oligárquicas e corporativas ideológicas, como os representantes do agronegócio (do boi) e os evangélicos (da Bíblia), os do segmento armado (ex-militares e ex-policiais) (da bala), os lavajatistas e os olavistas, para impor pautas.

²⁹⁷ A entrevista da historiadora Heloísa Starling consta da mesma repontarem informada na nota anterior, no *link*.

²⁹⁸ O libelo *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito* na íntegra, e mais cobertura da sua leitura ante numeroso público: <https://www.terra.com.br/noticias/carta-pro-democracia-passa-de-1-milhao-de-assinaturas-no-dia-da-leitura,f00a44ea972871690d9d92c641dec163vdh80nic.html> (*link*)

²⁹⁹ USP e FIESP: www.cnnbrasil.com.br/politica/leia-as-integras-das-cartas-pela-democracia-da-fiesp-e-da-usp/
Ato OAB 08/08/2022: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/oab-lanca-manifesto-em-defesa-da-democracia/>

O protejo, nesse âmbito, foi inviável pelos interesses individuais dos políticos e pelo fracasso da intentona no 7/setembro/2021, culminando na *Carta* de Temer e na aliança com o Centrão.

No entanto, apesar dessa acomodação parcial, Bolsonaro continuou autoritário e golpista e prosseguiu com a sua governança ideológica, divisionista e de tensionamento das oposições, com afrontas às instituições e aos seus prepostos, com as manifestações antidemocráticas dos apoiadores e com postagens de radicalização nas mídias de interação virtual, para alimentação dos sentimentos dos seguidores e intimidação dos contrários, em escala crescente até depois da eleição em 2022 e até o término do governo e depois dele, testando na sociedade o seu campo de batalha final, invadindo as mentes e adoecendo as almas, semeando obsessão e ódio no país.

A repressão ideológica implementada visou intimidar os divergentes e oponentes, com a desqualificação de suas posições, para os deslegitimar na sociedade, para confundir as críticas. Os atingidos pela intimidação reagiram com a ressignificação de suas convicções e identidades, como nas manifestações antifascistas e afirmativas *Vidas Negras Importam* em junho/2020, ou em identificação com a comunidade nacional e reapropriação dos símbolos pátrios, como nos protestos de junho/2021 (contra Bolsonaro e por vacinação na *pandemia*), com reafirmação do pertencimento à nacionalidade, sem mais trauma de vermelho, a bandeira pátria e suas cores.

Enfim, pelo testemunho de Marieta Severo, da ficção como mecanismo de resistência e sobrevida espiritual, pelas abordagens de Nilma Gomes sobre a ressignificação dos simbólicos em reafirmações identitárias, pela declaração de Paulo Betti de solidariedade à comunidade e de reapropriação dos símbolos, pela declaração de Starling da recuperação do pertencimento pelos excluídos do discurso oficial: vê-se a função dos imaginários de Hobsbawm e Anderson e mais a visão de Lacan sobre o âmbito da linguagem e do sentido como campo da existência, por onde os sujeitos transitam e vivem, ainda que precisem comer e beber, pela prisão da *res*.

A título, por último, de considerações finais, pode-se diagnosticar, pelos relatórios da comissão de transição do governo Lula e os acontecimentos protagonizados pelo bolsonarismo no período subsequente à eleição, que se confirmam duas tendências detectadas neste trabalho: apolítica de desmonte de Bolsonaro dos órgãos estatais e das ações de interesse público e social, e um quadro de adoecimento da sociedade brasileira – como percebido pelo ministro Barroso; em que muitos dos intimidados lograram se ressignificar e se recolocar nos ambientes públicos, e muitos dos impositivos terminaram frustrados e recolhidos a seus ambientes, com rancores.

O quadro dos relatórios da comissão de transição é de má gestão e destruição em todas as áreas de governo, como na Saúde pela condução irresponsável e temerária da pandemia da

Covid-19 e por desmanche do programa *Mais Médicos* e falta de recursos na farmácia básica³⁰⁰; mas nada comparável com a situação de abandono e desnutrição em que foi encontrada a etnia indígena *Yanomami* em janeiro/2023, pelas diligências realizadas na floresta pela nova gestão: as suas terras entregues a garimpeiros mercenários que utilizam mercúrio e envenenam as águas, e um povo esquelético e doente com mais de 500 crianças mortas por fome nos últimos 4 anos³⁰¹.

Os fatos pós-eleitorais, desde as agitações nas frentes dos quartéis do Exército iniciadas em 2/11/2022 em todas as capitais e em diversas cidades, até os atos terroristas no prédio-sede da Polícia Federal em Brasília em 12/12/2022, a armação de atentado terrorista com bomba em caminhão-tanque (24/12/2022) no aeroporto da capital, a invasão de Brasília no 8/janeiro/2023, com destruição nos prédios-sede dos poderes (Palácio do Planalto, Câmara e Senado, e STF), vieram a impressionar e consternar o mundo democrático, mas foram desdobramento lógico de tudo o que Bolsonaro e seus ideólogos semearam sobre todos, em seus longos quatro anos.

Esses fatos já vinham sendo sinalizados como para um epílogo anunciado, porém ainda surpreenderam pelo seu caráter abusado e fascista. Mas não nos será possível nos ocuparmos dessas continuidades nesse trabalho, porque ainda estamos convivendo com o imponderável ou o imprevisível, que pode resultar em nefasto desastre político ou até em tragédia humana; porque as hordas golpistas não se desarmaram ainda, e os espíritos que as inspiram e instigam ainda circulam no seu entorno e em seu meio; e porque os novos fatos escapam a este estudo, aqui não cabendo delongar (extrapolar) o período de tempo, e também não estender no tema.

O quadro é de suspense, desafios e contínuo receio: para o novo governo, que é contido em seu deslanche, pelas tensões; para o Judiciário, instado a intervir com suas decisões duras; para os atores políticos, que titubeiam ante os impasses; para a sociedade, que continua dividida; para a economia, que não encontra a necessária estabilidade e confiança; para a democracia e para o Estado de direito, ameaçados sem cessar; um ambiente de insegurança, sobre direitos.

Aqui, como na sentença de Marx (1999), sobre o cenário da Europa de meados do 1800, de pairar um espectro como ameaça nos céus, anda um espectro nas sombras da terra, em que o desafio maior, para a sociedade e os indivíduos, é conviver com a ansiedade e com o temor.

Mas, por nossos limites, ante tanta fluidez temporal e social, vamos parar por aqui.

³⁰⁰ O relatório da transição, em: <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>

³⁰¹ A situação em que foi encontrada a população indígena *Yanomami* em janeiro/2023 foi de crise humanitária: www.metropoles.com/brasil/guajajara-570-criancas-yanomamis-morreram-de-fome-nos-ultimos-4-anos
www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-fechou-os-olhos-para-os-yanomami-diz-governo/

IV – Revisão e Conclusão (Aproximativamente)

Mecanismos Semânticos em Processos Políticos e Sociais

Ao termo, como conclusão, cotejando pertinências, por se cuidar de processos em parte findos (o governo Bolsonaro 2019-2022) e em parte em curso (o bolsonarismo e seus reflexos), e lado outro para amenizar o aspecto repetitivo (e enfadonho) dos retrospectos sobre pontos já trabalhados no decurso da escrita, vou recomeçar por explicar como e porque cheguei até aqui.

4.1 Os Precedentes da Definição Temática do Interesse de Pesquisa

Ao chegar, em 7/dezembro/2019, à Escola Sindical, na região do Barreiro, em Belo Horizonte/Contagem, para as provas temáticas e de línguas, fase de seleção para esta *maestria*, entre muitos conhecidos, estive com a ex-prefeita de importante metrópole mineira e também ex-deputada federal, que me confidenciou: – *Sim, Manoel, precisamos voltar a estudar, para dar conta do que está acontecendo no Brasil*. E vi as mesmas expectativas ansiosas em tantos.

Em 10/dezembro/2019, ainda no aguardo da publicação dos resultados da seleção para esta *maestria*, ouvi pela Fundação Perseu Abramo uma conferência em sua plataforma digital, na série *Seminários Avançados*, com a professora e pesquisadora Isabela Kalil, sobre o tema *As origens do bolsonarismo* (com desdobramentos sobre o que é bolsonarismo, como funciona o bolsonarismo, e de que o bolsonarismo é maior que Bolsonaro, e as perspectivas da direita), em que destacou o aspecto de Bolsonaro governar para um segmento em detrimento de outros, e estabelecer o confronto com os segmentos sociais que não fossem os seus, em vez de buscar a formação de um consenso na sociedade e na política, mas impondo a governança de então³⁰².

Já em fevereiro de 2020, aos se iniciarem as ministrações de disciplinas deste programa, ouviam-se noticiários sobre chegada do coronavírus *Sars-Cov-2* na Europa e da proliferação de contágios, com superlotação dos hospitais na Itália, na França, Espanha, Alemanha, Inglaterra. A meados de março, vinham notícias das primeiras mortes por *Covid-19* no Brasil (São Paulo) e na sequência a decretação das medidas de prevenção por governadores e prefeitos em escala, com as cautelas do recolhimento doméstico, o fechamento de escritórios e escolas, com adoção do regime dos serviços *home office*, e pouco depois a retomada das aulas pelo sistema *on line*. A própria *maestria* adaptou o seu programa de cursos semipresenciais e presenciais para EaD, de certa forma frustrando as expectativas para os colóquios acadêmicos sobre os fatos no país.

³⁰² A palestra de Isabela Kalil, nos seminários sob coordenação da professora Andrea Azevedo (da Flacso/Brasil), trouxe contribuições para os debates deste estudo; o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=8gTssG-FLKo>

Lá fora (no cru mundo das coisas), o governo Bolsonaro (iniciado em janeiro de 2019) já somava um histórico e entulho de gestos, medidas governamentais e discursos ideológicos de contemplação dos seus segmentos de sustentação política e de confrontação dos oponentes, sejam os de comportamento ou pensamento divergentes na sociedade ou os da disputa política, com intimidações e desqualificação daqueles que não rezassem por sua cartilha de viver e agir. Em tempos de *pandemia* (2020), com recomendações dos serviços gestores em saúde pública para as medidas de prevenção contra os contágios, com desaceleração da circulação e restrições sobre as aglomerações de pessoas, Bolsonaro e seu comboio de governo e segmentos de apoio saíam às ruas para contestar as medidas baixadas por governadores e prefeitos, com palavras de ordem contra o Congresso Nacional e contra o STF, e clamando por uma intervenção militar.

Em 2 de junho de 2021, segundo reportagem veiculada no portal *g1.globo* em 29 do mês, fato noticiado na abertura do capítulo I, como motivo provocador deste interesse de pesquisa, grupos de moradores do condomínio residencial Vivendas Bela Vista em Brasília (DF) entraram em conflito por causa da instalação (por uma facção de moradores liderada por um militar) de um mastro com a bandeira do Brasil em canteiro defronte ao portal de entrada e saída, tendo a outra facção de moradores se indignado com a iniciativa e se levantado para o retirar do local; no final tendo permanecido o mastro com a bandeira (porque do lado externo frente ao portal), e também permanecido o clima de tensão e os sentimentos de hostilidade entre os moradores.

A esse tempo, estava-se no apogeu da letalidade do *Sars-Cov-2* no Brasil, e também em ocasião de intenso confronto de Bolsonaro e seu governo com a sociedade e os setores rivais, em que muitos se internavam na *internet* por seus aparelhos celulares e os aplicativos digitais; e também nesse ambiente virtual era intensa a confrontação bolsonarista com qualquer crítica ao governo e ao seu prócer, vindo sob as postagens nos perfis digitais as chamadas “lacrações” contra seus autores, de que “o Brasil agora é dos cidadãos de bem”, de que “quem não estiver satisfeito pode ir para a Venezuela ou para Cuba”, banimento dos contras, purificação do país.

4.2 Elementos de Convergência da Hermenêutica Proposta

Na ocasião, a questão (política) que me intrigou e que se assentou central neste trabalho foi captada na palestra de Isabela Kalil relatada acima: de como um governo sobre sociedade diversificada como a brasileira e em território continental como o Brasil adota uma estratégia divisionista sobre a destinação das políticas e segregacionista da sociedade, com exposição de suas afinidades com uns segmentos e hostilidades com outros, em vez de costurar mais apoio.

A questão se mostrou problema, pelo choque sentido por analistas e na opinião crítica, em um governo não buscar a composição política visando ampliar o adensamento social, para pavimentar o seu consenso de governabilidade e ampliar as suas bases, optando por governar para as minorias dos seus segmentos radicalizados de sustentação política e por uma estratégia de confrontos institucionais e em estimular os impasses sociais, buscando a sua consolidação pela intimidação dos divergentes existentes na sociedade, ou dos contrários a seus propósitos.

A atenção dos estudos se voltou para esse processo, que ultrapassa a horizontalidade da governança institucional clássica, visando observar como atingiu a sociedade e impactou sobre pessoas e grupos, identificar os formuladores e conteúdos dos discursos ideológicos centrados sobre a sociedade e segmentos sociais, entender como se processou no universo dos atingidos a pressão da confrontação ideológica, interferindo na sociabilidade e na exposição pública, em que os âmbitos das suas existências foram impactados, com efeitos nas suas vivências sociais.

Enfim, pôs-se o problema para a pesquisa e para a hermenêutica pela seguinte pergunta: considerando a governança ideológica e conflitiva intentada no Brasil pelo governo Bolsonaro e os seus apoiadores, como se processou essa governança ideológica na sociedade e na política, com quais propósitos e mediante quais métodos, e ensejando quais efeitos sobre os atingidos? Ou, ao inverso: no âmbito desses episódios, como se processou ou se possibilita a resistência ou a reparação de indivíduos atingidos e de grupos sociais, sob que aspectos e de que forma?

A primeira intuição/percepção foi de que essa governança se realizava por um processo linguístico, não por ações ou construções políticas – mas mediante instrumentos e mecanismos de linguagem, para a alimentação de uns (os seus quadros e os seus séquitos) e intimidação de outros (diferentes ou rivais), com sua desqualificação em sua autoestima e no ambiente social. O próprio Bolsonaro colocou no cenário a discussão sobre visões de mundo e sobre ideologias como ideários políticos ou maneiras de ver a realidade por grupos, inclusive no aspecto moral.

Os cursos da *maestria* me trouxeram as teorias de Hobsbawm e Anderson sobre *nações* como comunidades imaginadas, fundadas sobre representações e sedimentadas em territórios, ligadas por línguas instrumentalizadas em regiões por povos, com os importantes conceitos de integração e pertencimento de pessoas a lugares e povos, ou o estranhamento de outros a uns. As análises de Foucault, sobre os controles de Estados sobre territórios, populações e pessoas na Europa clássica, trouxeram o paradigma da biopolítica como referencial em ciência social.

A hipótese levantada, para o problema colocado à ocupação do interesse desta pesquisa, é de que a governança ideológica de Bolsonaro e também a resistência (cultural e política) se processaram por discursos e por percepções dos sentimentos de pertencimento ou de exclusão

das comunidades (política, nacional, religiosa, familiar, social). A repressão, ou a intimidação ideológica, processa uma operação de emasculação de significados e das identidades negadas; a resistência se faz por ressignificações e reafirmação do pertencimento à comunidade matriz.

Na juventude, quando professor de Antropologia (Filosófica na PUC-Minas e Cultural no Instituto Newton Paiva), em hermenêutica dos processos da dominação colonial sobre povos na América Latina (Brasil, México e Peru), já havia recorrido (CASTELO BRANCO, 1996) às teorias da linguagem e da função ontológica dos significados (os sentidos), como expostas na hermenêutica de Ricoeur ou na semântica de Lacan, para tematizar os efeitos da aculturação e da transculturação sobre os indígenas, como meios de anulação dos sujeitos e controle social.

Tais referenciais, em complementariedade e por recorrências, pareceram adequados para uma analítica semântica do processo de governança, e seus efeitos na sociedade e em pessoas. A descrição e as reconstituições de aspectos do governo e do desenvolvimento da governança permitiram visualizar o governo como um projeto/esforço por controlar/reformar a sociedade. Ainda que se compreenda o bolsonarismo como maior que Bolsonaro, esse é um espectro com múltiplos interesses e feições sociais, mas que se unifica e se articula no entorno do seu líder.

Alguns segmentos do bolsonarismo, por sua conformação e características estamentais, se integraram mais integralmente ao espectro, como os grupos militarizados e os evangélicos, e outros por seus interesses econômicos e classistas, como o agronegócio e setores das elites, e tantos por circunstâncias políticas ou pela invasão de discursos e linguagens em suas rotinas. Após a imprensa, as transmissões radiofônicas e televisivas, a *internet* e os seus aplicativos e linguagens se revelaram um poderoso instrumento de invasão das privacidades e das mentes.

Além dos gestos e discursos, que se traduziram em linguagens, em eventos públicos e nas ruas, as novas direitas (o trumpismo nos Estados Unidos, como o bolsonarismo no Brasil) se especializaram no recurso à interação digital para despertar emoções e semear suas ideias. A partir de centrais, como o *gabinete do ódio*, os blogueiros associados, os robôs eletrônicos e uma fábrica de distorções (*fake news*), esse polvo estendeu seus tentáculos ao redor como teias, de fato constrangendo e intimidando a muitos e fidelizando os seus, até direcionar o seu agir.

Em alguns meios, como nas igrejas evangélicas, os grupos militarizados sobre pessoas nas ruas, viu-se uma política semelhante à descrita por Foucault como biopolítica, de controle dos corpos e das mentes ou dos gestos e das falas, sob repressão e ameaças, exclusão e punição. Ante a apropriação dos símbolos nacionais, os críticos sofriram a reprimenda do desligamento da nacionalidade, como sendo contrários ao Brasil, e do banimento da pátria: *Vai para Cuba*.

No meio social, as principais reações focadas foram de três feições: a intimidação e um recolhimento dos atingidos à privacidade de suas rotinas, buscando abrigo em afetos do redor; os levantes e mobilizações dos impactados por desqualificação, como os afrodescendentes e os das diversidades sociais, com reafirmação e ressignificação de identidades, de sentido e valor; e por fim a reapropriação dos símbolos nacionais e reafirmação do pertencimento por outros.

Enfim, além de aspectos políticos, de interesses econômicos e as idiosincrasias sociais, tanto a política de Bolsonaro e as investidas da sua governança (com seus impactos e efeitos), quanto a resistência dos segmentos atingidos (nos aspectos políticos e culturais e identitários) se efetuaram por processos e mecanismos de linguagens, por invocações de sentido e valor.

4.3 Política e Linguagem – Sem Ponto Final

É esta, apesar das lacunas, a leitura sobre os processos em apreço, que no entanto ainda não se esgotaram, estando plantados na sociedade, mais que as divisões e os conflitos sociais, as visões de sociedade e os discursos em conflito, com a realidade comprimida pela idealidade de oposições e confrontos que não expressam divisões e disputas postas no âmbito das coisas.

Assim, não se vê que a política tenha instrumentos suficientes para pacificar os opostos, vez que os conflitos não estão no terreno objetivo dos fatos, mas na esfera de emoções e ideias. Vê-se, mais que a política, mais que a economia: a sociedade fracionada por valores ou visões carece de uma linguagem e pontes de diálogo, de um sentido que reinvente a própria nação.

Eis, enfim, a mensagem deste estudo, que chega ao termo, sem um ponto final.

Referências Bibliográficas

- ABRUCIO, Fernando. *Bolsonarismo e Educação: quando a meta é desconstruir uma política pública*. In: AVRITZER, Leonardo et Alli. *Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política*. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 255-269.
- ACQUAVIVA, Marcus. *Teoria Geral do Estado* (3ª edição atualizada e ampliada). Barueri (SP): Edições Manole, 2010. 388 p.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Trad. de Iraci D. Poleti. *Coleção Estado de Sítio*. São Paulo: Editora Boitempo, 2004. 142 p.
- ALMEIDA, Sílvio L. *O que é Racismo Estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018. 205p.
- ANDERSON, Benedict. R. *Nação e Consciência Nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. *Série Temas: Estudos Políticos*. São Paulo: Editora Ática, 1989. 191 p.
- ANDERSON, Benedict. R. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 332 p.
- ANDERSON, Benedict. R. *Sob Três Bandeiras: Anarquismo e Imaginação Anticolonial*. Em tradução de Sebastião Nascimento. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2014. 300p.
- ARANTES, Cléber Araújo. *O golpe de 64: anticomunismo e repressão ideológica no Brasil*. Artigo na UEMS (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul). Publicado em 1º/abril/2011. Ensaio disponível no link: <https://www.amambainoticias.com.br/2011/04/01/o-golpe-de-64-o-anticomunismo-e-a-repressao-ideologica-no-brasil/> Acessado em 5 de janeiro de 2023.
- ARGENTINA. *Constitución de La Nación Argentina (1994/1995)*. Congreso de la Nación Argentina. Sanción 15/12/1994, promulgada 3/01/1995. Aceso: 1º/febrero/2023. Disponible: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/ar_6000.pdf <https://www.congreso.gob.ar/constitucionNacional.php>
- ARNS, P. Evaristo. *Brasil: Nunca Mais* (documentário). Petrópolis (RJ): Vozes, 1985. 312 p.
- ATWOOD, Margaret. *O conto da Aia* (original: *The Handmaid's Tale*, 1985). A tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2017. A série para TV: *O conto da Aia* (original: *The Handmaid's Tale*). A direção de Bruce Miller, lançamento nos Estados Unidos, em 2017.
- AVRITZER, Leonardo. *Impasses da Democracia no Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 167 p.
- AVRITZER, Leonardo. (Novos) *Impasses da Democracia no Brasil*. In: Revista *Conhecer*. Universidade Estadual do Ceará. Em 3 de agosto de 2020. v. 10, n. 25, p.229-237. Disponível: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/3500/3365>
- AVRITZER, Leonardo. *Política e Antipolítica nos Dos Anos de Governo Bolsonaro*. In: AVRITZER, Leonardo et Alli. *Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política*. 1ª edição, em 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021. p. 13-20.

AVRITZER, Leonardo et Alli. *Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política*. 1ª edição, em 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021. 571 p.

BERCHOLC, Jorge O. *Opinión Pública y Democracia: influencia y efectos de los médios de comunicaci3n masiva*. 1ª edición. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Lajouane, 2015. 221p.

BERCHOLC, Jorge O. *Big data, algoritmos y nuevas tecnologías de la informaci3n y de la comunicaci3n*. 1ª edición. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial Aldina, 2020. 72 p.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. Trad. de Maria Celeste C. dos Santos. Apresentação Tércio Sampaio Ferraz Júnior. 10ª edição. Brasília: Editora UnB, 1999. 184 p.

BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo: Libertador – Ensaio de Cristologia Crítica*. Na 11ª edição. Em homenagem à igreja de São Félix do Araguaia. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1986. 235p.

BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder – Ensaio de Eclesiologia Militante*. A 3ª edição. Com o *Nihil Obstat* por Gentil Avelino Tilton. Petrópolis (RJ): Editora VOZES, 1982. 250 p.

BRASIL. *Constitui3o da Repúbrica Federativa do Brasil (1988)*. Palácio Planalto. Original publicado no *Diário Oficial da Uni3o* em 5/outubro/1988. Acesso: em 1º/03/2023. Disponível com altera3es posteriores: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. *Decreto-Lei 5.452 de 1º/maio/1943 – Consolida3o das Leis do Trabalho (CLT)*. Palácio do Planalto. Texto original publicado no *Diário Oficial da Uni3o* em 9/agosto/1943. Disponível por link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm

BRASIL. *Decreto (Federal) 6.527 de 1º/agosto/2008 – Cria o Fundo Amazônia (no BNDES)*. Palácio do Planalto. O texto original publicado no *Diário Oficial da Uni3o* em 4/agosto/2008. Acesso link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6527.htm

BRASIL. *Emenda Constitucional 103* de 12/novembro/2019 – reforma da previdência social. Senado Federal (Congresso Nacional). *Diário Oficial da Uni3o*: publicado 13/novembro/2019. Acesso link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm

BRASIL. *Lei Federal 13.467* (ordinária) de 13 de julho de 2017 (reforma trabalhista Temer). Poder Executivo e Congresso Nacional. *Diário Oficial da Uni3o*: publicação em 14/julho/2017. Acesso link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm

CALEJON, César e VIZONI, Adriano. 1ª edição. *A ascens3o do Bolsonarismo no Brasil do século XXI*. São Paulo: Editorial Lura, 2019. 222 p.

CANO, Wilson. *Brasil – constru3o e desconstru3o do desenvolvimento*. In: *Economia e Sociedade*, volume 26 – número 2 (60). Campinas: agosto/2017, p. 265-302.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indigna3o e esperan3a: movimentos sociais na era da internet*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: A crise da democracia liberal*. Em tradu3o por Joana Angélica d’Ávila Melo. Rio de Janeiro: Editores Zahar, 2018. 152 p.

CASTELO BRANCO, Manoel. *Estudos para Entender o Brasil: Cenários Históricos e Situações de Crises*. ISBN: 978-85-93869-89-1. Belo Horizonte: Conhecimento, 2022. 257 p.

CASTELO BRANCO, Manoel. *Filosofia das Vítimas: Antropologia da Libertação*. Nota de Leonardo Boff. Ilustração *O Cristo Amarelo*, de Gauguin. BH: Armazém Ideias, 1996. 253 p.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. In: *Coleção Primeiros Passos (volume 13)*. 2ª edição (ampliada). São Paulo: Brasiliense, 2001. 17ª reimpressão, 2016. 144 p.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Livraria Editora, 1981.

DÓRIA, Pedro. *Fascismo à Brasileira – como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e que ele ilumina sobre o bolsonarismo*. 3ª edição. São Paulo: Editora Planeta, 2020. 270 p.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses: Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. Original: *Les black blocs – la liberté et l'égalité se manifestent*. Trad. Guilherme Miranda. 1ª edição (Brasil). São Paulo: Veneta, 2014. 261 p.

FAGUNDES, A. L. & MADEIRA, L. M. *Polícia Federal e Governo Bolsonaro: duas décadas de desenvolvimento e dois anos de ataques e resistência?* In: AVRITZER, Leonardo et Alli. *Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política*. 1ª edição, em 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021. p. 175-186.

FEDERICI, Sílvia. *Calibã e A bruxa – mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017. 460 p.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura (Na Idade Clássica)*. Trad. José Teixeira Coelho Neto. Rev. Antônio de Pádua Danesi. *Coleção Estudos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. 551 p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder (Coletânea de Escritos)*. Tradução, Organização, Introdução de Roberto Machado. 4ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. 295 p.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica (Curso no Collège de France 1978-79)*. Tradução de Eduardo Brandão. *Coleção Tópicos*. São Paulo: Martins Fontes, 2008 (a).

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Tradução de Eduardo Brandão. Revisão de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008 (b).

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Trad. Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1984. 280 p.

FREIXO, Adriano; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Brasil em Transe: Bolsonarismo, Nova Direita e desdemocratização*. Col. *Pensar Político*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

GADAMER, H-G. *Hermenêutica em Retrospectiva* (V volumes). Tradução de Marco Antônio Casanova. 2ª edição. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2007. Vol. I, 132 p. Vol. II, 212 p.

GALLEGO, Esther Solano et Alli. *Brasil em Colapso* (Coletânea: diversos autores). 1ª edição. São Paulo: Editora UNIFESP, 2019 (a). 192 p.

GALLEGO, Esther Solano et Alli. *As Direitas nas Redes e nas Ruas: A crise política no Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2019 (b). 303 p.

GALLEGO, Esther Solano et Alli. *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. 1ª edição, em 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2021, 117 p.

GALLEGO, Esther Solano; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, William. *Mascarados – A verdadeira história dos adeptos da tática black bloc*. São Paulo: Ed. Geração, 2014, 287 p.

GALLEGO, Esther & ROCHA, Camila. *A ascensão de Bolsonaro e as classes populares*. In: AVRITZER, Leonardo et Alli. *Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política*. 1ª edição, em 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021. p. 21-34.

GERLERO, Mario S. *Consideraciones sobre la construcción de la “identidad digital” de las personas y las posibles derivaciones jurídicas*. In: FUCITO, Felipe et Allii. *Temas Socio-Jurídicos Fundamentales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Ley, 2020. p. 171-192.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro como ator político*. In: *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017. p.21-39.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Ed. Carlos N. Coutinho, col. Luiz S. Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002. Edição em 6 vols.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos*. Ed. Carlos N. Coutinho, col. Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004. Edição em 2 volumes.

HEGEL, Georg. W. F. *Introdução à História da Filosofia*. 4ª edição. Coleção *Studium*. Trad. de Antônio P. Carvalho. Coimbra (Portugal): Editor (Sucessor) Armênio Amado, 1980. p. 43.

HEGEL, Georg W. F. *Fenomenologia do Espírito*. A tradução: Paulo Meneses, colaboração Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado. 7ª edição revisada. Petrópolis: USF/Vozes, 2002.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. In: HOBBS, Thomas. Coleção *Os Pensadores*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza Silva. 3ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOBBSAWM, E. J. *A invenção das tradições*. Coletânea com Terence Ranger. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 14ª edição. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2021. 390 p.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. Title: *The Age of Capital (1848-1875)*. Tradução de Luciano Costa Neto. 32ª edição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021. 520 p.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Title: *The Age of Empires (1875-1914)*. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda S. Toledo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020. 590 p.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era dos Extremos (1914-1991)*. Title: *The Age of Extremes (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. Rev. Maria C. Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. 602 p.

HOBBSBAWM, Eric J. *La Era de La Revolución (1789-1848)*. Traducción de Felipe Ximénez de Zandoval. 5ª edición. Ciudad de Buenos Aires: por Crítica – Editorial Planeta, 2006. 344 p.

HOBBSBAWM, E. J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. de Anna Maria Quirino e Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990. 230 p.

HOCHSTETLER, Kathryn. *O meio ambiente no governo Bolsonaro*. In: AVRITZER, Leonardo et Allí. *Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política*. 1ª edição, em 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021. p. 271-285.

INÁCIO, Magna. *Poder Executivo: presidência e gabinete*. In: AVRITZER, Leonardo et Allí. *Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política*. 1ª edição, em 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021. p. 67-82.

KALIL, Isabela. *As Origens do Bolsonarismo*. Artigo. Jornal O Globo / Revista Época (eletrônico), em 13 de dezembro de 2019 (a). Acessado em 5 de setembro de 2021. Disponível no link: <https://oglobo.globo.com/epoca/isabela-kalil/as-origens-do-bolsonarismo-1-24134678>

KALIL, Isabela. *O bolsonarismo é maior que Bolsonaro*. Entrevista. Portal Sul 21 (eletrônico), em 29 de julho de 2019 (b). Acessado em 5 de setembro de 2021. Disponível em: https://sul21.com.br/entrevistasz_areazero/2019/07/o-bolsonarismo-e-maior-que-bolsonaro-projeto-punitivista-admite-o-intoleravel-e-ameaca-democracia/

KERCHE, Fábio. *Bolsonaro, o MPF e O equilibrista-geral da República*. In: AVRITZER, Leonardo et Allí. *Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política*. 1ª edição, em 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021. p. 165-174.

KEYNES, John Maynard. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Tradução de Mário Ribeiro da Cruz. São Paulo: Editora ATLAS, 1992.

LACAN, Jacques. *Escritos (4 – Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise)*. Trad. Inês Oseki-Depré. Rev. Regina e Míriam Schneidermann. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. *Como As Democracias Morrem*. A crise americana atual. 1ª edição (Brasil). Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2018. 270 p.

LÊNIN, Vladimir. *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo*. 4ª edição. (Não informada a tradução). São Paulo: Global Editora, 1983.

LIMA, Jacob; RAMALHO, Ricardo; RODRIGUES, Jácome (Orgs). *Trabalho e Sindicalismo: reflexões a partir do contexto pandêmico*. São Paulo: AnnaBlume, 2022 (agosto). 306 p.

LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo*. In: LOCKE, John. Col. *Os Pensadores*. Tradução de Anoar Aiex e Jacy Monteiro. 3ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 467 p.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia (Ideology and Utopia)*. Trad. de Sérgio Magalhães Santeiro. Rev. César Guimarães. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986. 330 p.

- MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro*. 1ª edição. São Paulo: Editora Todavia, 2020. 305 p.
- MAQUIAVEL, Nicolau Bernardo. *O Príncipe (a Lourenço II)*. In: MAQUIAVEL, Nicolau. Col. *Os Pensadores*. Trad. de Lívio Xavier. 3ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 260p.
- MARX, Karl. *O capital – crítica da economia política*. Livro 1, volumes 1 e 2. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: Difusão Editorial S/A, 1982. 933 p.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. Luiz Cláudio de Castro e Costa. Introdução de Jacob Gorender. 2ª edição, 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Ed. eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível no endereço: www.jahr.org Acesso em 17 de fevereiro de 2020.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política de morte*. In: *Arte e Ensaios, Revista PPGAV/EBA/UFRJ* n. 32, dezembro/2016. p. 123-151.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945. p.423
- MÉSZÁROS, István. *O poder da Ideologia (The power of Ideology)*. Com nova introdução. Em tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Editorial Boitempo, 2004. 567 p.
- MITRE, Santiago (dir). *Argentina 1985* (filme). Roteiro Mariano Llinás. Buenos Aires: 2022.
- MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. In: MONTESQUIEU. Coleção *Os Pensadores*. Trad. Fernando H. Cardoso e Leôncio M. Rodrigues. 3ª edição. S. Paulo: Abril Cultural, 1985.
- NOBRE, Marcos. *Manter o Colapso para Governar*. In: GALLEGO, Esther Solano et Alli. *Brasil em Colapso (Coletânea)*. 1ª edição. São Paulo: Editora UNIFESP, 2019 (a). p. 171-183.
- NUNES, Rodrigo Guimarães. *Do Transe à Vertigem: Ensaios sobre Bolsonarismo e um Mundo em Transição*. 1ª edição. São Paulo: Editora UBU, 2022. 208 p.
- OLIVEIRA, Vanessa & FERNANDEZ, Michele. *Política de Saúde no Governo Bolsonaro: desmonte e negacionismo*. In: AVRITZER, Leonardo et Alli. *Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p.287-301.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana & FREIXO, Adriano. *Brasil em Transe: Bolsonarismo, Nova Direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. 164 p.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *A trajetória discursiva das manifestações e rua no Brasil: 2013-2015*. In: GALLEGO, Esther Solano et Alli. *As Direitas nas Redes e nas Ruas: A crise política no Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2019 (b). Artigo: p. 15-53.
- RANULFO, Carlos. *A Câmara dos Deputados Pós-2018: O que mudou?* In: AVRITZER, Leonardo et Alli. *Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021. p. 95-109.

- RIBEIRO, L. & OLIVEIRA, V. *Eu quero que o povo se arme: A política de segurança pública de Bolsonaro*. In: AVRITZER, Leonardo et Alli. **Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021. p. 327-341.
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Tradução por Hilton Japiassu. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. Cap. II: *A função hermenêutica do distanciamento*. p. 43-57.
- RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações – Ensaio de hermenêutica*. Em tradução de M. F. Sá Correia. O prefácio de Miguel Dias Costa. Porto (Portugal): Editora RÉES, 1988.
- RODRIGUES, R. Nina. *As Raças Humanas e Responsabilidade Penal no Brasil*. 3ª edição. Coleção: *Brasiliana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1938.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 3ª ed. R. de Janeiro: José Olympio, 1943.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. In: ROUSSEAU. Coleção *Os Pensadores*. A tradução de Lourdes Santos Machado. 3ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 451 p.
- SANTOS, Fabiano & BARBOSA, Leonardo. *Bolsonaro e Congresso: A caminho da estabilidade?* In: AVRITZER, Leonardo et Alli. **Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021. p. 83-93.
- SANTOS JÚNIOR, Marcelo A. *#VaiPraCuba: A gênese das Redes de Direita no Facebook*. 1ª edição. Curitiba: Editora APPRIS, 2019. 213 p.
- SANTOS, J. G. e KARINA, S. S. *Das bancadas ao WhatsApp: Redes de desinformação como Arma política*. In: GALLEGO, Esther Solano et Alli. **Brasil em Colapso (Coletânea: diversos autores)**. 1ª edição. São Paulo: Editora UNIFESP, 2019 (a). p. 45-59.
- SARAIVA, Camila G; MARES, Daniele G. *O discurso de ódio e recusa aos fatos*. In: LOBO, Edilene (Org.). **Processo Eleitoral e Estado de Direito**. Belo Horizonte: Conhecimento: 2019.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 30ª Edição. São Paulo: Cultrix, 2002.
- SCOTT, Ridley Leighton. Filme *Kingdom of Heaven* (título no Reino Unido e Estados Unidos) veiculado em Portugal como *Reino dos Céus* e no Brasil como *Cruzada*, direção e produção em 2005, encenando a retomada de Jerusalém pelos muçulmanos em 1187, sob o comando do sultão Saladino (curdo), depois da conquista da cidade pelos cristãos na 1ª Cruzada, em 1090.
- SILVA, Hélio. *1964: Vinte Anos de golpe militar*. Porto Alegre (RS): L& PM Editores, 1985.
- SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Ed. Leya, 2017.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. 2ª edição: revista e ampliada. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. 271 p.
- SZWAKO, J. & LAVALLE, A. G. *Movimentos Sociais e Sociedade Civil: reconfigurações da mobilização, repensando nossas lentes*. In: AVRITZER, L. et Alli. **Governo Bolsonaro: Retrocesso Democrático e Degradação Política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p.453-464.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 1985 (1ª edição); IE / Unicamp, 1986 (2ª ed); e 1998 (3ª ed).

VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. 3ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

VIEIRA, Paulo Henrique Brant. *A ditadura voltou? O discurso autoritário e conflito entre liberdade de expressão e apologia ao crime*. In: LOBO, Edilene (Org.). *Processo Eleitoral e Estado de Direito*. Belo Horizonte: Conhecimento: 2019. p. 185-204.

WACHOWSKI, Lilly e Lana. *The Matrix* ou *Matrix* (O filme). O produtor Joel Silver. Com direção e roteiro das WACHOWSKI (Lilly, Lana). Lançamento nos Estados Unidos em 1999.

WEBER, Max. *A ciência como vocação*. In: WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.

WEBER, Max. *A ética protestante e espírito do capitalismo*. Trad. José M. Mariani Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Parte I, Parte II. 335 p.